

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural



Tese

**Memórias de uma forma de morar:
a Chácara da Baronesa, Pelotas, RS, Br. (1863-1985)**

Annelise Costa Montone

Pelotas, 2018

Annelise Costa Montone

**Memórias de uma forma de morar:
a Chácara da Baronesa, Pelotas, RS, BR. (1863-1985)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientador: Profa. Dra. Ester J. B. Gutierrez

Coorientador: Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro

Pelotas, maio de 2018

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

M798m Montone, Annelise Costa

Memórias de uma forma de morar : a Chácara da Baronesa, Pelotas, RS, BR. (1863-1985) / Annelise Costa Montone ; Ester Judite Bendjouya Gutierrez, orientadora ; Diego Lemos Ribeiro, coorientador. — Pelotas, 2018.

224 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

1. Memória. 2. Patrimônio. 3. Casa-museu. 4. Cultura material. 5. Museu da Baronesa. I. Gutierrez, Ester Judite Bendjouya, orient. II. Ribeiro, Diego Lemos, coorient. III. Título.

CDD : 363.69

Annelise Costa Montone

**Memórias de uma forma de morar:
a Chácara da Baronesa, Pelotas, RS, BR. (1863-1985)**

Tese aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 22 de maio de 2018.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Ester Judite Bendjouya Gutierrez (Orientadora)
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC-RS

Dra. Ana Maria Pessoa dos Santos
Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Profa. Dra. Carla Rodrigues Gastaud
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Santos
Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia - UFBA

Profa. Dra. Jeniffer Alves Cuty
Doutora em Planejamento Urbano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Dedico este trabalho à Anastácia, Bibiana, Antonina, Jozefa dos Santos, seu João, Ramos, Conrado, Clara, Helena, Ibrahina, à ama Antonieta, à parteira Felisberta, à costureira Dona Eulália, Cipriano, Graciliano, à lavadeira França, à criada Dina, à ama Maria, ao copeiro Aprisio, ao cozinheiro Ricardo, ao cocheiro João...

Agradecimentos

À minha orientadora Professora Ester Gutierrez, por me apresentar a história da arquitetura e a história de Pelotas, por aceitar me orientar pela terceira vez, com sua paciência capricorniana, sempre me lembrando para “voar as trancinhas”.

Ao Professor Diego Lemos Ribeiro, meu coorientador, que, diante do convite, avisou-me de seu tempo atribulado, mas conforme o combinado me auxiliou a trilhar o caminho da cultura material e a ouvir as “outras vozes” da casa da baronesa.

Aos Professores da banca, por me acompanharem desde a qualificação da tese, por suas estimulantes orientações e enorme disponibilidade. Mas, antes disso, Ana Pessoa e a Casa de Rui Barbosa, pelos encontros com os museus casas, os jardins históricos, as casas senhoriais e o Rio de Janeiro; Beto Santos, pelas aulas de história da arte e o ecletismo em Pelotas; Carla Gastaud, por ter me chamado para o mundo dos museus, onde estou até hoje; e Jeniffer Cuty pela referência, uma arquiteta que atua na museologia.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, na pessoa de Maria Letícia Mazzuchi Ferreira, coordenadora, pelos resultados na qualificação de nosso PPGMP.

À Gisele Dutra Quevedo, secretária do curso, por sua atenção, apoio e profissionalismo.

Aos colegas de doutorado, por compartilharem a jornada.

Ao grupo de trabalho do Museu da Baronesa, funcionários, estagiários, voluntários e colaboradores, todos participaram, de alguma forma, desses quatro anos de doutorado. Pelo apoio, incentivo, troca de livros, conversas, carinho e me “permitirem” uma licença para finalizar a tese, entre eles, Fabiane, Marcelo, Aline, Rosi, Flávia, Zé, Taciana, Giovana, Camila, Jesus, Zilda e Regina.

Ao Secretário Municipal de Cultura, Giorgio Ronna, por autorizar minha licença para conclusão da tese e por seu apoio.

À Débora Clasen de Paula, que continua pesquisando os Maciéis, pela “troca de figurinhas” e pelo grande carinho.

Às duas Amélias, mãe e filha, por me permitirem conhecer suas memórias.

Aos filhos e netos de Sinhá e Lourival Antunes Maciel, por decidirem pela preservação da “Casa”, berço de sua família; entre eles, Oswaldo Antunes Maciel, que segue visitando o museu, trazendo informações e “reliquias”.

À Magali Antunes Maciel Aranha, bisneta da baronesa, por dividir suas memórias, fotografias e seu grande afeto pela chácara.

Aos meus pais, meus irmãos e à “nona”, pelo grande apoio, amor e carinho.

À minha madrinha e tia, Lorelai, pelo incentivo incondicional aos meus projetos.

Aos meus amados guris, Alfonso, Luciano e Maurício, por partilharem a vida e o doutorado comigo.

E por fim, ao Museu da Baronesa e seus visitantes, que são os maiores motivadores desta pesquisa!

*“O monumento delega a lembrança à memória de suas pedras”
(DEBARY, 2017, p.71).*

Resumo

MONTONE, Annelise Costa. **Memórias de uma forma de morar: a Chácara da Baronesa, Pelotas, RS, BR. (1863-1985).** 2018. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

A presente pesquisa tem como objeto de estudo a antiga Chácara da Baronesa, hoje transformada no Museu Municipal Parque da Baronesa, patrimônio histórico municipal, situada em Pelotas, RS. A morada foi edificada na segunda metade do século XIX para abrigar a família de Annibal Antunes Maciel Jr. e Amélia Hartley Antunes Maciel, futuros Barões de Três Serros. O recorte temporal proposto, de 1863 a 1985, abrange o período em que a chácara foi habitada por três gerações no mesmo núcleo familiar e, após um período de declínio, passou à tutela da Prefeitura de Pelotas. Entre 1978 e 1982, o prédio sofreu uma reforma restaurativa que o preparou para o desempenho da nova função: museu. Pretende-se compreender as memórias reveladas, ou silenciadas, pela Chácara da Baronesa, por meio do estudo das materialidades que alcançaram nosso tempo, desvendadas por diferentes documentos, tendo como método de análise a noção de biografia cultural dos objetos. A análise insere-se nos campos de estudo da memória, patrimônio, arquitetura e urbanismo e cultura material. A história da trajetória da chácara foi construída com base na formulação de perguntas, cujas respostas foram investigadas em diferentes tipos de documentos, principalmente aqueles preservados no Museu da Baronesa. Especificamente, buscou-se descrever o contexto histórico, social e cultural da moradia e do museu; identificar nas fontes pesquisadas as marcas dos diferentes ciclos de vida da chácara, relacionadas às materialidades e sociabilidades do lugar; e interpretar o lugar estudado em seu momento de transição, de espaço privado a espaço público. Foi possível afirmar que as intervenções das políticas públicas municipais deixaram marcas, mutilações, ausências e acréscimos encontrados no estudo da chácara como artefato. Sobretudo, a intervenção, para mudança de função, provocou a demolição da construção que abrigava os trabalhadores, apagando sua memória. Sua interpretação como objeto da cultura material, por intermédio da abordagem biográfica, ofereceu sentido à construção de uma relação entre o tangível e o intangível de suas memórias, suas relações sociais e seu papel como patrimônio.

Palavras-chave: memória; patrimônio; casa museu; cultura material; Museu da Baronesa.

Abstract

MONTONE, Annelise Costa. **Memories of a way of living: Chácara da Baronesa**, Pelotas, RS, BR. (1863-1985). 2018. Doctoral thesis (Ph.D. in Social Memory and Cultural Heritage) - Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, RS, Brazil, 2018.

This research aims to study the old Chácara da Baronesa that today became the Museu Municipal Parque da Baronesa, historical heritage, located in Pelotas city, RS. The dwelling was built in the second half of the 19th century to house the family of Annibal Antunes Maciel Jr. and Amelia Hartley Antunes Maciel, future Barões de Três Serros. The proposed temporal cut, from 1863 to 1985, covers the period when the farm was inhabited by three generations in the same family nucleus and, after a period of decline, became property of Pelotas city. Between 1978 and 1982, the building underwent a restorative reform that prepared it for a new function: museum. It is intended to understand the memories revealed, or silenced, by Chácara da Baronesa, through the study of materialities that reached our time, uncovered by different documents, having as method of analysis the notion of cultural biography of objects. The analysis is inserted in the fields of study of memory, patrimony, architecture and urbanism and material culture. The farm's trajectory was constructed based on the formulation of questions, whose answers were investigated in different types of documents, mainly those preserved in the museum. Specifically, we tried to describe the historical, social and cultural context of the dwelling and the museum; identify in the researched sources the farm's marks of the different life cycles, related to the place's materialities and sociabilities; and read the site studied in its transition's moment, from private space to public space. It was possible to affirm that the interventions of the municipal public policies left marks, mutilations, absences and additions found in the farm's study as artifact. The intervention, to change its function, caused the demolition of the structure that sheltered the workers, erasing their memories. Its interpretation as an object of material culture, through the biographical approach, offered meaning to construct a relation between the tangible and the intangible of its memories, its social relations and its role as heritage.

Keywords: memory; heritage; house museum; material culture; Museu da Baronesa.

Lista de Figuras

Figura 1	Mapa com a localização de Pelotas, RS.....	16
Figura 2	Fotografia aérea de parte do bairro Areal. Pelotas. RS. (1953).	21
Figura 3	Imagem de satélite da malha urbana de Pelotas, RS.....	21
Figura 4	Planta de Situação do Museu Municipal Parque da Baronesa. Pelotas, RS.....	22
Figura 5	Fotografia da fachada principal do Museu da Baronesa. Pelotas.RS.	23
Figura 6	Modelo proposto para estudos de artefatos.....	54
Figura 7	Quadro Campos de interesse x Métodos de abordagem.....	59
Figura 8	Imagem folha do Livro de Despesas nº 9.....	64
Figura 9	Excerto da Planilha de Levantamento dos Livros de Contas – 14/08/1903 a 31/12/1903	67
Figura 10	Fotografia de cena do filme Ângela. Pelotas, RS.....	73
Figura 11	Fotografia da família de Dona Sinhá e Lourival - L.Lanzettas. Pelotas, RS	74
Figura 12	Cena do filme Ângela – interior da sala de entrada. Chácara da Baronesa. Pelotas. RS.....	75
Figura 13	Fotografia – alpendre Chácara da Baronesa. Pelotas. RS	76
Figura 14	Planta baixa dos três pavimentos do Museu da Baronesa. Pelotas, RS.....	77
Figura 15	Planta baixa indicativa dos ambientes revestidos com azulejos do Museu da Baronesa. Pelotas. RS.	78
Figura 16	Planta baixa indicativa dos pisos com ladrilhos hidráulicos.....	79
Figura 17	Esquema da árvore genealógica dos ascendentes de Amélia Fortunata Hartley de Brito (Antunes Maciel)	83
Figura 18	Esquema da árvore genealógica dos ascendentes de Felisbina Maria da Silva Pereira (Antunes Maciel)	88
Figura 19	Retrato de Annibal Antunes Maciel Júnior	89
Figura 20	Retrato de Amélia Hartley Antunes Maciel	89

Figura 21	Esquema da árvore genealógica dos ascendentes sorocabanos da família Antunes Maciel	93
Figura 22	Mapa com localização das Sesmarias de Monte Bonito e Sesmaria de Pelotas. Pelotas. RS.	97
Figura 23	Localização dos terrenos das charqueadas e do primeiro loteamento de Pelotas. RS.	98
Figura 24	Reprodução digital da aquarela Engenho de carne seca. Debret.	99
Figura 25	Planta do primeiro loteamento de Pelotas. RS.	100
Figura 26	Esquema da árvore genealógica dos ascendentes de Maria Vicência Henriques (Antunes)	104
Figura 27	Esquema da árvore genealógica dos ascendentes de Annibal Antunes Maciel Júnior	107
Figura 28	Desenho do mapa do terreno de Joaquim Manoel Teixeira. Pelotas. RS	113
Figura 29	Fotografia da gruta do Parque da Baronesa. Pelotas. RS.....	117
Figura 30	Fotografia do interior da gruta do Parque da Baronesa. Pelotas. RS.	118
Figura 31	Fotografia da ponte rústica na Chácara da Baronesa. Pelotas. RS. Álbum de Zilda Antunes Maciel.	118
Figura 32	Fotografia do chafariz da frente da residência na Chácara da Baronesa. Pelotas. RS. Álbum de Zilda Antunes Maciel.....	119
Figura 33	Fotografia da gruta do jardim interno, do Museu da Baronesa. Pelotas. RS.	120
Figura 34	Planta baixa da distribuição dos três pavimentos da residência dos Barões de Três Serros. Pelotas. RS.....	125
Figura 35	Planta baixa e fotografia da casa de banho, da Chácara da Baronesa. Pelotas. RS.....	127
Figura 36	Cena do filme Ângela – janelas da casa de banho	128
Figura 37	Fotografia da parte superior do pátio do algibe, antes da reforma. Chácara da Baronesa. Pelotas. RS.....	129
Figura 38	Fotografia atual da parte superior do pátio do algibe. Chácara da Baronesa. Pelotas. RS.....	129

Figura 39	Fotografia das fachadas leste e sul, década de 1970.....	132
Figura 40	Retrato de Amélia Annibal Antunes Maciel.	138
Figura 41	Retrato de Lourival Antunes Maciel	138
Figura 42	Imagem de folha do Livro de Despesas nº 3 (1897-1901).....	141
Figura 43	Excerto da Planilha de Levantamento dos Livros de Contas – 30/01/1896 a 31/12/1909	142
Figura 44	Fotografia da Casa Ruy Barbosa. Rio de Janeiro. RJ.....	144
Figura 45	Fotografia da mesa da sala de jantar e cadeira. Museu da Baronesa. Pelotas. RS	145
Figura 46	Fotografia da <i>chaisé-longue</i> . Museu da Baronesa. Pelotas. RS	145
Figura 47	Fotografia do interior do quarto de vestir. Museu da Baronesa. Pelotas. RS.....	148
Figura 48	Planta baixa da residência da Chácara da Baronesa, Pelotas, RS, com destaque para os cinco quartos.....	149
Figura 49	Excerto da Planilha de Levantamento dos Livros de Contas – 01/03/1912 a 01/04/1912	150
Figura 50	Fotografia da família Antunes Maciel no Rio de Janeiro, RJ.....	151
Figura 51	Fotografia da sala de visitas da residência na Chácara da Baronesa. Pelotas. RS. Álbum de Zilda Antunes Maciel.....	153
Figura 52	Imagem de trecho da carta de Amélia Antunes Maciel. MMPB nº 1651.	154
Figura 53	Excerto da Planilha de Levantamento dos Livros de Contas – 01/01/1920 a 31/12/1923.....	156
Figura 54	Excerto da Planilha de Levantamento dos Livros de Contas – 28/02/1919 a 30/04/1923	157
Figura 55	Excerto da Planilha de Levantamento dos Livros de Contas – 10/03/1923 a 01/04/1923	157
Figura 56	Lista de Dona Sinhá com os cômodos da casa. MMPB nº 1475	158
Figura 57	Planta baixa da residência de Amélia Annibal e Lourival Antunes Maciel. Chácara da Baronesa. Pelotas. RS.....	159
Figura 58	Fotografia dos azulejos do hall de entrada. Museu da Baronesa. Pelotas. RS.....	160
Figura 59	Fotografia dos azulejos do corredor de entrada. Museu da	161

	Baronesa. Pelotas. RS.....	
Figura 60	Cena do filme Ângela – para-vento do corredor de entrada. Museu da Baronesa. Pelotas. RS.....	161
Figura 61	Cena do filme Ângela – detalhe do piso do corredor do entorno do algibe. Museu da Baronesa. Pelotas. RS.....	162
Figura 62	Fotografia com detalhe das antigas esquadrias da área do algibe. Museu da Baronesa. Pelotas. RS.....	163
Figura 63	Fotografias da cozinha, azulejos e piso de ladrilho hidráulico. Museu da Baronesa. Pelotas. RS.	163
Figura 64	Fotografias do quarto de banho, azulejos e piso de ladrilho hidráulico. Museu da Baronesa. Pelotas. RS.....	164
Figura 65	Fotografias da área dos fundos do Museu da Baronesa. Pelotas. RS.....	165
Figura 66	Fotografias da sala de almoço, detalhe azulejos, Museu da Baronesa. Pelotas. RS.....	164
Figura 67	Recorte de jornal com fotografia da sala de almoço, detalhe das esquadrias. Chácara da Baronesa. Pelotas. RS.....	166
Figura 68	Fotografia da entrada do alpendre da residência na Chácara da Baronesa. Pelotas. RS. Álbum de Zilda Antunes Maciel.....	167
Figura 69	Fotografia de Magali Aranha, com o empregado Alencar, na Chácara da Baronesa. Pelotas. RS.....	168
Figura 70	Fotografia aérea da Chácara da Baronesa. Pelotas. RS. Década de 1970.....	169
Figura 71	Fotografia em frente à sala de jantar na Chácara da Baronesa. Pelotas. RS. Década de 1940.....	169
Figura 72	Fotografia da fachada da Chácara da Baronesa. Pelotas. RS. Aprox. década de 1950.....	170
Figura 73	Imagem da página nº 297 do Livro de Despesas nº 13.....	171
Figura 74	Imagem de jornal de 1968. MMPB nº 2164.....	175
Figura 75	Imagem de jornal de 1970. MMPB nº 2163.....	177
Figura 76	Fotografia com fachada dos casarões tombados pelo IPHAN, na Praça Coronel Pedro Osório, Pelotas, RS.....	179
Figura 77	Fotografia da área do Residencial Chácara da Baronesa.	182

	Pelotas. RS.....	
Figura 78	Fotografias com detalhes do interior da residência da Chácara da Baronesa. Pelotas. RS.....	188
Figura 79	Fotografias do chafariz, em 1917 e no início dos anos 2000.Chácara da Baronesa. Pelotas. RS	189
Figura 80	Fotografia da entrada principal do Parque da Baronesa. Pelotas. RS.....	189
Figura 81	Imagens do filme Ângela – detalhes pintura das paredes internas. Chácara da Baronesa. Pelotas. RS.	190
Figura 82	Imagens do filme Ângela – detalhes pintura das paredes internas da sala de jantar. Chácara da Baronesa. Pelotas. RS.	190
Figura 83	Fotografias do alpendre do Museu da Baronesa. Pelotas. RS. Detalhe das pinturas escarioladas.....	191
Figura 84	Fotografias com detalhe do lanternim do alpendre. Chácara da Baronesa. Pelotas. RS.....	191
Figura 85	Fotografia do castelinho ou casa de coelhos, Parque da Baronesa. Pelotas. RS	192
Figura 86	Planta baixa do pavimento térreo. Projeto de Restauração do Parque da Baronesa. Pelotas. RS.....	193
Figura 87	Fachadas previstas no Projeto de Restauração do Parque da Baronesa. Pelotas. RS.	194
Figura 88	Fotografia do alpendre. Década de 1970. Chácara da Baronesa. Pelotas. RS.....	195
Figura 89	Fotografia da fachada lateral dos quartos. Década de 1970. Chácara da Baronesa. Pelotas. RS.....	195
Figura 90	Fotografias com a comparação da fachada, antes e depois do Projeto de Restauração. Chácara da Baronesa e Museu da Baronesa. Pelotas. RS.....	196
Figura 91	Fotografia aérea do Parque da Baronesa. Pelotas. RS.	197
Figura 92	Fotografias da ruína da sala de jantar da Chácara da Baronesa. Pelotas. RS.	198

Lista de Abreviaturas e Siglas

AM	Antunes Maciel
BNH	Banco Nacional de Habitação
BPP	Biblioteca Pública Pelotense
CA	Centro de Artes
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COMPHIC	Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas
CURA	Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada
EBA	Escola de Belas Artes
EAU	Escola de Arquitetura e Urbanismo
FAPERJ	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FAURB	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FRESS	Fundação Ricardo Espírito Santo e Silva
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICH	Instituto de Ciências Humanas
ICOM	International Council of Museums
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MB	Museu da Baronesa
MEC	Museu da Emigração e das Comunidades
MINC	Ministério da Cultura
MMPB	Museu Municipal Parque da Baronesa
PMP	Prefeitura Municipal de Pelotas
PPGMP	Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural
SECULT	Secretaria Municipal de Cultura
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

Sumário

1 Introdução	16
2 Leitura de uma forma de morar: chácara	35
2.1 Teoria, bibliografia e metodologia	35
2.2 Documentação	60
3 Chácara como morada no Brasil e a Chácara da Baronesa em Pelotas	81
3.1 Contexto e família oitocentista	81
3.2 A chácara como morada - Parque Annibal. 1863-1887.....	108
4 Chácara da Baronesa - Século XX	134
4.1 Residência da Sra. Baronesa de Três Serros. 1887-1919	135
4.2 Tempos de Dona Sinhá. 1919-1966	155
5 Do privado ao público, uma chácara que virou museu. 1966-1985	173
5.1 De herança a mercadoria. 1966-1978	173
5.2 Museu da Baronesa - patrimônio do município. 1978-1985	185
6 Conclusões	205
Referências	211

1 Introdução

O presente estudo concentrou-se na antiga Chácara da Baronesa, ou Parque Annibal (denominação século XIX), hoje transformada no Museu Municipal Parque da Baronesa¹, localizada no bairro Areal, em Pelotas, RS (Figura 1). Tratou do imóvel em três períodos históricos: de 1863 a 1887, com a formação e pleno funcionamento da chácara; de 1887 a 1966, quando a propriedade se modernizou e seu uso se modificou ao longo do tempo; e de 1966 a 1985, com a transição de espaço privado a público. O recorte histórico, compreendido entre 1966 e 1985, trouxe dois marcos temporais relevantes para a análise do objeto: 1978, data em que parte da chácara passou à Prefeitura, e 1985, ano de seu tombamento como patrimônio histórico do município de Pelotas.



Figura 1 – Mapa com a localização de Pelotas. RS. Fonte: Google Maps, 2012.

¹ Esta é a denominação dada pelo Decreto municipal nº 3.069, de 1992, que criou o museu. De forma simplificada, a instituição também é chamada Museu da Baronesa.

A fase final encerrou o processo de declínio da propriedade, seu “quase desaparecimento”, e a transição para um novo ciclo, o “renascimento” como patrimônio. A mudança de função, de “lugar de morar” a “lugar de memória”, foi determinada por políticas de patrimônio e memória que lhe concederam a configuração atual.

O interesse pelo tema decorreu da proximidade com o objeto escolhido. Desde 2004, a pesquisadora atua como administradora da Prefeitura Municipal de Pelotas, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, mais especificamente no Museu Municipal Parque da Baronesa, onde, desde 2005 até os dias de hoje, passou a exercer a função de diretora. Em 2011, no mesmo programa de pós-graduação, defendeu a dissertação **Representações da vida feminina em um acervo de imagens fotográficas do Museu da Baronesa**, Pelotas, RS: 1880 a 1950, com orientação do Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira. O estudo versou sobre coleções, fotografias, representações femininas e a história das mulheres. Agora o foco se direcionou para a história da morada, sua arquitetura, as relações sociais e a metamorfose de casa para museu.

O local foi idealizado por seus proprietários, os Barões de Três Serros, na segunda metade do século XIX. Ele era Annibal Antunes Maciel Júnior (1838-1887), pecuarista, natural da cidade de Rio Grande, e sua esposa, Amélia Hartley Antunes Maciel (1848-1919), era carioca. A arquitetura da chácara, incluindo a residência e jardins, preservou as manifestações românticas e clássicas características desse período. A partir de 1890, a morada também acolheu a família da filha mais velha do casal, Amélia Annibal Hartley Maciel (1869-1966), conhecida como Dona Sinhá, que se casou com Lourival Antunes Maciel (1857-1948), seu primo. Ao longo de um século, a propriedade pertenceu ao mesmo grupo familiar, o que, possivelmente, auxiliou na conservação e preservação de algumas de suas características, até o momento que, em 1978, o imóvel foi entregue à tutela do município.

Para construir a história da vida desse objeto, representado pela chácara, sua materialidade e relações sociais que a envolveram, levantou-se problemática com as seguintes questões: como se estabeleceu este tipo de habitação nas cidades brasileiras do século XIX? Em que contexto histórico, social e cultural se consolidou a propriedade? Como se deu a manutenção, conservação e transformação desta forma de morar, ao longo de praticamente um século? Que significados e memórias

a chácara carregou nas diferentes fases de sua vida passada, enquanto casa senhorial?

Após seu declínio, prestes a desaparecer, o lugar renasceu com uma nova função, a de museu. De propriedade privada a espaço público, de chácara a museu, de ruína a patrimônio, como ocorreu essa mudança de categoria? Que marcas permaneceram de seu antigo uso? Que políticas de memória e patrimônio atuaram no processo de preservar esses restos²?

Como identificar as intencionalidades das políticas de memória e patrimônio que determinaram a preservação e a ausência das materialidades e imaterialidades hoje representadas pelo Museu da Baronesa?

Esses questionamentos se constituíram em reflexões para entender e construir a biografia da chácara, segundo os conceitos de ciclo de vida e biografia cultural dos objetos, tratada mais adiante no texto.

Levantou-se a hipótese de que as intervenções das políticas públicas municipais deixaram marcas, mutilações, ausências e acréscimos encontrados no estudo da chácara como artefato e que a abordagem biográfica ofereceu sentido à construção de uma relação entre o tangível e o intangível de suas memórias, suas relações sociais e seu papel como patrimônio.

A propriedade, juntamente com o requinte de seus arranjos paisagísticos, demonstrava o poder econômico e gosto estético de seus proprietários. Um detalhe importante, que pode apontar as fontes de inspiração para a forma de morar em estudo, foi a estreita relação da família com a corte, pois a baronesa era natural do Rio de Janeiro e, por via paterna, descendente de ingleses.

Esse dado pôde ser relacionado com observações do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, em **Sobrados e Mucambos** (1977), segundo as quais, nas primeiras décadas do século XIX, os ingleses mais abastados, recém-chegados ao Brasil, deram muito valor às chácaras que existiam nos arredores do centro urbano do Rio de Janeiro e de outras cidades, onde se instalaram.

O historiador e arqueólogo, Ulpiano Bezerra Meneses, no texto **A paisagem como fato social** (2002), escreveu que os ingleses trouxeram como padrão de comportamento, o culto ao *pitoresco*, *ao belo* e *ao sublime*, às paisagens idealizadas

² O termo foi utilizado por Pierre Nora (1993, p.12), quando expressou que os “lugares de memória são, antes de tudo, restos.” Octave Debary (2010) utilizou a palavra quando se referiu ao que sobrou, ao que foi reutilizado ou recebeu nova função, como objetos de museu ou edificações. Em algum momento foram restos.

pela arte. Sem esquecer que o “bom gosto” era um privilégio das classes sociais mais altas, educadas para tal.

No entorno da antiga morada, compondo a paisagem pitoresca, ainda hoje convivem um jardim de inspiração francesa com chafariz, canteiros simétricos e traçado geométrico, outro de influência inglesa com extenso gramado, gruta com pedras de quartzo, canaletes, pontes, ilha, um local para criação de coelhos na forma de um pequeno castelo e um bosque onde predominam eucaliptos, com dois pequenos lagos e vias sinuosas.

Esses elementos paisagísticos foram remanescentes de uma estrutura projetada, provavelmente, no final da década de 1870 ou ao longo da década seguinte, por Amélia e Annibal Antunes Maciel Júnior.

Nos anos 1870, Pelotas se desenvolvia impulsionada pelo charque produzido por mão de obra escravizada. Com relação à cidade, Ester J. B. Gutierrez (2004, p. 391) caracterizou o final do século XIX, com as seguintes palavras:

[...] O tempo foi passando e o gado engordando. As graxas, os sebos, as banhas, os couros e as carnes salgadas foram enriquecendo estancieiros, charqueadores e o patrimônio urbano desses senhores. No fim do regime servil, em Pelotas, com “*bom gosto*”, nenhum constrangimento, muita ostentação e fausto, a arquitetura enfeitou-se.

O primeiro período estudado iniciou em 1863, ano em que, segundo a narrativa do Museu da Baronesa³, o Cel. Annibal Antunes Maciel comprou o terreno da chácara para dar de presente de casamento ao seu filho, de mesmo nome. Annibal e Amélia se casaram, em 1864, no Rio de Janeiro. O título de Barão de Três Serros foi recebido em 1884 e estava relacionado à emancipação de cinquenta e oito de seus trabalhadores escravizados, conforme a pesquisa genealógica de I. F. de Assumpção Santos (1957). Nesta fase, o lugar se consolidou como residência da família de Annibal Antunes Maciel Jr., tendo como marco o falecimento do barão, em 1887.

Até 1919, o Parque Annibal pertenceu à Baronesa de Três Serros. A morada principal foi remodelada em diferentes momentos, recebendo os itens da modernidade, das artes decorativas e a manutenção necessária para bem habitá-la, conforme demonstraram os documentos manuscritos pelas mãos de Dona Sinhá. O

³ Refere-se à documentação administrativa do museu, que reproduz, provavelmente, informações que os descendentes dos barões transmitiram de forma verbal. Os inventários apontam outra versão, a ser abordada nesta pesquisa: herança materna.

contexto do bairro Areal também se modificou. A partir de meados do século passado, a urbanização intensificou-se e o entorno do imóvel, aos poucos, perdeu seu aspecto de transição entre a zona urbana e a rural. Assim, ocorreu a segunda fase da biografia da habitação, em meio à convivência com os filhos e netos dos Barões de Três Serros e com as pessoas que trabalharam para a família nos afazeres domésticos e na conservação do local. Nesse momento, o país vivia a pós-abolição, a passagem de Império para República e adentrou o século XX.

Após o falecimento de Dona Sinhá, em 1966, o lugar conheceu um período de declínio. Até 1978, se dirigia para um possível desaparecimento. Esta etapa caracterizou o fim da fase utilitária e o início da fase patrimonial. Neste ano, parte da chácara passou ao município, incluindo duas casas existentes na propriedade: a antiga casa senhorial, atualmente chamada Museu Municipal Parque da Baronesa, e um sobrado construído em torno de 1935. A área, de aproximadamente dez hectares, hoje possui pouco mais de seis. Ao terreno restante outros foram acrescidos para, após os trâmites legais com a municipalidade, ser loteado e explorado economicamente pelos herdeiros da família Antunes Maciel.

Para cumprir suas novas funções e “renascer”, a casa principal e seu entorno passaram por quatro anos de reformas promovidas pela Prefeitura. O museu foi inaugurado em 1982 e, atualmente, está vinculado à Secretaria Municipal de Cultura. Em 1985, o parque e os prédios foram tombados como patrimônio histórico e cultural do município, pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas - COMPHIC⁴. Em maio de 2018, a Chácara da Baronesa foi reconhecida como parte do Conjunto Histórico de Pelotas, cujo tombamento se associou ao registro dos modos de fazer os doces das Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu)⁵.

Na foto aérea, de 1953, foi possível observar a área original da propriedade, com os limites Norte e Sul dados pelas Avenidas Domingos de Almeida e Ferreira Viana, respectivamente. O local se destacou pela concentração de vegetação de grande porte (Figura 2).

⁴ Criado pela Lei nº 2.708, de 10 de maio de 1982, que dispôs sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural do município de Pelotas, na gestão do prefeito Irajá Andara Rodrigues.

⁵ Conforme informações do portal do IPHAN: <portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4640/historia-e-tradicao-patrimonio-cultural-de-pelotas-e-reconhecido-pelo-iphan>. Acessado em: 15 mai.2018.



Figura 2 – Fotografia aérea de parte do bairro Areal (1953), evidenciando a antiga Chácara da Baronesa, ou Parque Annibal, entre as Avenidas Domingos de Almeida, São Francisco de Paula e Ferreira Viana. Pelotas. RS. Adaptações elaboradas pela autora. Fonte: Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim/UFPel.

Na figura 3, em destaque, a localização do Museu da Baronesa e sua situação na malha urbana da cidade.



Figura 3 – Imagem de satélite da malha urbana de Pelotas, RS, com localização do Museu Municipal Parque da Baronesa (MMPB). Adaptações elaboradas pela autora. Fonte: Google Maps, 2017.

A planta de situação (Figura 4) mostra a atual configuração da antiga propriedade, ocupando uma quadra limitada pela Av. Domingos de Almeida, ao Norte, Av. São Francisco de Paula, a Leste, Rua Menna Barreto, ao Sul, e Rua Alcides Torres, a Oeste, no bairro Areal. Na esquina da Rua Alcides Torres aparece uma edificação de propriedade particular e, ao lado, uma área que faz parte do parque, utilizada pela Prefeitura como apoio à prestação de serviços urbanos. No desenho identificaram-se as duas edificações, o museu e o sobrado, e os elementos arquitetônicos e paisagísticos. A implantação da vegetação foi ilustrativa.

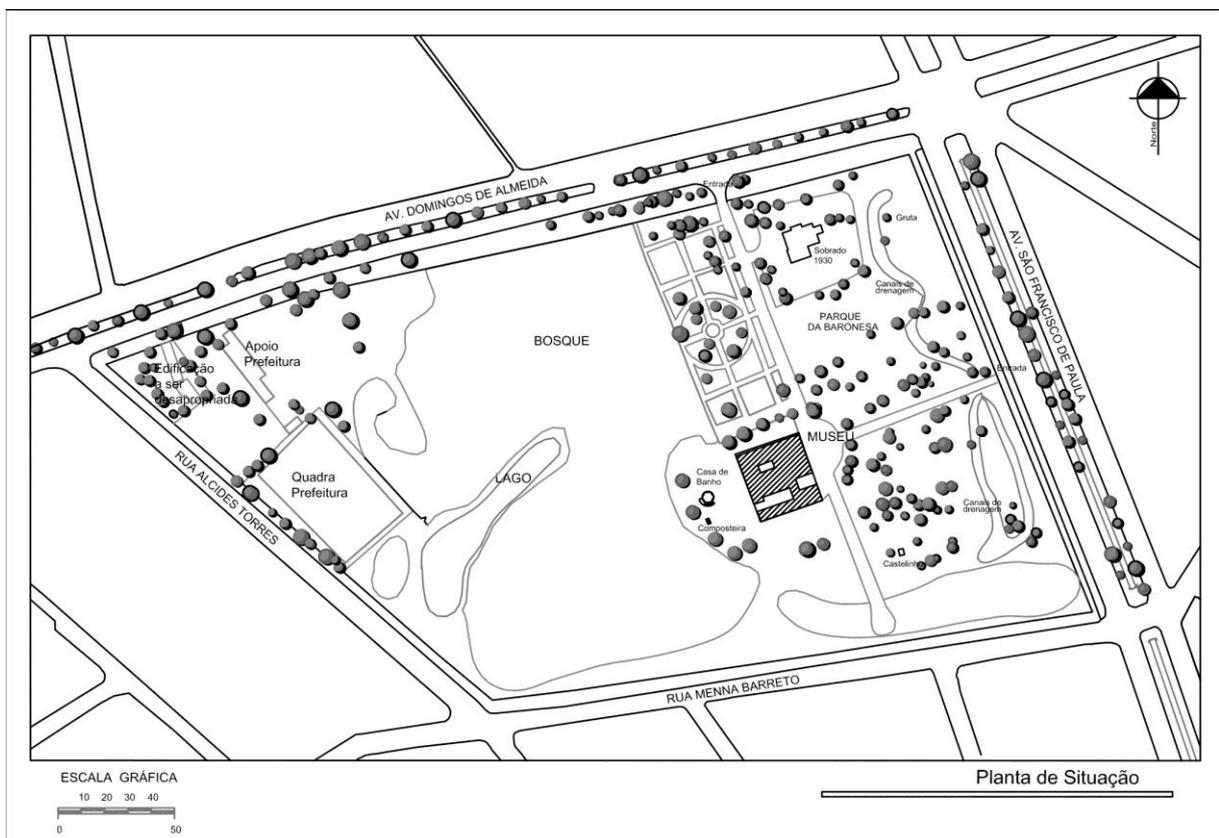


Figura 4 – Planta de situação do Museu Municipal Parque da Baronesa (MMPB). Pelotas. RS. Fonte: Secretaria Municipal de Cultura (Secult).

O prédio do museu manteve a tipologia de residência⁶ (Figura 5). Com peças doadas pela família e outras recebidas da comunidade, seu acervo trouxe representações de modos de vida, de hábitos e relacionamentos da sociedade

⁶ A “tipologia de residência” diz respeito à configuração arquitetônica do prédio do museu, com seus diferentes ambientes, e, também, à museografia - no sentido das ações que envolvem as práticas expositivas (DESVALÉES; MAIRESSE, 2014) -, que remete aos cômodos de uma casa.

pelotense, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX⁷. A coleção foi composta por mobiliário, objetos de decoração e utilidade doméstica, vestuário e seus complementos, objetos de uso pessoal, livros, fotografias, jornais, documentos, pinturas de cavalete e a casa de morada com seus jardins.



Figura 5 – Fotografia da fachada principal do Museu Municipal Parque da Baronesa (MMPB). Pelotas. RS. Autor: Laureano Bittencourt. Ano: 2002. Fonte: Secretaria Municipal de Cultura (Secult).

Parte do acervo documental serviu como fonte e motivação para a presente pesquisa, principalmente os livros de despesas cuidadosamente organizados por Dona Sinhá, seguidos pelo conjunto de cartas trocadas entre os familiares, fotografias e recortes de jornais. A documentação demonstrou a existência de muitos trabalhadores que mantinham os espaços internos e externos, aqueles que residiam no local e, também, registrou intervenções ocorridas no imóvel.

Ao mesmo tempo, desde 2014, o discurso do museu vem sendo requalificado, por meio do “Projeto de Visibilidade do Negro no discurso do Museu da Baronesa”, para que outros atores, que conviveram com a família, como trabalhadores escravizados ou como empregados, também se tornassem protagonistas deste espaço. Isso reforçou a importância de tomar a chácara em sua dimensão de “objeto em seu contexto social”.

⁷ Este texto se referiu à missão do museu, conforme enunciada no Plano Museológico do Museu da Baronesa, que, até o momento de publicação desta tese, aguardava validação da Secretaria Municipal de Cultura. Foi suprimida a palavra *elite*, porque o espaço acolheu diferentes seguimentos da sociedade, além da família Antunes Maciel.

O interesse nesta investigação ampliou-se com dois convites recebidos, em 2012, para apresentar o Museu da Baronesa, ambos da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB).

O primeiro convite foi para o **IV Encontro Luso-Brasileiro de Museus-Casas**: revestimentos internos das casas do século XIX⁸, dedicado ao debate dos revestimentos arquitetônicos dos interiores, com destaque para os azulejos, os estuques e as pinturas murais. Nesse evento, a palestra versou sobre os azulejos, os ladrilhos e a pintura mural existentes na casa da baronesa.

O segundo foi para apresentar o Parque da Baronesa no **III Encontro de Gestores de Jardins Históricos**⁹. Nessa ocasião, foi possível avaliar a importância e fragilidade dos jardins históricos brasileiros, seu valor patrimonial e as enormes dificuldades para sua gestão. A maioria dos jardins referenciados, públicos ou privados, eram contemporâneos aos da antiga Chácara da Baronesa, como o Passeio Público do Rio de Janeiro e aqueles do Museu da República (RJ), do Museu Mariano Procópio (MG) e da FCRB, por exemplo, originalmente propriedades privadas.

Em 2015, a participação no **II Colóquio Internacional A Casa Senhorial – Anatomia de Interiores**¹⁰ possibilitou contato com um método para organização das diferentes fases da chácara, por meio de características arquitetônicas como o programa da casa, a ornamentação fixa e o equipamento móvel. O evento foi um desdobramento do projeto “A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: Anatomia de Interiores”, realizado de 2012 a 2014, com foco nos aspectos interiores das casas de morada da nobreza e alta burguesia, entre os séculos XVII e XIX.

Diante do exposto, uma pesquisa mais aprofundada no acervo do museu, e em documentos relacionados, trouxe outras memórias à narrativa desse espaço. Isso foi fundamental para compor sua biografia sob o viés da cultura material, como

⁸ O encontro foi realizado em parceria com as organizações portuguesas: Fundação Ricardo Espírito Santo e Silva (FRESS), o Museu da Emigração e das Comunidades (MEC) e o International Council of Museums (ICOM) de Portugal.

⁹ Organizado pela Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Museu Mariano Procópio, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Escola de Belas Artes (EBA), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

¹⁰ O evento foi promovido pela FCRB, com apoio da EBA/UFRJ, da Escola de Arquitetura e Urbanismo (EAU) da Universidade Federal Fluminense (UFF), do Museu da República do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), Universidade Nova Lisboa (Portugal) e FRESS (Portugal), com o patrocínio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

forma de habitar, no ciclo inicial, e enquanto patrimônio e museu, na análise do ciclo final.

Os livros de despesas foram fontes de pesquisa para diferentes trabalhos e temáticas, como alimentação, registros de viagens e estudos da cultura escrita¹¹. O projeto de pesquisa coordenado pela Profa. Dra. Ester J. B. Gutierrez, homologado com o título **Os jardins de Annibal e Amélia Antunes Maciel: construção de espaços no sul do Brasil (1863-2013)**, foi contemplado com uma bolsista do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), com objetivo de digitalizar e sistematizar os manuscritos, reduzindo a necessidade de manuseá-los. A partir disso, passou-se ao levantamento das informações pertinentes à conservação e intervenções ocorridas na propriedade, trabalhadores que executavam essas tarefas, compra de mobiliário e utensílios, tanto relativos à parte interna (residência) quanto à externa (jardins e espaços, como horta, poteiros, etc.).

Nos últimos anos, o Museu da Baronesa e seu acervo têm sido objeto de pesquisas com temáticas diversas, em nível de graduação e pós-graduação: Clarissa Pereira (2008) sistematizou o acervo fotográfico preto e branco; Noris Leal (2007) analisou a gestão do museu entre 1982 e 2004; Débora Clasen de Paula (2008) e Carla Gastaud (2009) desenvolveram pesquisas individuais sobre a escrita epistolar utilizando o conjunto de cartas da família Antunes Maciel; Denise Marroni dos Santos (2009) dissertou sobre a moda com apoio no acervo têxtil; Olga Maria Almeida Silva (2009) investigou uma metodologia para ampliar as informações sobre o mobiliário com base nas peças do acervo; e Jezuina Schwanz (2011) se dedicou à análise das representações criadas pela comunidade em torno da Chácara da Baronesa.

Estudantes de graduação dos cursos de Museologia e de Conservação e Restauro, do Instituto de Ciências Humanas (ICH), da UFPel, igualmente exploraram temas de suas áreas específicas, como documentação museológica, exposições, ações educativas, pesquisa de público, acervos e conservação e restauro.

Recentemente, a professora Andréa Bachettini (2017) defendeu sua tese sob o título **As reservas técnicas em museus: um estudo sobre os espaços de guarda dos acervos, o caso do Museu Municipal Parque da Baronesa**, no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural/ICH/UFPel. No mesmo

¹¹ Projeto de Pesquisa **Cultura escrita e documento**, coordenado pela Profa. Dra. Carla Rodrigues Gastaud, do curso de graduação em Museologia/Instituto de Ciências Humanas (ICH), UFPel.

programa, Keli Cristina Scolari está desenvolvendo tese sobre as faianças portuguesas existentes na fachada do prédio do museu.

Entre os trabalhos desenvolvidos até o presente momento, houve uma lacuna na investigação de como a chácara evoluiu em relação a sua arquitetura, seu uso como espaço doméstico e as alterações promovidas, em especial, pelo município. Dessa forma, aliar a história do objeto arquitetônico, aos estudos da cultura material trouxe relevância à pesquisa, enquanto estudo contemporâneo relacionado ao Museu Municipal Parque da Baronesa. Sua contribuição veio auxiliar a discussão proposta pela instituição, quanto à requalificação de sua narrativa.

Outra justificativa se deu pela importância do local que, com o desenvolvimento urbano da cidade, converteu-se num dos raros exemplares preservados de chácaras urbanas do Rio Grande do Sul. Transformado em museu e aberto ao público, é frequentado por milhares de pessoas anualmente, pelotenses, turistas e grupos de estudantes. Pretende-se que os visitantes percebam os resultados deste trabalho, por meio de uma comunicação museológica qualificada.

A pesquisa teve como objetivo geral compreender as memórias reveladas, ou silenciadas, pela Chácara da Baronesa, por meio do estudo das materialidades que alcançaram nosso tempo, desvendadas por diferentes documentos, tendo como método de análise a noção de biografia cultural dos objetos.

Para alcançar esse entendimento geral do objeto de estudo, buscaram-se os seguintes objetivos específicos: descrever o contexto histórico, social e cultural, em que se insere a Chácara da Baronesa, como forma de morar e como museu; identificar nos documentos pesquisados as marcas dos diferentes ciclos de vida da chácara, relacionadas às materialidades e sociabilidades do lugar; e interpretar o lugar estudado em seu momento de transição, de espaço privado a espaço público.

Para dar suporte à análise proposta, seguiu-se metodologia tradicional da História, sobretudo, com coleta e apreciação de informações, vestígios e testemunhos em fontes documentais verbais e não verbais. Segundo Julio Aróstegui (2006, p.500), historiador espanhol, essas últimas foram consideradas “documentos culturais”:

[...] um amplo tipo de fontes onde se incluem todas aquelas nas quais é possível separar um ‘suporte’ de um ‘conteúdo’ da informação. Fontes culturais são, portanto, praticamente todas as existentes que não são fontes arqueológicas, todas aquelas, escritas, faladas, simbólicas ou audiovisuais que transmitem uma mensagem em linguagem mais ou menos formalizada.

Também se utilizaram fontes materiais, não propriamente arqueológicas, como delimitou o autor, mas representadas pela própria arquitetura, jardins, móveis e utensílios que pertenceram à família Antunes Maciel.

Esses documentos foram interrogados para compreensão do objeto na sua fase como Chácara da Baronesa e no período de transição e transformação em Museu da Baronesa. Procurou-se relacionar o contexto social existente, às materialidades que sobreviveram ao tempo e àquelas que a ele sucumbiram. Também houve elementos ausentes, que, possivelmente, não se adequaram às políticas de memória e patrimônio estabelecidas nesse processo de metamorfose.

Para tanto, a metodologia de interpretação da pesquisa aproximou-se do conceito proposto pelo antropólogo Igor Kopytoff (2008, p.94), que, no campo da cultura material, analisou o objeto como mercadoria e sugeriu seu estudo por meio da “biografia cultural das coisas”. O autor apontou que, para desenvolver uma biografia dos objetos, estes poderiam ser questionados da mesma forma que se faz perguntas às pessoas, tendo em vista uma percepção do objetivo a ser atingido. Esta noção implicou em como e de que perspectiva o assunto, ou objeto, foi tratado, para que a biografia fosse “culturalmente informada”.

Seguindo Kopytoff, Karin Dannehl (2009), historiadora e professora inglesa, trabalhou com os conceitos de biografia dos objetos e de modelo de ciclo de vida. Segundo a autora, seu estudo propôs uma metodologia híbrida para tratar a complementaridade dos dois conceitos. O método biográfico se dedicaria às características específicas e excepcionais dos objetos, ou, neste estudo, do prédio enquanto Chácara da Baronesa e Museu. O modelo de ciclo de vida seria direcionado às qualidades e especificidades genéricas da edificação e seu contexto. Dannehl escreveu que ambos os conceitos “destacam as lacunas existentes na investigação, tanto quanto ajudam a colocar as peças conhecidas no mosaico” (2009, p.134, tradução nossa). Estes aspectos foram desenvolvidos em capítulo próprio, a seguir.

Para desenvolver a leitura biográfica do objeto, a pesquisa contou com textos, manuscritos e impressos, imagens e depoimentos, relacionados ao campo da história e às formas de uso destes documentos. No século XX, historiadores como Lucien Febvre (1989) e Jacques Le Goff (1977), envolvidos com a escola dos *Annales*, revolucionaram a concepção das fontes com que se fazia a história. No final dos anos 1920, Febvre (1989, p.24) indicou que, para tal, se deveria utilizar

“todos os textos”, e não somente os documentos de arquivo: “[...] Mas, também, um poema, um quadro, um drama: documentos para nós, testemunhos de uma história viva e humana [...]”.

Le Goff (1997) seguiu a mesma linha, afirmando que se passou, então, a fazer história não só com “documentos escritos”, mas igualmente com todas as representações dos saberes e fazeres do homem, que poderiam apontar sua presença, suas formas de expressão, seus gostos. Na década de 1970, o autor cunhou a expressão “documento/monumento” e salientou a importância da “crítica do documento”. O *monumento*, segundo ele, “é tudo aquilo que pode evocar o passado”, que fez perpetuar a recordação, como, por exemplo, os “atos escritos” ou ilustrados, os sons, as imagens, as palavras. Já o *documento* seria uma “escolha do historiador”:

O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento [...] que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer papel de ingênuo (LE GOFF, 1997, p.103).

No intuito de compreender a origem, a genealogia, os bens, as relações familiares dos Antunes Maciel e a rede social com eles envolvida, foram pesquisados os inventários de Francisco Antunes Maciel (1832), de Felisbina da Silva Antunes (1871), do Coronel Annibal Antunes Maciel (1875), de José Annibal Antunes Maciel (1875), Francisco Annibal Antunes Maciel e Maria Augusta de Resende Antunes (1877) e do Barão de Três Serros (1887), respectivamente, avô paterno, mãe, pai, irmãos e cunhada do último citado, localizados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, RS.

Os livros de registros de despesa e receita (ou livro de contas) da família Antunes Maciel, que se encontraram no acervo documental do Museu da Baronesa, forneceram informações relacionadas às diferentes fases da vida da propriedade. Foram utilizados doze livros (do número dois ao número treze), manuscritos entre 1894 e 1946, que pertenceram à Amélia Annibal Hartley Maciel, Dona Sinhá, filha dos barões. As anotações apresentaram detalhes das despesas diárias da família, que envolviam a compra de alimentos, tecidos, medicamentos, utensílios e mobílias, pagamentos de empregados domésticos, jardineiros e fornecedores de uma diversidade de produtos, despesas com viagens, gastos com a construção de

galinheiro e cercas, compra de animais e sua respectiva alimentação e diversas reformas ocorridas na casa, como pinturas e aplicação de papéis de parede, instalações hidráulicas e colocação de azulejos.

Nas cartas pertencentes à coleção família Antunes Maciel, do acervo do Museu da Baronesa, predominaram as trocas de notícias e afetos entre a baronesa e Dona Sinhá e entre esta última e um de seus filhos. Nesses manuscritos, encontraram-se, por exemplo, comentários sobre os empregados, sobre a manutenção da casa e seus jardins, de negócios com aluguéis e arrendamentos de terras e o interesse da baronesa pelos estudos e reuniões em torno da doutrina de espírita. Ao todo foram cento e cinquenta e uma cartas escritas por Amélia Hartley Antunes Maciel, a baronesa, de 1885 a 1918; duas cartas de Amélia Annibal Hartley Maciel, D. Sinhá, de 1897 e 1914; e cinquenta e cinco cartas de Rubens Antunes Maciel (neto da baronesa), em 1914.

Nos jornais da Biblioteca Pública Pelotense (BPP) – exemplares do **Jornal do Comércio, Opinião Pública e Diário Popular**, das duas últimas décadas do século XIX, localizaram-se anúncios de venda de chácaras em Pelotas. Também foram examinados os recortes de jornais encontrados no acervo do museu, que mostraram notícias referentes à família Antunes Maciel e à Chácara da Baronesa, principalmente aquelas que indicaram o período de declínio.

As transcrições de entrevistas com Zilda Maciel de Abreu e Silva, neta da baronesa, e Magali Antunes Maciel Aranha, bisneta, pertencentes à documentação de pesquisa do Museu da Baronesa, trouxeram memórias de juventude e dos tempos passados na chácara. Zilda concedeu sua entrevista no Rio de Janeiro, em 2001, para o Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira. As recordações de Magali foram gravadas no mesmo ano, pela Profa. Dra. Carla Gastaud, mas durante uma visita ao museu. Suas lembranças remeteram às temporadas de férias que passava na casa dos avôs, nas décadas de 1940 e 1950. Em 2015, ela fez nova visita, acompanhada de filhos e netos, e, logo após, encaminhou depoimento via e-mail, um complemento às impressões registradas em sua conversa anos antes.

As fotografias selecionadas no acervo do museu, dos séculos XIX e XX, testemunharam diferentes épocas da chácara. Entre essas imagens, um conjunto de fotografias que mostrou o estado em que se encontrava a propriedade, provavelmente, em data imediatamente anterior à entrega do bem ao município. Também foram recebidas cópias de fotografias da coleção pessoal de Magali

Antunes Maciel Aranha, enviadas por meio eletrônico, que registraram momentos, ambientes e pessoas que fizeram parte da história do lugar.

A película *Ângela*, de 1951, filmada pela Companhia Cinematográfica Vera Cruz no interior da morada e em seu entorno, entre outras locações, revelou uma riqueza de detalhes que se perderam com o tempo, principalmente na reforma que transformou a residência em museu. No filme, encontraram-se a arte decorativa das paredes, as características de janelas, portas e vidraças, as cortinas e tecidos usados na decoração doméstica. Quanto ao mobiliário que compôs os ambientes da filmagem na chácara, grande parte das peças permaneceu no acervo da instituição.

E, por fim, os documentos do arquivo administrativo do Museu Municipal Parque da Baronesa forneceram registros referentes ao processo de municipalização e de transformação do local em museu.

Essa série de elementos representados pelos manuscritos, fotografias, inventários *post mortem*, filme cinematográfico, testemunhos verbais, foram questionados e relacionados entre si com a intenção de preencher lacunas e estruturar a biografia do lugar. A própria chácara, aqui tomada como objeto evocador de memórias, deixou traços, restos da arquitetura, dos jardins, dos móveis, dos utensílios que remeteram à trajetória de sua vida social. Essa mesma arquitetura demonstrou o que foi relegado ao esquecimento e à subtração, porque, talvez, não fosse digno de permanência.

O embasamento teórico associou noções das áreas da arquitetura, da memória, da cultura material, do patrimônio e dos museus, encontradas nas reflexões de historiadores, antropólogos, arquitetos e urbanistas, museólogos, sociólogos e arqueólogos. A reunião de diferentes olhares se traduziu num melhor entendimento dos campos que se apresentaram como foco deste trabalho: da memória e do patrimônio.

Por onde começar? Pela casa... A casa, esse “primeiro universo”, “palco da narrativa de nossa história”, em Gaston Bachelard (1993, p.24 e 25); espaço que reuniu em si “os significados de casa e família, de moradia e abrigo, de propriedade e afeição”, conforme Witold Rybczynski (2002, p.73); “função básica de abrigo”, “palco permanente das atividades condicionadas à cultura de seus usuários”, para Carlos Lemos (1989, p. 9). Amos Rapoport (1984, p.26), em seu texto que relacionou arquitetura e cultura, descreveu a habitação como algo além de “[...] objetos materiais ou estruturas. São instituições, fenômenos culturais básicos”. “A

casa é um elemento de fixação”; “o domínio privado por excelência é a casa, fundamento material da família e pilar da ordem social”, assim Michelle Perrot (2009, p.285) apresentou o espaço arquitetônico doméstico em seu estudo sobre a vida privada.

E a memória da casa? O que ela evocou? O estudo da memória, entrelaçado por disciplinas “aparentemente” distintas, como os diferentes estudos da história, da cultura material, da antropologia ou da arqueologia, da arquitetura ao *design*, indicou o caminho para construção de uma trajetória de vida para a chácara¹².

Além de textos e imagens que contribuíram para a biografia do objeto estudado, o pesquisador, assim como o historiador da cultura, também usa a materialidade do local para fazer as coisas falarem, com a mesma ideia de “documento”. Conforme Sandra Pesavento (2004, p.98): “[...] Casas, prédios, monumentos, traçados das ruas, brinquedos apontam no sentido de que as coisas materiais são detentoras de significados e se prestam à leitura”.

Segundo Bezerra de Meneses (1998, p.2-3), o artefato traz em si marcas da memória, causada porque normalmente possui uma vida mais longa que a de seus “produtores e usuários originais”. Este fato “[...] já o torna apto a expressar o passado de forma profunda e sensorialmente convincente”. Em sua análise sobre a percepção dos objetos materiais, enquanto agentes nos “processos de rememoração”, o autor questionou: “[...] que tipo de informação intrínseca podem os artefatos conter, especialmente de conteúdo histórico?”. O objeto, enquanto “documento histórico”, comunica segundo critérios estabelecidos pelo pesquisador, que define, também, a amplitude e a direção de seu discurso. Essa observação dialogou com o método biográfico de Kopytoff, explorado no capítulo que abordou a revisão metodológica.

A habitação funcionou como “sociotransmissor”, na expressão de Joël Candau (2002), e sua memória se fixou por meio dos “marcos sociais”, segundo escreveu Maurice Halbwachs (2004). O espaço simbólico, representado pela antiga residência, trabalhou como evocador de memórias transmitidas pelo grupo familiar e por pessoas de suas relações sociais, pelos que ali trabalharam e circularam e pelos vestígios materiais que restaram no presente.

¹² Jô Gondar e Vera Dodebei (2005), por exemplo, apresentam discussões sobre a polissemia de conceitos que envolvem os estudos da memória, no livro **O que é memória social?**

A residência não foi somente um palco para os atos sociais ali praticados, mas também um agente desta encenação. A ideia de que as coisas possuem vida social foi um conceito descrito pelo antropólogo indiano Arjun Appadurai, em 1986, apresentado em uma coletânea de artigos sob o título, em português, **A vida social das coisas**. Nesta obra de Appadurai, Igor Kopytoff delimitou sua definição para uma “biografia cultural das coisas”, referenciado anteriormente.

Como protagonista da sua história de vida, a antiga chácara pôde ser interpretada de diferentes formas. Laurier Turgeon (2007), professor de etnologia e história, por exemplo, identificou quatro tipos de abordagens utilizadas na pesquisa dos objetos, no campo da cultura material. Eles foram estudados enquanto testemunhos do passado humano, como símbolos, como sujeitos de seu contexto social e portadores de memória e, ainda, sob o viés da relação entre o objeto, a memória e o esquecimento.

O período de transição para uma nova função, de “objeto utilitário” para “objeto patrimonial”, trouxe reflexões que estabeleceram apoio interdisciplinar em autores que focaram na fase de troca de significado. A maioria pensou os artefatos musealizados com dimensões e mobilidade bem diversa de um imóvel sesquicentenário, mas se percebeu que o sentido dado foi semelhante. Entre esses pesquisadores estão, Kopytoff e Appadurai, mencionados no texto. Este último, no artigo **The thing itself**, de 2006, escreveu sobre a questão da corrosão do tempo, ou história, que intensifica a tendência de que as coisas se movam para um novo *status* em sua vida. Neste limite, em **Segunda mão e segunda vida: objetos lembranças e fotografias**, Octave Debary (2010) estudou a problemática dos trastes esquecidos em sótãos, objetos domésticos ou de uso pessoal. Estes que ganham uma segunda vida ao serem vendidos ou trocados em feiras ou mercado de “pulgas”, onde adquirem “novo significado”, ou “nova utilidade”. A “segunda vida” também se manifesta quando o artefato é preservado por um museu.

No caso da Chácara da Baronesa, essa concepção foi reforçada porque o *status* de patrimônio histórico veio por intermédio da musealização, tanto do conteúdo que o prédio passou a abrigar quanto do que ele mesmo representou por meio de sua arquitetura.

A mudança de função dos objetos e seus significados fizeram parte da discussão do filósofo e historiador, Krzysztof Pomian, no texto **Colecção** (1997), que tratou dos *semióforos*. No mesmo sentido, em **Memória e Cultura: documentos**

peçoais no espaço público (1998), Ulpiano Bezerra de Meneses, escreveu sobre os tipos de informações históricas os objetos podem oferecer, enquanto documentos. Ambos colaboraram conceitualmente no processo de elaboração da tese, desenvolvido em capítulo específico.

Em relação aos termos utilizados para percorrer a trajetória do objeto analisado, com apoio em Dannehl (2009) e Kopytoff (2008), definiu-se que o *ciclo de vida* é um período com início, meio e fim, que pode se encerrar com uma mudança de geração ou de *status*; os *estágios* ocorrem em cada um dos ciclos, como, por exemplo, *produção, distribuição e consumo*; se, no final de um estágio de consumo, o objeto retornar ao estágio de distribuição, um novo *ciclo* se inicia. No caso da Chácara da Baronesa, isso coincidiu com os momentos em que a propriedade assumiu o papel de herança, ocorridos em 1887, 1919 e 1966. Estes foram, respectivamente, os ciclos que se iniciaram com o falecimento do barão, da baronesa Amélia e de Amélia Annibal, Dona Sinhá. A última fase estudada, quando aconteceu a mudança de função, ficou compreendida entre 1966 e 1985.

No interior de cada ciclo, selecionaram-se três grandes eixos de trabalho, ou áreas de interesse: o contexto histórico, social e cultural, a família senhorial e o lugar de morar/casa senhorial - arquitetura, moradores e trabalhadores. Um quarto eixo, aliado aos anteriores, se referiu especificamente à etapa final da biografia: o lugar de memória/museu.

A tese foi estruturada em quatro capítulos (numerados de dois a cinco)¹³ que envolveram o estudo teórico e os diferentes ciclos de vida da Chácara da Baronesa, trilhando uma ordem cronológica, para assim compor sua história de vida.

O capítulo “Leitura de uma forma de morar: chácara” se subdivide em dois itens. Primeiramente, “Teoria, bibliografia e metodologia” apresenta a revisão teórico-bibliográfica e metodológica, como apoio para apresentação do contexto, interpretação da chácara no campo da cultura material e construção de sua biografia cultural. Em seguida, o item “Documentação” indica e exemplifica as fontes documentais analisadas.

O segundo capítulo, “Chácara como morada no Brasil e a Chácara da Baronesa em Pelotas”, está dividido em duas partes. A primeira, “Contexto e família oitocentista”, trata do contexto histórico, social e cultural em que se insere o objeto

¹³ Segundo o sistema de numeração progressiva adotado pelo **Manual de normas UFPel para trabalhos acadêmicos** (UFPel, 2013).

de estudo, no século XIX, e das origens e ascendência da família dos Barões de Três Serro, e “A chácara como morada - Parque Annibal. 1863-1887” explora o ciclo de formação da chácara e da residência do casal Annibal AM Jr. e Amélia Hartley AM e de sua prole.

O título “Chácara da Baronesa - Século XX” denomina o terceiro capítulo, que compreende “Residência da Sra. Baronesa de Três Serros. 1887 - 1919” e “Tempos de Dona Sinhá. 1919 - 1966”. Esta fase da biografia abarca os dois ciclos seguintes à morte do Barão de Três Serros, quando a chácara vivencia estágios de distribuição (herança) e consumo (morada).

No quarto capítulo, “Do privado ao público, uma chácara que virou museu. 1966 - 1985” são analisados dois momentos, de declínio e renascimento: “De herança a mercadoria. 1966 - 1978”, em que a propriedade adota o *status* de mercadoria, enquanto seus herdeiros decidem o futuro do lugar, e “Museu da Baronesa - patrimônio do município. 1978 -1985”, que analisa os fatores envolvidos na mudança de função da habitação, relacionando-os às políticas municipais de memória e patrimônio, reveladas pelas materialidades presentes e ausentes no antigo casarão e seu entorno.

2 Leitura de uma forma de morar: chácara

2.1 Teoria, bibliografia e metodologia

A revisão teórico-bibliográfica, aqui apresentada e desenvolvida ao longo dos capítulos, levou, aparentemente, não a uma discussão, mas à procura de cruzamentos, de “atravessamentos”, de intersecções dos campos de interesse neste estudo interdisciplinar. Segundo Jô Gondar (2005, p.14), quando trabalhamos com distintas disciplinas para tratar um mesmo objeto,

[...] os discursos acerca desse tema são postos em diálogo. A ideia central é a de que o universo dos saberes deve ser democrático: busca-se o diálogo, admite-se a paridade dos participantes e procura-se dar ao debate o horizonte do consenso.

Essa busca se lançou sobre a arquitetura e os estudos da cultura material, permeados pelas proposições da memória e as questões patrimoniais. Fez pensar a Chácara da Baronesa, agora um museu, em diferentes momentos, significados e funções, em que o ator em comum foi o ser humano.

Partiu-se da arquitetura revelada no ambiente construído, pensada e planejada antes de se tornar concreta. O arquiteto Amos Rapoport (1984, p.38), escreveu que a arquitetura identifica grupos e ordena comportamentos quando coloca coisas “em lugares e ambientes discretos e distintos”, cada um exigindo modos e papéis esperados e conhecidos. Aos sacerdotes os templos, aos atores o teatro, aos comerciantes as lojas e às famílias residências.

O autor trouxe a noção de que a arquitetura se originou em condições que vão além do clima, tecnologia, materiais e contexto econômico, sendo, num sentido amplo, resultado de “fatores socioculturais” e de um projeto, de uma ordenação. Assim, considerou a arquitetura “como qualquer construção que muda deliberadamente o ambiente físico de acordo com algum esquema diretor” (RAPOPORT, 1984, p.31).

Desde os primeiros tempos a humanidade deu significado aos seus espaços, construídos ou não, transformando-os em lugares. Seguindo o que propôs Rapoport (1984, p.32), esse processo passou pela organização do meio ambiente, através de “quatro elementos: espaço, significado, comunicação e tempo”. Nas palavras do arquiteto,

[...] o meio ambiente pode ser visto como uma série de relações entre coisas e outras coisas, coisas e pessoas e pessoas e outras pessoas. Essas relações são ordenadas; elas têm forma e estrutura; o meio ambiente *não* é uma reunião de coisas ao acaso. Essas relações são também principalmente, mas não exclusivamente, espaciais; os objetos e as pessoas se relacionam através de vários graus de separação dentro do espaço e pelo espaço (RAPOPORT, 1984, p.32).

Em **A apreensão da forma da cidade** (1996, p.21), a arquiteta e professora Maria Elaine Kohlsdorf argumentou que pode “[...] descrever-se o objeto da arquitetura como espaço físico, transformado por agentes sociais, que o produzem com finalidades colocadas pelos grupos que detêm os meios de produção e a gerências dos lugares”.

No **Dicionário da Arquitetura Brasileira**, Eduardo Corona e Carlos Lemos (1972, p.198), definiram o que significa o espaço na arquitetura:

[...] expressa antes de tudo sua condição tri-dimensional, ou seja, a possibilidade do homem participar de seu interior. De modo especial, não se considera suficiente o projeto através de plantas, cortes, perspectivas, etc., para compreensão exata das três dimensões da arquitetura. É preciso considerar o homem se movimentando no seu interior. Dentro desse critério a análise de uma obra arquitetônica, que se faz através dos dados sociais, funcionais, construtivos, volumétricos e decorativos, não será completa se não forem acrescentados os dados espaciais.

Sob o viés da arquitetura, trabalhou-se aqui com um objeto social, representado pela criação de um espaço físico, como a Chácara da Baronesa. Muros e paredes que encerram o vazio e só têm significado porque nele “os homens andam e vivem”, conforme a reflexão de Bruno Zevi (1996, p.28), arquiteto e urbanista italiano.

Esse lugar foi o cenário da vida de homens e mulheres, espaço doméstico e privado. Nele cumpriram regras, ritos e papéis esperados de si. Deram sentido ao vazio entre os muros e o mantiveram como abrigo, lar e local de trabalho. Ao fim disso, seus tijolos quase perderam a utilidade, condenados a abrigar o abandono.

O tempo seguinte foi de espaço público, museu, lugar para guardar memórias. No presente, essa nova função lhe deu significado e preencheu seus

ambientes. É possível vislumbrar, sob o olhar da arquitetura, que as relações sociais permeiam a biografia cultural dos objetos e estes podem ser obras arquitetônicas.

Para entender o caminho que a chácara trilhou, de lugar de habitar para espaço musealizado, e definir como apresentar essa trajetória, propôs-se transitar pelo campo da cultura material, que aborda os “usos e significados de coisas materiais a partir de um ponto de vista interdisciplinar” (LOUREIRO, 2015, p.10).

Segundo o antropólogo inglês Daniel Miller (2013, p.8), os estudos e interpretações do mundo material não se constituem uma disciplina específica, mas dão importante apoio a áreas do conhecimento que vão da arqueologia à arquitetura, da sociologia ao *design*, que se beneficiam com teorias e pontos de vista para entender o universo das coisas.

O autor dissertou sobre como os objetos fazem as pessoas. “Coisas, veja bem, não coisas individuais, mas todo um sistema de coisas, com sua ordem interna, fazem de nós as pessoas que somos” (MILLER, 2013, p.83).

Esse sistema envolve o cotidiano das pessoas, define a existência das sociedades, passadas, presentes e futuras. Coisas que determinam e condicionam a vida de seu criador. Do menor objeto, que cabe entre os dedos, lembrando Abraham Moles (1981), ou na forma de uma casa, adjetivada por Miller (2013, p.121) como “elefante dos trecos, imensas bestas pesadas, excessivamente difíceis de controlar”, esta última se impõe sobre seus moradores em diferentes aspectos tratados pelo autor.

Seguindo a revisão de autores de diferentes disciplinas, a historiadora e arqueóloga Susan Pearce (1989, p. 48, tradução nossa) interpretou a cultura material como um “sistema de artefatos interdependentes onde o valor de cada um resulta unicamente pela presença simultânea de outros elementos em seu contexto”.

Esses artefatos podem ser definidos como “objetos feitos pelo homem através da aplicação de processos tecnológicos” e reúnem conhecimentos únicos sobre a condição do ser humano na sociedade (PEARCE, 2005, p.13).

Pedro Paulo Funari e Aline Vieira de Carvalho (2009, p.4), respectivamente arqueólogo e historiadora, entenderam a cultura material como algo “sempre presente na vida humana”, acrescentaram ao ato da produção e da técnica, a interação:

Nascemos, crescemos e morremos interagindo com as mais diversas materialidades, criadas dentro de diferentes propósitos: são as estruturas, objetos e modificações que compõem os nossos espaços de lazer, trabalho, moradia, entre inúmeras outras possibilidades. A cultura material é tudo aquilo que é produzido ou modificado pelo ser humano, ou seja, tudo aquilo que faz parte do cotidiano da humanidade, independente do tempo ou mesmo do espaço.

Laurier Turgeon (2007), professor de patrimônio etnológico, relacionou o desenvolvimento dos estudos da cultura material pelas disciplinas das ciências humanas e sociais, com a expansão do patrimônio, na mesma medida em que este privilegia a cultura material - os artefatos, os edifícios e os sítios - por apresentar e representar o passado. Em outras palavras, as práticas memoriais solicitam mais e mais objetos.

O autor propôs quatro leituras para os artefatos. Na primeira, apontou o “objeto testemunho”. Inicialmente pretendia-se que contasse a história das sociedades sem escrita, mas se sobrepôs ao testemunho escrito, uma vez que se constatou que era tão revelador quanto a linguagem.

Numa segunda leitura, veio a análise do “objeto signo”, que marcou as identidades dos indivíduos e dos grupos. Por outro lado, o significado não é próprio das coisas, pode se caracterizar pela ambiguidade e ser modificado pelos atores sociais. Sua materialidade e seu sentido podem ser esquecidos ou restaurados.

Turgeon ressaltou que os objetos são parte das relações sociais. Como uma terceira abordagem descreveu o “objeto social”, que indicou como uma das mais importantes correntes de pensamento dos últimos trinta anos, no âmbito da cultura material. Diz que “se objetos facilitam a socialização do indivíduo, eles são também essenciais no desenvolvimento das relações entre os indivíduos, sendo a troca o modo mais poderoso de usar objetos na construção de vínculos sociais” (TURGEON, 2007, p.24, tradução nossa).

Sobre a duração dos objetos e o que isso provoca, o autor escreveu uma oportuna reflexão que se adaptou ao estudo do casarão que virou museu:

Como os objetos materiais sobrevivem às pessoas, eles estruturam as relações sociais no tempo. Os objetos possuem suas próprias vidas, suas trajetórias, biografias que podem ser reconstituídas. Transmitidos de geração em geração ou de uma cultura para outra, transportam as intenções de seus criadores-transmissores e agem sobre quem os possui. Eles se submetem a recontextualizações sociais e culturais: tomam outras formas, adquirem novos usos e mudam de sentido. Transformar é uma maneira de marcar uma apropriação e, ao mesmo tempo, os objetos

transformados são aqueles que manipulam (TURGEON, 2007, p.25, tradução nossa).

A morada sobreviveu a seus “criadores”, inteira, mas em declínio, carregando memórias num vazio decadente. Como a impor sua sobrevivência, tomou uma nova função, imponente, guardiã de um período de fausto e riqueza. No casarão, transformado em museu, encontraram-se intenções, novos contextos sociais e culturais, apropriações e manipulações.

A quarta leitura trouxe o “objeto memória”. Se ele constrói relações sociais, também age sobre o que é lembrado e o que é esquecido. Os lugares e os objetos de memória não só a sustentam, como participam ativamente de sua estruturação. Turgeon sugeriu que todas essas abordagens continuam atuais, mas a grande diferença é que o objeto passou de um papel passivo, como simples testemunho, para o de sujeito da vida social e da memória. A interpretação da chácara se desenvolveu no entrelaçamento das duas últimas proposições: objeto social e objeto memória.

A construção da biografia deste lugar pressupôs encontrar, nas fontes estudadas, as memórias visíveis e invisíveis que narraram os ciclos de sua vida. Estas lançaram raízes, quando atravessaram disciplinas, áreas do conhecimento, lugares, pessoas e coisas. Segundo Pierre Nora (1993, p. 09), “[...] a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”. Por vezes, se perde, adormece, por descuido ou com um firme propósito:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p.9).

A referência às memórias dos grupos direcionou ao conceito de “memória coletiva”, formulado por Maurice Halbwachs, em 1925, com a publicação do livro **Os contextos sociais da memória**¹⁴. Segundo o filósofo, a memória é um fenômeno social, um conjunto de lembranças reconhecidas, representações do passado compartilhadas de forma coletiva por um grupo no presente. Para a formação dessa memória os indivíduos utilizam os “marcos sociais”, que são representados pelo

¹⁴ Conforme tradução encontrada no prefácio do livro **A memória coletiva**, versão em português editada em 2006. Com relação à obra de 1925, este trabalho utiliza como referência a publicação em espanhol, de 2004, sob o título **Los marcos sociales de la memoria**. Nela também se encontra a expressão “quadros sociais”, com relação ao mesmo assunto.

espaço, a linguagem, o tempo e a experiência, principalmente dentro de grupos como as famílias, as religiões e as classes sociais. O autor afirmou, ainda, que “[...] estes são, precisamente, os instrumentos que a memória coletiva utiliza para reconstruir uma imagem do passado de acordo com cada época e em sintonia com os pensamentos dominantes da sociedade” (HALBWACHS, 2004, p.10, tradução nossa).

Em sua obra de publicação póstuma, **A memória coletiva** (2006), o sociólogo enfatizou o papel do indivíduo na seleção das lembranças ou esquecimentos e explicou como funciona essa memória que perpassa o individual e o coletivo:

[...] se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. [...] uma combinação de influências que são todas de natureza social (HALBWACHS, 2006, p.69).

Para Joël Candau (2002, p.67-68), a teoria da “memória coletiva” expressa de forma adequada como alguns acontecimentos são memorizados ou esquecidos por determinadas sociedades e a existência de diferentes capacidades de memória entre gerações, entre classes sociais, etc., mas não explica como as memórias individuais poderiam formar uma “memória coletiva” e, a partir daí, se conservarem e serem transmitidas. Os grupos são capazes de comunicar as lembranças, mas quem as mantém são os indivíduos. Por isso, ele entendeu que a noção dos “marcos sociais” da memória ajuda a perceber que as recordações individuais podem ser influenciadas por orientações próprias de um grupo, entretanto o conceito de “memória coletiva” não indica como estas orientações produziram uma representação comum do passado, em detrimento da dinâmica das memórias individuais.

Essas noções abrangem o trabalho para desenvolver a biografia do local pesquisado, uma habitação que desempenha o papel de “marco espacial”, evocador de memórias para pessoas e grupos que com ela se relacionam, ou se relacionaram. Halbwachs (2004, p.112) lembrou que: “[...] Tal reconstitución del pasado no puede jamás ser sino una aproximación. Ésta lo será tanto o más que dispongamos de una mayor cantidad de testimonios escritos u orales.”

A Chácara da Baronesa traz lembranças à maneira de um “marco social” pelo espaço que representa e, também, pelo tempo e pelas experiências ali vividas. Na leitura de Candau (2009, p. 52), a antiga morada é um “sociotransmissor”, um meio pelo qual as lembranças são difundidas e que o autor definiu como todas as coisas que modelam o mundo - objetos tangíveis ou intangíveis, seres animados - que permitem estabelecer uma conexão entre pelo menos dois indivíduos.

Ao operar como um “sociotransmissor”, o local se revelou por meio de sua materialidade, seu contexto e suas memórias. Entre 1863 e 1985, vivenciou exuberância, transformações e declínio, para no final ressurgir como um museu. Nesse ponto, é importante trazer autores para refletir no que implicou a transição que preservou a chácara para um novo ciclo de vida: de lugar de morar a lugar de memória, do privado ao público, do funcional ao patrimonial. Estas questões são abordadas ao longo do capítulo que traz as mudanças mais significativas ocorridas na propriedade, como reflexo das políticas de memória e patrimônio adotadas entre 1978 e 1985.

Para Candau (2002), a memória escolhida para ser preservada, no papel de patrimônio¹⁵, é um vasto campo de reflexões, escolhas e disputas. Seleccionada por um grupo ou sociedade, produzida entre o individual e o coletivo, ou seja, por famílias, grupos religiosos, associações de bairro, partidos políticos, obras de arte, monumentos ou museus.

A casa que virou museu se encontra neste campo. O autor definiu uma ideia que acompanhou parte do caminho percorrido pelo objeto da tese, que trata do “valor patrimonial” e da “patrimonialização”:

O patrimônio é o produto de um trabalho da memória que, com o correr do tempo e segundo critérios muito variáveis, seleciona certos elementos herdados do passado para incluí-los na categoria de objetos patrimoniais. Funciona eficazmente como ‘um aparato ideológico da memória’¹⁶. Daí a importância de distinguir muito bem entre a valorização do patrimônio e a patrimonialização, pois a primeira é consequência do ato de memória, quer dizer, da segunda (CANDAU, p.89-90, 2002, tradução nossa).

¹⁵ A palavra “patrimônio” possui diferentes conotações nos dias atuais, além de posse e bem, sendo aplicada em inúmeras situações. Segundo José Reginaldo Gonçalves (2003, p 21-22) pode-se falar em “patrimônios econômicos e financeiros, dos patrimônios imobiliários; referimo-nos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo; usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos; sem falar nos chamados patrimônios intangíveis, de recente e oportuna formulação no Brasil”.

¹⁶ Sobre o “aparato ideológico da memória”, Joël Candau fez referência, em nota de rodapé, a M. Guillaume, **Intervention et stratégies du patrimoine**.

Nora (1993) trabalhou com as incertezas dos lugares criados para guardar a memória, ou lugares de memória¹⁷. Escreveu que atualmente se vive uma ruptura, uma aceleração do tempo, que provoca um sentimento de perda do passado. Porque não existe mais memória, se faz necessário criar museus, arquivos, monumentos, coleções e festas, eternos testemunhos de outro tempo, onde o que já passou se cristaliza, como uma história reconstituída. Para o autor, esses lugares são, antes de tudo, “restos”. Isto incorpora a noção de algo que sobra, que poderia se perder se não fosse conservado, guardado para não ser esquecido. Oferece a ideia de continuidade, imortalidade, uma memória selecionada para ser mantida intencionalmente.

A ideia da frase “guardado para não ser esquecido” pode ser confrontada com a discussão que propôs o antropólogo Octave Debary (informação verbal)¹⁸, segundo a qual “o gesto patrimonial guarda, conserva, mas também distancia. Colocam-se as coisas em museus, não tanto para lembrar, mas para não pensarmos mais nelas.” Esta questão indicou uma base para reflexão a respeito das implicações de decisões e escolhas que transformaram o “velho casarão” em patrimônio.

E quem participa deste gesto patrimonial? Mário Chagas (2005, p. 117) observa que este ato envolve “prestígio” e “poder”:

Apenas aqueles que se consideram possuidores ou que exercem a ação de possuir, do ponto de vista tanto individual quanto coletivo, é que estão em condições de instituir o patrimônio, de deflagar (ou não) os dispositivos necessários para sua preservação, de acionar (ou não) os mecanismos de transferência de posse entre tempos, sociedades e indivíduos diferentes.

As observações do historiador Dominique Poulot (2009, p.14) referentes à formação do patrimônio no ocidente contribuíram para o entendimento de algumas questões tradicionais do patrimônio e seu imaginário, sustentado em enunciados como: “[...] lugar da pessoa pública, em particular da figura do rei [quem detém o poder], lugar da história edificante, lugar de identidade cultural”.

¹⁷ Joël Candau (2002, p.112, tradução nossa) trouxe a definição de “lugar de memória” do dicionário **Le Grand Robert de la langue française**, de 1993, com a seguinte definição: “unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico de uma determinada comunidade.”

¹⁸ Discussão que o antropólogo Octave Debary apresentou ao curso “Políticas de memória: narrativas, esquecimentos e usos do passado”, promovido pelo PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural/ICH/UFPEl, de 03 a 14 de outubro de 2016.

Ao citar Hannah Arendt, o autor reforçou que os temas patrimoniais se movem no campo da política e da cultura, num jogo onde não importam “o saber ou a verdade [...], mas, sobretudo o julgamento e a decisão, a troca criteriosa de opiniões incidindo sobre a esfera da vida pública e sobre o mundo comum” (POULOT, 2009, p.17).

Ao final de sua obra, Poulot traçou uma noção de patrimônio revitalizada, que mobiliza grupos humanos na transmissão de suas “posses”, aquelas que são reconhecidas como um legado passível de provocar transformações e, da mesma forma, se apresentem como uma continuidade.

[...] Esboçadas progressivamente por dispositivos de enquadramento de artefatos, lugares e práticas, as diversas configurações [do patrimônio] desdobram-se através das sociabilidades que as cultivam, das afinidades que se estabelecem por seu intermédio, além das emoções e dos saberes que se experimentam nesse contexto (POULOT, 2009, p. 203).

A vida dos objetos em geral, e especialmente aqueles patrimonializados, são bem mais longas que a de seus proprietários, de quem os produziu ou mesmo os reciclou. Para os objetos de “pedra e cal”, essa longevidade pode ser medida em séculos, ou em um século e meio, como a casa escolhida para esta pesquisa. Sua conservação foi decidida por um grupo de pessoas que detinham o poder para tal, conforme demonstraram os documentos analisados. Enquanto residência, duas gerações de descendentes dos Barões de Três Serros, seus herdeiros, promoveram reformas, manutenção e modernização em sua estrutura. Quando chegou o momento de deliberar entre a continuidade da chácara ou sua venda, mais um agente entrou em cena, o poder público municipal. Esses dois grupos definiram uma “sobrevida” ao local, ao transformá-lo em patrimônio.

Essa vida além da vida pressupõe uma mudança de categoria que conduz ao entendimento dos *semióforos*, como teoriza Krzysztof Pomian (1997, p.71), “*objectos que não têm utilidade, [...], mas que representam o invisível, são dotados de um significado [...]*”. Conforme o autor, a utilidade e o significado de alguma coisa presumem a existência de um observador, porque as duas acepções decorrem de relações que as pessoas ou os grupos guardam com o que é visível e invisível.

A coisa [o objeto utilitário] realiza-se enquanto tal modificando aquilo a que se aplica e consumindo-se a si própria. O semióforo desvela o seu significado quando se expõe ao olhar. Tiram-se assim duas conclusões: a primeira é que um semióforo acede à plenitude do seu ser semióforo quando se torna uma peça de celebração; a segunda, mais importante, é

que a utilidade e o significado são reciprocamente exclusivos: quanto mais carga de significado tem um objecto, menos utilidade tem, e vice-versa (POMIAN, 1997, p.72).

O significado é dado por alguém ou por grupos da sociedade em que o objeto está inserido. A existência da “peça de celebração” depende de intenções, de um projeto com este objetivo.

Mesmo as coisas mais simples estão sujeitas a processos semelhantes em diferentes escalas. Quando apresentou suas questões em relação às “feiras de pulgas” francesas, Debary (2010, p.38) colocou o exemplo de uma garrafa vazia, como sendo um objeto recorrente nesse tipo de “troca”. A peça perdeu sua utilidade, pois não guarda mais líquido algum, é uma sobra, um lixo, mas nesse mercado passou a ser um item colecionável: “Compra-se o resto do que não é mais, do que foi: uma garrafa de whisky, vazia. [...] Eles contêm o que é vendido com eles: o pouco e a ausência conferem um sentido à presença desses objetos enquanto depositários de história.” O autor fez uma analogia entre a situação das coisas encontradas nessas feiras e os objetos que foram movidos para os museus. Com a determinação de conservar aquilo que está em sua guarda, esses lugares de memória desafiam o fim dos objetos.

Origens das chácaras

Em relação à forma de morar, num primeiro momento, procurou-se compreender o interesse pelas chácaras, uma tipologia de habitação apropriada pela elite brasileira e estrangeira a partir das primeiras décadas do século XIX, principalmente após a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808. Conforme apontaram Mendes, Veríssimo e Bittar (2011), a vinda da nobreza europeia foi um marco que gerou transformações na forma de habitar no Brasil Colônia. Nesta conjuntura, as chácaras passaram a ser residências de famílias abastadas, recebendo requintes de conforto, decoração e jardins planejados e bem cuidados. Transformaram-se nas casas senhoriais.

Entre estes diplomatas, comerciantes, cientistas, viajantes estrangeiros e representantes da aristocracia portuguesa, supôs-se que estivesse a família de Amélia Fortunata de Brito Hartley¹⁹, descendente de ingleses e natural do Rio de

¹⁹ Nome de solteira da Baronesa de Três Serros.

Janeiro. Seu avô paterno, John James Hartley, foi um dos fundadores do London and Brazilian Bank, em 1862 (CARVALHO, 1937; SANTOS, 1957).

As famílias senhoriais ocupavam o topo da hierarquia social. Jonas Vargas (2016, p. 27), historiador que se dedicou ao estudo da elite econômica pelotense, no século XIX, tratou esse grupo de indivíduos e famílias como aqueles “que concentravam os recursos materiais e imateriais mais valorizados no contexto histórico em que viviam e que, na maioria das sociedades, envolviam critérios de riqueza, poder e *status*”.

[...] as elites deviam apresentar uma ‘consciência de elite’, entendendo-se enquanto tal, algo que se refletia nos seus estilos de vida, nas políticas de sucessão familiar e nas engenharias matrimoniais. Quanto mais um grupo concentrava estes fatores e quanto mais pessoas eles eram capazes de incluir no direcionamento de seus projetos (apresentando uma maior abrangência geográfica), mais no topo da hierarquia social os indivíduos e famílias poderiam se encontrar (VARGAS, 2016, p. 27).

Segundo Reis Filho (2004), nesse período, morar na zona rural, ou a meio caminho entre a cidade e o campo, significava ter mais conforto do que nas cidades e vilas. Nas chácaras as facilidades de abastecimento e serviços eram proporcionadas pelo espaço para a horta, para criação de animais e obtenção de água.

Em **Inglês no Brasil**: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil, um dos enfoques abordados por Freyre (1977) foi direcionado às adaptações e modernidades trazidas pelos hábitos de morar dos ingleses, para as maiores cidades brasileiras, nos primórdios dos anos 1800:

[...] tirando todo o partido das velhas casas luso-brasileiras de sítio - as velhas chácaras acachapadas, de alpendres ou varandas na frente ou dos lados -, os ingleses concorreram grandemente [...] para a melhor higiene e para a maior comodidade de habitação semirural entre a burguesia e, mesmo, entre a aristocracia mais opulenta do Brasil (FREYRE, 1977, p. 163).

Gilberto Freyre (2004, p. 321) comentou que nos jardins das chácaras sempre havia um parreiral “sustentado por varas ou então colunas de ferro: parreiras com cachos de uva doce enroscando-se pelas árvores, confraternizando com o resto do jardim. Recantos cheios de sombra onde se podia merendar nos dias de calor”.

O gosto pelo modo de vida europeu proporcionou novas formas de ocupação na capital do Império, conforme observa a arquiteta Ana Pessoa (2010, p.3):

O antigo centro, com ruas tortuosas e sobrados contíguos e estreitos, é preterido por novas áreas, conquistadas de zonas agrícolas e mangues, onde se estabelecem arejadas mansões e quintas ou chácaras, com espaço para todas as instalações necessárias a uma casa nobre. Longe do burburinho e mau-cheiro das ruas centrais, D. João VI se instala em uma quinta a norte, enquanto Carlota Joaquina procura refúgio em frescas chácaras nos arredores.

Viajantes estrangeiros, do século XIX, descreveram algumas paisagens e chácaras de Pelotas, entre eles o Conde d'Eu (EU, 1981), que durante a Guerra do Paraguai, em 1865, passou nove dias na cidade. Para ele, que observou a vegetação durante a primavera, as impressões foram as melhores: mencionou a presença de árvores de diferentes climas, fez comparações com o Rio de Janeiro e encantou-se com parreirais, pessegueiros, pereiras, laranjais e roseiras que constituíam verdadeiras cercas.

Em 1885, a chácara, ou Parque Annibal, recebeu uma ilustre visitante, a Princesa Isabel. As notícias de sua estada em Pelotas foram pinçadas pelo Major Angelo Pires Moreira e organizadas por pesquisadores do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas (IHGPEL). Conforme a publicação, na estada em Pelotas, entre seis de fevereiro e dezessete de março de 1885, a Princesa Isabel visitou a chácara nos dias oito e dez de fevereiro e no dia dezessete de março.

Auguste de Saint-Hilaire, por exemplo, escreveu sobre os modos de vida no Novo Mundo, as descrições dos hábitos e costumes, do que consideravam positivo e negativo, de acordo com as origens de cada um. Seus relatos foram utilizados por Freyre (1997, 2004) e em diferentes pesquisas da área da arquitetura, das artes e dos estudos da vida privada, que contextualizaram as formas de morar no Brasil nos anos 1800, como, por exemplo, Ana Lúcia Vieira dos Santos (2005), Ana Pessoa (2010), Carlos Gonçalves Terra (2013), Ester J. B. Gutierrez (2001; 2004), Marize Malta (2011) e Mary Del Priore (2013; 2016).

Segundo Michel de Certeau (1996, p. 204), o espaço privado tudo fala de seus moradores. Pode ser pela arquitetura, a localização na cidade, a distribuição dos ambientes, os móveis ou pelos cuidados de manutenção que recebe. “[...] Nesse lugar próprio flutua como que um perfume secreto, que fala do tempo perdido, do tempo que jamais voltará, que fala também de um outro tempo que ainda virá, um dia, quem sabe.” Com relação ao lugar estudado, sob um ponto de vista do passado, o futuro que ainda viria tornou-se real na configuração de um museu.

Conhecer o contexto histórico, social e cultural em que a Chácara da Baronesa foi construída marcou o ponto inicial para tecer os fios de sua biografia e, a partir dele, investigar o que as fontes tinham a dizer.

Revisão teórico-metodológica

Nesta etapa, buscou-se um método de leitura da diversidade das fontes examinadas, que fornecesse respostas para o desenvolvimento da biografia da Chácara da Baronesa, de acordo com os objetivos do trabalho. Para tanto, foram consultados autores que pensaram conceitos e práticas provenientes de diferentes campos disciplinares, mas que se uniram na discussão do universo das coisas, do mundo da cultura material. Notou-se que diversos pesquisadores desta matéria destacaram, como momentos relevantes da vida dos objetos, aqueles que indicavam sua mudança de significado e/ou categoria, como, por exemplo, da esfera privada para a pública.

Outra observação importante foi que a maioria desses investigadores lidou com objetos de dimensões e mobilidade bem diversa de uma residência familiar, mas que, sob muitos aspectos, apresentaram uma dinâmica que pôde se aplicar ao bem imóvel, foco de interesse desta tese. Em contraponto, Daniel Miller (2013), dedicou um capítulo de seu livro **Trecos, troços e coisas** para tratar de uma teoria que teve a casa como ponto central. Desta forma, foi possível conhecer as alternativas encontradas por cada um para aplicação do método biográfico.

Esta escolha também foi influenciada pela sintonia dos textos da cultura material com as áreas da memória e patrimônio, com foco em objetos do passado que mudaram de condição, muitas vezes sendo incorporados em acervos de museus.

Igor Kopytoff e Arjun Appadurai abordaram os períodos de transição na vida das coisas no contexto dos processos de “mercantilização”, momentos de mudança de categoria, ou final de um ciclo e início de outro.

Appadurai (2008, p.17) sugeriu que se deve seguir a circulação das

“[...] coisas em si mesmas, pois seus significados estão inscritos em suas formas, seus usos, suas trajetórias. [...] embora de um ponto de vista *teórico* atores humanos codifiquem as coisas por meio de significações, de um ponto de vista *metodológico* são as coisas em movimento que elucidam seu contexto humano e social.”

A “circulação”, ou o “movimento”, da chácara foi representado pelos diferentes usos que lhe foram atribuídos ao longo do tempo.

O autor considerou o estado de mercadoria como uma fase na vida dos objetos, um contexto para o qual qualquer coisa pode ser destinada, ou seja, estar ou não estar nesta condição. Ele ressaltou que a questão levantada por Kopytoff, quando propôs que as mercadorias têm narrativas de vida, fosse vista como um processo, pois “[...] a fase mercantil da história de vida de um objeto não exauri sua biografia [...]” (APPADURAI, 2008, p. 31).

Em seu livro, Appadurai (2008, p. 30) definiu o uso do termo “mercadoria”, a ser empregado “[...] com referência a coisas que, numa determinada fase de suas carreiras e em um contexto particular, preenchem os requisitos da candidatura ao estado de mercadoria”. Esse estado se refere, por exemplo, ao objeto estar à venda ou disponível para troca, o que é bem comum para um imóvel.

De acordo com este argumento, encontram-se dois pontos que se relacionam à história da chácara. Um deles diz respeito ao fato de que a propriedade esteve, em determinado momento de sua vida, aspirante à mercadoria, pois houve chance de ser loteada e vendida. O outro sugeriu que, independentemente das fases destacadas com o objetivo de biografar o local, sempre permanecem lacunas a serem preenchidas.

Kopytoff (2008, p. 89 e 90) iniciou sua abordagem mostrando que no ocidente se tem uma noção naturalizada de que somente as coisas pertencem ao universo das mercadorias. Do lado oposto ficam as pessoas, mas nem sempre foi assim. Desta forma, o autor abriu o debate para o entendimento da mercantilização como um processo, no contexto da escravidão. A coisa, neste caso, o escravo, possui uma trajetória que inclui diferentes *status* e uma vocação potencial que não muda ao longo de sua vida. Ele é mercadoria na fase da captura e da venda (mercantilização); inserido em um grupo, é ressocializado e readquire, de certa forma, um nicho como indivíduo, singularizado (desmercantilização). O escravo continua a ser uma mercadoria com valor de revenda em potencial e a situação pode se repetir várias vezes.

A partir daí, entendeu-se que esta pessoa-mercadoria

[...] se transforma menos numa mercadoria e mais num indivíduo singular durante o processo da sua gradual incorporação à sociedade que o recebe. Essa forma biográfica de abordar a transformação em escravo como um processo sugere que pode ser útil examinar a mercantilização de outras

coisas da mesma maneira, ou seja, como parte da moldagem cultural de biografias (KOPYTOFF, 2008, p. 91).

Seguindo com Kopytoff a ideia da biografia cultural das coisas, sob seu olhar antropológico, ele sugeriu um modelo biográfico que recorre a certo número de histórias verdadeiras. Deve apresentar “uma variedade de possibilidades biográficas oferecidas pela sociedade em questão” e examinar “a maneira pela qual essas possibilidades foram concretizadas nas histórias de vida de várias categorias de pessoas” (KOPYTOFF, 2008, p.91).

Para o autor, o êxito em desvendar a biografia das coisas estaria em trabalhar com perguntas culturais variadas e de diferentes modalidades, como as que se fazem às pessoas:

Quais são, sociologicamente, as possibilidades biográficas inerentes a esse ‘status’, e à época e à cultura, e como se concretizam essas possibilidades? De onde vem a coisa, e quem a fabricou? Qual foi a sua carreira até aqui, e qual é a carreira que as pessoas consideram ideal para esse tipo de coisa? Quais são as ‘idades’ ou as fases da ‘vida’ reconhecidas de uma coisa, e quais são os mercados culturais para elas? Como mudam os usos da coisa conforme ela fica mais velha, e o que lhe acontece quando a sua utilidade chega ao fim? (KOPYTOFF, 2008, p.92)

A história de vida se direciona conforme um foco preconcebido. “O que faz uma biografia ser cultural não é o assunto tratado, mas como e de que perspectiva ela trata o assunto.” Para ser uma biografia “culturalmente informada”, o objeto deve ser analisado como uma “entidade culturalmente construída”, com “significados culturalmente específicos” e estar agrupado em “categorias culturalmente constituídas” (KOPYTOFF, 2008, p.94).

Karin Dannehl (2009, p. 124, tradução nossa) propôs uma metodologia com base em dois conceitos complementares: da biografia, que traça uma história com começo, meio e fim, tornando relevantes as características excepcionais que o objeto ou o organismo vivo pode apresentar; e do modelo de ciclo de vida que “[...] define um início, um meio e um fim, com um período intermediário de crescimento e declínio, em que o começo e o fim, respectivamente, marcam uma mudança de geração.” Segundo a autora, esse modelo foi adequado para estudar curtos períodos de tempo, que se sucedem linearmente, dividindo-se em estágios interdependentes e seu foco se direciona para características mais genéricas.

A autora problematizou a teoria de Kopytoff, em relação ao seu foco na esfera da troca, e disse que ficaria de fora uma grande variedade de contextos em que os

objetos poderiam ser produtos oferecidos a venda, mudar de categoria, ser usados como ferramenta ou ser propriedade de uma empresa, por exemplo. Mas não é o que pareceu quando se verificaram as perguntas formuladas por ele. Cada uma sugeriu respostas que poderiam remeter ou não a diferentes períodos e situações. De forma semelhante, Dannehl estudou três estágios da vida das coisas: produção, distribuição e consumo. Uma forma de entendimento poderia ocorrer considerando a movimentação, entre cada uma dessas fases, como uma troca. O valor, por outro lado, carregaria diferentes significados em culturas e contextos diversos.

Se referindo às informações que o objeto poderia fornecer para sua biografia, Dannehl (2009, p.127-128, tradução nossa) apontou que quanto mais importante, valioso ou raro, maiores seriam as chances de que sua história fosse contada, por meio do acúmulo de seus registros documentais e, também, de que fosse preservado. Aos objetos banais restariam, aparentemente, o reuso, o sucateamento ou a reciclagem. Por serem comuns e existirem em grande quantidade, ao final do estágio de consumo tenderiam a desaparecer. Isto faz com que os sobreviventes sejam exceções e mesmo que não se prestassem a protagonizar biografias, poderiam ser estudados no âmbito do “estudo de ciclo de vida”, pois carregariam um pedaço da história local e social, de saberes e fazeres e, muitas vezes, de senso estético. Sob esta ótica se dá reconhecimento ao poder de comunicação entre “o observador e a original produção cultural” de pequenos objetos utilitários.

No texto de Dannehl, a metodologia sugerida se aplicou ao estudo dos estágios de vida de panelas de metal inglesas do século XVIII. A produção de artigos domésticos passou por um contexto que envolveu desenho, tecnologia e habilidades. A seguir, as peças poderiam entrar no processo de distribuição, que abarcaria o transporte, venda e aquisição, finalizando com o estágio de consumo. Este último apresentaria as possibilidades de uso, restauração, reparação, sucateamento e reciclagem da panela de metal, o que implicaria num retorno ao estágio de distribuição.

Uma rota alternativa, e aquela mais provavelmente seguida pelo artefato disponível para o historiador [pesquisador], faz parar o estágio de uso e consumo, ou interrompe o ciclo de vida em algum ponto entre produção e uso, levando à preservação da peça. Esta volta ao estágio de distribuição envolve a aquisição para uma coleção e seu subsequente retorno ao estágio de uso, com ciclos de interpretação e investigação, como um objeto de museu (DANNEHL, 2009, p. 129, tradução nossa).

Esta “rota alternativa” levaria a uma distribuição para além do círculo, tido como usual, de “produção, distribuição e consumo”. No sentido figurado seria uma “saída pela tangente”, que transformaria a coisa em foco, em objeto de museu ou no próprio museu, por meio de uma vontade de preservação, dando-lhe uma “segunda vida” (DEBARY, 2010).

Como suporte à revisão apresentada, estudou-se textos que analisaram objetos diversos por intermédio de metodologias embasadas nas leituras da cultura material, entre elas a abordagem de Kopytoff sobre a “biografia cultural das coisas”. A intenção foi demonstrar que o procedimento se mostrou capaz de auxiliar na construção de “trajetórias de vida”, tanto de objetos móveis quanto imóveis, e o que a mudança de ciclo pôde acarretar.

A historiadora Janaína Lacerda Furtado (2009) trabalhou um conjunto de peças relacionado à química, para contar a história desta prática no Brasil, no século XIX e, também, descobrir porque fazia parte do acervo de um museu de astronomia. Sua investigação levou em conta o conceito de “biografia cultural das coisas” e empregou o método por meio da elaboração de perguntas dirigidas aos objetos de seu interesse.

Maria Lúcia Matheus Loureiro, museóloga, em seu artigo Musealização e cultura material da Ciência & Tecnologia, propôs leituras de quatro objetos de ciência e tecnologia, do século XIX, preservados em museus, com enfoque no conceito de documento e apoio nos estudos da cultura material. Para um previsor de marés foi elaborado um mapa conceitual que demonstrou as possibilidades temáticas da peça, bem como “algumas relações possíveis do objeto com pessoas, instituições e conceitos científicos” (LOUREIRO, 2015, p.19). Uma luneta meridiana foi interrogada e biografada desde sua fase de fabricação, incluindo sua história até chegar a um museu e ingressar em uma coleção, finalizando naquela que levou à relação do objeto com os visitantes. As partes restantes de um acelerador linear de elétrons documentaram a construção desses equipamentos, experimentos científicos com o uso e troca de peças para outros fins, o que seria um processo de “canibalização de instrumentos”, segundo a autora. O último exemplo foi um celóstato (instrumento utilizado pela astronomia), do qual não restou testemunho físico, mas documentou-se por relatórios, desenhos e descrições.

Ao abordarmos objetos como documentos, algumas questões se colocam: O que eles documentam? O que eles representam? Que evidências fornecem? Como a capacidade informativa de um objeto/documento jamais se esgota, a resposta provisória pode ser: eles fornecem informações sobre eles próprios, sobre sua presença concreta e material; sobre sua trajetória que, direta ou indiretamente, podem incluir instituições, pessoas e eventos. Podem, ainda, representar e dar visibilidade a conceitos e questões por si invisíveis (LOUREIRO, 2015, p.18).

Maria da Luz Sampaio (2015), historiadora portuguesa, na tese **Da fábrica para o museu**: identificação, patrimonialização e difusão da cultura técnico-industrial, analisou um motor elétrico, objeto técnico-industrial, em seu contexto funcional e como peça de museu. A investigação trabalhou os conceitos de biografia e ciclos de vida, vistos em conjunto, conforme Dannehl (2009), entre outros pesquisadores. A autora definiu uma planilha como roteiro para o estudo do artefato em três níveis: no primeiro nível houve a verificação de sua vida pregressa e de seus aspectos materiais; no segundo, o objeto foi examinado em relação à sua entrada na coleção de um museu; e o terceiro apresentou uma interpretação das informações coletadas neste processo.

Entre as metodologias consideradas para leitura da peça de museu escolhida para sua tese, Sampaio lidou com as contribuições de E. McClung Fleming e de Susan Pearce²⁰.

A abordagem de Pearce (2005) compreendeu a elaboração de um modelo de estudos direcionado aos objetos da arqueologia, sobretudo aqueles pertencentes a coleções museológicas. Na busca de uma percepção mais clara dos artefatos no contexto da organização social, a autora ressaltou que estes deveriam oferecer respostas interessantes às perguntas como, o quê, quando, onde, por quem e por quê. Com base no esquema apontado por E. McClung Fleming, em 1974, Pearce sugeriu uma ampliação desta ferramenta, cuja estrutura se deu em torno de quatro propriedades que classificaram os artefatos: material, história, ambiente e significado.

A composição propôs duas colunas, a da esquerda trouxe as propriedades listadas, em oito etapas, e a da direita indicou possibilidades de análise para cada um dos atributos, conforme observado na figura 6. O fechamento se deu pela

²⁰ Em sua tese, Sampaio (2015, p. 31) trabalhou com os modelos de análise propostos por McClung Fleming (1974) em **Artefact Study: A Proposed Model**, Susan M. Pearce (1992), em **Museums, Objects and Collections: a Cultural Study** e Marta Lourenço e Samuel Gessner (2012) com o estudo **Documenting Collections: Cornerstones for More History of Science in Museums**.

interpretação. Esse foi o momento de analisar as informações reunidas: “[...] será organizada a série mais completa possível de análise social - conhecimento de padrões de parentesco local, autoridade, estruturas, formas de economia, etc. - a fim de visualizar o significado do objeto na sociedade [...]” (PEARCE, 2005, p. 20).

Uma das conclusões da autora foi de que nem todos os materiais atenderam à prática indicada e outros responderam em diferentes níveis de profundidade. A professora lembrou, também, que as questões recomendadas poderiam ser mais familiares para arqueólogos e antropólogos, mas que sua ideia “[...] foi estabelecer uma abordagem ao estudo dos artefatos com potencial para ser aplicada sobre a vasta gama da cultura material, embora, evidentemente, os artefatos diferenciar-se-ão quanto ao grau a que responderão às várias técnicas” (PEARCE, 2005, p. 20).

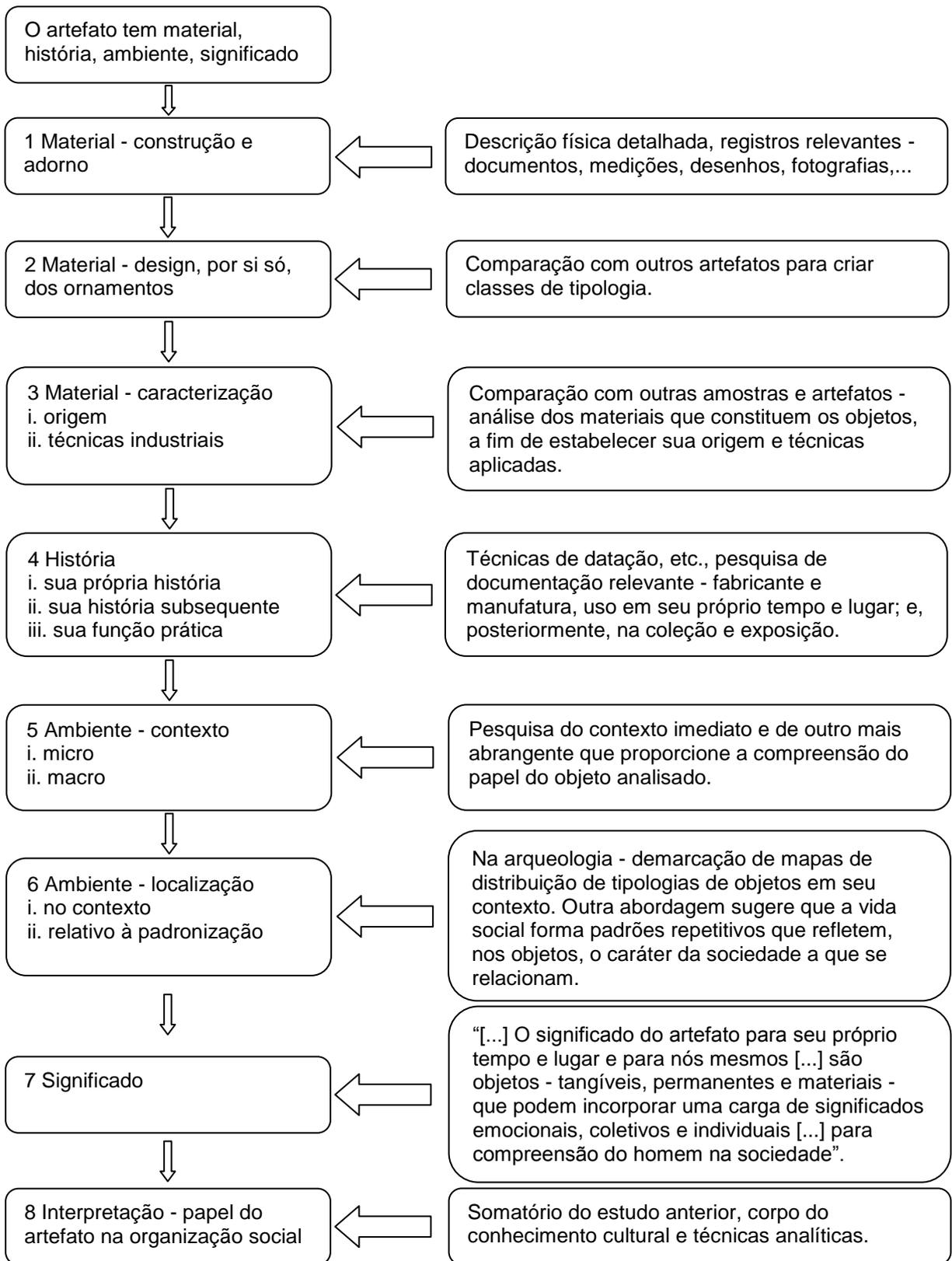


Figura 6 - Modelo proposto por Susan Pearce, para estudos de artefatos. Fonte: Pearce, 2005, p.17-19.

A Chácara da Baronesa é um objeto com algumas características que o retiram, por exemplo, da lista de itens comumente colecionáveis; é uma estrutura que pode ser habitada ou utilizada para outros fins que não sejam de moradia; complexa em seus materiais, história, ambiente e significado, talvez com algumas adaptações, capaz de responder às demandas do esquema visto anteriormente.

O lugar de morar deliberou sobre “coisas e pessoas”: materiais e técnicas construtivas, quem planeja e quem constrói, seus trabalhadores, seus habitantes e sua posição social, por exemplo. Como apontado anteriormente, para Rapoport (1984, p. 31-32) este ambiente foi resultado de escolhas, entre alternativas possíveis, próprias “para o estilo de vida que é considerado significativo e típico do grupo e que o distingue de outros grupos”, reproduzindo a cultura de um povo, organizado em torno de quatro elementos: espaço, significado, comunicação e tempo. Esta ordenação se deu por diferentes graus de separação entre os objetos e as pessoas:

[...] o meio ambiente, seja através de seu espaço ou através de seu significado, influencia e reflete a organização da comunicação. Quem se comunica com quem, em que condições, como, quando, onde e em que contexto, são fatores importantes no modo como o meio ambiente construído e a organização social são relacionados e ligados. [...] Se as pessoas percebem e compreendem as deixas do meio ambiente identificando cada tipo de ambiente, saberão se comportar adequadamente e estabelece-se o contexto social. É claro que as pessoas também precisam ser preparadas para agir apropriadamente; mas se as deixas do meio ambiente não forem compreendidas ou percebidas, torna-se impossível um comportamento adequado (RAPOPORT, 1984, p. 32-33).

Na visão do arquiteto, em culturas e épocas distintas, a percepção do meio ambiente das habitações percorreu seus cômodos, delimitando os usos e comportamentos adequados a cada um.

As observações de Rapoport dialogaram com as questões levantadas por Miller ao discutir a “casa” em seu “tratado sobre os trechos”. Uma delas se referiu à expressão “deixas do meio ambiente”, que pôde ser associada à abordagem de Miller para a “agência das coisas” e à sua “invisibilidade aparente”, pois “[...] grande parte do que nos torna o que somos existe não por meio de nossa consciência ou do nosso corpo, mas como um ambiente exterior que nos habitua e incita” (MILLER, 2013, p. 79).

Segundo o autor, as coisas têm o efeito de uma moldura:

Objetos materiais são um cenário. Eles nos conscientizam do que é apropriado e inapropriado. Nos dizem que isso é um casamento, aquilo é uma atividade impura [um exemplo com potes indianos]. Mas funcionam de modo mais efetivo quando não olhamos para eles, quando apenas os aceitamos. [...] Quanto menos tivermos consciência deles, mais conseguimos determinar nossas expectativas, estabelecendo o cenário e assegurando o comportamento apropriado, sem se submeter a questionamentos. Eles determinam o que ocorre à medida que estamos inconscientes da capacidade que têm de fazê-lo (MILLER, 2013, p. 78).

Pelo exposto, Miller (2013, p. 92) trabalhou a ideia “[...] de que os objetos nos fazem como parte do processo pelo qual os fazemos”. Isso ocorre, por exemplo, ao se planejar a construção de casas com determinado programa²¹, definir seus acabamentos e escolher o mobiliário para seu interior.

Ao fazer uma comparação com outros tipos de objetos com os quais o ser humano convive, como as roupas, em que há uma reciprocidade em sua constituição, o antropólogo expôs o quanto a moradia implica esferas de poder, numa escala que foge ao controle das pessoas que nela habitam.

A casa envolve interesses do Estado, de proprietários de terra, dos conselhos administrativos locais, de empresas construtoras e afins. “[...] Em comparação com essas forças, qualquer desejo de nossa parte - meras pessoas que moram em casas - de estabelecer certo relacionamento com elas pode nos situar muito abaixo de qualquer hierarquia social de poder” (MILLER, 2013, p.121-122). Essa influência pode se originar em ideologias globais, expressas por intermédio de escolas de arquitetura²² e escolhas governamentais, ou no universo doméstico, onde o poder e as diferenças se expressam por disputas de gênero e de relacionamento entre grupos familiares, ou não, que habitam esse espaço.

A discussão incorporou elementos culturais à biografia da chácara - residência e museu -, colaborando na leitura de seus diferentes ciclos de vida e interagiu com Turgeon (2007), quando este se referiu à socialização fomentada por meio dos objetos e seu poder de ação sobre a lembrança e o esquecimento.

Este “artefato”, se questionado, é rico em respostas que podem desvendar os ciclos de sua biografia. Associar diferentes modelos propostos pelo estudo em cultura material e explorar as fontes documentais disponíveis, para uma leitura da

²¹ Conforme o **Dicionário da Arquitetura Brasileira**, *programa* é o “conjunto das necessidades funcionais e sociais que caracterizam um tema arquitetônico. É do programa que o arquiteto parte para a criação artística. Rol de dependências” (CORONA; LEMOS, 1972, p. 389).

²² Um exemplo dessas escolas foi o modernismo, cuja influência fez parte da análise de Miller (2013) sobre a construção de torres de apartamentos, para habitação popular, em Londres.

chácara, mostrou-se um caminho para interpretá-la na trajetória que percorreu entre lugar de morar e lugar de memória.

O projeto “A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro (séculos XVII, XVIII e XIX). Anatomia de Interiores”²³, mencionado anteriormente, também se constituiu num modelo de estudo sistematizado para as casas senhoriais. A pesquisa, voltada às moradas da nobreza e alta burguesia em suas dimensões sociais, arquitetônicas e artísticas, criou uma abordagem metodológica com foco em quatro eixos temáticos:

I. Mecenas e artistas. Vivências e rituais; II. Identificação das estruturas e dos programas distributivos e estudo aprofundado de nomenclaturas funcionais e simbólicas de cada espaço; III. Estudo da ornamentação fixa - tetos, azulejaria, talha, pintura, estuques, têxteis, pavimentos, chaminés, janelas e portas, mobiliário integrado; IV. O equipamento móvel nas suas funções específicas (PESSOA; MALTA, 2016, p. 4).

O método sugerido pelos investigadores do projeto organiza as informações coletadas, nestas categorias, por intermédio de uma plataforma on-line, onde se encontram descrições de algumas residências do mesmo período da Chácara da Baronesa. Isso permitiu fazer comparações que foram enriquecidas pelos textos produzidos nas diferentes linhas temáticas, tratando da forma de morar, da distribuição dos cômodos, da nomenclatura e dos aparatos decorativos.

Nesse ponto, foi importante revisar as perguntas colocadas na Introdução do texto, relacionando-as aos objetivos inicialmente determinados.

Para descrever o contexto histórico, social e cultural, em que se insere a Chácara da Baronesa, como forma de morar e como museu, foi preciso buscar aporte na historiografia. Primeiramente, para responder como se estabeleceu este tipo de habitação nas cidades brasileiras do século XIX e a conjuntura em que se consolidou a propriedade. O segundo momento se referiu à sua transformação em museu. Para isto, existiram algumas condições exploradas pela bibliografia da área, que definem o ambiente museológico encontrado no meio cultural e acadêmico, nas

²³ O projeto foi proposto pela Universidade Nova Lisboa (Portugal) e FRESS (Portugal), com patrocínio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). No Brasil, a pesquisa conta com o apoio da FCRB/IBRAM/MINC e de pesquisadores da UFRJ, por meio da EBA, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e do Museu Nacional; da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Museu da República/IBRAM/MINC (PESSOA; MALTA, 2016). Desenvolvido entre 2011 e 2014, o estudo desdobrou-se e continua vigente. Após a participação do Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Santos, do Centro de Artes, da UFPel, no comitê científico do **II Colóquio** (2015), a universidade pelotense engajou-se ao projeto. Em junho de 2017, o **IV Colóquio Internacional A Casa Senhorial: Anatomia de Interiores** realizou-se em Pelotas, RS. Outras informações são encontradas no site <<http://www.casaruiarbosa.gov.br/acasasenhorial/>>.

décadas de 1970 e 1980. Como ocorreu essa mudança de categoria, do privado ao público?

Para responder as perguntas referentes à biografia cultural, foi preciso identificar nos documentos pesquisados as marcas dos diferentes ciclos de vida da chácara. Estes sinais poderiam ser materiais ou imateriais, como as sociabilidades que envolveram o lugar. Que informações estas fontes forneceram sobre o objeto em estudo? Quais foram as suas características materiais? Quem morou ali e quando? Quem trabalhou? Que atividades se desenvolveram no local? Quando? Que memórias e significados o lugar carregou? Que testemunhos permaneceram de seu antigo uso? O que se pôde conhecer sobre a manutenção, conservação e reformas ocorridas na propriedade, enquanto pertenceu à família Antunes Maciel e quando se transformou em museu?

Ao interpretar o lugar estudado em seu momento de transição, o que responder sobre as políticas de memória e patrimônio que atuaram no processo de preservação desses restos? Como reconhecer as intencionalidades das políticas que determinaram a preservação e a ausência de materialidades e imaterialidades hoje representadas pelo Museu da Baronesa?

A partir disso, foram delineados quatro grandes eixos de estudo, ou áreas de interesse: o contexto histórico, social e cultural, a família senhorial, o lugar de morar/casa senhorial - arquitetura, moradores e trabalhadores - e o lugar de memória/museu. Distribuídos ao longo da cronologia definida para a tese, os três primeiros se entrelaçam durante todo o período em que a chácara foi propriedade privada. Após este ciclo, se sobrepôs o aspecto de espaço público, museu e patrimônio e o que o lugar carregou em significados, o quarto eixo. Essas áreas de interesse cumpriram o papel dos “quadros” ou “contextos sociais” de Halbwachs, ao engendrarem memórias para construção da biografia do lugar (ou parte dela), auxiliadas pelo que evocaram as fontes documentais examinadas.

Para compor o quadro da figura 7, selecionaram-se métodos e reflexões teóricas de autores comentados ao longo do texto. As formas de interpretação por eles sugeridas, junto aos eixos de estudo propostos, subsidiaram a concepção das “perguntas culturais”, moldadas com a finalidade de contar a vida da Chácara da Baronesa, constituindo um roteiro para coleta de suas “memórias”.

Eixos de interesse/ Métodos de abordagem	HALBWACHS CANDAU NORA DEBARY	KOPYTOFF	PEARCE	TURGEON	DANNEHL	MILLER	RAPOPORT	A CASA SENHORIAL	- PARQUE ANNIBAL - CHÁCARA DA BARONESA - MUSEU DA BARONESA
Contexto histórico, social e cultural	HALBWACHS – marcos-sociais CANDAU - sociotransmissores	Quais são, sociologicamente, as possibilidades biográficas inerentes a esse ‘status’, e à época e à cultura, e como se concretizam essas possibilidades?	Ambiente - contexto - localização	Objeto - Testemunho Social Memória	Produção - contexto de produção	_____	Meio ambiente - espaço - significado - comunicação - tempo	- Mecenas e artistas - Vivências e rituais	Qual o contexto existente nos diferentes ciclos da vida da habitação? Que condições propiciaram sua “produção”?
A família senhorial	HALBWACHS – marcos-sociais CANDAU - sociotransmissores	De onde vem a coisa, e quem a fabricou?	História Ambiente - contexto - micro - contexto - macro	Objeto - Testemunho Social Memória	Produção e consumo - contexto pessoas	Agência das coisas (CASA)	Meio ambiente - espaço - significado - comunicação - tempo	- Mecenas e artistas - Vivências e rituais	A quem pertenceu a chácara? Qual é a história desta família?
Lugar de morar/ casa senhorial, moradores e trabalhadores	HALBWACHS – marcos-sociais CANDAU - sociotransmissores	Qual foi a sua carreira até aqui, e qual é a carreira que as pessoas consideram ideal para esse tipo de coisa? Quais são as ‘idades’ ou as fases da ‘vida’ reconhecidas de uma coisa, e quais são os mercados culturais para elas?	Material História Ambiente - contexto - micro - contexto - macro Significado	Objeto - Testemunho Social Memória	Distribuição Consumo Reparação Restauração (Distribuição/ Herança/ Consumo)	Agência das coisas (CASA)	Meio ambiente - espaço - significado - comunicação - tempo	- Mecenas e artistas - Vivências e rituais - Identificação de estruturas e dos programas distributivos/ Nomenclaturas funcionais e simbólicas de cada espaço - Estudo da ornamentação fixa - Equipamento móvel	Quais foram as principais características deste tipo de moradia? Quem habitou a casa? Quando e por quanto tempo? Qual era o seu programa distributivo? Que melhorias a morada recebeu? Quando? Quem foram seus trabalhadores e quais foram as suas funções?
Lugar de memória/ Museu	NORA – lugar de memória DEBARY – guardar para esquecer CANDAU – campo de reflexão, escolhas e disputas	Como mudam os usos da coisa conforme ela fica mais velha, e o que lhe acontece quando a sua utilidade chega ao fim?	Material História Ambiente - contexto - micro - contexto - macro Significado	Objeto - Testemunho Social Memória	Possibilidade de Sucateamento Reciclagem Distribuição (interrupção do ciclo com novo uso) Coleção Museu Preservação - ciclos de interpretação e investigação	Agência das coisas (CASA)	Meio ambiente - espaço - significado - comunicação - tempo	COMPARAÇÃO com a edificação na sua antiga função - Identificação de estruturas e dos programas distributivos/ Nomenclaturas funcionais e simbólicas de cada espaço - Estudo da ornamentação fixa - Equipamento móvel	Por que foi transformada em museu? Quando? Como? Com que intenção? A edificação sofreu modificações? Qual era o contexto no campo da museologia? Que políticas de memória e patrimônio se envolveram neste processo?

Figura 7 – Quadro Eixos de interesse x Métodos de abordagem. Fonte: elaborado pela autora com base em Halbwachs (2004), Candau (2002), Nora (1993), Debary (2017), Kopytoff (2008), Pearce (2005), Turgeon (2007), Dannehl (2009), Miller (2013), Rapoport (1984) e Pessoa & Malta (2016).

2.2 Documentação

Este item apresenta uma proposta de sistematização do estudo dos diferentes tipos de documentos à disposição desta pesquisa, com intenção de definir critérios e categorias. O diálogo tramado entre os distintos suportes de memória se estabelece em ordem cronológica. Essa ordenação se mostra coerente para acompanhar a biografia da chácara, seu nascimento, crescimento, maturidade, declínio e quase morte.

Cada fonte contribui para a investigação de acordo com suas características. É preciso conhecer sua origem, o contexto de sua confecção, quem produziu e por quê. Lembrando Maria Lúcia Loureiro (2015), sempre haverá algo a mais que o objeto/documento pode responder. Não há uma informação pronta para ser extraída.

É no presente que a memória se revela, entre “lembranças e esquecimentos”. Jô Gondar (2005, p. 17) argumenta que nenhum documento ou lembrança é inofensivo:

[...] eles resultam de uma montagem não só da sociedade que os produziu, como também das sociedades onde continuaram a viver, chegando até a nossa. Essa montagem é intencional e se destina ao porvir. [...] Ao desmontar essa montagem que é a lembrança/documento, não revelaremos nenhuma verdade escondida sob uma aparência enganadora, mas sim a perspectiva, a vontade e a aposta a partir da qual nós a conservamos, escolhemos e interrogamos.

Candau (2002, p. 49) reforça que as sociedades cuja memória se apoia na escrita são suscetíveis a um “esquecimento consentido”, em detrimento daquelas que usam a palavra, meio de memória por excelência, passíveis de um “esquecimento involuntário”.

Fontes escritas - manuscritos e impressos

Inventários *post-mortem*

A pesquisa com os inventários *post-mortem* de membros da família Antunes Maciel teve como objetivo identificar os bens de sua propriedade e compreender a transmissão e divisão desse patrimônio de uma geração a outra, o que envolveu

também, um estudo de sua genealogia como forma de conhecer a origem da família e de suas posses.

Por intermédio destes documentos cartoriais, foi possível, quase sempre, uma visão fiel das redes sociais e econômicas que abarcaram os grupos familiares que se pretendeu estudar, o que depende da qualidade das informações por eles fornecidas (BACELLAR, 2010).

Foram selecionados os inventários de Francisco Antunes Maciel (1832), avô paterno do Barão de Três Serros, de Felisbina da Silva Antunes (1871), sua mãe, do Coronel Annibal Antunes Maciel (1875), seu pai, de José Annibal Antunes Maciel (1875), seu irmão, de Francisco Annibal Antunes Maciel e Maria Augusta de Resende Antunes (1877), seu irmão e cunhada, e do próprio barão, localizados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, RS.

Três destes inventários eram acompanhados de testamentos. Segundo Carlos Bacellar (2010), eles manifestavam a última vontade de uma pessoa, seus desejos materiais e espirituais, podendo direcionar sua sucessão, o destino da terça que lhe cabia e fazer declaração de bens e dívidas.

Se o testamento traz a versão do falecido, o inventário consiste na listagem formal de todo seu patrimônio material, com o conseqüente encaminhamento do processo sucessório, respeitadas as disposições do testamento e as regras da lei. Bens são listados e avaliados, inclusive os cativos, quando existissem (BACELLAR, 2010, p. 69).

A partir das relações de parentesco dos Antunes Maciel e dos registros dos trabalhadores escravizados, se conheceram os personagens que fizeram parte desta história e qual sua ligação com a estrutura social e econômica vigente na segunda metade do século XIX, em Pelotas e no Brasil. Em todos os seis documentos existiam referências a “escravos”, em cinco deles como bens herdados. No testamento do Barão de Três Serros foram destinadas quantias em dinheiro a alguns de seus ex-escravos.

Para abordar as materialidades apontadas definiram-se três categorias principais, de acordo com a própria organização dos inventários estudados: os “bens de raiz” - referem-se aos bens imóveis por natureza e são apresentados com a descrição usual da época, com mais ou menos detalhes; os “móveis e utensílios”, muitas vezes chamados de “trastes” - incluem o mobiliário, utensílios, objetos de prata decorativos ou funcionais, etc.; a relação de “escravos” transmitidos por

herança, ou citados em testamentos - oferece uma boa noção das atividades por eles desempenhadas para seus senhores.

Os inventários também apresentaram relações de joias, animais criados nas estâncias e dívidas ativas e passivas. Estas informações foram tratadas genericamente, ou com auxílio de outros pesquisadores, como o historiador Jonas Vargas (2016).

A chegada dos Antunes Maciel ao Rio Grande do Sul coincidiu com a consolidação das fronteiras ao sul do Brasil e o início do povoamento da região. A partir da década de 1740, diferentes gerações da família participaram das campanhas militares contra os espanhóis, alcançando postos como capitão e coronel e recebendo terras que deram origem à sua vocação para as estâncias de criação (SANTOS,1957). Em torno deste enredo, se iniciou a biografia da chácara.

Cartas e livros de contas

Entre os manuscritos, que permaneceram na chácara e foram incorporados ao acervo do Museu da Baronesa, destacaram-se os livros de contas, ou de despesas, e um conjunto de cartas da família. Reconhecidos como fontes de origem privada, testemunhos do passado, este tipo de documento tem sido largamente utilizado por pesquisadores da história da vida privada, história das mulheres, história da família e de outras áreas das ciências humanas e sociais. Estes, em especial, trouxeram informações que também interessaram à história da arquitetura e aos estudos da forma de morar.

Para Ana Maria Mauad e Mariana Muaze (2004, p.199), as escritas da intimidade de tradicionais famílias oitocentistas

[...] revelam um cotidiano repleto de estratégias de sociabilidade e convivência num ambiente permeado pela diferença social, pela tensão de classe e pela luta continuada por manter a riqueza num mundo em transformação.

Mas Michelle Perrot (2009, p.10), em seus estudos da vida privada, fez um alerta sobre a verdade que eles poderiam carregar:

As correspondências familiares e a literatura “pessoal” (diários íntimos, autobiografias, memórias), embora sejam testemunhos insubstituíveis, nem por isso constituem os documentos “verdadeiros” do privado. Elas obedecem a regras de boas maneiras e de apresentação de uma imagem

peçoal que regem a natureza de sua comunicação e o estatuto de sua ficção.

Os livros de despesa, pertencentes ao acervo do Museu da Baronesa, podem ser considerados a base, o início do interesse pela presente investigação. Ao todo foram doze manuscritos. Os livros, registrados entre maio de 1894 e abril de 1946, de números dois a treze, compreenderam cinquenta e dois anos de informações relacionadas na forma de despesas e receitas cotidianas da família, na Chácara da Baronesa e fora dela. O livro número um não constou no inventário do acervo do Museu da Baronesa. Provavelmente foi extraviado antes da municipalização da chácara.

Estes cadernos pertenceram à filha da baronesa, Dona Sinhá, mas notou-se que talvez outras pessoas tenham auxiliado nesse empreendimento, conforme observação da caligrafia. Nesse período, sua proprietária cuidou da família, da casa e de sua vida social, ocorreram nascimentos de filhos e netos, doenças, perdas e viagens. Em alguns momentos as anotações quase diárias pareceram ter passado a outras mãos, de seu marido, sua mãe ou filhos. As páginas, próprias para esse tipo de escrita, foram divididas em colunas. Na parte superior da folha registraram-se o local, a data e valores de transporte. Nas linhas abaixo, o dia do mês, quantidade, descrição e valores correspondentes aos gastos. Esses últimos apareceram somados e transportados para a folha seguinte. Na virada de cada mês, escritas no sentido vertical, apontavam-se valores e somas, referentes às entradas mensais, conforme a figura 8.

Pelotas -		
1111	Transporte	1112,85
- 3 -	Mercado e pão	28,00
	Óleo	5,00
- 4 -	Presente ao honrário da juventude	5,00
	Mercado e pão	28,00
	Telegrama Cecília	1,50
	Valim p. o auto	1,00
	Electricista	4,00
1	Med. para p. a Carranca	1,00
	Óculos, p. a Carranca	4,00
- 5 -	Mercado e pão	18,00
	Marceneiro Robaldo	5,00
	Cartão do Martido de Coimbra da D.ª	50,00
	Flam. de aia, da Gilda	50,00
302	Mercado e pão	18,00
2	Frangos	1,00
1	Med. para duado e um bico	4,00
	Problemas p. o presente	1,00
	Cartão de Caballo da D.ª	5,00
		1112,85

Figura 8 - Imagem de folha do Livro de Despesas nº 9 (1923 -1929) - janeiro de 1928. Fonte: Acervo MMPB 1330.

Ao considerar como esses documentos chegaram quase intactos aos dias de hoje, foi possível pensar que entre as tarefas de mãe e filha, uma delas fosse a de arquivar suas escritas íntimas. Segundo o comentário de Michelle Perrot (2009, p. 9-10), para preservar essas fontes “abundantes e lacunares, eloquentes e mudas”:

[...] é necessário que haja um abrigo estável, uma devoção filial interessada em preservar a memória, uma notoriedade que transforme papéis em relíquias, ou a curiosidade de descendentes que gostem de história ou genealogia. A conjuntura atual tende a revalorizar esses restos.

A sistematização das informações dos livros de contas possibilitou identificar e quantificar pagamentos de empregados e criados, reformas e manutenção da chácara, compra de mobiliário e utensílios, entre outros registros que tramaram o contexto dos diferentes ciclos de vida do lugar.

A primeira ação em relação a esses documentos foi a sua digitalização por meio da fotografia, com a finalidade de evitar seu manuseio constante. Após uma leitura geral de seu conteúdo organizou-se uma tabela com três categorias, divididas em subcategorias:

- a) Interior - reforma/manutenção; aquisição de mobiliário/decoração; aquisição de utensílios; empregados/serviços domésticos;
- b) Exterior (tudo que se relacionou à área externa da chácara) - jardins; animais/criação; horta; aquisição/reforma/manutenção; empregados;
- c) Geral - despesas gerais; empregados, sem categoria específica, apontados nos livros.

Cada subcategoria recebeu registro de data, descrição da despesa e valor. Isso compreendeu as despesas que mais se destacaram para a construção da biografia da chácara, relacionadas ao uso dado ao local ao longo do tempo.

Segundo levantamento preliminar de Emily Silva e Ester Gutierrez (2016), a sistematização demonstrou que as despesas dividiram-se em 77% para o interior e 23% para o exterior. Sob o total, a residência representou custos mais significativos, com 26% destinados ao pagamento de funcionários e 42% para reforma/manutenção. Móveis e utensílios representaram 9% desses gastos. Na área externa, a despesa que mais se destacou correspondeu aos gastos com jardineiros, cocheiros e *chauffeurs*, com 18%. Os 5% restantes foram destinados à manutenção externa da chácara.

Outras rotinas também foram observadas nos livros: lazer, estudos, saúde, família, ações de caridade, etc. Em seu conjunto, esses escritos formaram um interessante quadro da vida privada para investigação em outras temáticas.

Por intermédio destes manuscritos, foi possível localizar, nas primeiras décadas do século XX, algumas alterações ocorridas na casa, como a ampliação da área da cozinha, além da contratação de decoradores e outros profissionais, compra de tecidos e papéis de parede para decoração.

As cartas representaram outro tipo de documentos privados sob a guarda do Museu da Baronesa. As missivas selecionadas para análise pertenceram às antigas donas da chácara, a baronesa Amélia e sua filha Dona Sinhá. Esta última recebeu a grande maioria das correspondências e como destinatária era responsável pela guarda das mesmas. Provavelmente, o fato de encontrarem-se na casa quando esta mudou de função contribuiu para sua preservação, em detrimento daquelas endereçadas para sua mãe, que morou em diferentes endereços e períodos no Rio de Janeiro. Infelizmente os envelopes, que registravam os endereços de remessa e destino dos manuscritos, não foram encontrados.

O acervo de cartas foi digitalizado e inventariado, em 2006, e tem sido alvo de interesse para estudantes, pesquisadores e para o próprio museu, como fonte de pesquisa e tema para exposições. As historiadoras Débora de Paula (2008) e Carla Gastaud (2009), com diferentes enfoques, utilizaram estes manuscritos para estudo da prática da escrita epistolar, do final do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Carla Gastaud (2009, p.19) comentou que “[...] as cartas são objetos biográficos. O correspondente escreve para realizar um projeto de dizer e de dizer-se. A família que guarda institui um conjunto que serve aos seus propósitos: seleciona, descarta, elege as cartas boas”.

Nas cento e cinquenta e uma cartas escritas pela baronesa, de 1885 a 1918, o foco da investigação se dirigiu aos comentários relativos a reformas na casa e seu entorno, à preocupação em renovar a decoração interna com mobiliário, tecidos e papéis de parede. Nelas também se encontraram nomes de empregados, rotinas pessoais e familiares, mostrando como se davam as relações sociais na chácara.

A carta de 1885 se destinou a uma prima. As seguintes se iniciaram em 1899 e foram remetidas, na maioria das vezes, do Rio de Janeiro para Pelotas, mas também fizeram o percurso inverso em 1916, com Amélia em Pelotas e Sinhá no Rio. Entre idas e vindas, mãe e filha mantiveram um grande vínculo afetivo e a escrita por vezes foi diária. Débora de Paula (2008, p. 31) observou que o propósito dessa comunicação possuía um significado especial: “Ela [Amélia] deixa evidente - e de forma recorrente nas cartas - seu propósito de ‘entabular conversa’, o que acaba determinando o ‘tom’ que suas linhas adquiriam, de uma escrita solta que priorizava assuntos que ela considerava importantes”.

As correspondências recebidas por Dona Sinhá, de seu filho mais velho, traziam comentários pontuais que indicavam aspectos da propriedade e seu contexto, no respectivo período. São cinquenta e cinco cartas, de 1914, manuscritas por Rubens Antunes Maciel, em viagem à Europa.

Além destas, existem somente duas cartas escritas por D. Sinhá, em 1897 e 1914: a primeira endereçada a sua mãe que estava no Rio de Janeiro e a segunda, redigida nesta cidade, para uma funcionária que estava cuidando da chácara; e uma do barão para sua esposa, escrita em Jaguarão, RS, em 1865.

Os livros de contas e as missivas foram, em parte, produzidos em um período comum, entre 1899 e 1918. Esta “intersecção” de temporalidades possibilitou

comparar as anotações de despesas com comentários da “conversa” mantida entre Amélia e D. Sinhá. Por exemplo, em carta de setembro 1903, a baronesa escreveu:

Pelo que me dizes, a nossa Chacara está sofrendo uma transformação tal, que com certeza eu não a conheço mais. Pela tua descrição, deve ficar tudo muito bonito, e Deus permita, que Vocês, mais feliz do que eu, a possam gozar por muitos anos. (Carta de Amélia. Rio de Janeiro, 06 de setembro de 1903. MMPB nº 1146^a.)

No segundo semestre de 1903, os registros nos livros de contas mostraram mais alguns detalhes das reformas ocorridas na residência, conforme figura 9:

INTERIOR		
REFORMA/MANUTENÇÃO		
DATA	DESCRIÇÃO	VALOR
14/08/1903	Pago ao vidraceiro	8.700
18/08/1903	Pago ao Senhor Francisco Silva por pintura e caiação nos 3 quartos do fundo	100.000
05/09/1903	Pago ao pedreiro Anacleto por caiação no interior da casa	90.600
19/09/1903	Conserto em móveis	23.000
17/10/1903	Reforma da rampa da porta do fundo	28.500
26/10/1903	Reforma em um armário	25.000
30/11/1903	Pago ao Seu Francisco Roldão por pintura, caiação e mais trabalhos no exterior da casa	2.000.000
31/12/1903	Pintura e papel no quarto da mamãe	200.000

Figura 9 - Excerto da Planilha de Levantamento dos Livros de Contas - 14/08/1903 a 31/12/1903. Fonte: Acervo Museu da Baronesa. Livro nº 4. MMPB nº 1400. Autoria: MONTONE; SILVA, 2016.

O “velho casarão” recebeu atenção constante, contudo, numa análise geral, algumas fases relacionadas a eventos sociais da família teriam influenciado em reformas de maior monta. Em 1916, observou-se pelas cartas, que o período que antecedeu à coroação de Zilda Antunes Maciel, filha de D. Sinhá e Lourival, como rainha do carnaval do Clube Diamantinos, foi de pinturas, colocação de papel de parede e compra de mobiliário. Nos últimos meses desse ano, Amélia estava em Pelotas e Sinhá no Rio de Janeiro, e, por meio de suas missivas, tratavam da decoração e manutenção da casa.

A década de 1920 ficou registrada somente nos livros de contas, pois a última carta existente, escrita pela baronesa a sua filha, foi datada de 11 de setembro de 1918. Os anos vinte se iniciaram com a ausência de Amélia, falecida em 14 de janeiro de 1919, no Rio de Janeiro. Em 1923, a casa se modernizou para o

casamento de Zilda. Em 1928, foi a vez de se preparar para o reinado de Déa, filha mais moça de Sinhá e Lourival, também no carnaval do Clube Diamantinos. Os registros apontaram para a contratação de pintores, pedreiros, carpinteiros e decoradores; registraram a instalação completa de luz elétrica, reformas em móveis, compra e colocação de azulejos e aquisição de mobiliário. Os nomes de Gustavo Peters e João Rodrigues apareceram associados a esses serviços entre 1918 e 1936. Estes eventos foram mencionados para exemplificar o tipo de informações e associações aqui trabalhadas.

Impressos – Jornais

Os jornais do século XIX foram utilizados com foco direcionado aos anúncios de venda e aluguel de chácaras em Pelotas e não houve pretensão de um aprofundamento mais extenso. Localizados em periódicos do acervo da BPP, forneceram descrições destas propriedades para ilustrar o contexto encontrado na época, nos seguintes exemplares: **Jornal do Comércio**, de 1881; **Opinião Pública**, de 1897 e 1898; e **Diário Popular**, de 1891. O **Diário de Pelotas**, de 1887, anunciou a morte do Barão de Três Serros.

No acervo do Museu da Baronesa existem folhas e recortes do jornal **Diário Popular**, de 1968 e 1970, que registraram a preocupação da comunidade e da administração pública com o destino da chácara. Após o falecimento de Dona Sinhá, em 1966, e com todos os seis herdeiros estabelecidos no Rio de Janeiro, a propriedade vivenciou um período de declínio e incertezas quanto ao seu destino. Neste caso, as fontes impressas já assinalavam uma mudança de ciclo na vida da chácara e procuravam apontar justificativas para sua manutenção enaltecendo o que o local e a família representavam para a história do município. Outras informações obtidas nestas fontes, por vezes se consideraram controversas ou equivocadas, como algumas datas, por exemplo.

Tania Regina de Luca (2010, p. 117) observou o uso dos jornais como fontes históricas no século XX:

Se o pioneirismo incontestado cabia a Gilberto Freyre, que por meio dos anúncios de jornais estudou diferentes aspectos da sociedade brasileira do século XIX, a produção de vários pesquisadores, formados segundo padrões de excelência acadêmica [...] não dispensava a ida aos jornais, seja para obter dados de natureza econômica [...] ou demográfica, seja para

analisar múltiplos aspectos da vida social e política, sempre com resultados originais e postura muito distante da tão temida ingenuidade.

Documentos administrativos

Nesta categoria foram analisados documentos e cópias, arquivados no museu, que tramitaram entre 1976 e 1985, como leis, escrituras, registro de imóveis, projeto de restauração empreendido pela Prefeitura e Termo de Tombamento municipal. Por meio deles foi possível acompanhar o processo que tornou a propriedade um espaço público.

Fontes orais - Entrevistas

Para desenvolver a tese não houve intenção de se produzir fontes orais, mas sim utilizar as transcrições existentes no banco de história oral do Museu da Baronesa, elaboradas na gestão 2001-2004. Para as duas entrevistas, dirigidas a Zilda Maciel de Abreu e Silva e Magali Antunes Maciel Aranha, respectivamente, neta e bisneta de Amélia, a metodologia consistiu em perguntas abertas, com objetivo de rememorar detalhes de sua vivência na chácara, os usos dos ambientes e o que elas próprias julgassem pertinente comentar ou apontar.

Zilda Maciel de Abreu e Silva, filha de Dona Sinhá, foi entrevistada em dezesseis de junho de 2001, pelo historiador, Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira, em sua residência no Rio de Janeiro, quando contava com a idade de cento e dois anos. Nesta ocasião, ela estava acompanhada de seu filho Aníbal Maciel de Abreu e Silva, então com setenta e dois anos, que também respondeu perguntas sobre a chácara. Nascida em 1899, Zilda morou no local até 1923, quando se casou. Seus relatos se referiam ao período de sua convivência com a baronesa Amélia, nas duas primeiras décadas do século XX. Em seu depoimento, lembrou-se dos espaços da casa e de que forma eram utilizados, intercalando com memórias familiares, às vezes evocadas por fotografias.

Em sete de dezembro de 2001, Magali Antunes Maciel Aranha, filha de Mozart Antunes Maciel, concedeu sua fala nas dependências do Museu da

Baronesa, quando foi arguida pela historiadora, Profa. Dra. Carla Gastaud²⁴, acompanhada por quatro bolsistas do curso de história e por João Vasques, funcionário do museu naquele período. Representante da quarta geração da família, a partir dos Barões de Três Serros, seus bisavôs, ela passou temporadas de sua infância e adolescência na Chácara da Baronesa, entre as décadas de 1940 e 1960. Suas lembranças, portanto, são mais recentes que aquelas de Zilda e também se relacionam às formas de uso dos cômodos, locais de móveis, objetos de decoração e trabalhadores da casa.

Mais recentemente, em 2015, Magali retornou ao museu, desta vez com seus filhos e netos. Acompanhada em parte da visita por monitores, ratificou as impressões registradas em sua fala de 2001 e acrescentou mais algumas informações. Após esse contato, ela se dispôs a procurar fotografias do período relatado, que mais tarde foram enviadas por correio eletrônico e *Whatsapp*. Junto às imagens, relatou mais um pouco de suas vivências na chácara.

Em dezembro de 2009, a pesquisadora e pedagoga Jezuína Kohls Schwanz (2011) revisou a transcrição das duas fitas micro-cassete da entrevista de Zilda Antunes Maciel. O material foi anexado à sua dissertação de mestrado, com o seguinte comentário:

Apesar da idade avançada da depoente no momento da entrevista, possuía voz firme e clara, articulando bem as palavras e respondendo com clareza a maioria das perguntas. Quanto ao tempo de gravação da fita, oito anos, no momento da transcrição a fita permanecia em bom estado facilitando assim a transcrição.

Uma passagem interessante fez referência à sua percepção dos dois pavimentos localizados no torreão da casa, no início do século XX:

FÁBIO: ah, é como tem hoje, como se fosse a cozinha. E o que tinha no piso de cima?

ZILDA: subia o primeiro lance de escada e tinha justamente ali uma saleta, uma saleta grande que a vovó botava as costureiras lá e tudo mais e tudo, era um andar. E depois subia o outro, que ali era da vovó, todos os dias ela fazia a mesma coisa, ela acordava, tomava um cafezinho pequeno preto, pequenininho e saía do quarto e ela subia e então ela tomava todas as refeições, menos o almoço e o jantar, não é. Mas durante o dia a vovó ficava lá em cima.

FÁBIO: O que ela fazia lá em cima?

²⁴ Na gestão municipal de 2001-2004, Carla Gastaud foi Coordenadora de Memória Cultural, da Secretaria Municipal de Cultura (recém-criada), assumindo, por consequência a direção do Museu da Baronesa, conforme depoimento dado a Noris Leal (2007).

ZILDA: Ah, ela tinha um verdadeiro ateliê de costureiras, umas três, ou quatro ou cinco, conforme tinha lá umas vizinhas, não é? Cosiam tudo, ela fazia tudo para nós. Mandava fazer tricô... Ou encomendavam.

Final da primeira fita.

Início da segunda fita.

FÁBIO: Tinha alguma biblioteca na casa?

ZILDA: A biblioteca era enorme. A vovó tinha em cima, era o quarto que eu digo, fazia uma parte da casa enorme, subia a escadinha e aí andava alguns degraus, então tinha a biblioteca da vovó, que vovó era muito inteligente, eles tinham uma verdadeira biblioteca lá em cima, sim, de parede inteira, parede inteira de livros.

As memórias de Zilda Antunes Maciel se referiam ao período de viuvez da baronesa. Se a biblioteca era do casal, é possível que este uso tenha permanecido nos anos seguintes ao falecimento do barão. A camarinha, ou mirante, é um dos setores do museu que gera dúvidas quanto a sua utilização, pois atualmente existe a “sala de costura” (uma ambientação), no primeiro pavimento, e o “escritório do barão”, no segundo. Os questionamentos se devem ao fato que, no século XIX, não seria admissível que o acesso a uma sala masculina ocorresse pelo interior de um espaço tipicamente feminino (informação verbal)²⁵. A chácara vivenciou diferentes fases de uma mesma família e, por isso, é provável que alguns de seus ambientes tenham alternado funções ao longo do tempo. Esse foi um tipo de indício que as entrevistas analisadas forneceram.

A historiadora Verena Alberti (2010, p. 166) comentou que a História oral pode trazer contribuições significativas para o campo da memória, permitindo “o conhecimento de experiências e modos de vida de diferentes grupos sociais”:

No início, grande parte das críticas que o método sofreu dizia respeito justamente às ‘distorções’ da memória, ao fato de não se poder confiar no relato do entrevistado, carregado de subjetividade. Hoje considera-se que a análise dessas ‘distorções’ pode levar à melhor compreensão dos valores coletivos e das próprias ações de um grupo. [...] Ao mesmo tempo, o trabalho com a História oral pode mostrar como a constituição da memória é objeto de contínua negociação. A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. [...] é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência - isto é, de identidade (ALBERTI, 2010, p. 166-167).

²⁵ Informação verbal de monitores, pesquisadores e visitantes do Museu da Baronesa.

Fontes iconográficas - fotografias e filme *Ângela*

As fotografias selecionadas e as imagens do filme *Ângela* dialogaram entre si e complementaram o conjunto de fontes escolhidas para apoiar a pesquisa. Os registros imagéticos foram importantes suportes da memória que se desejou buscar nas materialidades do “velho casarão”, seu entorno imediato e dos personagens dessa história. Esses documentos possuem procedências distintas: do acervo histórico do museu, que inclui fotos da família Antunes Maciel; da documentação administrativa da instituição; do acervo pessoal de Magali Antunes Maciel Aranha; de doação recente, encaminhada ao museu, em novembro de 2016, por Rodrigo Lindemann Coimbra - levantamento fotográfico da propriedade antes e durante a reforma de 1978/1982 - interior e exterior - e álbum de Zilda Antunes Maciel com fotos externas e internas, em torno de 1916; e foto aérea do bairro Areal feita em 1953, disponibilizada pela Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim/ UFPel.

No início da década de 1950, a Companhia Cinematográfica Vera Cruz procurava locações para grandes filmagens e, por indicação que se desconhece, Pelotas e a Chácara da Baronesa fizeram parte das cenas de “*Ângela*”²⁶. O interesse da empresa pelo lugar ocorreu, provavelmente, por meio de “propaganda da cidade”, devido à arquitetura de seus prédios, uma vez que não havia ligação com a família AM (informação verbal)²⁷.

Embora fosse habitual alguma modificação nos cenários originais, os registros encontrados mostraram uma variedade de pinturas utilizadas na decoração interna, em diferentes ambientes. Além das paredes decoradas, as imagens revelaram esquadrias, janelas e portas, que não existem mais, e mobílias e pinturas a óleo, que se transformaram em acervo. Entre 1978 e 1982, por ocasião das obras que converteram a casa em museu, a ornamentação fixa foi perdida. Outras decorações foram roubadas ou se deterioraram com o tempo. A entrada principal da casa era enfeitada com duas esculturas em faiança, por exemplo. A foto da Figura 10 assinalou uma delas.

²⁶ As referências ao filme *Ângela*, Companhia Cinematográfica Vera Cruz, foram encontradas no *site* da Cinemateca Brasileira/Ministério da Cultura:< <http://www.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>.

²⁷ Segundo observações de Joari Reis, cinéfilo, escritor e ex-professor de roteiro e cinema da Universidade Católica de Pelotas.



Figura 10 – Fotografia de cena do filme *Ângela*. Entrada principal da residência, com figura em faiança sobre o pilar do muro. Ano: 1951. Autor desconhecido. Fonte: Banco de Conteúdos Culturais da Cinemateca Brasileira - filme *Ângela*. Código FB_0562_053.

Esse “instante” captado nas fotos e na filmagem, como lembra Dubois (2003, p. 103), é “uma fatia de espaço-tempo” que ficou no passado.

O que guardam essas fontes? Segundo Séren (2002, p. 50-51), a imagem fotográfica “é um ato de narrativa, de palavra”. Sua “referencialidade está no significado, nos olhos de quem vê, no observador e não no real”. Como um rastro de memória, “nela não está o mundo, mas a suspensão de um acontecer. Por isso funciona como escrita, guarda consigo certa intencionalidade de dizer, que tentamos decodificar”.

No sentido de construir uma narrativa para a biografia da chácara, por meio do que as fotografias e as cenas do filme podem significar, procuraram-se indícios e características dos elementos arquitetônicos encontrados nos jardins, das fachadas e elementos decorativos, dos ambientes internos e decorações fixas, do mobiliário e das pessoas que nela transitaram. Essas imagens percorreram um período que se iniciou na segunda metade do século XIX e seguiu até a década de 1980.

Conforme o fotógrafo e historiador Boris Kossoy, a invenção da fotografia desencadeou inovações artísticas, de informação, conhecimento e apoio à pesquisa. O fato causou, por si só, uma revolução na relação da sociedade ocidental com as

imagens. Teve influência sobre a pintura, a investigação policial e médica e sobre as formas de recordar. “Desaparecidos os cenários, personagens e monumentos, sobrevivem, por vezes, os documentos” (KOSSOY, 2001, p.28).

Para uma amostra de um dos eventos familiares que mereceram registros fotográficos, tem-se o casamento de Zilda Antunes Maciel, das mulheres, a filha mais velha de Sinhá e Lourival. Em março de 1923, dias antes da data festiva, a família se reuniu numa das salas de visita da casa, para o “clic” do fotógrafo L. Lanzettas, de Pelotas. Esta foto, reproduzida na figura 11, apresentou os membros da família, apoiados e sentados numa mobília em estilo *art nouveau*, que hoje compõe a exposição de longa duração do museu. Ficaram registrados os cortinados, tapetes e almofadas. O espelho, segundo informações verbais, provavelmente se encontra na residência de algum familiar. Supôs-se que as inscrições manuscritas sobre a imagem fossem de Zilda ou Déa.



Figura 11 – Fotografia de L.Lanzettas. Da esquerda para a direita: sentados - Déa, Sinhá, Lourival e Zilda; de pé - Rubens, Lourival (filho), Delmar e Mozart. Família Antunes Maciel, em março de 1923. Fonte: Acervo MMPB nº 1975.

A imagem da figura 12, cena do filme *Ângela*, mostrou peças do mobiliário da fotografia anterior e quadros, como a foto de Amélia com moldura e bordado e o retrato do Coronel Annibal Antunes Maciel, que permaneceram no museu e foram

incorporados ao seu acervo. Também se observou delicadas pinturas na parte superior das paredes, formando guirlandas com flores, em estêncil e técnicas parietais similares. Os ornamentos se perderam quando o prédio foi reformado para o novo uso. Esta sala foi indicada, nos relatos da família, como o espaço por onde comumente se entrava na casa, ou sala de jogos e, também, sala da Déa. Sua porta externa levaria ao alpendre que faz ligação com o salão de festas, ou sala de jantar.



Figura 12 – Imagem do interior da sala de entrada da casa. Chácara da Baronesa, Pelotas, RS. Fonte: Filme *Ângela*, 1951, Companhia Cinematográfica Vera Cruz.

Há uma foto do acervo pessoal de Magali, aproximadamente do final da década de 1940, onde puderam ser visualizadas três pessoas e, ao fundo, parte do alpendre da casa e uma porta, hoje inexistente (Figura 13). Ao centro estava Helena Ludwig, ladeada por duas bisnetas de Amélia, a própria Magali, à esquerda, e sua irmã Liana, à direita. Helena era copeira e caseira, morava com seu marido, ambos imigrantes alemães, em dois quartos que existiam nos fundos da casa, próximos à cozinha²⁸. Nos livros de contas apareceram pagamentos à Helena, entre 1939 e 1946, quando cessam as anotações. Este foi outro exemplo de vestígios deixados pelos “documentos” analisados.

²⁸ Informação verbal de Magali Antunes Maciel Aranha.



Figura 13 – Fotografia (aprox. final da década de 1940). Local: entrada principal da residência. Pelotas, RS. Fonte: acervo pessoal de Magali Antunes Maciel Aranha.

Fontes materiais - Arquitetura

A arquitetura da antiga chácara, seus ornamentos externos e internos, e os equipamentos móveis de decoração e conforto, que sobreviveram ao tempo e ao olhar patrimonial, se revelaram como testemunhos, memórias materializadas no presente. A documentação estudada, por intermédio do cruzamento de seus indícios, por vezes se encaixou, preencheu lacunas, trabalhou entre a lembrança e o esquecimento, construindo a biografia do lugar.

A casa que virou museu e parque foi o documento tangível, o que restou de uma forma de morar ressignificada em museu. Ao mesmo tempo, representações do passado desta materialidade foram encontradas na iconografia e nos manuscritos, como peças de um jogo que aguardavam uma posição estratégica onde pudessem dar sentido a um todo maior.

Atualmente, a partir do que se observou da edificação e seu entorno, surgiram questionamentos sobre o que foi preservado, modificado ou apagado. Mas quando isso aconteceu? Como esse ambiente foi organizado nos diferentes ciclos e estágios de sua vida? Nesse ponto, o diálogo sugerido entre os documentos passou a incluir: o que as estruturas arquitetônicas e paisagísticas remanescentes poderiam dizer?

Na figura 14, a planta baixa dos três pavimentos trouxe a distribuição dos cômodos conforme o uso recente, enquanto espaço museal: térreo, primeiro pavimento (sala de costura) e segundo pavimento (escritório do barão). Conforme informação verbal do Prof. Helder Carita, a denominação mais adequada para este ambiente seria “gabinete do barão”, pois foi um local de uso íntimo. O “escritório” é um espaço público no âmbito privado, onde pessoas são recebidas, por motivo de trabalho ou negócio.

Com a manutenção da tipologia de moradia, se observou a separação dos setores social, íntimo e de serviço. Os quartos estavam situados ao Norte da edificação, zona privilegiada pela incidência da luz solar durante o inverno. Os diferentes usos se distribuíam em torno de um pátio central que abrigava uma cisterna, chamada de algibe.

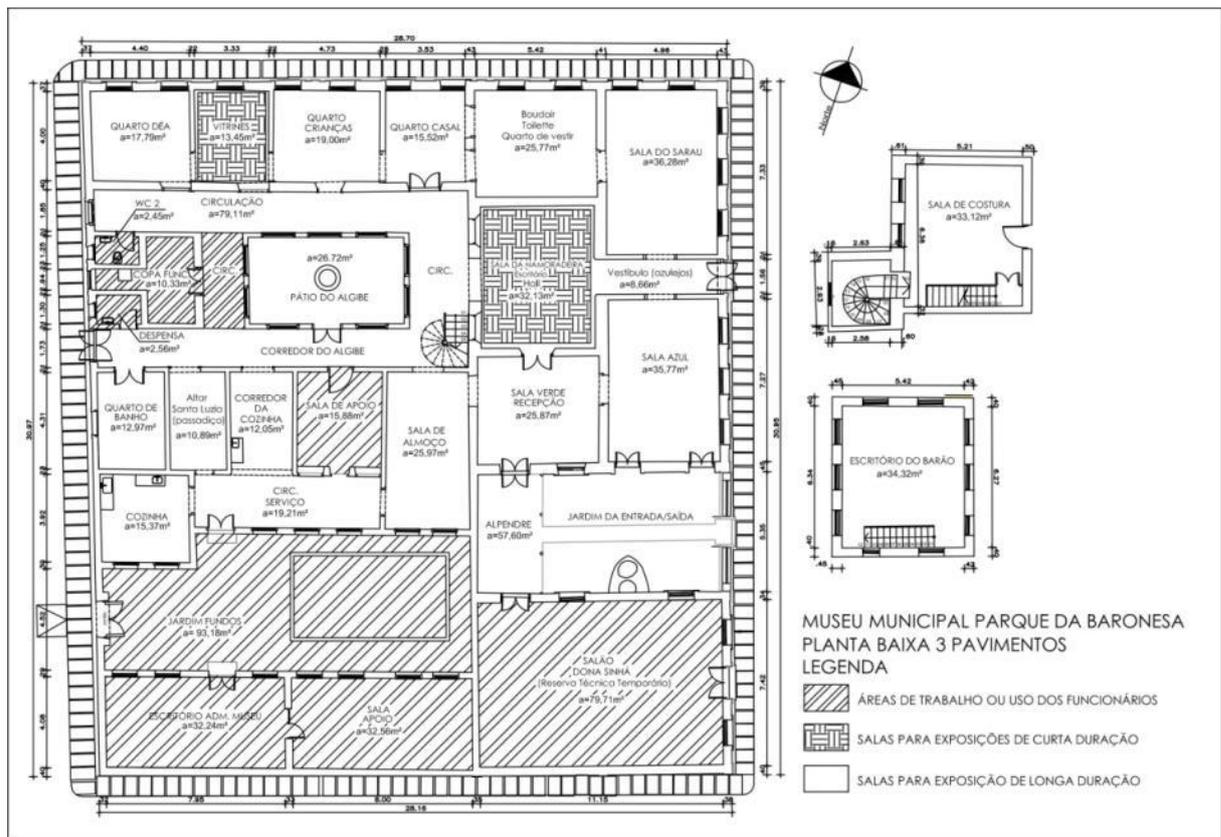


Figura 14 – Planta baixa dos três pavimentos do Museu da Baronesa. Pelotas, RS. Fonte: acervo administrativo do MB/Secretaria Municipal de Cultura (Secult), 2016. Alterações na planta: executadas pela autora.

A casa foi ampliada, embelezada e recebeu modernidades em diferentes momentos de sua trajetória. Segundo o arquiteto Gilberto Yunes (1995), na virada

do século XIX para o XX houve uma transição nas artes decorativas, com a introdução do *art nouveau*, estilo identificado em alguns padrões da azulejaria e mobiliário encontrados no Museu da Baronesa. Ainda hoje é possível apreciar os azulejos de diferentes procedências e os ladrilhos hidráulicos, provavelmente pelotenses.

A compra da maioria dos azulejos da figura 15 foi indicada nos livros de contas: os nº2 e nº3 fizeram parte da reforma da ala esquerda em 1922, o primeiro é inglês e compõe o quarto de banho e o segundo, holandês (informação verbal)²⁹, faz parte do cômodo que se supõe fosse a despensa; os nº4 e nº5 foram instalados em 1920, no hall/escritório, de origem desconhecida, e no vestíbulo, de procedência inglesa; e as holandesas, nº6, foram destinadas à sala de almoço em 1928, produzidas na Alemanha³⁰. Dona Sinhá adquiriu as peças no Rio de Janeiro.

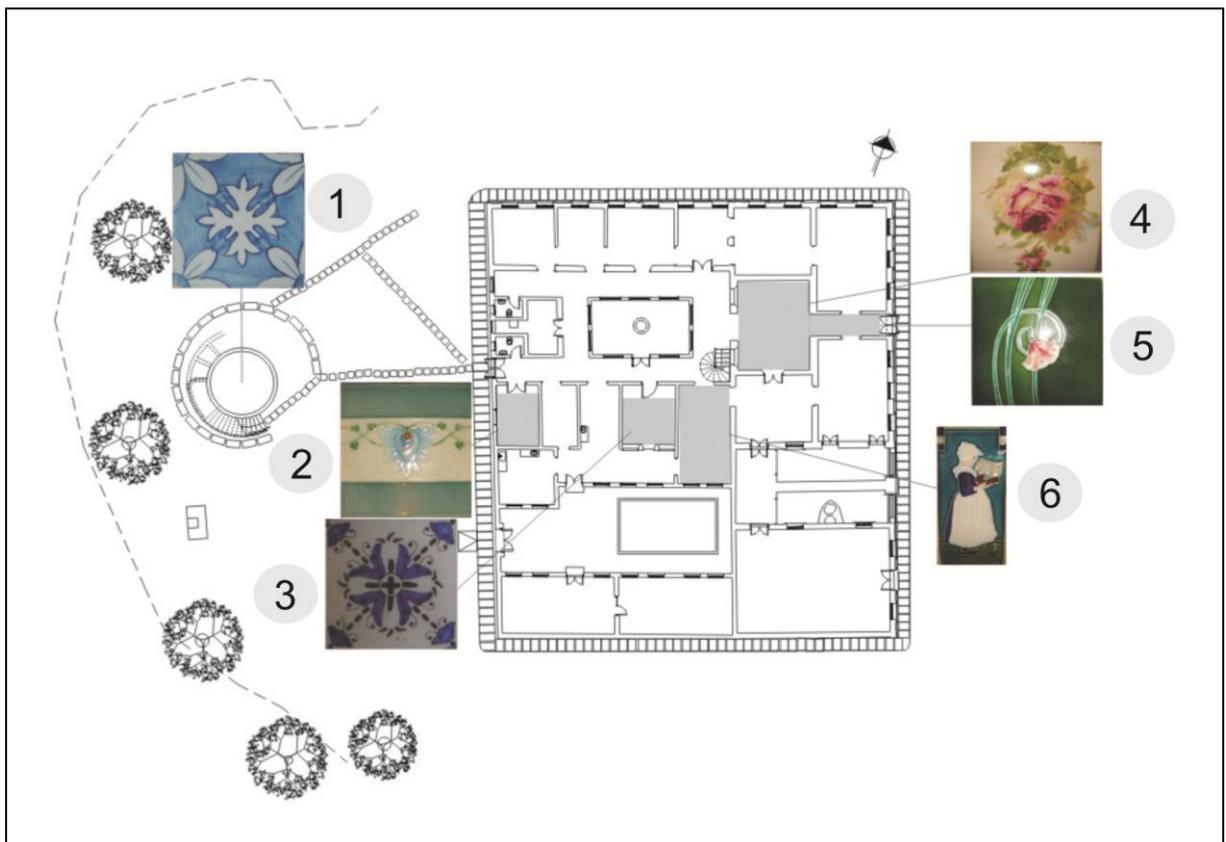


Figura 15 – Planta baixa do Museu da Baronesa, Pelotas, RS, com indicação dos ambientes revestidos com azulejos. Fonte: planta elaborada pela autora.

²⁹ Segundo informação da Profa. Dora Alcântara, durante o IV Encontro Luso-Brasileiro de Museus-Casa, na Fundação Casa de Rui Barbosa/IBRAM/MINC, no Rio de Janeiro, em 2012, foi confirmada a procedência holandesa e o nome da flor: “campainha”.

³⁰ A origem dos azulejos do MB foi pesquisada por Andréa Bachetini (1995).

Parte dos pisos internos do museu foi revestida com ladrilhos hidráulicos, provavelmente comprados e fabricados em Pelotas, conforme a planta da figura 16. No final do século XIX, os ladrilhos vinham da Europa. Aos poucos, as peças passaram a ser produzidas no Brasil e, em 1914, o Sr. Arquimino Peres, imigrante português, fundou a Fábrica de Mosaicos³¹, primeira a produzir este tipo de revestimento em Pelotas (DOMINGUEZ, 2016). Os mosaicos, como também eram conhecidos, cobriram 491m² do pavimento térreo, com quatorze padrões diferentes distribuídos pelos banheiros (nº1), cozinha dos funcionários (nº2), todo o setor de cozinha (nº3) e serviço (nº4), hall/escritório (nº5), vestíbulo (nº6), sala de almoço (nº7), pátio do algibe e a circulação em seu entorno (nº7), pátio do algibe e a circulação em seu entorno.

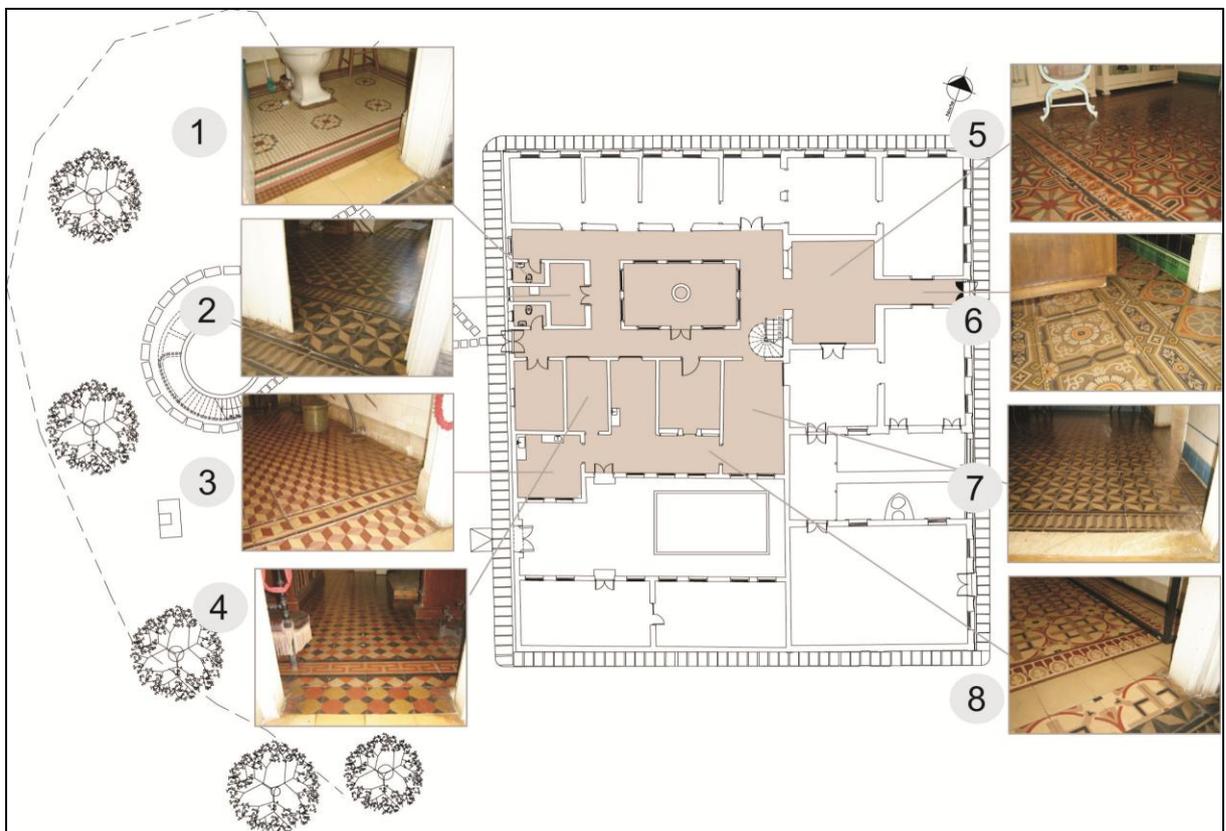


Figura 16 – Planta baixa do Museu da Baronesa, Pelotas, RS, com indicação dos pisos com ladrilhos hidráulicos. Fonte: planta elaborada pela autora.

³¹ Segundo informações da empresa Fábrica de Mosaicos, na segunda metade do século XX existiram dezessete fabricantes de ladrilhos hidráulicos em Pelotas. O ladrilho é uma placa de cimento, areia, pó de mármore e pigmentos, com superfície de textura lisa e que possui alta resistência ao desgaste. Usado para acabamento de paredes e pisos. Seu nome é derivado do processo de fabricação onde a cura se dá na água, sem queima. Disponível em <<http://www.fabricademosaicos.com.br>>. Acesso em 03 jul. 2017.

O interior da morada se enfeitou ao gosto de sua época, até meados do século XX. Paredes escarioladas³², papéis decorativos, pinturas parietais e esquadrias com vidros coloridos ficaram registrados somente nas fotografias e no filme *Ângela*.

³² Segundo Fábio Galli Alves (2012, p. 12), *escariola* é o termo usado em Pelotas para *escaiola*, “[...] uma técnica decorativa de acabamento de parede, que imita o mármore, relacionada aos estuques [...]”. Esta decoração interna foi muito utilizada entre as últimas décadas do século XIX e meados do século XX.

3 Chácara como morada no Brasil e a Chácara da Baronesa em Pelotas

O período, entre 1863 e 1887, levou ao primeiro ciclo do Parque Annibal, propriedade de Annibal Antunes Maciel Jr. e Amélia Hartley Antunes Maciel, os Barões de Três Serros. A data inicial correspondeu à compra de um terreno na cidade de Pelotas, tida como princípio desta história. Desses primeiros tempos, o marco final se referiu ao falecimento do Barão.

Para dar início à biografia cultural da Chácara da Baronesa, ou Parque Annibal, foi relevante lembrar que as perguntas definidas em seu roteiro formaram uma trama que conectou os eixos de interesse preestabelecidos: Qual o contexto existente nos diferentes ciclos da vida da habitação? Que condições propiciaram sua “produção”? A quem pertenceu a chácara? Qual é a história desta família?

Tratou-se de conhecer o ambiente, ou macrocontexto, o pano de fundo da história desta forma de morar, explorando de maneira geral o desenvolvimento dos tecidos urbanos, a organização das famílias, os hábitos, os costumes e a estrutura social e econômica, não necessariamente nesta ordem. Aqui se incluíram as características arquitetônicas predominantes neste tipo de moradia, herança das habitações do período colonial brasileiro, que se estendeu pelo Império e ainda na República.

3.1 Contexto e a família oitocentista

Distinguir as condições que tornaram possível a “produção” da chácara, implicou entender como se constituíram as raízes de seus proprietários, sua história pregressa: região de procedência, lugar e período em que viveram, relações políticas e de parentesco, atividade econômica e estrato social. Para tanto, recuou-se ao século XVIII e o foco foi direcionado para outras regiões do Brasil, além do Rio Grande do Sul, como o Rio de Janeiro, cidade natal de Amélia, e Sorocaba, em São

Paulo, cidade de origem do núcleo familiar de Antônio Antunes Maciel (AM), de quem Annibal era descendente.

As referências genealógicas de Amélia, em geral se resumiam aos seus pais e seus avós paternos, ressaltando sua ascendência inglesa, na figura do avô, John James Hartley, que segundo Carvalho (1937) e Santos (1957), na década de 1860, foi um dos fundadores do London and Brazilian Bank, na capital do Império. Ficava em segundo plano pontuar que suas duas avós e sua mãe nasceram no Rio de Janeiro. Por este motivo, mais alguns personagens se integraram à narrativa.

A certidão de casamento de Annibal e Amélia revelou alguns nomes e locais, grifados abaixo, que ajudaram a explorar essa linhagem feminina:

[...] Aos onze dias do mez de agosto de mil oitocentos e sessenta e quatro nesta **Freguesia de Santo Antonio**, pelas oito horas da noite, no **Oratório privado de Dona Anna Dorothea Gonsalves de Brito e Menezes**, na rua de Mata Cavallos, numero trinta e oito, [...] perante as testemunhas **Barão de Antonina, José João da Cunha Telles e José Francisco Alves Malveiro**, [...] recebi em matrimonio a **Annibal Antunes Maciel Junior**, filho legitimo do **Coronel Annibal Antunes Maciel** e de **Dona Felisbina da Silva Antunes**, natural e baptisado na **Freguesia de São Pedro da Cidade e Provincia do Rio Grande do Sul =com= Dona Amelia Fortunata de Brito Hartley**, filha legitima de **João Diogo Hartley** e de **Dona Isabel Fortunata de Brito Hartley**, natural e baptisada na Freguesia de Sant'Anna D'esta Côrte: ambos moradores nesta Freguesia: [...]. (Acervo MMPB nº 1770 – grifo nosso)

Estas informações foram usadas como ponto de partida para introduzir temas explorados ao longo do texto e para estabelecer a ascendência materna de Amélia, com a localização de três gerações anteriores³³, conforme mostra a figura 17.

³³ Não houve a pretensão de se empreender uma busca exaustiva aos troncos familiares de Amélia Hartley AM, mas sim de contextualizar suas origens brasileiras. Para isso, procuraram-se informações em trabalhos de genealogia disponíveis virtualmente, como *www.geneall.net*, com registros do pesquisador Carlos Eduardo de Almeida Barata e, também, em Carvalho (1937) e em Santos (1957).

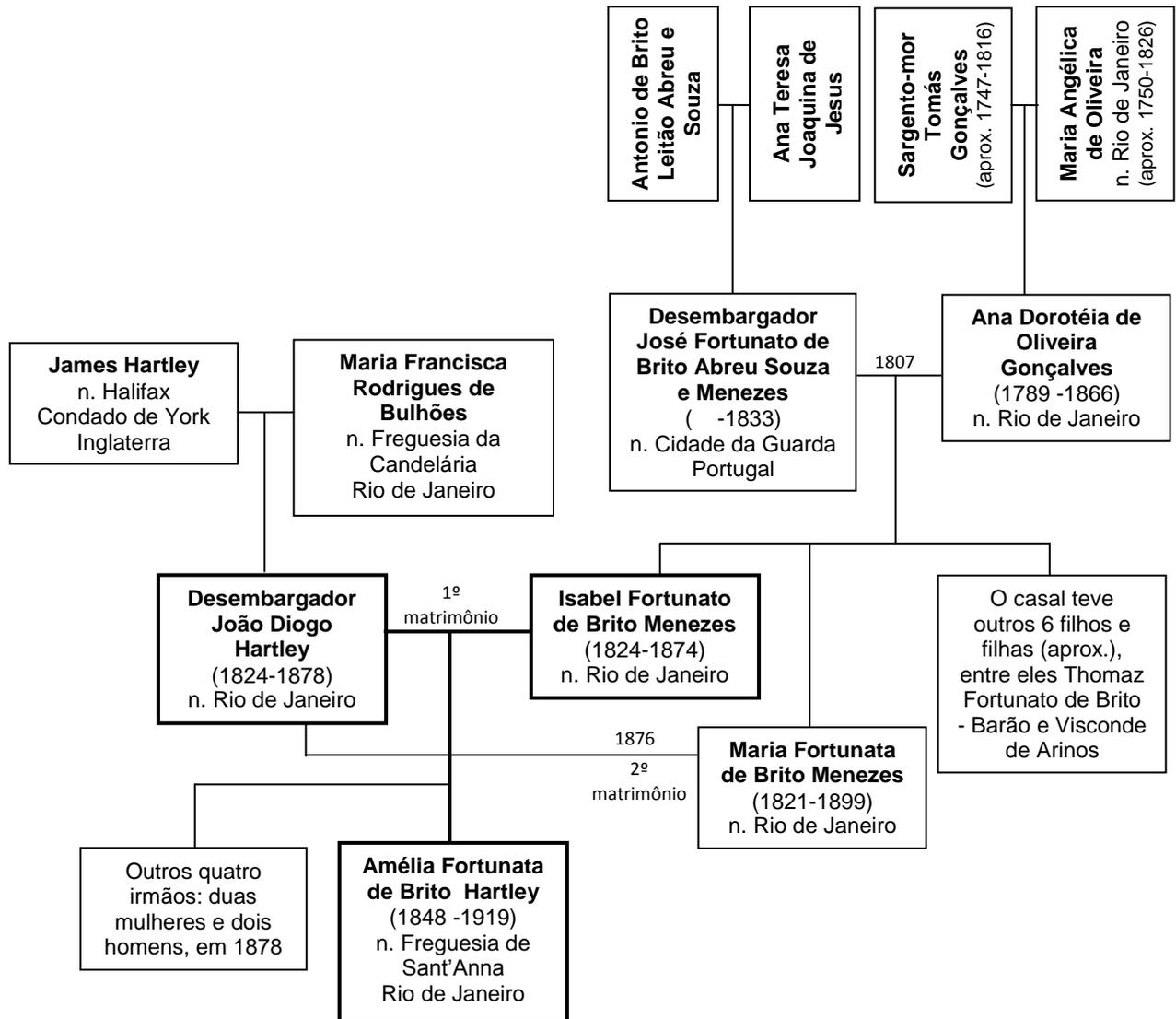


Figura 17 - Árvore genealógica dos ascendentes de Amélia Fortunata de Brito Hartley (Antunes Maciel), Baronesa de Três Serros, organizada pela autora com base em Barata (2017), Carvalho (1937), Santos (1957) e Pessoa e Santos (2017).

Anna Dorothea de Oliveira Gonçalves [de Brito e Menezes] - avó materna de Amélia Fortunata de Brito Hartley

A identificação de seu bisavô, pelo lado materno, inseriu a família da futura baronesa na dinâmica social e econômica do Rio de Janeiro da segunda metade do século XVIII, sede do governo da colônia desde 1763. O sargento-mor Tomás Gonçalves, homem de negócios, residia nesta cidade em 1771, mas não se identificou seu local de nascimento.³⁴ Por este dado, foi possível supor que ele fosse

³⁴ Informação do museólogo, historiador e genealogista Carlos Eduardo de Almeida Barata, disponível no endereço <<https://geneall.net/pt/forum/154583/desembargador-jose-fortunato-de-brito-abreu-souza-e-menezes-rio-de-janeiro-xviii-xix/>>. Acesso em: 08 out.2017.

de outra região ou mesmo de Portugal. Era casado com Maria Angélica de Oliveira [Gonçalves], carioca.

O historiador João Luís Fragoso (1998), em seu estudo sobre as condições econômicas do Rio de Janeiro entre 1790 e 1830, situou Tomás Gonçalves entre os trinta e seis empresários arrolados em uma correspondência do vice-rei Conde de Rezende, na última década do século XVIII, e também no **Almanaque da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro**, de 1799. Ele foi identificado como um dos onze comerciantes que solicitaram e receberam doações de sesmarias³⁵, em 1788. As terras foram requisitadas para mineração e agricultura, na região do Cantagalo, nas cercanias da cidade.

Nesta análise, Fragoso (1998, p.360) identificou comerciantes de grosso trato à frente de fazendas escravistas, como senhores de engenho, demonstrando o “[...] movimento peculiar, onde o capital mercantil - contrariando a sua própria definição, que o restringe à circulação - se transforma em produção [...]”. Este capital era proveniente de uma elite de comerciantes que detinha o monopólio do tráfico de escravos e a “moeda” da praça do Rio de Janeiro. Aos senhores de engenhos e de homens estavam reservados direitos, poder e o topo da hierarquia econômica e social. É provável que o negociante Tomás Gonçalves se encaixasse neste perfil.

Após um período de queda da produção das plantações de açúcar fluminense, devido ao ciclo do ouro em Minas Gerais, em meados do século XVIII, essa economia retomou seu crescimento. Entre 1790 e 1840, os engenhos, em plena expansão, disseminavam-se principalmente no norte fluminense. Fragoso e Florentino (2001, p. 86) ressaltam que o “[...] trabalho escravo dominava o campo e as cidades, com a maioria dos cativos concentrando-se no meio rural, sobretudo nas grandes unidades açucareiras [...]”.

Independentemente do desempenho de sua produção, com o avançar dos anos 1700 a capitania se integrou ao mercado atlântico, tornando-se o principal centro comercial da América portuguesa e, em especial, pelo comércio de africanos escravizados para Minas Gerais (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001).

³⁵ A sesmaria era concedida pelo vice-rei, governador do Rio de Janeiro e depois confirmada pelo Conselho Ultramarino, em Portugal. Além disso, o comandante da Comandância Militar do Rio Grande dava seu parecer no processo de doação e legalmente nenhuma pessoa poderia receber mais que uma sesmaria. As dimensões dessas terras variavam entre três léguas de comprimento e uma de largura ou uma e meia em quadro, o que oscilava entre 10.000 e 13.000 hectares (FORTES, 1978, p. 80 *apud* GUTIERREZ, 2004, p. 47).

Existiu outro documento, apontado pelo historiador Jurandir Malerba (2006, p. 155), que reforçou a participação de Tomás Gonçalves no comércio colonial e também como militar: a carta de profissão do hábito da Ordem de Cristo do sargento-mor Tomás Gonçalves revelou que ele prestou serviços em guerras do Rio Grande e Santa Catarina, um dos principais negociantes da praça do Rio de Janeiro, tendo “[...] feito entrar avultadas somas no Real Erario [...]. Motivos suficientes para receber o hábito [...]”.

Na percepção de Fragoso (1998, p.30) e, também, sob outros pontos de vista da história, a sociedade estava alicerçada nas “[...] relações de propriedade do homem sobre o homem” e mesmo as pessoas livres não gozavam dos mesmos direitos. O prestígio social era decorrente de distinções políticas e jurídicas como ordens militares, altos escalões das irmandades religiosas e posições de mando em milícias locais. Somente estes “homens de bem” poderiam almejar cargos políticos. Pobres livres permaneciam à margem, não tinham voz.

José Fortunato de Brito Abreu Sousa e Menezes - avô materno

Conforme documento pesquisado, em maio de 1806, o Desembargador da Relação do Rio de Janeiro, José Fortunato de Brito Abreu Sousa e Menezes, solicitou ao príncipe regente D. João, licença para casar com Anna Dorothea de Oliveira Gonçalves, filha do sargento-mor Tomás Gonçalves.³⁶ O pretendente era natural da Cidade da Guarda, filho de portugueses e, segundo indícios, quase vinte anos mais velho que Anna. O matrimônio realizou-se, em 1807, na Freguesia de São José.

O avô de Amélia atuou também como Promotor e Desembargador da Casa de Suplicação e era cavalheiro da Ordem de Cristo. Em 1821, foi nomeado Conselheiro da Fazenda. Pelos registros encontrados, nesta época seu domicílio seria na Rua de Mata Cavallos, mesmo endereço em que residia sua viúva, em

³⁶ Dado obtido no acervo da Biblioteca digital Luso-Brasileira. Disponível em: <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/415004>>. Acesso em: 08 out.2017.

1864.³⁷ A família também era proprietária de imóveis na Ilha de Paquetá. O casal teve extensa prole, “todos bem encaminhados”³⁸.

Os pais da noiva

Isabel Fortunato de Brito [Hartley] e João Diogo Hartley

Entre as filhas de Anna Dorothea e José se encontravam a primeira e a segunda esposa do Comendador João Diogo Hartley: a mãe da baronesa, Isabel Fortunato de Brito Menezes, e sua tia, Maria Fortunata de Brito Menezes. O pesquisador Carlos Eduardo Barata se referiu a ele como negociante, de pai inglês e mãe nascida na Freguesia da Candelária, uma das mais antigas da cidade³⁹. Seu nome foi listado na publicação impressa do **Programma dos festejos adoptados** para formação de comissões na organização das comemorações pela vitória brasileira na Guerra do Paraguai, vinculado à Rua do Lavradio⁴⁰.

O artigo de Luis Carlos Soares (2003, p. 11), com o título **A escravidão industrial no Rio de Janeiro do século XIX**, registrou um Hartley, industrial do ramo têxtil, que pode ser o pai da baronesa ou parente próximo. O autor afirma que, em torno de 1850, as duas manufaturas têxteis existentes na corte empregavam somente trabalhadores livres: “[...] O estabelecimento do inglês Diogo Hartley, de maior capacidade produtiva, empregava 56 operários, enquanto o do alemão Frederico Guilherme empregava 20 operários”.

As testemunhas

Na relação de nomes para comissão dos festejos pelo fim da Guerra do Paraguai, citada anteriormente, encontrou-se uma das testemunhas do casamento de Annibal Jr. e Amélia, José Francisco Alves Malveiro, na Rua do Catete, ao que

³⁷ *Almanak do Rio de Janeiro para o anno de 1827*, p. 80. Disponível em: <<https://books.google.com.br>>. Acesso em: 15 nov.2017.

³⁸ Informações colhidas na Carta Mensal do Colégio Brasileiro de Genealogia, de out de 2013. Disponível em: <<http://www.cbg.org.br/novo/wp-content/uploads/2012/07/CM116.pdf>>. Acesso em: 08 out.2017; e também em: <<https://geneall.net/pt/forum/154583/desembargador-jose-fortunato-de-brito-abreu-souza-e-menezes-rio-de-janeiro-xviii-xix/>>. Acesso em: 08 out.2017.

³⁹ A referência de Barata está disponível em: <<https://geneall.net/it/forum/153643/joao-diogo-hartley-rio-de-janeiro-seculo-xix/>> Acesso em: 08 out.2017.

⁴⁰ *Programma dos festejos adoptados pela Illustrissima Camara Municipal da Corte para terem lugar à chegada da faustosa noticia da victoria decisiva dos exercitos aliados na Republica do Paraguay*. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/5082/1/015314_COMPLETO.pdf> Acesso em: 08 out.2017.

tudo indicou, talvez fosse homem de negócios e amigo da família. José João da Cunha Telles foi deputado do Tribunal do Comércio da Corte, pelo menos entre 1871 e 1873⁴¹. Seu nome também constou da tese de doutorado em história de Gabriel Santos Berute (2011, p. 90), **Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro**: negócios, mercadorias, e agentes mercantis (1808-1850), como negociante de grosso trato que atuou entre o porto de Rio Grande e o Rio de Janeiro em 1840. Segundo esta pesquisa, se presumiu que fosse parente de Matheus da Cunha Telles, conhecido comerciante de Rio Grande, falecido em 1822. O Barão de Antonina, João da Silva Machado, considerado por Assumpção Santos (1957) uma das figuras de destaque do Império, era tio da mãe de Annibal, Felisbina da Silva Antunes. O barão lutou pela legalidade na Guerra dos Farrapos, como tenente coronel de milícias. Mais tarde foi coronel honorário do Exército Imperial. Além de receber diversos títulos honoríficos atuou na política, em São Paulo e no Paraná.

Os pais do noivo

Felisbina da Silva Pereira [Antunes]

A mãe de Annibal AM Júnior era neta de açorianos, conforme a figura 18. É provável que seus avós, maternos e paternos, pertencessem a um núcleo inicial de povoadores lusitanos, instalado na Vila de Taquari, na década de 1760, no Rio Grande de São Pedro. Seu pai, José Jacintho Pereira, batizado na mesma vila, foi referenciado como alferes, e pode ter alcançado o posto de coronel (CARVALHO, 1937; SANTOS, 1957).

⁴¹ *Almanak Administrativo da Província do Maranhão*, ano 1871, 1872 e 1873. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=706981&pagfis=941&url=http://memoria.bn.br/docreader#>> Acesso em: 08 out.2017.

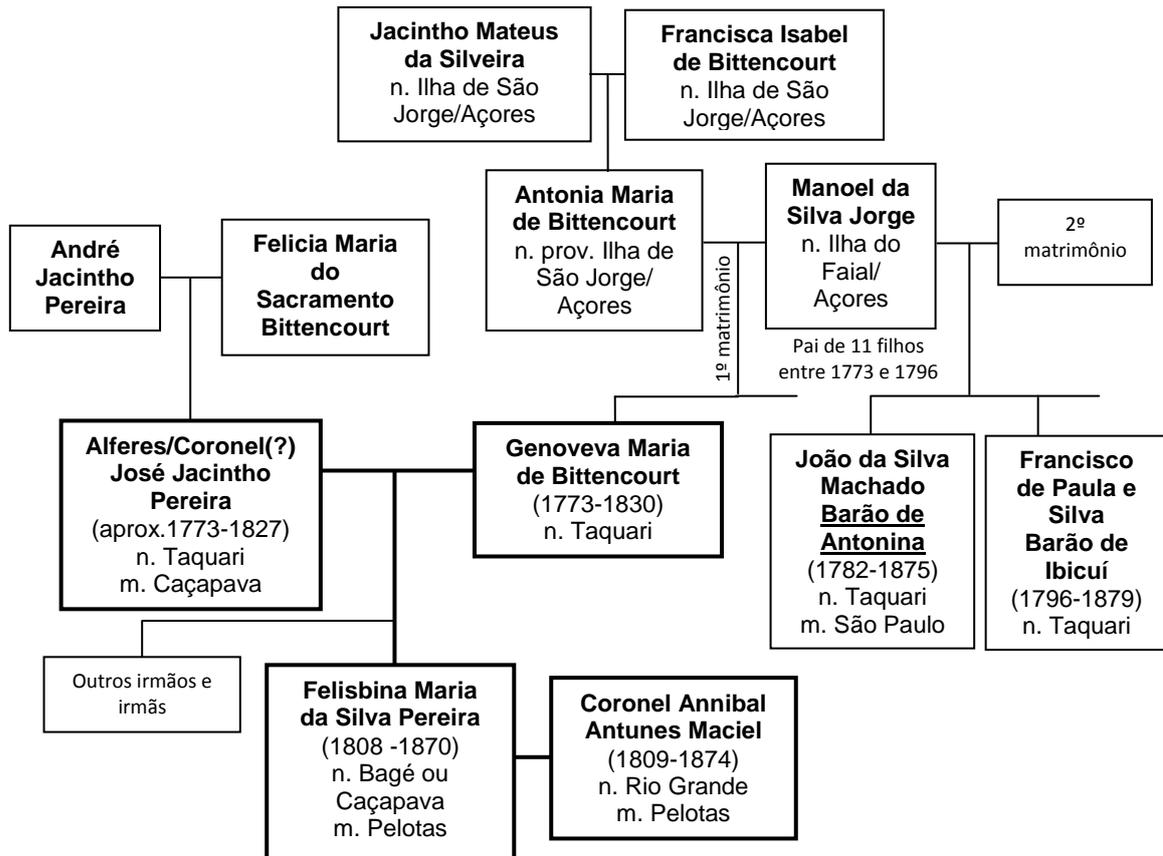


Figura 18 - Árvore genealógica dos ascendentes de Felisbina Maria da Silva Pereira (Antunes), organizada pela autora com base em Barata (2017), Carvalho (1937) e Santos (1957).

Assumpção Santos (1957) situou Annibal como chefe legalista, que lutou ao lado do Império durante a Guerra dos Farrapos (1835 -1845), no posto de major e, no final, como coronel. Antes de 1838 (ano do nascimento de Annibal AM Jr.), casou-se com Felisbina Maria da Silva Pereira. Em 1832, foi citado no inventário de seu pai, Francisco AM, como solteiro (APERS, 1832).

Na época do casamento de Annibal Jr. e Amélia, provavelmente o patrimônio de estâncias e charqueada do coronel Annibal já estivesse, em grande parte, constituído. O charqueador ainda explorava o comércio com outras capitâneas brasileiras, como Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Segundo Vargas (2016), na segunda metade do século XIX, seus negócios e propriedades formavam uma das grandes fortunas de Pelotas.

Os noivos - alianças familiares

Em agosto de 1864, Annibal AM Júnior estava prestes a completar vinte e seis anos, era residente no Rio de Janeiro, onde se presumiu tenha feito sua formação de Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas, equivalente à engenharia (Figura 19). Filho de famílias com projeção na sociedade sulina e na corte, ao seu lado estava o tio-avô, Barão de Antonina. Amélia Hartley era neta de um inglês, por via paterna, e de um conselheiro do império, pelo lado materno; seu pai, comendador e homem de negócios. Nascida em dezessete de dezembro, ao se casar ainda não completara dezesseis anos (Figura 20).

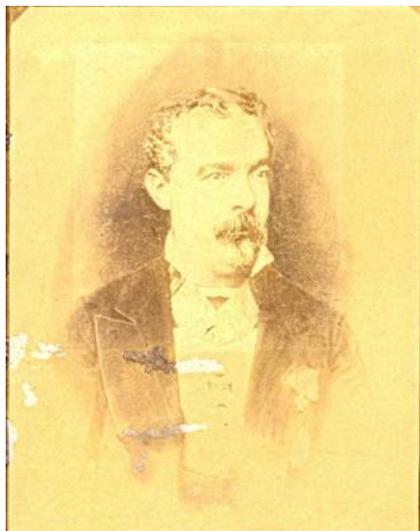


Figura 19 – Retrato de Annibal Antunes Maciel Jr., Barão de Três Serros. Autor: n/i. Ano: aprox. década de 1880. Fonte: acervo MMPB nº 1821.



Figura 20 – Retrato de Amélia Fortunata Hartley de Brito [Antunes Maciel], Baronesa de Três Serros. Autor: Tavares Sobrinho, Rio de Janeiro. Ano: aprox. década de 1880. Fonte: acervo MMPB nº 1901.

A presença de um barão e de negociantes, como testemunhas do matrimônio, apontou para uma rede de relações de parentesco, amizade ou de ligações comerciais e políticas. Por meio do casamento, eram seladas as alianças familiares. De acordo com Mariana Muaze (2008, p.199), o costume aristocrático oitocentista ditava que “[...] a boa escolha dos casamentos para os herdeiros e herdeiras significava na prática, a perpetuação do nome e da honra de uma determinada casa familiar no tempo”.

A idade do casamento variava e podia acontecer muito cedo, como no caso de Amélia. Em seu estudo sobre a família fluminense Ribeiro de Avellar, Muaze

identificou que havia preocupação em relação à idade dos noivos: as moças contraíam matrimônio entre dezessete e vinte anos. Quanto aos noivos, “[...] garimpados entre as famílias de prestígio e fortuna do Império eram todos bacharéis, moravam na cidade e possuíam, no máximo, 15 anos a mais que as futuras esposas” (MUAZE, 2008, p. 161).

Os interesses em formar uma boa “aliança” não levavam em conta os sentimentos do casal. Ao longo do século XIX, aconteceu uma longa e lenta transformação: “sinal claro da individualização das mulheres, e, também dos homens, o casamento por amor anuncia a modernidade do casal, que triunfa no século XX” (PERROT, 2008, p. 47). As relações matrimoniais aconteciam dentro de um mesmo estrato social, em arranjos que moldaram, ao longo do tempo, as elites senhoriais.

Açorianos, lagunenses e paulistas - ocupação do sul

Os estudos sobre o cotidiano da América portuguesa relataram, entre outros aspectos, a mobilidade espacial da população como uma de suas características. A constante imigração, a povoação em direção ao interior e fronteiras, uma população dispersa e instável, com poucas possibilidades de criar laços primários. A sociedade mais enraizada estava localizada na região litorânea envolvida com a produção açucareira, voltada para a exportação. Em São Paulo, uma economia de subsistência, interna, da mesma forma que ocorria no nordeste com a pecuária, cedeu lugar a uma organização social instável, flutuante (NOVAIS, 1997). Os Antunes Maciel, de Sorocaba, estavam incluídos neste contexto.

Segundo Gutierrez (2004), a partir do século XVII, se iniciou a ocupação do interior, com as bandeiras, a mineração, a exploração do rio Amazonas, do rio São Francisco e do sertão do Nordeste. Formaram-se, desta forma, ilhas populacionais em sua maioria isoladas, solitárias, à mercê de ataques de ladrões ou dos espanhóis, “amedrontadas” pelos nativos. Em direção ao sul, os luso-brasileiros fundaram Paranaguá, em 1653, São Francisco do Sul, em 1660, e Laguna, em 1676. Seguiram um pouco mais por esse rumo, até a foz do Rio da Prata, onde estabeleceram Colônia do Sacramento, em 1680, em frente de Buenos Aires.

Por meio da pesquisa de Gutierrez (2001; 2004), foi possível acompanhar o movimento da colonização da região sulina. Entre Laguna e Colônia do Sacramento,

onde se reproduziram as manadas do povo missioneiro, configuraram-se extensas áreas de terra, as chamadas vacarias. A preia do gado xucro direcionou a vocação econômica das terras platinas.

A partir disso, nas primeiras décadas do século XVIII, a atividade dos tropeiros ampliou-se para além da extração do couro. O gado passou a ser fornecido como animal de carga e fonte de alimento para os mineiros em Minas Gerais. Com o desenvolvimento deste novo comércio para o gado gaúcho, Gutierrez (2004, p. 47) aponta que o Rio Grande efetivamente “[...] vinculou-se ao mercado interno do Novo Mundo português”.

Em 1737, o brigadeiro José da Silva Pais fundou o presídio Jesus-Maria-José nas proximidades do canal de Rio Grande, criando a Comandância Militar do Rio Grande de São Pedro do Sul. A estrutura compreendia um complexo com fortes e guarnições, cujo objetivo era defender e efetivamente ocupar o território (GUTIERREZ, 2001; 2004).

Na década anterior, em 1725, por ordem do governo de São Paulo, João de Magalhães, genro do capitão-mor de Laguna, Francisco de Brito Peixoto, comandou uma expedição para fundar um povoado no “sítio de Rio Grande”, mas não obteve êxito. O historiador Fábio Kuhn (2006, p. 38), ressaltou que a empreitada de João de Magalhães, além da intenção de aprisionar nativos, teve “uma função estratégica e econômica”, pois “[...] incorporou ao conhecimento português toda uma vasta região de campos naturais propícios à atividade pecuária, assegurando a ocupação posterior dos Campos de Viamão a partir da década de 1730”.

Nesse período, de acordo com Gutierrez (2004), tropeiros e militares da força colonial iniciaram suas solicitações de terras. Nos anos seguintes, além da formação das estâncias de gado, tratou-se de povoar os campos do sul com famílias, no início principalmente as lagunenses. Em 1747, foi criada a Freguesia de Viamão e Rio Grande já era vila. A consolidação da presença portuguesa no Continente também contou com a vinda de casais açorianos. A maior parte dos colonos chegou a Rio Grande em 1752.

A família Antunes Maciel

A origem portuguesa dos Maciéis⁴² remete ao século XII, quando se deslocaram da França a Portugal para lutar ao lado de Dom Afonso Henriques, contra os mouros. No final do século XVI, João Maciel imigrou para São Paulo. Nos séculos XVII e XVIII, seus descendentes fixaram-se em Minas Gerais, São Paulo, Goiás e, após 1748, no Rio Grande do Sul.

Fábio Kuhn (2006) elucidou o vínculo existente entre a família AM, a vila de Laguna, a freguesia de Viamão e João de Magalhães, figura sempre lembrada pela historiografia riograndense, um dos “desbravadores do Continente”.

Após 1750, João de Magalhães transferiu-se para Viamão casado em segundas núpcias com Maria Moreira Maciel, uma das filhas do capitão Antônio AM, de Sorocaba, São Paulo, conforme figura 21. O matrimônio ocorreu em 1746, quando ambos já eram viúvos, provavelmente em Laguna. Anteriormente, em 1741, seu filho mais velho, João de Magalhães, o moço, havia casado com uma irmã de Maria, Joana Garcia Maciel, pelo que consta também em segundas núpcias (SANTOS, 1957).

⁴² A genealogia dos Antunes Maciel, que imigraram para o Rio Grande do Sul, especialmente aqueles que se fixaram em Rio Grande e Pelotas, será abordada com base em Carvalho (1937) e Assumpção Santos (1957), este último referencia trabalhos de autores como Fernando Osório, Aurélio Porto e Borges Fortes.

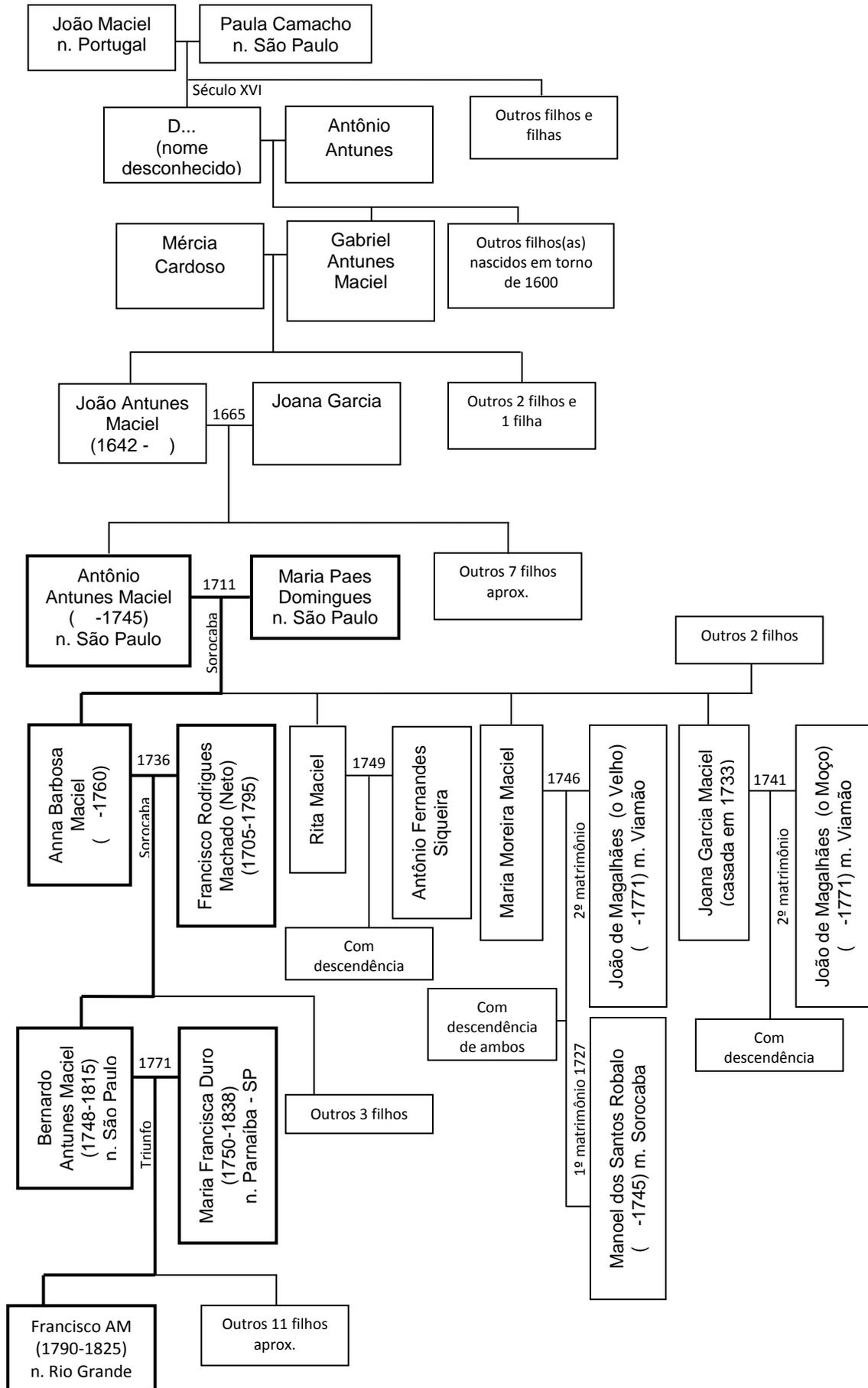


Figura 21 - Árvore genealógica dos ascendentes sorocabanos da família AM, organizada pela autora com base em Carvalho (1937) e Santos (1957).

Kuhn (2006) fez uma análise sobre os motivos que levaram à união destas famílias. Um deles seria por questões de retomada da importância social da família paulista e, também, que essas relações se davam naturalmente devido às atividades do tropeirismo e negócios com gado, o que acabou aproximando lagunenses e sorocabanos. Interessante ver o quanto o parentesco e a participação nas ordens militares e políticas, definidas pelos (e para) os “melhores da terra”, determinavam arranjos que poderiam, ou não, estabelecer “alianças de prestígio e poder”.

Segundo o autor, pode haver um erro quando a historiografia recente aponta Maria Maciel como descendente direta de capitães-mores de Sorocaba e que seu primeiro marido, Manuel dos Santos Robalo, fosse capitão-mor. Kuhn (2006, p. 94-95) acredita que Maria fosse descendente de famílias importantes, mas não de forma direta, pois tratava-se “[...] de um ramo empobrecido da elite sorocabana que se enlaçou com diversas famílias residentes em Laguna. Não somente com os Magalhães [...]”.

O deslocamento da família de João de Magalhães e Maria Moreira Maciel ocorreu nas décadas de 1740 e 1750. Com o casal, vieram os filhos e netos do primeiro casamento de ambos e mais três irmãs de Maria, com os respectivos maridos e filhos: Joana Garcia Maciel e João de Magalhães, o moço; Anna Barbosa Maciel e Francisco Rodrigues Machado (neto); e Rita Maciel e Antônio Fernandes Siqueira. Neste movimento, chegaram à vila de Viamão, somente deste grupo familiar, mais de vinte pessoas adultas, sem incluir os filhos menores (KUHNS, 2006; SANTOS, 1957).

As estratégias matrimoniais, exploradas pela família Magalhães, resultaram num relativo declínio de sua posição social após a migração para Viamão: de “[...] desbravador do Continente, no acanhado arraial ele se tornaria um modesto fazendeiro, com uma história familiar pautada por um certo escândalo e pelo evidente desprestígio” (KUHNS, 2006, p. 96).

Supostamente, a desonra e o desprestígio tiveram participação de atitudes de Joana Maciel, nora de João de Magalhães e irmã de sua esposa, que obrigaram o Reverendo Vigário a fazer um “auto de denúncia” contra ela, “[...] devido ‘ao escândalo público com que vive e desonesto procedimento’. [...] seu marido, ‘o moço’, encontrava-se ausente [...]”. Em 1757, o extenso rol de acusações, que incluía prática de crimes no interior da própria parentela, resultou em sua expulsão da freguesia. É possível que o incidente tenha levado a uma nova migração de parte

da família, desta vez para Rio Pardo, pois Anna Barbosa Maciel e Francisco Rodrigues Machado, ascendentes dos AM de Pelotas, estavam ali estabelecidos em torno de 1780 (KUHN, 2006, p. 100-101).

De 1754 a 1756, o Rio Grande combateu os guaranis, e mais adiante, entre 1763 e 1776, a luta foi contra a invasão dos espanhóis, que ocuparam a vila de Rio Grande por treze anos, entre outras localidades. Nesse ínterim, em 1760, foi criada a Capitania do Rio Grande de São Pedro, desvinculada de Santa Catarina e subordinada ao Rio de Janeiro.

Em 1777, a partir da assinatura do Tratado de Santo Idelfonso⁴³, entre Portugal e Espanha, iniciaram-se as demarcações e concessões de terras para criação de animais. Gutierrez (2001, p. 44), conforme observado anteriormente, lembra que, nesta conjuntura de guerra, conquista e defesa do território, “[...] apareceram os líderes das forças militares portuguesas e dos bandos de aventureiros, que seriam os donatários das sesmarias de campo”. Um deles era o tenente de dragões Francisco Pinto Bandeira (pai de Rafael Pinto Bandeira)⁴⁴ e sob seu comando deveria estar Francisco Rodrigues Machado, talvez já como alferes auxiliar. Francisco e seu filho, Bernardo AM, pertenceram às Companhias de Cavalaria Ligeira do Continente de São Pedro, chefiados por Rafael Pinto Bandeira. Ambos chegaram ao posto de capitão e receberam sesmarias a partir de 1780, em Rio Pardo e Piratini. Nesse grupo, também estava o sogro de Bernardo, Antônio Lopes Duro, e pelo menos um primo, João dos Santos Robalo. A partir de 1782, Bernardo AM atuou como prático da Comissão de Demarcação de Limites, também sob as ordens de Rafael Pinto Bandeira (SANTOS, 1957).

Quanto ao seu sobrenome, segundo Assumpção Santos (1957), em acordo familiar, Bernardo e uma irmã, pelo menos, receberam o “apelido” Antunes Maciel com a finalidade de perpetuar o nome do avô materno. Bernardo era pai de Francisco AM, portanto bisavô paterno de Annibal AM Júnior.

Até aqui se procurou “pincelar” alguns aspectos da formação das famílias e da expansão do território da América portuguesa. Em resumo, no decorrer do século

⁴³ O Tratado de Santo Idelfonso “acordava que a área missioneira voltasse ao domínio dos castelhanos, Sacramento permanecesse com os espanhóis e Laguna fosse devolvida aos lusitanos” (GUTIERREZ, 2001).

⁴⁴ “O brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, Comandante da Fronteira do Rio Grande, foi um exemplo de estancieiro militar.” Aprisionou, matou, expulsou e roubou nativos e espanhóis; apropriou-se de terras; contrabandeou gado. Suas ações constrangiam a diplomacia lusitana, mas ele e seu bando conquistavam e reconquistavam territórios para si e para a Coroa Portuguesa (GUTIERREZ, 2004, p. 94).

XVIII, firmou-se a colonização do sul do Brasil. Os longos períodos de disputas, entre portugueses e espanhóis, pelas terras rio-grandenses e da banda oriental do rio Uruguai, levaram praticamente ao, quase total, extermínio e expulsão dos nativos. Durante esse tempo a Coroa Portuguesa se manteve a par do ambiente da fronteira meridional americana, suas características e potencialidades, a existência do gado, o sistema lagunar, seus arroios e canal. Por fim, estabeleceu-se a salga da carne.

Sesmaria de Pelotas - Sesmaria de Monte Bonito

Desde o final do século XVII, na região platina, já acontecia a salga da carne, explorada como manufatura e comércio pela administração de Colônia do Sacramento, por exemplo. Ao longo dos setecentos, surgiram diversos empreendimentos de charqueadas próximas a Montevideu e depois em Buenos Aires. Além disso, esse era o modo de preparo da carne para consumo próprio (GUTIERREZ, 2001).

Em Rio Grande, no distrito do Serro Pelado, esta atividade deve ter começado após 1777, com a divisão de terras entre o rio Piratini e a Laguna dos Patos. Segundo Gutierrez (2004, p. 93), “[...] em 1785, entre posseiros e proprietários do Serro Pelado, o levantamento do capitão Antônio Ferreira dos Santos somou 40 pessoas, sendo 14 proprietários, todos militares”.

Na formação do município de Pelotas, Gutierrez constatou uma tipologia de propriedade rural, formada no final do século XVIII, que agregava a criação de gado, a fabricação de charque e seus subprodutos e uma olaria. Esta espécie de empreendimento também seria encontrada em áreas ribeirinhas do território platino.

Nas décadas de 1770 e 1780, funcionários do governo português reuniram informações, traçaram mapas e trabalharam nas medições resultantes do Tratado de Santo Idelfonso. Em termos gerais, as indicações se referiam à quantidade de gado existente nos Campos Neutrais⁴⁵ e mostravam que o campo de Pelotas era superior a Rio Grande devido às “[...] tempestades marinhas, que levantavam grãos

⁴⁵ Uma das determinações do Tratado de Santo Idelfonso definia que “as faixas de terras, compreendidas entre o oceano Atlântico e as lagoas Mirim e Mangueira, no sul do continente americano, chamadas de Campos Neutrais, fossem um cinturão deserto para a proteção das duas coroas ibéricas, em especial a espanhola” (GUTIERREZ, 2004, p. 92). Seus limites formavam uma encerra natural para parte dos rebanhos de gado, com pastagens e água. “[...] protegidos pela *terra de ninguém*’, bandoleiros, contrabandistas e estancieiros, com seus peões, transitavam no lugar. O território servia para a reprodução e repouso das tropas” (*idem*).

de areia fina, cobrindo tudo, e dos castelhanos, que amedrontavam a população portuária” (GUTIERREZ, 2004, p. 107).

A sesmaria do Monte Bonito limitava-se ao norte pelo arroio Pelotas, ao sul pelo arroio Santa Bárbara, a leste pelo canal São Gonçalo e a oeste pela Serra dos Tapes. No final do século XVIII, após a primeira divisão de suas terras, este campo teve suas “sobras” partilhadas e doadas, dando origem à zona fabril, com os estabelecimentos de charquear e os poteiros. Gutierrez (2004, p. 107) ressaltou que nesta região “[...] assentou-se o maior núcleo salgador sulino da colônia portuguesa na América”. No limite sul, para o lado do arroio Santa Bárbara, localizou-se o núcleo urbano (Figura 22).

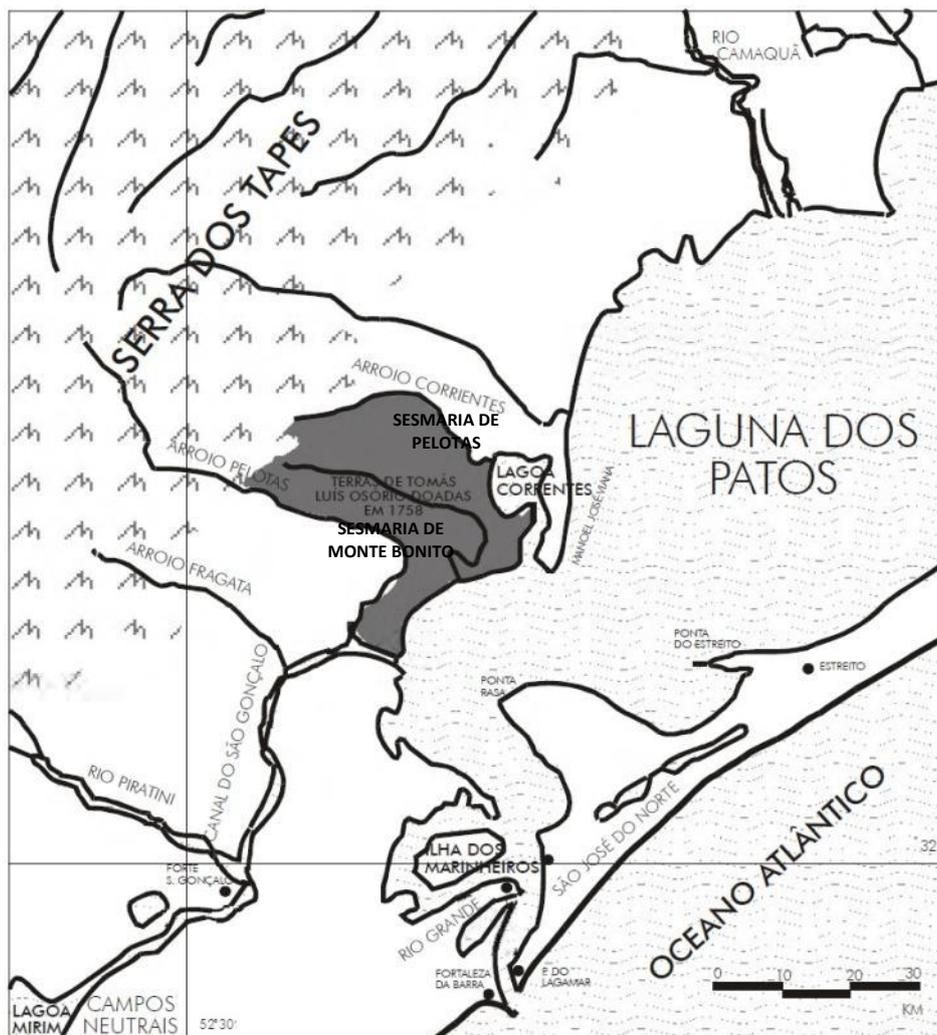


Figura 22 - Mapa com a localização da Sesmaria de Monte Bonito e Sesmaria de Pelotas, onde se desenvolveu o polo charqueador pelotense, Pelotas, RS. Fonte: Gutierrez (2001, p.45).

Os dezenove terrenos, inicialmente doados para manufatura do charque, tinham 770m de frente, pelo canal São Gonçalo ou pelo arroio Pelotas. Acompanhando o serpentear das águas, o comprimento variava entre 3.300m e 4.136m (Figura 23). Essas faixas compridas e estreitas comportavam o potreiro e o local de matança, numa disposição semelhante à figura 24. Mais próximo da beira d'água, com certa distância entre si, havia a casa do senhor e o espaço da produção com a “[...] mangueira de matança, cancha, galpões, armazéns, graxeias, barracas dos couros, senzalas, varais e porto”. O programa se completava com uma horta, ou pomar de espinhos, e quase metade das charqueadas abrigava uma olaria, na margem, ou nos potreiros (GUTIERREZ, 2004, p.110).

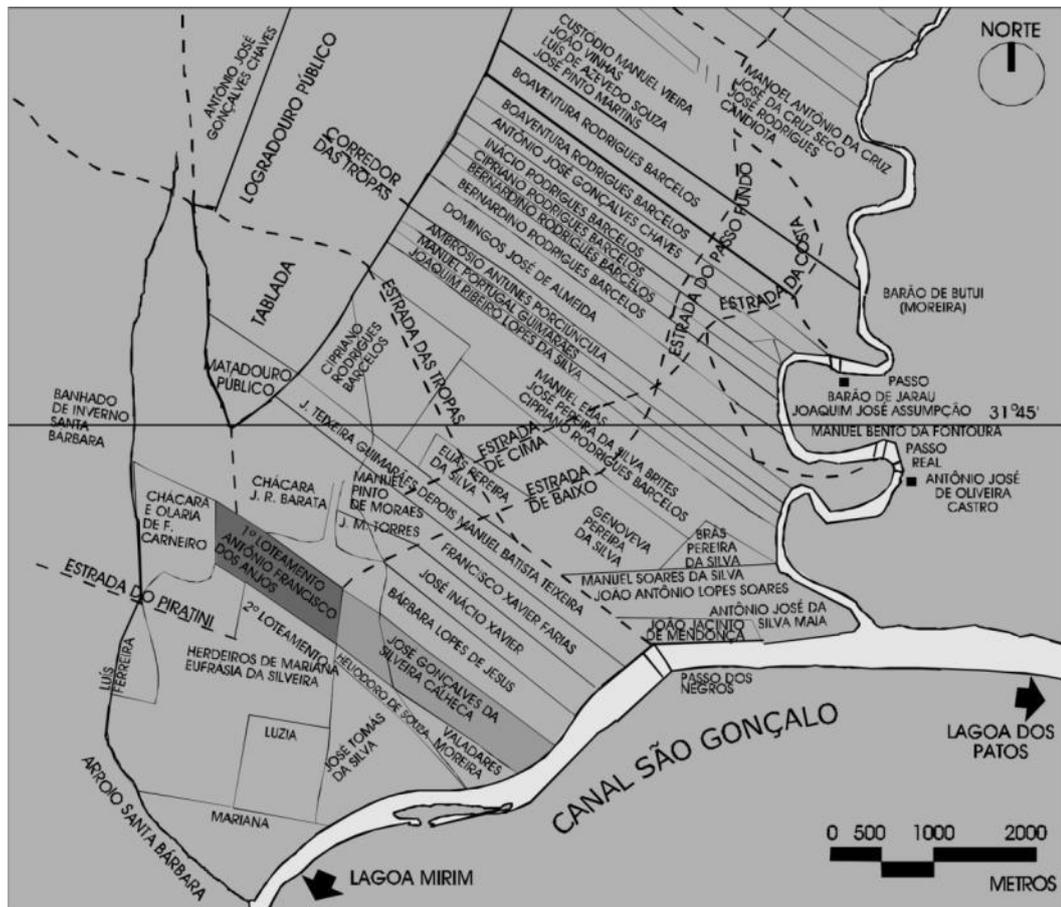


Figura 23 – Imagem com localização dos terrenos das charqueadas e o primeiro loteamento de Pelotas, RS. Fonte: Gutierrez (2001, p. 164), elaborado com base no Livro de Registros de Prédios e Terrenos do Município de Pelotas, da BPP.



Figura 24 – Reprodução digital da aquarela de Jean Baptiste Debret, Engenho de carne seca, década de 1825. Fonte: portal do Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli. Disponível em <<http://www.margs.rs.gov.br/catalogo-de-obras/A/16374/>>. Acesso em 10 mai.2018.

O período de safra acontecia nos meses de calor, mais ou menos entre novembro e abril, quando o gado engordava. No inverno, os escravizados se ocupavam com a manutenção das edificações de seus senhores, com obras em casas urbanas e nas datas de matos e com a fabricação de elementos cerâmicos nas olarias. Em média, cinquenta e quatro escravos trabalhavam na produção do charque, do couro, da graxa e do sebo, no ambiente doméstico e nas atividades de entressafra (GUTIERREZ, 2004).

No início do século XIX, o mercado era propício para a produção da carne salgada. A ampliação das plantações de açúcar no sudeste e nordeste do Brasil, e o conseqüente aumento da população de escravos africanos (em centenas de milhares), elevou a demanda por alimentos. Para a região fluminense, verificou-se a expansão da importação de gêneros coloniais: “[...] as exportações de charque do Rio Grande do Sul para o porto carioca cresceram 249% entre 1799 e 1822” (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001, p. 94).

Freguesia de São Francisco de Paula (1812)

Em 1807, enquanto o incipiente povoado tomava forma junto das numerosas fábricas de charque, São Pedro do Sul se transformou em Capitania Geral, inserindo-se definitivamente no sistema econômico da colônia.

Fernando Osório (1997), advogado, professor e escritor pelotense, descreveu os anseios dos moradores do Monte Bonito ao solicitarem a criação de uma freguesia, em 1810. A população, em crescimento, havia se arranchado entre os limites do arroio Santa Bárbara e o canal São Gonçalo, mais distante do movimento

As habitações da freguesia

Neste período, alguns viajantes deixaram suas impressões a respeito da freguesia e suas moradas. Gutierrez (2004) menciona que, em 1808, John Luccock, um comerciante inglês, além de descrever a dantesca cena do espaço fabril das charqueadas, apontou que muitas residências eram espaçosas, até pretendentes ao luxo, algumas com capelas anexas. Mais adiante, em 1816, Francisco de Paula Azeredo, um militar português, registrou que as casas eram construídas de tijolos, cobertas de telhas, caiadas e limpas. Segundo ele, o fato de possuírem somente um andar seria devido aos fortes ventos.

A primeira estimativa sobre a população da freguesia é de 1814. A localidade apresentava um total de 2419 habitantes, sendo 712 brancos, 105 índios, 232 libertos e 1226 escravos - 50,7% da população era formada por trabalhadores escravizados (VARGAS, 2016, p. 36-37).

Em 1820, o naturalista francês, Auguste de Saint-Hilaire (1939), circulou pela Paróquia de São Francisco de Paula e arredores, descrevendo em seu diário, além das questões de interesse científico, as pessoas, o ambiente e as residências que conheceu. Nos primeiros dias de setembro, saiu da casa da charqueada de Antônio Gonçalves Chaves, situada na margem direita do arroio Pelotas, numa carruagem de duas rodas, com capota móvel. Seguiu em direção ao canal São Gonçalo e observou a paisagem de vastas planícies, levemente onduladas e de gramados habitados por cavalos e bois. Entre as edificações encontradas no caminho, muitas deveriam ser moradas de charqueadores. Nelas, notou que eram cobertas de telhas e com grandes pomares de laranjeiras, pessegueiros e parreiras.

Na aldeia, que possuía mais de cem casas, as ruas eram largas e retas. Não encontrou palhoças, o que denunciava “abastança”. Saint-Hilaire escreveu que as casas eram de um só pavimento, mas bem construídas. Assim como as outras moradias encontradas, estas também eram cobertas de telhas e com as janelas envidraçadas.

Na descrição da casa do charqueador, ressaltou que era térrea, mas grande, coberta de telhas, elevada do solo; se dividia em grandes cômodos que se comunicavam uns com os outros e, ao mesmo tempo, se abriam para a área externa. O viajante foi hospedado em um quarto que ele definiu como “pouco iluminado”, com uma porta que dava para uma sala de refeições, tipo de distribuição

que, segundo sua experiência, era comum em todo o Brasil. O mobiliário era composto de mesas, cadeiras e canapés. Observou que mobílias, como cômodas e secretárias, “móveis modernos”, ainda eram raros.

Na propriedade de Chaves, o hóspede admirou-se com a extensão e organização do pomar e da horta, protegidos por valas e mimosas com espinhos. Pessegueiros e laranjeiras formavam aleias oblíquas e entre elas estavam canteiros de hortaliças com couves, alfaces e ervilhas. No local, ele identificou, ainda, macieiras, pereiras, ameixeiras, cerejeiras e parreirais, bem desenvolvidos.

Chácaras

As chácaras ou sítios (até mesmo fazendolas), rurais ou semi-urbanas, acompanharam o desenvolvimento e evolução das vilas e cidades do Brasil colonial. Com as casas térreas e os sobrados urbanos, elas representaram um dos três tipos de habitações existentes na época. Morar ao rés do chão significava pobreza, enquanto o oposto se encontrava no sobrado; chão batido para um e assoalhado para outro. O pavimento térreo dos sobrados geralmente destinava-se às cocheiras e estrebarias, ou acomodação dos trabalhadores escravizados. Esse espaço também poderia abrigar instalações para comércio ou serviço (REIS FILHO, 2004).

Na jovem freguesia, as casas térreas chamavam a atenção dos viajantes, que sempre colocavam ressalvas quanto à cobertura, ao tamanho e ao asseio, como uma justificativa para o “pecado” do pavimento ao rés do chão (o material dos pisos não foi descrito, mas havia madeira e pedras na região). Com os sobrados já disseminados nos espaços urbanos mais antigos, e representando a posição do morador, é possível entender o estranhamento. O uso de vidraças também davam *status* às moradias. Após 1808, com a instalação da Metrópole no Rio de Janeiro e a abertura dos portos brasileiros ao comércio estrangeiro, esse foi um dos novos hábitos que se espalhou pelas cidades da colônia, substituindo as gelosias⁴⁷, de influência mourisca (FREYRE, 2004).

⁴⁷ Conforme o **Dicionário da Arquitetura Brasileira**, *gelósia* é uma grade com ripas de madeira cruzadas, que veda o vão de janelas. O mesmo que “rótula” (CORONA; LEMOS, 1972, p. 239). Freyre (1977) observou que, no início do século XIX, devido a sua grande produção de vidros, a Inglaterra influenciou o príncipe-regente Dom João, no edito para abolir as gelosias das casas brasileiras.

Reis Filho (2004, p. 22) destacou o tipo de lote urbano, no qual as residências eram construídas “sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais sobre os limites dos terrenos”, de forma bastante padronizada e, tendo por modelo, o urbanismo português com traços medievais e renascentistas. Na área rural, as casas poderiam estar soltas no terreno, sobre um de seus limites ou mesmo em posição central.

Os inventários

O inventário de Francisco AM, filho de Bernardo AM e pai do Coronel Annibal AM, foi realizado em 1832 (APERS, 1832), sem testamento. Conforme foi declarado no documento, sua morte ocorreu em meados de 1825, possivelmente num ataque às suas terras. Também participou das batalhas pela consolidação das fronteiras sulinas. Foi capitão, por um período (SANTOS, 1957).

A inventariante foi sua mulher, Maria Vicência [Henriques] Antunes. Nesta data, seus filhos eram todos solteiros: Annibal, com 23 anos, Eliseu, com 22, e Maria Francisca, com 18 anos, cujo curador era Matheus Gomes Vianna, seu futuro marido. A figura 26 mostra a ascendência portuguesa de Maria Vicência, nascida em 1791, na cidade de Porto Alegre.

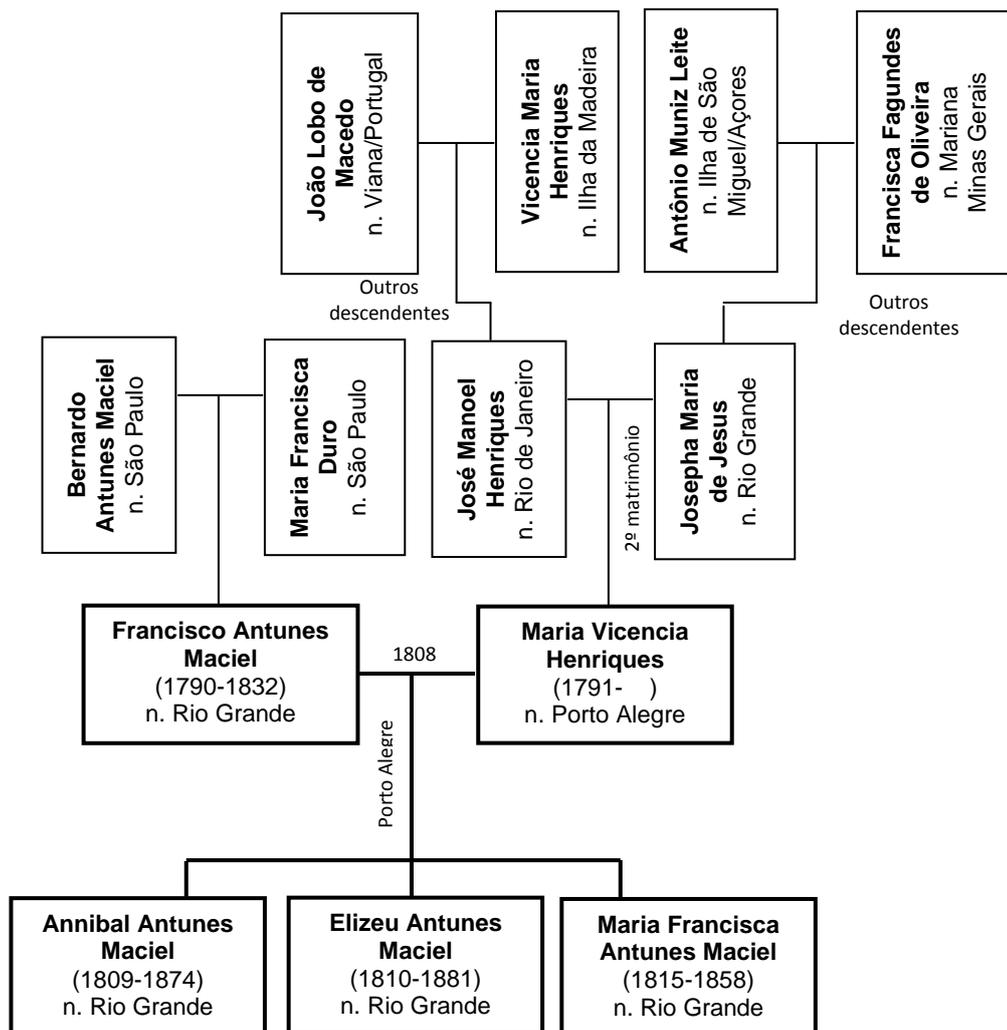


Figura 26 - Árvore genealógica dos ascendentes de Maria Vicência Henriques (Antunes) e de sua descendência direta, organizada pela autora com base em Carvalho (1937) e Santos (1957).

Maria Vicência solicitou um procurador para representar Annibal, possivelmente em alguma campanha militar, pois

“[...] que entrando a proceder o Inventário dos bens que ficaram por falecimento do seu dito marido, e existindo na Província Cisplatina o herdeiro Annibal Antunes Maciel, cuja ausência faz demorar o andamento do dito Inventário pela falta de citação que ao mesmo deve fazer; [...]” (APERGS, 1832).

O procurador foi Domingos Rodrigues Ribas, filho do charqueador e comerciante espanhol, Domingos Rodrigues e de Luzia do Pilar.

Entre os bens relacionados havia “uma sorte de campo”, no Estado Cisplatino, de uma légua e meia em quadro, medição “castelhana” (aprox. 9.900m x 9.900m); cinco escravos (dois masculinos e três femininos), com idade entre doze e

quarenta e dois anos; alguns móveis simples; dívidas ativas, a serem saldadas por Annibal e Elizeu; uma morada de casas na vila de São Francisco de Paula, com cinquenta e cinco palmos de frente (doze metros) e um terreno contíguo às mesmas casas, com trinta e cinco palmos (oito metros), na rua da Igreja (atual rua Anchieta), num montante de 9:276\$800. Não havia animais. A partilha seguiu a legislação usual, com 50% para a viúva e o restante dividido igualmente entre os três filhos.

O casal deve ter sido um dos foreiros ou compradores dos terrenos do primeiro loteamento, mas o documento não trazia uma descrição detalhada do imóvel.

Coronel Annibal Antunes Maciel

Em 1832, Annibal AM (pai) ainda era solteiro e estava em “lugar incerto e não sabido”, em terras uruguaias, causando atraso no andamento do inventário de seu pai. Viu-se, até o momento, que a maioria dos homens da família trilhou um caminho em comum: a participação em campanhas militares pela defesa e consolidação das fronteiras sulinas, ou mesmo trilhando carreiras no exército. Seguida por várias gerações, considerou-se que esta foi uma estratégia que manteve o prestígio social e político dos descendentes sorocabanos. Annibal terminou a revolução farroupilha como coronel e seu irmão Elizeu, tenente-coronel. Conforme apontou Assumpção Santos (1957), seu tio paterno, Vasco AM (falecido em 1842), por exemplo, chegou a coronel, atuando nas forças imperiais que tomaram Colônia de Sacramento entre 1818 e 1828, ao lado do futuro Duque de Caxias. O avô, Bernardo AM, mencionado anteriormente, foi outro personagem que acompanhou as companhias lideradas por Rafael Pinto Bandeira.

Os processos de inventário de Felisbina da Silva Antunes (APERS, 1871) e do Cel. Annibal (APERS, 1875)⁴⁸ foram pesquisados com o objetivo de investigar a origem dos negócios que geraram o patrimônio da família e, ao mesmo tempo,

⁴⁸ Esses documentos vêm sendo analisados em projetos do APERS, como **Inventários da Escravidão** (2010); e em pesquisas como: LEITE, Maria Cláudia Moraes. **Cativeiro e liberdade: as alforrias nas charqueadas pelotenses (1880-1884)**. 2011. Monografia (Departamento de História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011; ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. **Pelotas: Escravidão e Charqueadas 1780-1888**. Porto Alegre: FCM Editora, 2013; Vargas (2012; 2016); Gutierrez (2001; 2004), entre outros.

esclarecer a forma de aquisição do terreno do Parque Annibal/Chácara da Baronesa.

Em 1871, foram arrolados os bens do casal. Não houve testamento e o Cel. Annibal foi o inventariante de sua esposa. Ao se analisar o número de escravos e a quantidade de bens de raiz, verificou-se uma grande diferença entre a situação patrimonial da geração anterior dos AM. Felisbina e o coronel eram proprietários de 159 escravizados, declarados e avaliados no inventário, indicando trabalhadores de estâncias, de charqueadas, de embarcações e de serviços domésticos. Francisco e Vasco AM (RGS/PESSI, 2010, p. 208), pai e tio de Annibal, em 1832 e 1842, respectivamente, possuíam cinco escravos cada um, caracterizando um trabalho circunscrito ao entorno familiar.

A construção deste patrimônio não foi objeto de análise, mas é possível imaginar que, a partir de determinado momento, a diversificação dos negócios do casal tenha possibilitado a expansão de suas aquisições. Por meio da documentação, observou-se a exploração de dois estabelecimentos de charqueada, em Pelotas e São José do Norte, outros para criação de animais e, ainda, o transporte e comércio de produtos para as províncias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco (exportação do charque e derivados e importação de itens de interesse para a região).

Na relação de bens de raiz havia uma propriedade, próxima ao núcleo urbano, chamada Chácara do Coronel Annibal AM; uma charqueada completa, em funcionamento, situada em dois terrenos junto ao arroio Pelotas, no local conhecido como Boa Vista, com chácara e casa de moradia; benfeitorias de charqueada e animais na Fazenda Real de Bojurú, arrendada do governo provincial e situada em São José do Norte, terrenos e casas em Pelotas, datas de matos e seis estâncias (uma no Brasil e cinco no Uruguai). A soma dos imóveis, cinco embarcações, equipamentos de charquear, milhares de animais, trabalhadores escravizados, joias, prataria, mobiliário, trastes e dívidas ativas, foi de 1.893:256\$602 (hum mil, oitocentos e noventa e três contos, duzentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e dois réis).

Os herdeiros foram os quatro filhos do casal, três casados e um solteiro (Figura 27), e o coronel, que permaneceu com sua chácara, as charqueadas, a estância do Brasil e duas no Uruguai, animais, terrenos, 113 escravos, móveis, trastes e dois iates, correspondendo à metade dos bens partilhados.

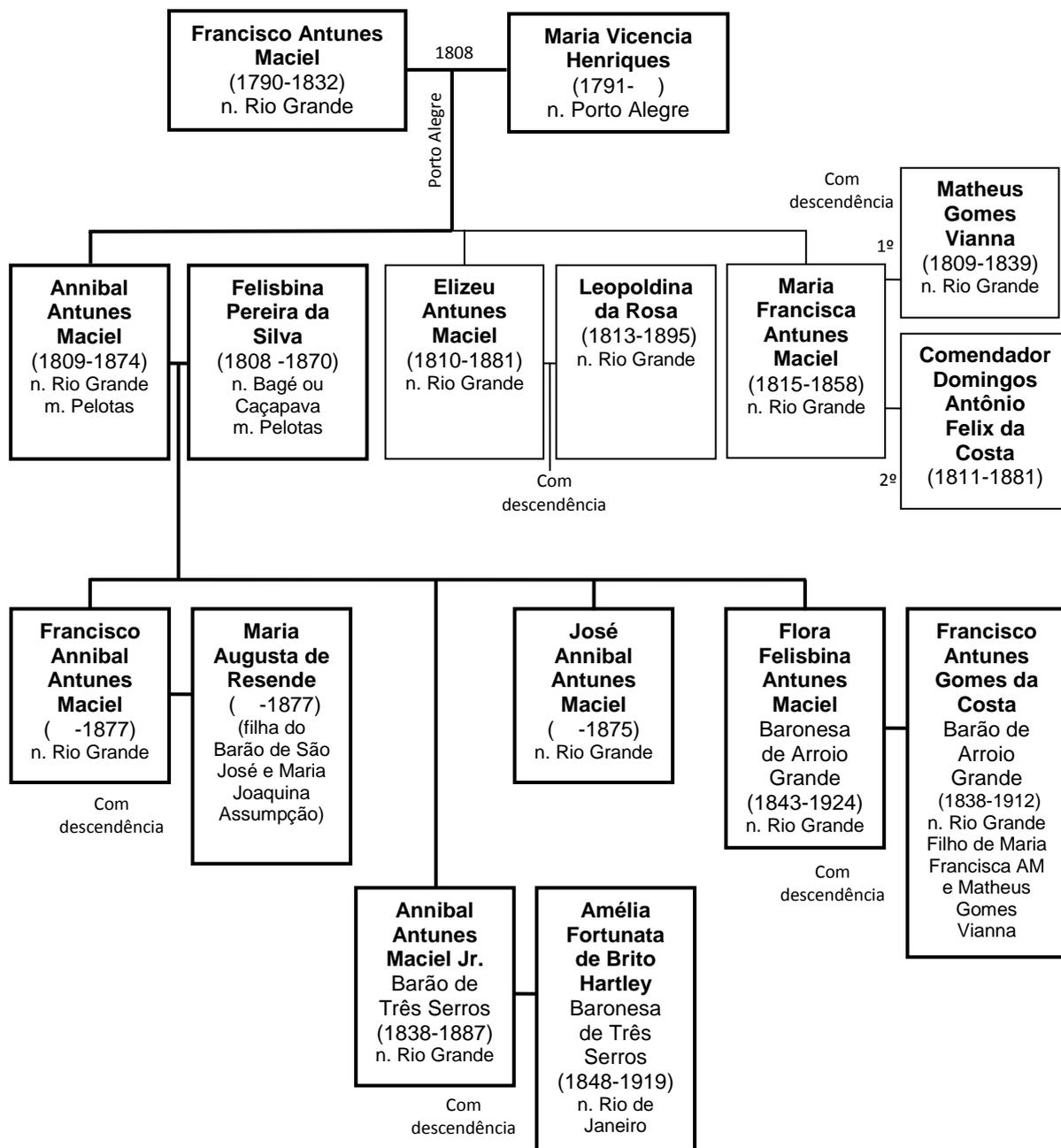


Figura 27 - Árvore genealógica da ascendência de Annibal AM Júnior, organizada pela autora com base em Carvalho (1937) e Santos (1957).

3.2 A chácara como morada - Parque Annibal. 1863-1887

Com relação à forma de morar, foi interessante retomar Rapoport (1984), Kohlsdorf (1996) e Zevi (1996), autores que dialogaram com a proposta da tese. Segundo eles, o meio ambiente criado pelos seres humanos é significado por sua existência social, por suas relações entre coisas/coisas, coisas/pessoas e pessoas/pessoas e que o espaço ocupado por homens e mulheres é resultado de ações de quem o ordena, habita, transforma e lhe dá sentido.

Esse espaço/objeto, analisado sob o olhar da cultura material, agiu sobre seus moradores e trabalhadores em cada ciclo de sua vida; um objeto que estabeleceu relações sociais e influenciou lembranças e esquecimentos em seu entorno (TURGEON, 2007). As palavras de Miller (2013, p. 92), destacadas anteriormente no texto, sintetizaram a reflexão: “[...] os objetos nos fazem como parte do processo pelo qual os fazemos”.

Para conhecer a morada que Annibal AM Jr. e Amélia Hartley construíram, e o ambiente projetado para ser sua residência, prosseguiu-se com os questionamentos biográficos inspirados em Kopytoff, neste ponto, direcionados a desvendar quais foram as principais características deste tipo de moradia, quem habitou a casa, quando e por quanto tempo, qual era o seu programa distributivo, que melhorias a morada recebeu, quando, quem foram seus trabalhadores e quais eram as suas funções.

Na virada do século XVIII para o XIX, as chácaras, com amplos terrenos, no entorno das principais cidades da Colônia, ficaram mais próximas dos núcleos urbanos em franca expansão, como, por exemplo, no Rio de Janeiro. Nesta transição, em geral, perderam seu caráter de exploração de determinados produtos agrícolas, como pequenas fazendas, para se transformarem nas residências preferidas de pessoas abastadas. Ali estavam solucionados os problemas de abastecimento, sobretudo de água, com conforto e requinte. Desta forma, manter distância do ambiente pouco salubre dos abarrotados centros urbanos, era privilégio para estrangeiros, altos funcionários e ricos comerciantes. Como salienta Reis Filho (2004, p. 30, grifo nosso), “[...] as áreas, às vezes maiores, daquelas propriedades [das chácaras], não correspondiam a atividades econômicas especificamente rurais”.

Para Freyre (2004, p. 269), a família patriarcal, ou senhorial, conheceu três tipos distintos de casa: a casa-grande de engenho ou fazenda, o casarão assobradado da cidade e a casa de sítio ou chácara, que assinalava uma transição de habitação rural nobre para habitação urbana. No seu entender, só uma forma seria a verdadeira: “a casa patriarcal brasileira com senzala, oratório, camarinha, cozinha [...], chiqueiro, cocheira, estrebaria, horta, jardim”. O autor chamou a atenção do leitor para a poderosa influência social que esta morada exerceu, principalmente sobre as mulheres, cuja atuação estava circunscrita às suas paredes, interagindo no espaço privado com a família, seus agregados e trabalhadores escravizados.

Sobre a influência dos estrangeiros e, em especial, dos ingleses, Freyre (1977, p. 162) apontou que estes foram os principais responsáveis pela transformação dos sítios, ou das chácaras suburbanas, na primeira metade do século XIX. Recém-chegados às terras brasileiras, eles se deixaram atrair pelo *pitresco* e pelo *belo* das habitações com ares rurais, com árvores, pasto e água. A maioria dos súditos britânicos mais abastados se instalou nas “[...] casas frescas e com varandas [...] por amor às árvores, às roseiras, às plantas, aos pastos para os cavalos, carneiros e vacas”.

Com o passar do tempo, essas residências se tornaram um modelo a ser seguido por brasileiros “ricos e elegantes”, no modo organizar a casa e tratar do jardim e do gramado: “[...] não só o arranjo dos móveis nas salas como a modernização e a higienização da cozinha, do *water-closed*, do quintal, da estrebaria” (FREYRE, 1977, 162-163, grifo do autor).

Em seu estudo sobre as formas de morar no Rio de Janeiro, Ana Lúcia Santos (2005) explorou as características das chácaras, entre 1750 e 1850. Ao longo da primeira metade do século XIX, após a chegada da Corte Portuguesa, a capital do Império crescia. Grandes propriedades rurais se desmembraram em chácaras semiurbanas e loteamentos, formando novas freguesias e bairros em direção à zona sul, como por exemplo, Lapa, Glória, Catete e Botafogo. Longe da cidade velha melhoravam as condições de higiene pública e, principalmente, a temperatura se tornava mais amena.

No início dos anos 1820, o número de habitantes da Corte passava de 116 mil. A população seguiu crescendo com a chegada de europeus das mais diversas profissões e africanos escravizados para atender, principalmente, à demanda do

cultivo de café e de cana-de-açúcar. Na década de 1830, esses últimos representavam metade da população do município do Rio de Janeiro. Mais adiante, em 1872, seriam 226 mil pessoas (TERRA, 2013).

Na época do casamento de Amélia e Annibal Jr. (1864), a capital fluminense era uma cidade em transformação. O crescente desenvolvimento econômico e o aumento populacional causaram uma grande ampliação no perímetro urbano e, também, a implantação de serviços de iluminação a gás e de transporte com bondes puxados a burro. As condições de insalubridade se agravaram em meados do século XIX, com inúmeras epidemias, exigindo obras de saneamento básico e um “completo sistema de saúde e higiene pública” (TERRA, 2013, p. 82-83).

Com relação aos Hartley, o nome foi associado à rua do Lavradio, na freguesia de São José, onde, segundo Terra (2013, p. 79), estavam estabelecidas “casas comerciais, oficinas artesanais e manufatureiras”. Talvez ali fosse somente o endereço de seu negócio, mas nessas zonas ainda havia os sobrados com lojas no térreo e residência nos andares superiores (FREYRE, 1977).

As casas das chácaras poderiam ser de um pavimento ou sobrados, com a frente sobre a rua ou soltas no terreno. Na amostra de sua pesquisa, Santos (2005) identificou imóveis rústicos de propriedades rurais e outros mais requintados, com estrutura diversificada. A autora ressaltou a existência, entre os vários cômodos, de um que servia de oratório. Este ambiente se reproduzia no programa das casas abastadas, como aquele onde Annibal e Amélia se casaram. Ali se celebravam batizados, casamentos e funerais. Na descrição das moradias seguiam características de forros e assoalhos, janelas com caixilhos envidraçados, cozinha, pátios ladrilhados com tijolo ou pedra. Havia edificações secundárias, como cavaliárias, quartos para a criadagem e para os escravos. Repetiam-se descrições de sistemas de captação de água em poços ou rios e sua respectiva distribuição, assim como a existência de jardins com canteiros e elementos escultóricos, chafarizes, lagos e árvores frutíferas.

No Brasil, mesmo com os avanços da revolução industrial, o uso dos edifícios de maneira geral dependia totalmente da presença de uma abundante mão de obra escravizada, principalmente quando se tratavam de bilhas d'água, dos barris de esgoto ou do lixo. As tecnologias construtivas e, da mesma forma, aquelas oferecidas pelas cidades, presumiam a presença de cativos (REIS FILHO, 2004).

Além desses serviços, nas chácaras os cuidados desdobravam-se entre jardins, animais, pomares, hortas e estruturas decorativas.

Até o final do século XIX, a casa senhorial (sobrado ou chácara), e mesmo a morada mais modesta, dependia da presença do “escravo solícito” para subir e descer escadas; levar sobre os ombros o lixo, a lenha, os potes de água, os tigres lotados de fezes de seus senhores; abrir e fechar pesadas janelas; abanar e afastar as moscas do patriarca; esfregar assoalhos; fazer comida, velas e sabão. “[...] O negro foi elevador, guindaste, esgoto e ventilador, como bem lembrou Lúcio Costa” (LEMOS, 1989, p.11-12).

Pôde-se presumir que a jovem Amélia tenha vivenciado esses espaços privados em sua terra natal. Em Pelotas, os pais de seu marido habitavam uma chácara nas cercanias da cidade, em terreno compreendendo aproximadamente quatro quadras de extensão. O inventário de Felisbina da Silva Antunes (APERS, 1871) apresentou a Chácara do Coronel Annibal⁴⁹, como uma propriedade com casa de moradia e arvoredos frutíferos, “etc. etc.”, sem especificar mais detalhes.

Neste documento, a relação de pratarias, louças e mobiliário dividiu-se entre as peças que pertenciam à chácara e aquelas da charqueada. A quantidade e os modelos de utensílios e móveis listados levaram a crer que o casal residia na chácara. Entre esses itens, na moradia, havia serviços de mesa e aparelho de chá em porcelana; na prataria foram listados talheres, bandejas, salvas, aparelhos de chá e castiçais; existia, ainda, um piano de cauda, marquesas, móveis em mogno e jacarandá, espelhos, mesa elástica para jantar, para mencionar algumas peças.

Conforme dito anteriormente, em 1865, o Conde D’Eu permaneceu alguns dias na cidade e registrou a exuberância primaveril da vegetação das hortas e chácaras. O visitante se surpreendeu com as diferentes espécies de árvores, exóticas e nativas, os laranjais perfumando o ar e as cercas que formavam um contínuo roseiral, descrevendo a paisagem com uma visão romântica. Ele exaltou Pelotas como uma bela e próspera cidade, com ruas largas e bem alinhadas, onde transitavam carruagens, fato que destacou ser raro na província. Sobre as edificações, nessa época eram quase todas com mais de um andar, exibindo elegantes fachadas, o que evidenciava, segundo sua percepção, a opulência da população (EU, 1981).

⁴⁹ Para uma análise detalhada das habitações dos charqueadores e da arquitetura pelotense no contexto em foco, ver Gutierrez (2004).

Do inventário de sua mãe, Annibal AM Júnior herdou quatro terrenos, uma quarta parte da fazenda Salsipuedes e o mesmo da fazenda Arroio Mallo, ambas no Uruguai, o patacho nacional Arroio Grande (tipo de embarcação), uma das carretas de Salsipuedes, animais deste local (dois bois mansos, 4250 rezes, cinquenta éguas e mil ovelhas) e sete escravos, que totalizaram 210:889\$115 (duzentos e dez contos, oitocentos e oitenta e nove mil, cento e quinze réis). Entre os terrenos, estava aquele onde Annibal Jr. estabeleceu sua residência:

Um terreno com casa de moradia situado na estrada da Costa [Av. Domingos de Almeida], contendo 60 braças [132m] de frente e fundos até dita estrada [Av. Ferreira Viana], dividindo-se pela frente com a estrada, ao Norte, a Oeste com terrenos dos herdeiros de Evaristo de Tal e a L com a estrada das Tropas [Av. São Francisco de Paula], denominada Sotéa (APERS, 1871).

A herança materna assinalou o marco inicial da biografia da propriedade que se transformou na chácara de nome Parque Annibal.

Na **Revista do 1º centenário de Pelotas**, Simões Lopes Netto (1911) observou que nesta área, por volta de 1825-1830, existiu uma charqueada que pertencia a Joaquim Manoel Teixeira. O local era conhecido por Sotéa do Joaquim Manoel⁵⁰. No mapa foi possível identificar o terreno com uma casa (Figura 28).

⁵⁰ Conforme o **Dicionário da Arquitetura Brasileira**, *soteia* é a “cobertura plana e horizontal de uma construção, geralmente ladrilhada, que serve de local para se tomar sol [...] mirante” (CORONA, LEMOS, 1972, p. 431).

carta), mas não indicou se a destinatária estava em Pelotas ou na corte Acervo MMPB nº 1612. Débora C. de Paula (2008) dissertou sobre a conjuntura conturbada existente nos anos subsequentes ao casamento de Annibal Jr., no que diz respeito à sua participação na Guerra do Paraguai. Este fato foi confirmado pelo jornal **Diário de Pelotas**, de 22 de março de 1887, que registrou sua demissão antecipada do serviço militar, devido a problemas de saúde (Jornal Diário de Pelotas, 22 de março de 1887, n. 217, p.01, BPP).

De acordo com a tese da historiadora Dalila Müller (2010), “**Feliz a população que tantas diversões e comodidades goza**”: espaços de sociabilidade em Pelotas (1840-1870), Annibal Jr. não constava da lista de acionistas da Sociedade Teatro Sete de Abril, de 1869. Ali apareceram os nomes de Elizeu AM, seu tio, e de Francisco Annibal AM, seu irmão. Da mesma forma, na relação de subscrições para os festejos de recepção de Dom Pedro II, em outubro de 1865, foi relacionado um Annibal AM, que provavelmente fosse o coronel.

Após 1870, seu domicílio em Pelotas ficou mais claro: Annibal Jr. figurava como vereador, eleito em 1872 e 1876, e presidente da câmara em 1883 (LOPES NETTO, 1911).

O inventário do coronel Annibal, falecido em 1874, foi aberto no ano seguinte, com testamento. No texto ele deixou claro que os filhos que mais o ajudaram a adquirir seus bens foram Francisco Annibal e José Annibal. Portanto, a eles foi legado um valor a mais sobre a partilha formalizada. Esta informação reforçou a hipótese de que Annibal Jr. residisse no Rio de Janeiro, envolvido em outras atividades.

Da herança paterna, o futuro barão recebeu a fazenda São Pedro, no Uruguai, a quarta parte da charqueada⁵¹, um terreno com casa no caminho para a Tablada, denominado “charqueadinha”, um terreno no centro da cidade, uma data de matos na Serra dos Tapes, animais, a quarta parte dos dois iates e de um terreno nas Terras Altas. Havia ainda um valor deixado em testamento para seus filhos, joias, móveis, alguma prataria e vinte e quatro escravos, cuja soma foi 226:916\$345 (duzentos e vinte e seis contos, novecentos e dezesseis mil e trezentos e quarenta e cinco réis).

⁵¹ Segundo Lopes Netto (1911), esta seria a charqueada da Boa Vista, que, em 1911, ainda funcionava e pertencia ao Barão de Arroio Grande, primo e cunhado do Barão de Três Serros.

Num curto período de tempo ocorreu outra divisão no patrimônio da família, desta vez entre três dos irmãos. Em 1875, na fazenda de Salsipuedes, faleceu José Annibal, sem herdeiros. Dois anos depois, em 1877, morria Maria Augusta de Resende Antunes, seguida por seu marido, Francisco Annibal, deixando seis filhos menores que foram tutelados por Annibal Jr.

Pelotas entre as décadas de 1860 e 1880

A cidade que recebeu Amélia havia se emancipado de Rio Grande em 1832. Após um período de estagnação – revolução Farroupilha (1835-1845) -, a vila já estava recuperada e próspera. Segundo o historiador Mário Osório Magalhães (1993), em 1858, Pelotas contava com 9.055 habitantes no perímetro urbano, que se distribuíam em cinquenta e dois quarteirões reticulados; no total eram 1.456 prédios. A chegada de imigrantes europeus aumentava a população do município e, também, estabelecia o início de novas relações de produção e propriedade. Em 1872, a planta da cidade ampliou-se, o número de moradores da área urbana chegava a 21.756 e os prédios a 2.314.

Na visão de Gunther Weimer (1987), a proibição da importação de africanos escravizados (Lei Euzébio de Queiroz – 1850), estimulou que o capital em circulação fosse canalizado em investimentos para o desenvolvimento nacional. Este fato teria aumentado a demanda pelo charque para alimentação dos cativos, com reflexo na economia e na infraestrutura da cidade e, da mesma forma, na Província de São Pedro. Outra mudança ocorreu em 1871, quando foi promulgada a Lei do Ventre Livre, que concedeu liberdade aos filhos dos escravizados nascidos a partir daquele ano. Eles seriam tutelados por seus senhores até completarem a maioridade.

Da mesma forma, Gutierrez (2004) observou a relação entre o final do regime servil e a urbanização de Pelotas, no final dos anos 1870, com a instalação de serviços, prédios públicos e privados.

Entre as décadas de 1860 e 1880, foram construídos os principais edifícios públicos: o Paço Municipal, a Biblioteca Pública, a Santa Casa de Misericórdia e a Beneficência Portuguesa. O Mercado Público e o Teatro Sete de Abril já existiam. A arquitetura eclética se fez representar pelos palacetes das famílias de charqueadores e comerciantes abastados. As ruas centrais ganharam calçamento, iluminação a gás, trilhos e bondes puxados a burro. O sistema de abastecimento de

água contemplou a instalação de canalizações, de quatro chafarizes franceses e uma caixa d'água irlandesa, representantes da arquitetura do ferro. A Praça Coronel Pedro Osório recebeu ajardinamento e arborização. A Estação Ferroviária de Pelotas foi construída em 1884 e servia a linha Rio Grande-Pelotas-Bagé. (GUTIERREZ, 2004; MAGALHÃES, 1993).

No Brasil, nesse período, intensificaram-se os movimentos abolicionistas e republicanos. A família Antunes Maciel aproximou-se do poder central, representada na corte pelo Conselheiro Francisco AM, ministro do Império pelo partido liberal, primo-irmão de Annibal Jr. e filho de Elizeu AM. Em 1884, após emanciparem seus trabalhadores escravizados e, também, por serviços prestados ao Império (ou pelo patrimônio dispendido), os três primos receberam títulos de nobreza: Annibal AM Jr., Barão de Três Serros; Leopoldo AM, Barão de São Luís; e Francisco Antunes Gomes da Costa, Barão de Arroio Grande, filho de Maria Francisca AM (CARVALHO, 1937).

Segundo Vargas (2016, p. 307), as mercês reais confirmavam o vínculo das famílias que as recebiam, com “os grandes espaços de poder político” do império, concedendo-lhes “certo *status* social” como “membros das elites provinciais”.

Parque Annibal

Os registros a respeito da antiga chácara se dispersaram com o tempo. Não foram encontrados desenhos ou plantas da época. As questões da pesquisa, sobre as características deste tipo de moradia, quem habitou a casa, quando, por quanto tempo e qual era o seu programa distributivo, foram, em parte, respondidas pelo inventário do barão. Em complemento, trabalhou-se o prédio e os elementos arquitetônicos remanescentes na área externa, os comentários da baronesa em suas missivas, o depoimento de sua neta Zilda AM (Abreu e Silva), nascida em 1899, as fotografias do século XX e as informações obtidas em jornais.

Por meio de um destes periódicos, se obteve uma descrição da configuração externa da chácara na época de sua origem. Conforme apontado anteriormente, em fevereiro e março de 1885, o local recebeu a visita da Princesa Isabel. O texto do diário **Correio Mercantil** descreveu o passeio em carro descoberto “à lindíssima chácara”, onde a princesa foi recebida pelo administrador da propriedade, Sr. David. Ressaltaram-se a coleção de pedras mostradas na gruta, as pontes rústicas e o bom

gosto do estabelecimento. Sua Alteza “[...] percorreu a bella gruta artificial da chacara, os chalets, a casa de moradia do Sr. Barão dos Três Serros, sempre mostrando-se admirada pela originalidade da construção de todos [aqueles] compartimentos” (ABUCHAIN; BETEMPS, 2011, p.15).

No entorno de sua morada, Annibal e Amélia criaram jardins e elementos construídos com técnicas, ornamentais e cenográficas, alusivas aos espaços de influência romântica. Na gruta artificial utilizou-se a arte da *rocaille*⁵². Aparentemente era feita de pedra, foi executada em alvenaria de tijolos e argamassa que imitava a natureza, oferecendo caminhos internos e escada de acesso à parte superior (MONTONE, 2015). A água dos canaletes circulava no seu interior (Figura 29). Seus criadores a enfeitaram com cristais brutos, como ametistas e ágatas, que, conforme a entrevista de Zilda, foram trazidas de carroças da região de Quaraí, no Rio Grande do Sul. As fotografias de seu interior registraram as inscrições ainda existentes: “1883” e “Amélia” (Figuras 30).



Figura 29 - Fotografia da gruta artificial, elemento paisagístico remanescente dos jardins da Chácara da Baronesa. Pelotas, RS. Fonte: documentação administrativa do MB. Autor não identificado. Ano: aprox. 1982.

⁵² Segundo Ribeiro (2014), a arte da *rocaille*, utilizou tecnologia das argamassas hidráulicas, existente na antiguidade romana e só recuperada e superada no século XIX, com o desenvolvimento do cimento Portland. Essa argamassa era suficientemente versátil e durável para permitir trabalhos escultóricos, como a reconstrução da natureza nos jardins românticos na forma de rochas, galhos e troncos de árvores, grutas, penhascos, etc.



Figura 30 - Fotografia - detalhe do interior da gruta, elemento paisagístico remanescente dos jardins da Chácara da Baronesa. Pelotas, RS. Fonte: acervo da autora. Ano: 2012.

As pontes rústicas, elogiadas pela princesa, foram construídas com a mesma técnica, imitando troncos e galhos de árvores. A figura 31 registrou uma delas, moldada com a arte da *rocaille*.



Figura 31 - Fotografia - ponte rústica, elemento paisagístico dos jardins da Chácara da Baronesa. Pelotas, RS. Pessoas retratadas: não identificadas. Fonte: acervo MMPB - álbum de fotografias de Zilda AM (Abreu e Silva). Autor: não identificado. Ano: aprox. 1917.

Em sua fala, Zilda lembrou-se da participação ativa de sua avó, a baronesa, na construção do espaço no entorno da moradia, tanto na escolha do uso dos cristais, quanto, por exemplo, na instalação de um chafariz em frente à casa. Explicou que havia um parque muito grande e um jardim também extenso, com canteiros cuidados por três jardineiros e uma pessoa que os chefiava: “*Então tinha flores em quantidade, sempre se cuidou na época, sempre tinha flores, muita rosa, muito cravo, muita, muita violeta, violeta branca, violeta bem roxinha, tinha de tudo*”.

O chafariz mencionado ainda existia em 1917 (Figura 32). A arte da *rocaille* estava presente em sua decoração. Na parte superior do elemento central, foi possível visualizar uma escultura, uma faiança com figuras de meninos. Provavelmente esta peça passou a ornamentar uma pequena gruta, na entrada da residência (Figura 33).



Figura 32 - Fotografia - chafariz localizado na frente da residência da chácara no início do século XX. Pelotas, RS. Pessoas retratadas: Zilda AM. Fonte: acervo MMPB - álbum de fotografias de Zilda AM (Abreu e Silva). Autor: não identificado. Ano: aprox. 1917.



Figura 33 - Fotografia - gruta do jardim de entrada do MB; cravejada com cristais brutos; enfeitada por faiança com dois meninos. Fonte: acervo da autora. Ano: 2006.

Como exemplo de propriedades contemporâneas e semelhantes ao Parque Annibal, o jornal **Opinião Pública**, de 1897, anunciou a venda de um imóvel, sob o título “Chacara”, com as seguintes características:

Vende-se a esplendida chacara do Ilmo. Sr. coronel José de Castro Antiqueira, situada próximo da cidade, [...]com finissimos pomares, riquissima agua, poços, açudes, banho, grande quantidade de arvoredos frutíferos europeus, tais como: amendoeiras, castanheiras, etc., tudo já produzindo, esplendida e bem construida casa de material, potreiro, etc., tudo aramado e com frente á estrada de rodagem [...] (Jornal Opinião Pública, de 29 de março de 1897, ano II, n.72, p.01, seção de “Reclames”, BPP).

Até fevereiro de 1885, o barão permaneceu no Rio de Janeiro, em tratamento de saúde. O **Correio Mercantil** registrou seu desembarque no dia 26, na Estação Ferroviária, em Pelotas. A notícia evidenciava que Annibal não estava completamente restabelecido de sua saúde (ABUCHAIN; BETEMPS, 2011).

Em agosto do mesmo ano, ele redigiu seu testamento, nomeou os filhos, relacionou seus bens, determinou doações a instituições de caridade, aos afilhados, compadres e ex-escravos, definiu orientações sobre a tutela de seus herdeiros e de

que forma eles poderiam dispor de seu patrimônio (APERS, 1887). No dia 22 de março de 1887, o jornal **Diário de Pelotas**, mencionado anteriormente, noticiou seu falecimento, aos quarenta e oito anos de idade, “vítima de uma antiga lesão no coração”. Pelo teor do texto, se presumiu que a moléstia fosse a mesma que o fez retirar-se antecipadamente da Guerra do Paraguai.

O inventário do Barão de Três Serros (APERS, 1887) foi aberto no mesmo ano de sua morte, tendo por inventariante a baronesa Amélia, com trinta e oito anos, agora viúva e tutora de seus oito filhos⁵³: Amélia (dezoito), Izabel (dezesesseis), Felisbina (quinze), Annibal (quatorze), Zulmira (doze), Alzira (dez), Dulce (sete) e Edmundo, com um ano e dez meses. Em seu testamento, Annibal constituiu condições usuais em partilhas de grandes fortunas e, também, no núcleo charqueador pelotense (PAULA, 2008): suas filhas e filhos seriam usufrutuários dos rendimentos do patrimônio herdado e a propriedade dos bens legada aos seus netos e netas; os maridos de suas filhas não poderiam, de modo algum, dispor deste usufruto; em caso de morte de algum dos herdeiros, o dito deveria ser dividido igualmente entre os demais. Além disso, no item vigésimo primeiro, ele registrou seu pedido para que Amélia não se casasse novamente e que se dedicasse aos cuidados de educação e bem estar de seus filhos.

Samara (1983, p. 60) escreveu que, perante a legislação, com a morte do cônjuge, para manter a tutela dos filhos, a mulher “[...] necessitava comprovar que era cristamente casada e que se encontrava ainda viúva, honrando a memória do marido”. Sendo assim, a imposição do testamento para Amélia se manter viúva tinha fundamento jurídico.

Ao tratar da vida familiar oitocentista, Perrot (2009, p. 169) apresentou uma noção que auxiliou nesse entendimento: “A família é um ‘ser moral’ que se diz, se pensa e se representa como um todo. Percorrem-na fluxos que conservam sua unidade: o sangue, o dinheiro, os sentimentos, os segredos, a memória”.

Na relação dos bens de raiz, constavam as fazendas São Pedro, do Pavão e de Santo Antônio, no Brasil, e as fazendas Paraíso (em Salsipuedes), Três Cruzes e Arroyo Mallo, no Uruguai. Havia, ainda, uma data de terras na Serra dos Tapes, no lugar chamado Três Serros, terrenos e casas em Pelotas, casas no Rio de Janeiro,

⁵³ Segundo o trabalho não publicado, da genealogista Cordélia F. do Amaral Peixoto (1996), a baronesa deu à luz quinze filhos, entre 1865 e 1885. Uma cópia foi cedida ao Museu da Baronesa por Oswaldo AM, bisneto dos barões.

joias, pratarias, móveis, semoventes, ações e dívidas ativas⁵⁴. Não foram arrolados trabalhadores escravizados ou estabelecimento de charqueada.

Do monte-mor, no valor de 1.167:419\$698 (hum mil, cento e sessenta e sete contos, quatrocentos e dezenove mil e seiscentos e noventa e oito réis), foram deduzidos cinquenta contos legados pelo Coronel Annibal aos seus netos. Deste montante, coube à Amélia a quantia de 558:709\$849 (quinhentos e cinquenta e oito contos, setecentos e nove mil, oitocentos e quarenta e nove réis), correspondente a cinquenta por cento. O restante foi dividido entre os oito filhos do casal.

O Parque Annibal fazia parte da meação da baronesa: com 132 metros de frente, pela estrada da Costa (Av. Domingos de Almeida), e fundos à estrada de Baixo (Av. Ferreira Viana), com casa de moradia (parque, gruta, jardins, pomar, poteiros, cocheiras e mais benfeitorias), foi avaliado por 40:000\$000 (quarenta contos de réis). A descrição do imóvel apresentava suas características gerais.

Os móveis arrolados no inventário (APERS, 1887, p. 49) indicaram alguns usos dos cômodos da morada, apesar de se encontrarem agrupados: uma mobília de salão de visitas, piano e demais decorações; uma mobília da segunda sala de visitas; uma mobília de sala de jantar; uma mobília de gabinete e sala de bilhar; uma mobília do primeiro quarto e toailete; uma mobília do segundo quarto; e diversos móveis e utensílios.

No Brasil, na segunda metade do século XIX, os espaços da habitação, sobretudo as casas senhoriais, já revelavam preocupação com a privacidade e a representação social, cada ambiente com sua função. A morada dos barões recebia suas visitas em ambientes distintos, com mobiliário adequado a cada um. Percebem-se cômodos femininos, como o toailete, e masculinos, como o gabinete e a sala de bilhar (CARITA, 2016; MALTA, 2011; RYBCZYNSKI, 2002). No documento, não houve menção ao número de quartos ou camas. Devido à extensa prole, deduziu-se que existissem mais de dois dormitórios. Da mesma forma, não foi encontrada indicação da cozinha ou outros locais de serviço.

O levantamento arquitetônico⁵⁵ realizado no prédio do Museu da Baronesa apontou para algumas particularidades do programa distributivo existente nas

⁵⁴ A herança era composta por bens de raiz (761:250\$000); móveis (15:450\$000); joias (23:950\$000); pratas (7:450\$000); ações (15:600\$000); dívidas ativas (47:208\$198); semoventes (296:511\$500) (APERS, 1887).

últimas décadas dos 1800. A partir deste estudo, associado às informações documentais, presumiram-se usos e limites da construção. A espessura das paredes em alvenaria de tijolos, com função de isolamento externo e, também, estrutural, foi utilizada como um indício da implantação e volumetria da chácara oitocentista.

Na planta da figura 34, estas estruturas estão em destaque. Paredes robustas guardavam as áreas nobres, ambientes de uso social e íntimo. Não foram encontradas referências aos espaços de serviço, como a cozinha, dependências para empregados e banheiros, da época dos barões. A configuração da planta se referiu à distribuição existente no presente e que, de maneira geral, apresentou as reformas ocorridas na primeira metade do século XX, período abordado no próximo capítulo. Trabalhou-se com a hipótese de que os referidos cômodos fossem construções mais simples e que remetessem ao período pré-abolição. Nos primeiros tempos da moradia, seus ambientes poderiam se abrir para a área no entorno do algibe/cisterna, de forma semelhante àquela observada por Saint-Hilaire na casa do charqueador Antonio Gonçalves Chaves.

Na parte posterior da casa deveriam estar a cozinha, as dependências de trabalhadores livres e escravizados e as cocheiras. Os setores de serviço talvez tenham sido os que mais sofreram influência de mudanças sociais, de alterações no tipo de mão de obra e da evolução das manufaturas de materiais de construção, de utensílios e produtos domésticos. Segundo Veríssimo e Bittar (1999), na segunda metade do século XIX, a tendência era de uma cozinha afastada do corpo da casa, devido à fumaça e ao calor produzido pelos fogões a lenha no preparo dos alimentos. É provável que esses compartimentos fossem ligados por passadiços⁵⁶.

Quanto aos banheiros, poderiam se encontrar em mais de um local da chácara, na forma da “casinha”, “latrina”, etc. Nas residências abastadas era usual existir a cadeira de retrete, com o assento furado e lugar para o urinol. A peça era facilmente deslocada pela casa. Após o uso, num ambiente específico ou nos próprios aposentos íntimos, os dejetos eram retirados pelos cativos e jogados em valas ou passados para barris que seriam descarregados em arroios ou rios. Ao

⁵⁵ O levantamento foi realizado no âmbito do curso de especialização em Preservação do Patrimônio Arquitetônico e Urbano, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da UFpel. 2004, complementado pelo de Memória e Patrimônio da Secretaria Municipal de Cultura, em 2006/2007.

⁵⁶ Conforme o **Dicionário da Arquitetura Brasileira**, *passadiço* é “o mesmo que passagem. Corredor, galeria ou ponte que une dois edifícios ou duas alas de um mesmo prédio. Alpendre ao longo de várias dependências de uma mesma construção. Ponte estreita de madeira, calçada ou passeio nas ruas” (CORONA; LEMOS, 1972, p. 360).

longo da segunda metade do século XIX, esses hábitos foram se modificando (VERÍSSIMO; BITTAR, 1999; RYBCZYNSKI, 2002).

Nessa época, vinham se difundindo os hábitos de higiene relacionados à saúde e ao bem estar. Tinas e banheiras portáteis cumpriam esta função, com a mesma mobilidade da cadeira de retrete, mas novas tendências e manufaturas específicas colocaram tanto os banhos, quanto os sanitários, em um único ambiente, primeiramente conectado aos fundos da casa (VERÍSSIMO; BITTAR, 1999; RYBCZYNSKI, 2002).

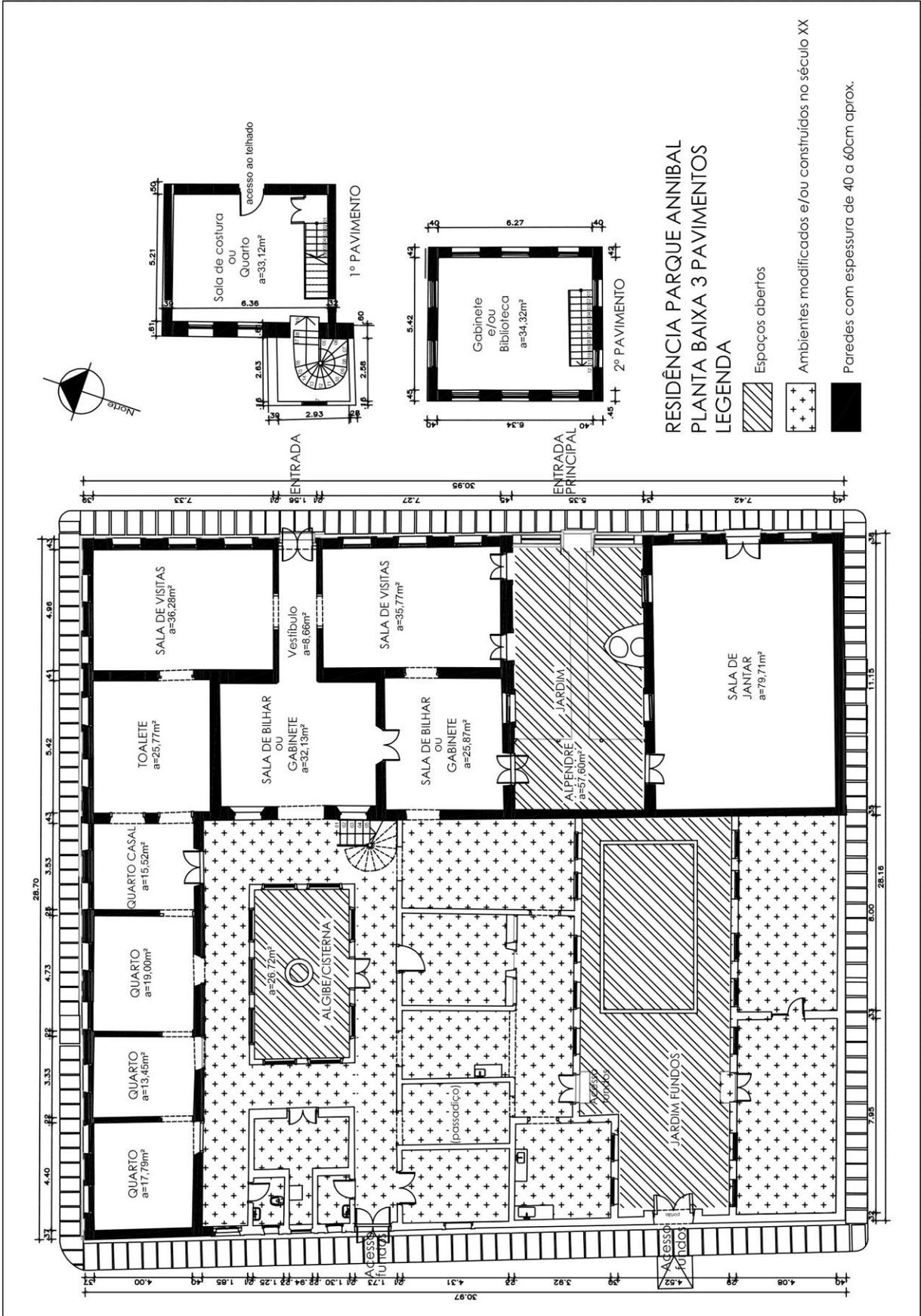


Figura 34 - Planta baixa da distribuição presumida dos três pavimentos da residência dos Barões de Três Serros, Pelotas, RS. Fonte: acervo administrativo do MB/Secretaria Municipal de Cultura (SECULT). Alterações na planta: executadas pela autora.

O abastecimento de água contava com uma cisterna (algibe) que recolhia água das chuvas, na área central da residência, e outra na parte inferior da casa de banho, situada atrás da moradia, ambas, parcialmente, preservadas até os dias atuais. Sobre esses compartimentos, as memórias de Zilda foram reveladoras. A convivência que manteve com sua avó materna, no início do século XX, deveria incluir ouvir as histórias dos tempos do barão e dos usos da casa.

Na entrevista concedida ao professor Fábio Cerqueira, a neta da baronesa contou que usufruiu da casa de banho e que o local já existia antes disso (Figura 35). Os criados da chácara aqueciam água na cozinha e a levavam em baldes, colocando em um depósito acima da banheira. Lá havia um chuveiro grande, acionado por uma corda:

ZILDA: [...] Não tinha comunicação, não é? [...] eu me dava ao luxo de tomar banho de chuva quente, toda vida. Os empregados [...] subiam a escadinha, tinha uma escadinha junto da banheira, não é? Mas eu não tomava de banheira eu tomava de chuva, e chuva quente.

A construção era dividida em três níveis: no primeiro pavimento, acima da cisterna, havia uma “sala de banho”, com janelas (conforme Figura 36), onde ficava a banheira com fundo mármore e azulejos; e, na parte superior, um reservatório.

Carlos Lemos (1989, p.45) descreveu as “casas de banho”, dos jardins das famílias abastadas, como “verdadeiros balneários” providos de banheiras que funcionavam como pequenas piscinas de mármore, com água corrente, até mesmo aquecida. Na área ajardinada da antiga morada de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, Ana Pessoa (2010) observou a existência de um espaço semelhante: tratava-se do quiosque com banhos de chuveiro, usufruído pelos moradores nos momentos de lazer. E, na amostra pesquisada por Ana Lúcia Santos (2005), referente ao início do século XIX, foi mencionada uma única casa de banho sem descrição, encontrada em chácara do meio rural fluminense.

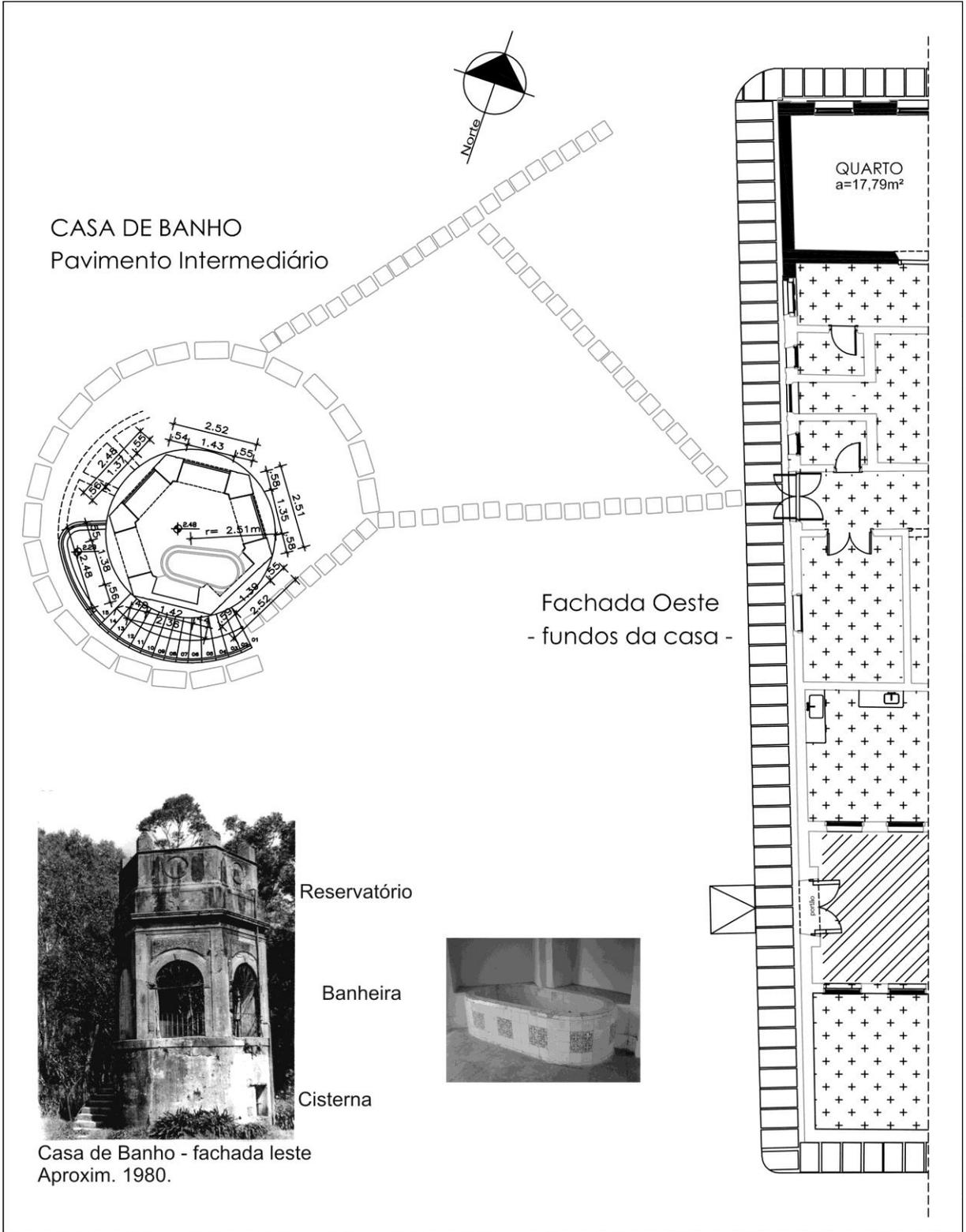


Figura 35 - Planta baixa da casa de banho do Museu da Baronesa, Pelotas, RS. Pavimento intermediário, onde está localizada a banheira. Alterações na planta: executadas pela autora. Fotografias: autor não identificado. Fonte: acervo administrativo do MB.



Figura 36 - Imagem capturada do filme *Ângela*, mostra as janelas da sala da banheira. Chácara da Baronesa, Pelotas, RS. Fonte: Filme *Ângela*, 1951, Companhia Cinematográfica Vera Cruz.

Sobre o que funcionava na área central da casa, Zilda lembrou-se do processo de recolhimento de água da chuva:

FÁBIO: E aquela parte no meio da casa, o que funcionava ali?

[...]

ZILDA: Água da chuva. Então as telhas eram especiais para jogar a água direitinho e tratada, eram lavadas e tratadas com muito cuidado. E a água toda era jogada toda no olho do algibe, o algibe era a parte da varanda que... [...] ali era o depósito d'água. Tirava-se com correntes, com roldanas, se puxava os baldes com as mãos, saíam uns, ficavam outros, eram dois, assim os empregados juntavam a água.

[...]

ZILDA: [...] e dali saía água pra beber e tudo mais, tinha tampa, quando chovia abria bem e tudo mais, tinha tampa e tapava direitinho, de metal, não é? A tampa, de maneira que fechava de um lado e do outro, aparafusava e ficava fechadinha. Dali que se bebia água, o algibe.

Em seu comentário, ela disse que o algibe fazia parte da varanda. Talvez a circulação em sua volta não fosse fechada por paredes e janelas no início dos anos 1900, como nas figuras 37 e 38.



Figura 37 - Fotografia da cobertura e do espaço do algibe e entorno com janelas. Período anterior à reforma do prédio pelo município. Chácara da Baronesa, Pelotas, RS. Ano: aprox. 1978. Autor: n/i. Fonte: acervo administrativo do MB.



Figura 38 - Fotografia do gradil superior do algibe e entorno com janelas. Chácara da Baronesa, Pelotas, RS. Ano: 2001. Autor: n/i. Fonte: acervo administrativo do MB.

Por meio de sua fala, foi possível perceber quantos empregados a casa exigia para seu pleno funcionamento: nos jardins, no parque, na cozinha, no abastecimento de água, nos banhos, na limpeza. Ela lembrou-se do cocheiro, do caseiro e de ex-trabalhadores escravizados de seu avô:

FÁBIO: A senhora conheceu descendentes de escravos?

ZILDA: Eu conheci o Conrado. O Conrado era escravo, tinha a mulher do Conrado, tinham filhos também, todos escravos, não é. De maneira que eu conheci, tinha uma cozinheira também, muito antiga, agora me falta o nome, no momento. Mas ela fazia tudo, depois ela determinava e ficava na cozinha, até morrer, morreu como cozinheira lá numa dedicação enorme.

Até 1884, dentro do período tratado neste capítulo, eram os cativos que faziam funcionar a chácara. Na relação de escravos da herança materna do barão, em 1871, de um total de sete, havia quatro representantes do sexo feminino: Ismeria, sessenta anos, parda, lavadeira; Antonia, vinte e oito anos, parda, engomadeira; Vicentina, três anos, parda (filha de Antonia) e Antonia Malvina, catorze anos, preta, costureira. Dos três homens, dois eram marinheiros e um carneador, que, se permaneceram com o barão, trabalhavam fora da chácara. Do coronel, em 1875, foram herdados vinte e quatro escravizados, todos do sexo masculino com profissões como carneador, pedreiro, ferreiro, carpinteiro, campeiro, servente, marinheiro e lavoura. No grupo de campeiros, que eram dez, foi nomeado um Conrado, com vinte e dois anos. Se ele é o mesmo das memórias de Zilda, teria mais de cinquenta anos, no início do século XX⁵⁷.

O espaço da moradia oitocentista ganhou significado pelas relações ali construídas, fossem de representações sociais, familiares, senhoriais e de trabalho. No testamento do Barão dos Três Serros, feito em 1885, ficou registrada a doação de valores em dinheiro para aquelas que haviam servido como amas de leite de seis de seus filhos, todas livres: Anastácia, Bibiana, Antonina e Jozefa dos Santos. Também deixou o mesmo valor, vinte mil réis, a cada um de seus ex-trabalhadores escravizados, *por ele libertos em 1884*, na condição de que estivessem ao seu serviço, quando viesse a falecer, independente do salário que recebessem; a mesma condição valeu para João, cocheiro, Antonio, copeiro, e para o cozinheiro, Ricardo, no valor de cinquenta mil réis para cada um (APERS, 1887).

⁵⁷ O nome Conrado (sem determinação da função exercida) constou das anotações de despesas mensais (manuscritos avulsos) da baronesa Amélia, feitas no Rio de Janeiro, de agosto de 1910 a novembro de 1911 e de julho de 1913 a dezembro de 1915. Acervo MMPB nº 1489 a 1530. Nos livros de D. Sinhá não se encontrou registro de Conrado.

Na conversa com Zilda e seu filho Aníbal, o professor Fábio indagou sobre o local da senzala. A resposta foi negativa, mas associada à existência de um espaço para os empregados e ao fato de que, após 1884, muitos dos “libertos” seguiram trabalhando e residindo na chácara⁵⁸:

ZILDA: Depois da cocheira, a cocheira devia ser depois da varanda, depois da varanda tinha a garagem, onde tinha os carros, os automóveis, depois tinha a casa dos caseiros.

[...]

ZILDA: A chácara ficava isolada, o quarto de empregada, aquela coisa toda, eram duas casinhas.

FÁBIO: Onde ficavam essas casinhas?

ZILDA: [...] pelo lado de fora, junto à garagem, toda aquela parte era dos empregados.

FÁBIO: Passando onde era essa sala da jantar grande?

ZILDA: É passando a sala de jantar grande.

ANIBAL: Mas atrás.

[...]

ZILDA: [...] era a continuação da calçada.

A fotografia da década de 1970 (Figura 39) reforçou o testemunho de Zilda. Na lateral sul, passando a edificação da sala de jantar, se encontravam as cocheiras/garagem e outras dependências que se supõe fossem para os caseiros da chácara. A construção, com portas e janelas, que servia para serviços de apoio à casa principal, lembra os chamados “pardieiros”, apontados na nomenclatura pesquisada pelo Prof. Helder Carita (2016, p.16 e 17). Nela, o autor encontrou o termo associado a zonas que atendiam como cavalariças, celeiros ou casas de lenha, entre outras, autônomas do corpo social das moradas, e não vinculado à precariedade ou à pobreza, como entendido atualmente.

⁵⁸ Não foram aprofundadas as questões sociais e políticas envolvidas nos atos de alforria, ou após a Lei Áurea. Os libertos não conquistavam a cidadania, nem direitos políticos.



Figura 39 - Fotografia das fachadas leste e sul, remanescentes da residência principal do Parque Annibal. Pelotas, RS. Ano: aprox. década de 1970. Autor: n/i. Fonte: acervo administrativo do MB.

Quando questionada se o terreno da chácara havia sido um presente do coronel Annibal ao seu avô, o barão, a resposta de Zilda foi afirmativa:

FÁBIO: E a casa foi presenteada pelo seu bisavô ao casamento dos seus avós, não foi?

ZILDA: Foi.

FÁBIO: 1863, se não me engano. E ele comprou o terreno ou comprou a casa pronta?

ZILDA: O terreno, fez tudo, desde o tijolo. O vovô e a vovó fizeram tudo, tudo, tudo. A divisão da casa, tudo, tudo, foi feita pelos meus avós. Eles compraram o terreno, ainda tinha uma casa pequenininha, aí eles construíram a casa grande, foram morar lá e lá morreram.

A informação oscilou entre as figuras do bisavô, que teria comprado o presente, e do avô, que e receberia, contudo em nenhum momento o local foi tratado como herança. Outro detalhe, citado anteriormente no texto, foi a divergência entre a descrição documental da propriedade comprada em 1863 e aquela onde se estabeleceu o Parque Annibal.

A noção de que a disposição dos ambientes da casa, que ela conheceu, foi planejada e executada pelos barões, deu força à hipótese de que pelo menos o programa dos setores social e íntimo se manteve como na sua origem.

Conforme anteriormente mencionado em Alberti (2010), as memórias captadas pela história oral passaram por diferentes filtros/escolhas e se

constituíram, muitas vezes, ao longo de uma vida, uma construção do presente. As lembranças provocadas por “marcos sociais”, como a chácara, e dentro de um grupo, neste caso a família AM, foram consideradas uma aproximação com o passado (HALBWACHS, 2004). Mesmo com o auxílio de outras fontes, como por exemplo, as fotografias, não haveria uma reconstituição desse tempo que passou.

A fase de criação do Parque Annibal se encerrou com a morte do Barão de Três Serros, em 1887. Nessa época, entre seus bens de raiz, não constava a quarta parte da charqueada que herdou de seu pai, provavelmente negociada com a irmã e o cunhado, os Barões de Arroio Grande. Os negócios de Annibal se concentravam na criação de animais, principalmente bovinos, imóveis, aluguéis e dívidas ativas. Desta forma, no final do século XIX, seus herdeiros não lidaram diretamente com as transformações no mercado do charque. Pelotas já vivenciava um declínio na produção charqueadora⁵⁹, devido à concorrência platina, aos interesses do mercado interno e externo, às tecnologias de refrigeração e à paulatina extinção do sistema escravista⁶⁰.

Quantos aos trabalhadores escravizados, emancipados, ou segundo as palavras do barão em seu testamento “libertos”, alguns continuaram a prestar serviço na chácara, como empregados. Para a baronesa, viúva, esta tarefa estava concluída.

Sob o olhar de Kopytoff (2008) e Dannehl (2009), no ciclo findo, houve a “produção”, ou a construção da chácara, o subsequente “consumo”, quando ela foi habitada, e, como herança, entrou no estágio de “distribuição”, que levou a um novo ciclo, representado pela Baronesa de Três Serros.

⁵⁹ Sobre o declínio da economia charqueadora pelotense, ver Gutierrez (2001); Vargas (2016).

⁶⁰ O contexto abolicionista brasileiro pode ser estudado em Novais e Alencastro (1997), Novais e Sevcenko (1998) e Del Priore (2013); em Pelotas Gutierrez (2004); Vargas (2016).

4 Chácara da Baronesa - Século XX

Em diferentes regiões do globo, a transição, dos anos 1800 para os 1900, ocorreu em meio a intensas mudanças nas relações políticas, econômicas, sociais e de trabalho. O mesmo foi vivenciado no Brasil, com a Abolição do trabalho servil, o fim do Império e o início da República, que deram o tom inicial para o pano de fundo deste capítulo. Ao longo do século XX, assistiu-se a duas grandes guerras mundiais, a novas formas de cidades, de transporte, de comunicação, de medicina, de entretenimento, de vestir, de educar, de comer, de morar e de implantação do urbanismo para citar algumas modernidades⁶¹.

Com relação ao objeto estudado, o ciclo aqui considerado foi marcado pela gradual troca da figura que o identificava, passando de Parque Annibal a Chácara (ou castelo) da Baronesa - mesmo que isso não tenha ocorrido nos documentos oficiais⁶². Duas das mulheres que viveram na casa, a baronesa Amélia e sua filha de mesmo nome - a Sinhá ou Dona Sinhá -, foram as representantes desta nova fase. De acordo com o demonstrado por Anne Martin-Fugier (2009, p. 184), elas atuaram no espaço da chácara, tanto no âmbito privado, na intimidade familiar e das tarefas domésticas, quanto no público, no sentido das “[...] relações da família com o mundo exterior – organização da sociabilidade, visitas, recepções”. A mãe esteve presente até janeiro de 1919, quando faleceu no Rio de Janeiro.

Houve poucas alterações no contexto familiar das “novas” elites. Maluf e Mott (1998, p. 374) expuseram as tênues alterações nos “recônditos” femininos do início da República até a década de 1920, apontando para a cristalização dos mesmos comportamentos do século XIX, apesar das modernidades em outras áreas, ou seja, “sustentada pelo tripé mãe-esposa-dona de casa”; “[...] o lugar da mulher é o lar, e sua função consiste em casar, gerar filhos para a pátria e plasmar o caráter dos

⁶¹ Na *Introdução* do vol.3, da **Coleção História da Vida Privada no Brasil**, Nicolau Sevcenko apresentou um panorama abrangente sobre as décadas finais do século XIX e as iniciais do século XX.

⁶² Na certidão do Registro de Imóveis, de 1976, seguiu a denominação “Parque Annibal”, mas quando foi lavrada a doação, em 1978, a área foi chamada também de “Chácara da Baronesa”.

cidadãos de amanhã”. A legislação, os manuais, as revistas femininas, a sociedade, enfim, deram sustentação à continuidade do modelo que determinava o papel feminino e masculino, nos âmbitos privado e público, respectivamente.

Conforme preceitos do “novo” *Código Civil*, de 1916⁶³, cabia ao homem, chefe da sociedade conjugal,

a representação legal da família, a administração dos bens comuns do casal e dos particulares da esposa segundo o regime matrimonial adotado, o direito de fixar e mudar o local de domicílio da família. Ou seja, a nova ordem jurídica incorporava e legalizava o modelo que concebia a mulher como dependente e subordinada ao homem, e este como senhor de ação. A esposa foi, ainda, declarada relativamente inabilitada para o exercício de determinados atos civis, limitações só comparáveis às que eram impostas aos pródigos, aos menores de idade e aos índios⁶⁴ (MALUF; MOTT, 1998, p.375).

Por sua vez, a morada exigiu atenção e precisou acompanhar a evolução determinada pela modernidade do novo século: conservação, materiais, instalações, equipamentos, espaços, usos, habitantes e trabalhadores. O imponente “cenário” do século XIX, lembrando Miller (2013), vivenciou outra etapa em sua biografia. A “agência da casa” tratou, sutilmente (ou na sua “invisibilidade”), de “recomendar” aos novos figurantes a manutenção de seu *status*.

4.1 Residência da Sra. Baronesa de Três Serros. 1887-1919

A ausência do Barão de Três Serros se deu numa época marcada por turbulências políticas, capitaneadas pelo movimento para banir a escravidão e por sentimentos antimonarquistas. Os clubes abolicionistas se espalhavam e agitavam as províncias, enquanto senhores de escravos se dispunham a lutar por suas propriedades.

Sobre o período pré-abolição, Mary Del Priore (2013) escreveu que, com Dom Pedro doente e fora do país, a princesa Isabel era pressionada por seus pares e

⁶³ Em nota, as autoras Maluf e Mott (1998) escreveram que o “Código foi aprovado em 1916 e entrou em vigor em 1º de janeiro de 1917”; e que consultaram os artigos na “edição anotada” de João Luiz Alves. **Código Civil da República dos Estados Unidos do Brasil** promulgado pela Lei 3071, de 1º de janeiro de 1916, Rio de Janeiro, 1926.

⁶⁴ Quanto a essa situação, Maluf e Mott (1998) comentaram que foi “parcialmente corrigida no Estatuto da Mulher Casada em 1962”, conforme S. PIMENTEL, **Evolução dos Direitos da Mulher - norma, fato, valor**. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 1978, p. 46.

opositores a tomar uma decisão sobre o fim imediato, ou não, do regime escravista. Em muitas Províncias, a mão de obra escrava começava a se extinguir.

A influência do positivismo acirrava os discursos, com os ideais de “separação entre Igreja e Estado, proteção ao indígena e ao proletariado”. A fala de Rui Barbosa execrava o “governo do confessionário e da escravidão”, afirmando que a “honra e a integridade da pátria” estavam representadas pelo Exército e pela Abolição (DEL PRIORE, 2013, p. 214).

Após Isabel assinar a Lei Áurea, em maio de 1888, as demandas republicanas se acentuaram, ladeadas pela inexistência de um plano para inserção dos libertos na sociedade, pela demanda por indenizações, vinda dos ex-senhores, e por desavenças com os militares. Seguindo a narrativa de Del Priore (2013), o retorno do imperador ao Brasil só demonstrou o desgaste, que há algum tempo, tomava conta da monarquia e se encerraria com o exílio da família imperial. Em 15 de novembro de 1889, o Exército, comandado por Deodoro da Fonseca, juntamente com os republicanos, declararam um governo provisório e a extinção da monarquia. Houve alguma resistência, mas,

[...] mesmo guardando um carinho nostálgico pelo antigo regime, valia a pena transigir em direção ao novo. “Novo”, sinônimo de palavras que encantavam: futuro, modernidade, cientificidade, desenvolvimento! As mesmas reproduzidas pelo centro Família Espírita, de São Paulo, que reconhecia a necessidade de uma ‘república profana que marchasse correta pela senda da justiça, da ordem e do progresso’ (DEL PRIORE, 2013, p.288).

Um das observações de Gilberto Freyre, a respeito de como os brasileiros reagiram frente a este “novo”, foi de que o futuro poderia vir, porém sem muita pressa, ou que, ao chegar, não representasse um “repúdio total ao passado”. Na visão do autor essa transição durou quase meio século:

[...] Dando-se à figura nova de chefe de Estado - que era a de Presidente de República - alguma coisa de Imperador constitucional; separando-se a Igreja, do Estado, sem se deixar de considerar a Igreja Católica instituição nacional; aproveitando-se em postos importantes da administração, na antiga Côrte - agora chamada Capital Federal - e aos novos Estados em que se transformaram as antigas Províncias sem nenhuma alteração nos seus característicos sociais, culturais e ecológicos, figuras de homens experimentados na política e da administração do Império. Até barões, [...]. Conselheiros, [...] (FREYRE, 1959, p.143).

A baronesa Amélia deu prosseguimento à manutenção da chácara, aos alugueis e arrendamentos de seus bens e à criação de seus filhos. Ao associar

informações do processo de inventário do barão e das cartas, verificou-se que, em 1900, cinco herdeiros haviam falecido sem descendência. Por força das instruções legadas pelo testamento paterno (APERS, 1887), o usufruto da terça herdada passou às três irmãs sobreviventes⁶⁵: Amélia Annibal Hartley Maciel, “Sinhá”, casada com Lourival AM (filho mais novo de Elizeu AM), em 13 de abril de 1890; Izabel Hartley Maciel (de Sá), “Talú”, casada com Tancredo Joaquim de Sá, em 27/07/1888; e Alzira Hartley Maciel (Ribas), casada com Antônio Rodrigues Ribas Filho, em 15/09/1894.

Com o casamento de Sinhá, que permaneceu morando na chácara, Amélia pôde delegar as atribuições da administração do patrimônio para o genro e sobrinho Lourival, contudo tanto ele quanto a filha “tinham obrigação de prestar contas” e mantê-la “informada sobre as finanças da família” (PAULA, 2008, p. 110).

No acervo do Museu da Baronesa, restaram registros datados a partir de 1896, nos livros de contas de Sinhá, e 1899, nas cartas trocadas entre mãe e filha⁶⁶. A viuvez de Amélia completava nove anos e as viagens e permanências no Rio de Janeiro deviam ser constantes, pois, segundo a genealogista Cordélia F. do Amaral Peixoto, foi possível supor que os casamentos de Izabel, Zulmira (falecida em 1894) e Alzira ocorreram nesta cidade, em 1888, 1893 e 1894, respectivamente.

Sinhá e Lourival, como deve ter ocorrido com as outras irmãs AM, formalizaram, no Parque Annibal, uma escritura de pacto antenupcial (Acervo MMMPB nº 1408), em onze de abril de 1890, dois dias antes do matrimônio de ambos. Mediante este dado, se deduziu que o casamento ocorreu em Pelotas. Dois anos antes, com dezenove anos, Amélia Annibal foi fotografada no estúdio Carneiro & Tavares, na “ainda” capital do Império (Figura 40). No verso do *carte de visite*⁶⁷, havia uma inscrição ao futuro marido: *Corte, outubro 1888. Lourival.*

⁶⁵ Segundo volume, p. 59, documento anexado em 1902.

⁶⁶ A comunicação também ocorria por meio de telegrama, que era largamente utilizado quando a situação exigia rapidez. Eles aparecem citados nas cartas e apontados nos livros de contas.

⁶⁷ Os *carte de visite* eram retratos menores, como cartões de visita, com local para identificação e/ou dedicatória, no verso. O tamanho 6 x 9cm era obtido com a utilização de câmera com lentes múltiplas, o que permitia a tomada de oito clichês (negativos) em uma mesma chapa. As reproduções eram feitas em uma única folha de papel fotográfico, com redução do custo, o que popularizou a fotografia (FABRIS, 2008).



Figura 40 – Retrato de Amélia Annibal Hartley Maciel, Dona Sinhá, filha da baronesa de Três Serros. Autor: Carneiro & Tavares. Ano: 1888. Fonte: Acervo MMPB nº 1823.

A foto de Lourival, com trinta e um anos, não preservou o verso para identificação, mas, da mesma forma, foi produzida em estúdio no mesmo ano (pela anotação existente na mesma) e, tudo levou a crer, na corte (Figura 41).



Figura 41 – Retrato de Lourival Antunes Maciel. Autor: n/i. Ano: 1888 (inscrição na foto). Fonte: Acervo MMPB nº 1824.

Nos documentos analisados, não se encontraram indícios de que Amélia houvesse se transferido definitivamente para o Rio de Janeiro. Talvez, um dos motivos para esta impressão tenha ocorrido devido ao grande número de cartas trocadas entre mãe e filha, sendo que, das cento e cinquenta e uma missivas, cento e trinta foram escritas em solo fluminense. A propriedade só passou ao nome de Dona Sinhá, em 1931, por meio da transmissão da herança de sua mãe (Acervo MMPB nº 1466).

Na capital da República, Amélia convivia com seus familiares, cujos nomes, citados nas cartas, não foram identificados⁶⁸. Numa delas, por exemplo, quando estava em visita à ilha de Paquetá (Carta de Amélia. Paquetá, 17 de abril de 1899. MMPB nº 1129), fez menção à “titia”, que se presumiu ser a segunda esposa de seu pai. Em sua terra natal, podia seguir seus estudos da doutrina espírita com mais liberdade⁶⁹ e, além disso, era o clima que lhe agradava (Carta de Amélia. Rio de Janeiro, 06 de outubro de 1903. MMPB nº 1147C). Numa de suas respostas, ela tranquilizou Sinhá: “[...] te mostras apreensivo pela minha estada aqui, mas não tenhas cuidado, porque este é o clima que convem à minha natureza, embora julguem outro o contrario” (Carta de Amélia. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1903. MMPB nº 1166C).

O cruzamento do conteúdo das cartas e dos livros apontaram períodos de tempo que a baronesa passava em Pelotas e outros no Rio de Janeiro, acompanhada ou não da família de Sinhá e Lourival. Quando estavam todos juntos, na chácara ou na capital, mãe e filha partilhavam as despesas gerais de manutenção e/ou de aluguel.

Até 1909, por exemplo, essas temporadas se dividiram de outubro de 1897 a junho de 1898 (Pelotas); de julho a dezembro de 1898 (Rio de Janeiro); de janeiro de 1900 a julho de 1903 (Pelotas); de janeiro de 1904 a maio de 1906 (Pelotas); de julho de 1906 a janeiro de 1907 (Rio de Janeiro); de abril de 1907 a março de 1909 (Pelotas). Os filhos de Sinhá, que chegariam à idade adulta, já haviam nascido:

⁶⁸ As relações com os “de Brito Hartley” no Rio de Janeiro é um tema ainda não pesquisado. Segundo a genealogista Cordélia Peixoto, por exemplo, Felisbina Hartley Maciel, “Boneca”, uma das herdeiras, falecida em 1900, havia se casado com Luiz Fortunato de Brito, possivelmente um sobrinho da baronesa; sem descendência.

⁶⁹ O interesse de Amélia pelo espiritismo e leituras afins foi desenvolvido por Paula (2008).

Rubens (1895), Zilda (1899), Lourival (1901), Mozart (1904), Delmar (1906) e Déa (1909)⁷⁰.

Quando não ocorria a separação dos gastos entre mãe e filha, a discriminação dos serviços pagos e dos empregados ficava mais detalhada. Pelo tipo de mantimentos adquiridos mensalmente, de forma geral, se percebeu que a chácara não estava organizada para produzir alimentos, pois havia pagamento ao leiteiro, ao padeiro, ao açougueiro, ao verdureiro e a diferentes armazéns. Também eram feitas compras avulsas de sacos de feijão, sacos de batata, galinhas, peixe, manteiga fresca, banha, laranjas e grande quantidade de ovos. Da mesma forma, o abastecimento de lenha era mensal.

Com relação aos empregados, apareceram muitos nomes e/ou funções. Num mês, com a maioria das crianças pequenas seriam ama Maria, criada Dina, copeiro Aprisio, cozinheiro Alfredo, cocheiro Augusto, jardineiro Ramos, lavadeira para as roupas da copa, lavadeira para as roupas das crianças menores, costureira Dona Eulália e poderiam constar outros ajudantes sem função identificada (Figura 42). Segundo Perrot (2009, p.163), “[...] a quantidade e a qualidade da criadagem [dependiam] da posição social e do nível de vida, sendo ao mesmo tempo seu símbolo mais visível [...]”.

⁷⁰ Segundo Cordelia Peixoto, Sinhá e Lourival tiveram treze filhos, os dois primeiros em 1890 e 1892. Nos livros de contas foram identificados onze nascimentos, de 1894 a 1911, a maioria em Pelotas, mas alguns no Rio de Janeiro, como o de Rubens. Em todos os partos registrados, houve o trabalho de uma parteira, que, em Pelotas, era a Felisberta.

- Pelotas -		- Pelotas -	
Setembro - Transporte	156.346,930	Outubro - Transporte	156.346,930
17 - Lavagem	200	1 - Carne	1.800
18 - Bilhete de correio	200	1 - Faveas leguminas	2.000
19 - Concerto no lanceo	2.000	1 - Ao João - serrizo	2.000
20 - Carne	1.800	2 - 1/2 de lico quison	4.000
21 - Lavagem	200	1 - fibra de manteiga fresca	4.000
22 - Bilhete	200	10 - 1/2 de farinha	10.000
23 - Conta para a Larom Luiza	197.700	1 - Carne	1.800
24 - Idem, a José Saggiaro	140.000	1 - Dinha de ovo	1.800
25 - Idem, ao Sr. Anacleto	17.760	3 - Carne	1.800
26 - Idem, ao Sr. Nocolau	21.000	1 - A uma pobre	1.000
27 - Idem, ao Sr. Banaeira	13.200	1 - Lavagem de roupa	21.760
28 - Idem, ao Sr. Costa	25.000	1 - Botica de folha	1.000
29 - Idem, ao Sr. Silva	7.300	1 - Car de sapato de corda f. Luiza	4.000
30 - Idem, ao Sr. Castello	14.000	1 - Suje	1.000
31 - Idem, a Lavadeira da Loja	1.280	1 - A orianca	1.500
Ordemada a Sr. Maria	60.000	1 - A Minuosa	1.000
Idem, ao Sr. Augusto	40.000	1 - Solto do corveio	2.000
Idem, ao Sr. Alfredo	40.000	1 - Caixa de volubina	6.000
Idem, ao Sr. Lino	20.000	1/2 fibra de manteiga fresca	2.000
Idem, ao Sr. Antonio	2.300	1 - Carne	1.800
Despacho	15.000	1 - Pago a D. Rufus, por quarenta e nove	4.000
	156.346,930	2 - Confetes f. Xaol	7.000
			156.444,090

Figura 42 - Imagem de folha do Livro de Despesas nº 3 (1897 -1901) - Pelotas, setembro de 1899. Fonte: acervo MMPB nº 1399.

Por vezes, eram necessários serviços avulsos para manutenção da casa, que poderiam ser pequenos concertos ou reformas maiores. Até o final da primeira década do século XX, aqueles de grande monta envolveram pintura, caiação nos quartos dos fundos e colocação de papel de parede nos quartos de Sinhá e de Amélia (Figura 43). O trabalho maior, ocorrido no segundo semestre de 1903, referenciado anteriormente no texto, foi acompanhado pela baronesa, que estava no Rio de Janeiro. Numa carta de 30 de outubro daquele ano, ela observou:

Já vejo que o nosso “velho casarão” como lhe chamam, voltou aos tempos primitivos, envergando todo catita, os novos trajes domingueiros com que tu e Lourival, o brindarão. Queira Deus que elle assim se conserve, para o gozo de seus futuros proprietários. Pela tua descripção deve estar muito bonito! (Carta de Amélia. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1903. MMPB nº 1166C).

Reforma/Manutenção da casa		
Data	Descrição	Valor
1896		
30/01/1896	Conserto no banho	40.000
15/04/1896	Pago ao Vieira vidraceiro	14.000
14/11/1896	Pintura na copa e cozinha	50.000
1897		
27/03/1897	Conserto do telhado	10.000
30/03/1897	01 cano de zinco	6.000
13/07/1897	Para limpar a chaminé	2.000
17/11/1897	Conserto no quarto do Sinhô [Annibal, filho da baronesa]	5.000
1898		
18/01/1898	Conserto na bomba do banheiro	73.000
1899		
10/01/1899	Conta paga ao vidraceiro Viana	38.600
01/08/1899	Pago ao carpinteiro	45.000
03/12/1899	Pintura e caiação de três quartos no fundo	209.000
1900		
18/04/1900	Minha parte na pintura e reforma do sótão	235.300
1901		
01/04/1901	Minha parte no conserto do encanamento da água	48.900
22/08/1901	Pintura e empapelamento do meu quarto e toalete	200.000
1902		
31/07/1902	Pintura no escritório e no corredor de entrada	250.000
31/07/1902	Ciação no quarto das crianças	16.000
1903		
14/08/1903	Pago ao vidraceiro	8.700
18/08/1903	Pago ao Senhor Francisco Silva por pintura e caiação nos 3 quartos do fundo	100.000
05/09/1903	Pago ao pedreiro Anacleto por caiação no interior da casa	90.600
17/10/1903	Reforma da rampa da porta do fundo	28.500
30/11/1903	Pago ao Seu Francisco Roldão por pintura, caiação e mais trabalhos no exterior da casa	2.000.000
31/12/1903	Pintura e papel no quarto da mamãe	200.000
1909		
21/04/1909	Parte na conta de Paulinho Rodrigues (<i>carpinteiro</i>)	53.850
28/06/1909	Vidros	7.100
01/11/1909	Vidraceiro	3.300
31/12/1909	Carpintaria de Paulinho Rodrigues	57.000

Figura 43 - Excerto da Planilha de Levantamento dos Livros de Contas - 30/01/1896 a 31/12/1909. Fonte: Acervo MB. Livros nº 2 a 5. MMPB nº 1398, 1399, 1400 e 1453. Autoria: MONTONE; SILVA, 2016.

O sótão, reformado em abril de 1900, era o ambiente do último pavimento, na camarinha da residência. Segundo uma das cartas da baronesa, era ali que ela guardava seus livros, num armário com prateleiras. Na missiva ela pedia que Dona Eulália, costureira, subisse ao “sótão” e separasse algumas publicações espíritas para enviar ao Rio, onde se encontrava (Carta de Amélia. Rio de Janeiro, 30 de julho de 1909. MMPB nº 1176B). Num trecho da entrevista de Zilda, já mencionado no texto, ela disse que este cômodo era a biblioteca de sua avó.

Em 16 de outubro de 1903, no Rio de Janeiro, Amélia confirmou à Sinhá que procuraria papel de parede e tapete para “forrar” a sala de visitas. Na mesma carta ela demonstrou suas impressões sobre a cidade: “Creio que o Rio, com os melhoramentos que vai tendo, se tornará para o futuro, um verdadeiro Paraíso! Chamão o Prefeito, o Dr. das Flôres, porque elle tem mandado ajardinar todos os largos, que estão por calçar, [...]” (Carta de Amélia. Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1903. MMPB nº 1148B).

A baronesa vivenciou as reformas promovidas por Pereira Passos na capital da República, que “regenerou” sua área central, entre outras ações, por meio do “bota-abaixo” dos casarões que abrigavam, em sua maioria, a população pobre: “[...] Porque eles cerceavam o acesso ao porto, porque comprometiam a segurança sanitária, porque bloqueavam o livre fluxo indispensável para a circulação numa cidade moderna” (SEVCENKO, 1998, p.23).

Em 15 de novembro de 1903, Amélia escreveu que pretendia estar em Pelotas no mês de janeiro do ano seguinte: “[...] e eu levarei então o papel, e tapete para a nossa sala, assim como papel para o quarto em frente” (Carta de Amélia. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1903. MMPB nº 1153B).

Na mesma oportunidade, a missivista informou à filha sobre o contato que fez com Januzzi, sobre o orçamento de uma casa, sobre a qual não se encontrou referências para afirmar tratar-se da chácara (reforma), ou uma obra nova. Quanto ao profissional contatado, tudo levou a crer que este era o engenheiro e construtor que, em torno de 1894, executou a reforma da nova residência de Ruy Barbosa (Figura 44), a chácara na Rua São Clemente, no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro (TERRA, 2013). Segundo as palavras de Amélia:

[...] Mandei o risco de tua casa, ao Januzzi, e este, bem como os que estão presentes, ficarão encantados com elle, dizendo que a pessoa que o fez, deve ter muito gosto [...] que uma casa n'aquellas condições, exigia material de 1ª ordem [...] (Carta de Amélia. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1903. MMPB nº 1153B).



Figura 44 - Fotografia da casa de Ruy Barbosa, Rio de Janeiro, RJ. Fonte: Revista Fon-Fon, 1911. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/329185053986044802/>. Acesso em: 24 mar.2018.

Houve consertos no fogão, em fechaduras, em móveis de madeira, reforma nas cadeiras de palha, na cadeira estofada em seda e na de balanço. Foram arrumados o baú, os colchões, o berço e uma parte da mobília recebeu verniz. Esses trabalhos variaram de 10\$000 a 68\$000 réis. Para uma comparação, em 1907, o conserto e reforma do piano de Zilda custou 350\$000, um gasto ainda maior que os trabalhos de pintura e caiação, em torno de 200\$000.

Na primeira década do século XX, as aquisições de mobiliário, mais expressivas, foram uma mesa para a sala de jantar, por 200\$000, dezoito cadeiras para o mesmo ambiente, por 450\$000 - em 1906, e “uma *chaisé longue* para mamãe”, por 80\$000 - em 1907⁷¹ (Figuras 45 e 46). O setor social da casa, além dos móveis, recebeu um novo aparelho de porcelana para mesa, por 70\$000, outro de cristal Baccarat, também para mesa, por 395\$000, e dezenas de guardanapos. As

⁷¹ Parte dessas peças ficou na casa da chácara e hoje faz parte do acervo do MB. Das dezoito cadeiras, seis estão inventariadas na documentação do MB.

compras de artigos de cama e mesa foram recorrentes. Em 1909, mais guardanapos, castiçais e uma dúzia de talheres (facas, garfos, colheres), estes últimos por 99\$000. Sobre o hábito de receber para jantar, difundido no século XIX entre as classes abastadas, Malta (2011, p. 86) escreveu: “[...] as refeições passaram a envolver ocasiões formais em que as pessoas da casa e os convidados podiam se distrair, conversar e satisfazer paladares simultaneamente”. E esta sala deveria estar muito bem decorada e mobiliada.



Figuras 45 - À esquerda, mesa elástica, acervo MMPB nº 0632; à direita, exemplar de uma das cadeiras que faziam conjunto com a mesa, acervo MMPB nº 0681, 2007. Foto: autor desconhecido. Fonte: documentação museológica do MB.



Figura 46 - *Chaisé longue*, acervo MMPB nº 0256. Atualmente localizada no quarto de vestir. Autor desconhecido. Ano: 2007. Fonte: documentação museológica do MB.

De janeiro de 1904 a maio de 1906, a baronesa esteve em Pelotas. Nesse período, Sinhá e Lourival perderam Dalva (segunda filha com o mesmo nome), em fevereiro de 1904, com um ano de idade; em outubro de 1904, nasceu Mozart, e em abril de 1906, Delmar. Geralmente, Amélia seguia para o Rio de Janeiro um ou dois meses antes da filha, para alugar uma casa que acomodasse a todos e aos criados. Partiram de Pelotas em julho de 1906 e retornaram em janeiro de 1907. Os livros de despesa revelaram as datas das viagens, com a compra das passagens e o preparo das bagagens e do mobiliário que seguiria no navio. Durante a estada longe da chácara, seguidamente eram registrados pagamentos mensais para sua manutenção.

Dois meses depois, em abril de 1907, a baronesa regressou a Pelotas, onde permaneceu até o mês de abril de 1909. De volta à capital do país, instalou-se em um hotel a fim de procurar uma casa para alugar, antes da ida de Sinhá e Lourival. Os esforços foram descritos nas cartas de 1909. As dificuldades envolveram a localização do imóvel, a quantidade de peças, o valor do aluguel, uma ama para Déa (com poucos meses de idade) e um vapor com acomodações para toda a família. A viagem ocorreu somente em abril de 1910.

Débora de Paula (2008), ao trabalhar com as cartas da baronesa, destacou as peculiaridades da busca de Amélia, preocupada com as questões de higiene, arejamento e instalações sanitárias, devido às epidemias, a preferência pelo bairro de Botafogo e a existência de linhas de bondes elétricos para as idas e vindas dos netos à escola. Sobre a demanda por imóveis na primeira década do século passado, Sevckenko (1998, p.548) comentou

[...] que receber ou não energia elétrica e ter ou não acesso fácil à rede de bondes passou a ser não apenas o principal referencial à especulação imobiliária, mas também um dos mais distintivos elementos de status, para a população que não dispunha de veículos próprios.

Quanto à compra de uma casa, que era um desejo explícito nas conversas escritas, a pesquisadora aponta, como empecilho, a necessidade da venda de alguma de suas propriedades maiores.

O neto Rubens, então com quatorze anos, foi ao encontro da avó em março de 1910, para providenciar sua matrícula no colégio. Segundo Amélia, ele estava “contentíssimo” e dizia que seu pai devia mudar-se para lá, pois era outra “cousa!” (Carta de Amélia. Rio de Janeiro, 15 de março de 1910. MMPB nº 1649). Ela se

transferiu do hotel somente em dezembro, passando a uma residência alugada, de forma provisória (Carta de Amélia. Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1909. MMPB nº 1253). A estada no Rio de Janeiro, desta vez, foi mais longa. O retorno ao sul se deu em janeiro de 1912.

A vida da família AM seguia um ritmo de idas e vindas, sempre que possível, evitando o inverno rio-grandense e, por vezes, com temporadas anuais, talvez para se adaptar ao calendário de estudos das crianças, que estavam crescendo, e atender a uma intensa vida social. Os filhos de Sinhá e Lourival estudaram em Pelotas e no Rio de Janeiro. Sobretudo, pertenciam a um grupo que podia desfrutar a efervescência cultural da “capital radiante”, que seduzia a todos com a intensidade da *belle époque* brasileira. Sevckenko (1998, p.36-37) delimitou este período entre 1900 e 1920, compreendendo principalmente os anos da guerra europeia, com a ampliação das exportações para os países envolvidos e criação de indústrias para suprir a falta de produtos externos. Ao mesmo tempo, houve a introdução de novos padrões de consumo,

[...] instigados por uma nascente, mas agressiva onda publicitária, além desse extraordinário dinamismo cultural representado pela interação entre as modernas revistas ilustradas, a difusão das práticas desportivas, a criação do mercado fonográfico voltado para as músicas ritmadas e danças sensuais e, por último, mas não menos importante, a popularização do cinema.

Conforme apontaram os livros de contas, logo na chegada, se iniciaram os trabalhos para reorganizar a chácara: reformas em camas, aquisição de lastros de arame e mosquiteiros, compras de diversos utensílios de cozinha, de castiçais, de urinóis de ágata, de um ferro de engomar; conserto no banheiro; feitiço para cortinados; abastecimento de lenha e cuidado com os cavalos. As despesas com serviços e fornecedores estavam discriminadas. Encontrou-se, entre outros, roupa lavada, cozinheira, copeira, cocheiro, jardineiro, Clara (ama), Emília (lavadeira), D. Eulália (costureira), França (lavadeira), D. Ibrahina (lavadeira), Armazém Duas Mil Peneiras, açougueiro, leiteiro, padeiro e verdureiro (Livro nº 06, acervo MMPB nº 1452).

A baronesa deve ter viajado para Pelotas na mesma data ou no mês seguinte, pois, em fevereiro de 1912, foram encontrados os registros de divisão das despesas da casa. Neste mês, Sinhá mandou “empapelar” e pintar os “cinco quartos”, por 415\$000, e pagou 86\$000 a Paulino Rodrigues, por “uma moldura nova” no seu

quarto e toaleta. Em abril, a escrevente anotou um gasto de 406\$900, relativo a papel para forrar os cinco quartos (Livro nº 06, acervo MMPB nº 1452).

Não foi possível determinar se o serviço nos dormitórios precisou ser refeito ou se o pagamento do material efetuou-se posteriormente. A dita quantidade de ambientes deveria incluir aquele utilizado por Amélia. Restou uma dúvida em relação à moldura do quarto e toaleta, que poderia ser a guarnição das aberturas entre os dois cômodos ou um detalhe decorativo (Figura 47).



Figura 47 – Imagem do toaleta, seguido do quarto de casal; detalhe dos dois vãos com guarnição de madeira. Autor desconhecido. Ano: 2014. Fonte: documentação museológica do MB.

Em carta de novembro de 1903, já citada no texto, a baronesa falou de seu quarto, referindo-se ao espaço em frente à sala de visitas. Da mesma forma, pelo depoimento de Zilda, entendeu-se que, ao entrar na casa pelo corredor estreito, à esquerda havia a sala de visitas e, à direita, a outra sala era o quarto de sua avó (Figura 48).

O acesso aos quartos se fazia por meio de um corredor, ou passadiço, como Sinhá chamava, ou por uma circulação interna, através de “portas alinhadas em fila”. Esta situação era comum para a época, com bem lembraram Veríssimo e Bittar (1999). A ligação entre os quartos servia para o “policiamento” da privacidade e foi uma forma de distribuição dos ambientes adotada por muito tempo. Na chácara, essas peças eram bem arejadas, abertas para o jardim. Sobre a existência de alcovas, não houve registros.

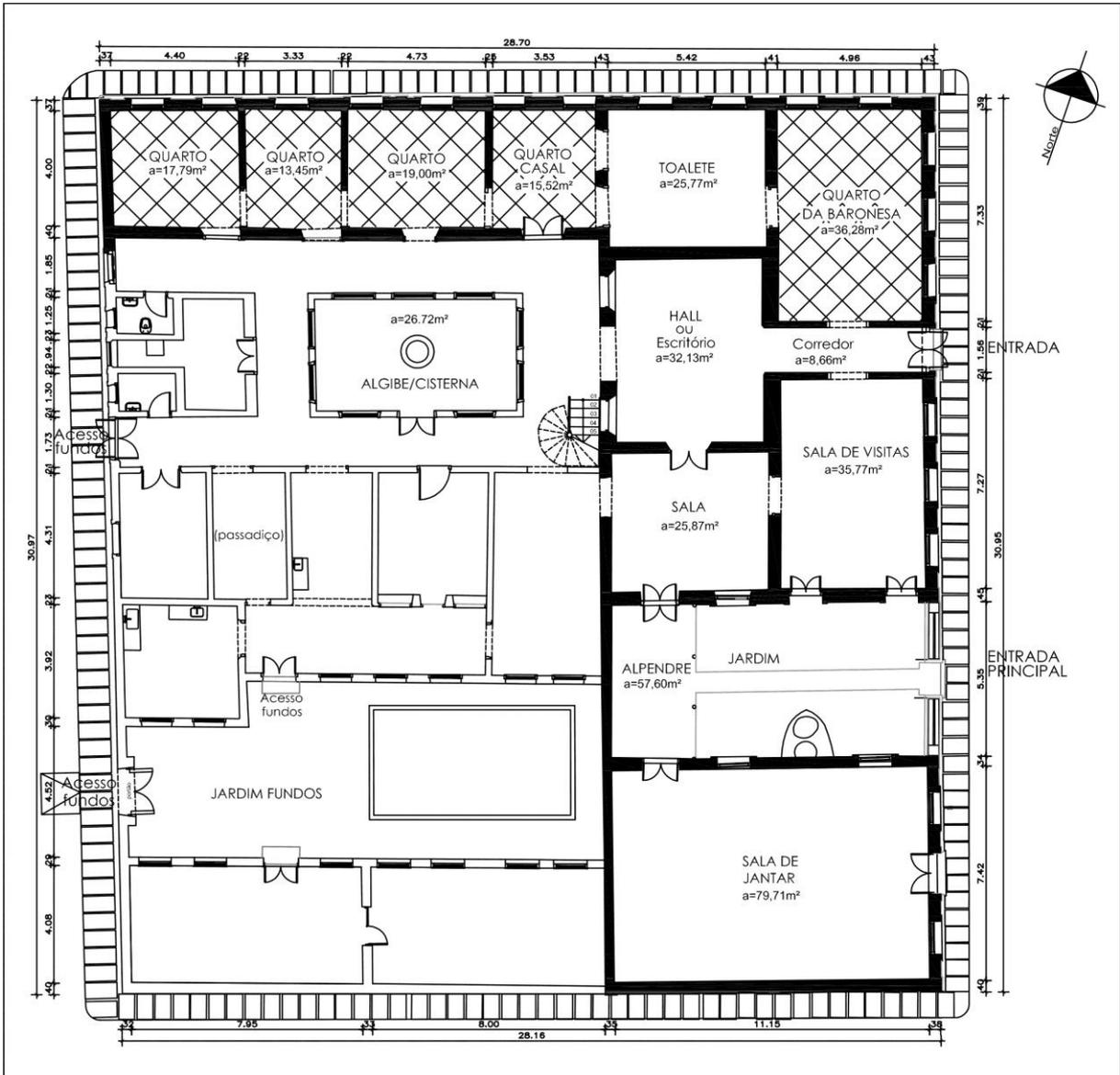


Figura 48 - Planta baixa da residência da Baronesa de Três Serros e da família de Sinhá, com destaque para os cinco quartos. Pelotas, RS. Fonte: acervo administrativo do MB/Secretaria Municipal de Cultura (SECULT). Alterações na planta: executadas pela autora.

Havia, ainda, de forma geral, muitos consertos. O piano se mantinha afinado e foram reparados castiçais, jarro de prata e um espelho. No mês de junho de 1913, a reforma na mobília da sala foi dividida entre Sinhá e sua mãe. Algumas peças da casa receberam objetos decorativos e móveis novos (Figura 49):

Aquisição de mobiliário/Decoração		
Data	Descrição	Valor
1912		
01/03/1912	1 mobília de vime	250.000
01/03/1912	1 par de colunas de madeira	40.000
01/03/1912	1 par <i>cachepot</i> de porcelana	40.000
01/03/1912	1 <i>cachepot</i> de cobre	15.000
01/04/1912	2 camas para Rubens e Lôca [apelido do filho Lourival, como o pai]	70.000
01/04/1912	01 lavatório	140.000

Figura 49 - Excerto da Planilha de Levantamento dos Livros de Contas - 01/03 a 01/04/1912. Fonte: Acervo MB. Livro nº 6. MMPB nº 1452. Autoria: MONTONE; SILVA, 2016.

Esta preocupação com o espaço de representação era uma das atribuições femininas. Um dos rituais estabelecidos às mulheres de sua posição social constituía-se em receber visitas e retribuí-las, momentos que propiciavam a manutenção das numerosas relações familiares, como mostrou Anne Martin-Fugier (2009, p. 191): “As visitas fazem parte obrigatória da administração do tempo de uma mulher de boa sociedade”.

A temporada seguinte, no Rio de Janeiro, estendeu-se de junho de 1913 a dezembro de 1915. Os documentos desta época registraram que a família alugou uma casa na Rua do Catete, nº 300, até agosto de 1915. Na figura 50, uma fotografia neste endereço. Após essa data, segundo informações contidas nas cartas e a ausência de “despesa de aluguel” nas anotações de pagamentos, percebeu-se que se concretizou o desejo de compra de um imóvel na capital federal⁷².

⁷² Segundo anotações manuscritas por Sinhá, referentes ao inventário dos bens de sua mãe, a casa do Rio de Janeiro ficava na Rua Dona Mariana, nº 66, no bairro Botafogo. Acervo MMPB nº 1465.



Figura 50 – Fotografia digitalizada cedida por Oswaldo Antunes Maciel. Ao centro, sentada, a baronesa Amélia, ladeada por Lourival e Sinhá, com seus seis filhos e outros três sobrinhos. Local: Rua do Catete, 300, Rio de Janeiro, RJ. Data: 1913.

No endereço do Catete, em março de 1914, Sinhá escreveu para D. Ângela, caseira, em Pelotas, pedindo alguns cuidados com um quadro bordado, na sala de visitas, e outros dois pintados, que estavam no sótão. Ela recomendou que de vez em quando se abrissem as janelas e vidraças para arejar e entrar sol, evitando assim o mofo e as traças, principalmente devido à umidade do inverno e da própria casa (Carta de D. Sinhá. Rio de Janeiro, 02 de março de 1914. MMPB nº 1478). Nesse ano, seu filho mais velho, Rubens, passou alguns meses viajando pela Europa. Por meio de suas cartas, tomou-se conhecimento de que a chácara serviu de cenário para uma filmagem, contudo, além de inacabada, a película extraviou-se⁷³: “Ri-me bastante com a historia do filme “Amor de perdição”, feito na chacara! A Mamãe, que tanto amôr lhe tem, aliás como eu tambem, deve estar de parabéns” (Carta de Rubens AM. Paris, 28 de maio de 1914. MMPB nº 1295).

Pelo que vejo, a chacara encantou os Srs. Cinematographistas! Então acharam-na com cara de convento? E o gallinheiro com jeito de cadeia? N’este andar, são capazes de chamar aquella pontesinha perto do chalet de ponte dos suspiros e este, de “castello medieval”. Sentirei si não puder apreciar esta fita: Amôr de perdição” (Carta de Rubens AM. Lausanne, 14 de julho de 1914. MMPB nº 1312).

⁷³ Segundo o site da Cinemateca Brasileira, em 1913, o português Francisco Santos, da Guarani Filmes, de Pelotas, filmou Amor de Perdição, na Chácara da Baronesa, Pelotas, RS; baseado no romance luso de Camilo Castelo Branco. Informação disponível em: <bases.cinemateca.gov.br>. Acesso em: 07 set.2017.

Além do interesse que o local despertava, já no início do século XX, pelas observações de Rubens tomou-se conhecimento de outros elementos presentes na propriedade, como um galinheiro, um chalé e uma “casa de coelhos”.

Na primeira metade do século XX, o fortalecimento da conexão familiar com a cidade natal da matriarca, não provocou afastamento da chácara, ou de Pelotas. Até 1930, eventos envolvendo Zilda e a irmã mais moça, Déa, motivaram que o “velho casarão” renovasse seus “trajes domingueiros” em diferentes ocasiões.

A família retornou ao sul em janeiro, de 1916, para os festejos carnavalescos, e, no final de maio, Sinhá, Lourival e os filhos voltaram para o Rio. A baronesa passou este ano em Pelotas, coincidindo com os preparativos para a coroação de Zilda como rainha do carnaval de 1917, pelo Clube Diamantinos⁷⁴. Esta fase trouxe mais detalhes do que acontecia na chácara, devido à troca de cartas entre as duas Amélias, num total de dezesseis, entre os meses de setembro e dezembro.

As atenções estavam voltadas para a sala de visitas, que receberia “os Diamantinos”, ao quarto de Zilda, à fachada da casa e ao jardim. Os serviços deveriam iniciar a partir de setembro, quando o tempo ficasse mais seco, e incluíram pintura de esquadrias e forros, colocação de assoalho e papel de parede na sala de visitas, caiação da parte externa e, no dormitório, aplicação de papel.

Inicialmente, a ideia era a pintura das paredes, mas isso não foi possível devido à umidade das mesmas: “O seu Chico disse-me, que as paredes da sala de visitas, não se prestam para pintura, sendo para isso necessário tirar todo o reboco e fazê-lo de novo, para depois pintar, o que fica caríssimo. De papel, é preciso 18 peças [...]” (Carta de Amélia. Pelotas, 02 de setembro de 1916. MMPB nº 1656B).

Quanto à instalação do papel, houve mais algumas dificuldades explicadas pelo “seu Chico”: seria necessário usar bastidores, para evitar que o acabamento entrasse em contato com as paredes úmidas e salitradas, e a opção de “recheio de papel” também não funcionaria, “[...] pois o papel encolhe e rebenta cahindo com o peso do recheio. A humidade das paredes, estraga tudo em pouco tempo. O que conserva um pouco mais, é mesmo o bastidor.” (Carta de Amélia. Pelotas, 30 de setembro de 1916. MMPB nº 1710 e 1710B.)

⁷⁴ Sobre o “reinado” de Zilda AM, ver também Schwanz (2011).

Amélia também se preocupava com o jardim, que estava aos cuidados do jardineiro Alfredo. Os canteiros deveriam estar floridos para a chegada da “rainha”, mas alguns temporais dificultaram suas intenções.

Pelas cartas viu-se que a decoração interna também foi atendida, com pintura em espelhos, aquisição de mobília, cortinas e reposteiros no Rio de Janeiro. Estas peças, segundo a baronesa, deveriam chegar antes de Sinhá, porque a casa precisava estar pronta o quanto antes.

No álbum de Zilda AM, foram guardadas fotografias do ano de sua coroação, entre elas, uma na sala de visitas, em que foi possível observar móveis e espelho que se transformaram em acervo do Museu da Baronesa (Figura 51):



Figura 51 – Fotografia de um grupo de pessoas, em uma das salas da Chácara da Baronesa, Pelotas, RS. No primeiro plano está Zilda AM e mais ao fundo, ao centro, com vestido escuro, Dona Sinhá. Espelho, pedestal e poltrona, em destaque, fazem parte do acervo do MB. Fonte: acervo MMPB - álbum de fotografias de Zilda AM (Abreu e Silva). Autor: não identificado. Ano: 1918.

Nesses meses, os livros de contas mostraram os gastos de Sinhá e família na sua morada carioca. Na metade de janeiro de 1917, eles embarcaram para Pelotas. Amélia, após acompanhar as festas do carnaval e o aniversário de dezoito anos da neta, em abril, fez o caminho inverso. Mas, antes disso, deve ter comandado o seu “atelier de costureiras”, conforme as lembranças de Zilda. Costuras, bordados e trabalhos manuais eram assuntos recorrentes nas cartas, em especial ao tratar-se do “toalete da rainha”, conforme o recado que enviou por carta (Figura 52):

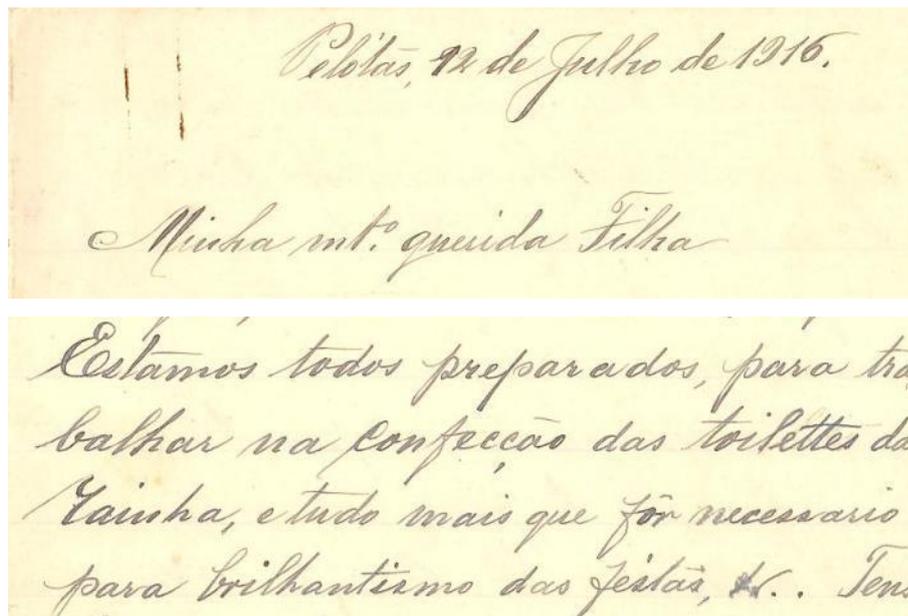


Figura 52 – Trecho de carta de Amélia; Pelotas, 02 de setembro de 1916. Fonte: MMPB nº 1651.

De maio de 1917, até seu falecimento, em janeiro de 1919, Amélia permaneceu na sua cidade natal. As cartas escritas nesta ocasião versaram sobre os afazeres domésticos e sociais, a saúde, as filhas e genros, os netos, os aluguéis, os agregados e afiliados e a viagem que Sinhá, Lourival, e parte de sua família, fizeram a Montevideu, no Uruguai, e Buenos Aires, na Argentina⁷⁵. Os netos, Rubens, formado em Direito e trabalhando, e Lóca (Lourival, filho), ainda estudando, seguiam em sua companhia.

Na chácara, os apontamentos mostraram uma sequência de pequenos consertos rotineiros em móveis, fogão, banheiro e vidraças. O pintor Gustavo Peters fez diversas pinturas e colocou papel de parede, inclusive no quarto da baronesa, em dezembro de 1918. A assinatura do telefone foi registrada, pela primeira vez, no mês de julho de 1917. O automóvel ainda convivia com o coche, que Sinhá chamava de “aranha”.

O próximo embarque do grupo familiar, para o Rio de Janeiro, aconteceu em julho de 1919. A partir desta data, eles passaram a se hospedar em hotel. A casa da capital havia sido vendida, conforme mostraram as anotações de Sinhá⁷⁶.

⁷⁵ Foram dezoito cartas datadas entre junho e dezembro de 1917 e vinte e três datadas entre os meses de janeiro e setembro de 1918, todas remetidas do Rio de Janeiro.

⁷⁶ Documento manuscrito do acervo do MB, inventário dos bens da baronesa, MMPB nº 1465.

4.2 Tempos de Dona Sinhá. 1919-1966

Pela segunda vez a chácara assumiu o estatuto de herança, marcada por uma mudança de geração, que, ao longo do tempo, definiu certa alteração em seu significado. Conforme Amélia escreveu, em 1903, Sinhá e Lourival assumiriam “oficialmente” a propriedade do Parque Annibal, quase vinte anos depois, em 1931.

Com relação a Pelotas, nas três primeiras décadas do século XX, a cidade ocupava o segundo posto na economia rio-grandense, atrás somente da capital, Porto Alegre. Até 1930, sua estrutura fabril se concentrava na produção de derivados da pecuária e da agricultura. A área urbana de Pelotas se expandiu, incluindo o bairro Areal. Entre 1912 e 1915, o centro foi o primeiro a receber melhorias, como a iluminação e os bondes movidos à energia elétrica, a ampliação das canalizações de água potável e a implantação do sistema de esgoto cloacal. A telefonia havia chegado em 1908. Na arquitetura ocorreu a reforma e construção de imponentes prédios públicos e bancários: o Mercado Público recebeu uma estrutura para cobertura do pátio interno e a torre com relógio, ambas de ferro; o Teatro Sete de Abril foi reformado e teve sua fachada remodelada; foi construído o prédio do Banco Pelotense, o segundo pavimento da Biblioteca Pública Pelotense, e, na década de 1920, o Teatro Guarani e o Grande Hotel, para citar alguns⁷⁷.

Por meio dos livros de contas, observou-se que esta fase foi de grandes transformações na morada, principalmente nas décadas de 1920 e 1930. Além da conservação relativa ao desgaste dos materiais, infestações de insetos, umidade e goteiras, por exemplo, nessa época a habitação sofreu as maiores mudanças em seu interior e recebeu instalações que a modernizaram, colocando-a em seu tempo. Conforme indicado anteriormente no texto, cuidados e melhorias foram associados a algumas datas significativas para a família AM: o casamento de Zilda AM, em abril de 1923, e a coroação de Déa AM, como rainha do carnaval do Clube Diamantinos, em 1928.

A primeira estada no Rio de Janeiro, sem Amélia, foi de julho de 1919 ao início de janeiro de 1921. Lá, Sinhá e Lourival adquiriram materiais para revestimento e mobílias para renovar a chácara:

⁷⁷ Para um panorama do urbanismo e da arquitetura pelotense no século XX, ver Gutierrez e Gonsales (2014, p. 516-539).

O ecletismo está a pleno vapor, não apenas na preocupação formal dos detalhes da fachada como também no mobiliário e em peças de uso, em que encontramos o *art nouveau* fazendo-se presente, com suas curvas femininas e sensuais, decorando e criando um novo espaço (VERÍSSIMO; BITTAR, 1999, p.66).

As despesas em Pelotas eram atendidas à distância. A área externa também recebia atenção, com a plantação de cem pés de árvores frutíferas e eucaliptos. Conforme demonstrado na figura 53, diversos trabalhos foram executados, até abril de 1923, quando ocorreu o casamento de Zilda AM e Carlos Florêncio de Abreu e Silva, em Pelotas:

Reforma/Manutenção da casa		
Data	Descrição	Valor
1920	[Rio de Janeiro]	
01/01/1920	Azulejos comprados no RJ para escritório e corredor	1.242.500
19/01/1920	Pago ao pintor Gustavo por pinturas diversas na chácara	369.800
05/02/1920	Vidraceiro	49.000
01/03/1920	Azulejos para o escritório [RJ]	405.000
01/04/1920	Pago ao pintor Gustavo Peters por pinturas diversas na chácara	367.000
11/04/1920	Vidros colocados na porta do centro do para-vento	95.000
31/05/1920	Tintas remetidas para pinturas na chácara [do RJ]	151.400
1921		
31/01/1921	Reforma da ala direita da casa, conferido ao trabalho de pintores, pedreiros, carpinteiros e decoradores	14.630.700
28/02/1921	1 motor Delco-Light	4.750.000
28/02/1921	Instalação completa da luz elétrica, com lustres, lâmpadas	4.180.400
30/04/1921	Importância da reforma das janelas do passadiço com peitoris de mármore e vidros ingleses	3.096.380
1922		
31/01/1922	Reforma da ala esquerda da casa, com cozinha nova, passadiços, correr de quartos no pátio e mais benfeitorias, como sejam, esgotos, encanamentos d'água, quarto de banho completo (adquirido do Rio)	51.796.950
05/03/1922	Pago ao pintor Gustavo	105.500
21/03/1922	Encerado da sala de visitas	204.000
30/04/1922	Pago a Rodrigues por trabalhos na chácara	1.212.800
1923		
07/03/1923	Retoque na pintura da sala azul	45.000
30/04/1923	Pintura da sala de jantar gradil e pilares	825.440
04/05/1923	Artigos para a iluminação elétrica	130.000
05/05/1923	Conserto do motor elétrico	60.000
30/06/1923	Pago ao Rodrigues por trabalhos de carpinteiro e pedreiro feitos aqui na chácara	1.075.000

Figura 53 - Excerto da Planilha de Levantamento dos Livros de Contas - 01/01/1920 a 30/06/1923. Fonte: Acervo MB. Livro nº 8. MMPB nº 1730. Autoria: MONTONE; SILVA, 2016.

A casa também se enfeitou com novos móveis, tecidos e quadros (Figura 54):

Aquisição de mobiliário/Decoração		
Data	Descrição	Valor
1919		
28/02/1919	Mesa de vime	5.000
23/03/1919	1 mesa de vime	3.000
01/05/1919	Quadros comprados ao pintor Leopoldo Gotuzzo [não constam do acervo]	400.000
11/12/1919	Mobília de hall, constando de 15 peças <i>laqué</i> [RJ]	1.700.000
11/12/1919	Mobília para área, idem, 8 peças [RJ]	250.000
1920	[Rio de Janeiro]	
08/01/1920	Frete da mobília do hall e da área [RJ]	537.400
11/04/1920	Espelhos para o hall	120.000
13/04/1920	Berliques [mesmo que berloque] para as cortinas do hall	28.250
1921		
01/02/1921	1 quadro do pintor Trebbi [não consta do acervo]	60.000
1922		
09/06/1922	3 cadeiras de vime	34.000
1923		
26/03/1923	Crepon floreado para cortinas da sala dos pianos	120.000
26/03/1923	1 par de cortinas para o meu toailete	135.000
28/03/1923	2 espelhos para a sala rosa	400.000
28/03/1923	Gregas e franjas para a mobília do toailete	12.500
01/04/1923	Cortinas para a sala de jantar	488.000
30/04/1923	Mobiliário para sala rosa	6.440.600

Figura 54 - Excerto da Planilha de Levantamento dos Livros de Contas - 28/02/1919 a 30/04/1923.
Fonte: Acervo MB. Livro nº 8. MMPB nº 1730. Autoria: MONTONE; SILVA, 2016.

Seguidamente, reformaram-se os móveis. Em março e abril de 1923, Sinhá anotou gastos que incluíram a antiga mobília da baronesa Amélia (Figura 55):

Reforma/Manutenção/Mobiliário		
Data	Descrição	Valor
1923		
10/03/1923	Reforma de 2 guarda pratos	800.000
10/03/1923	idem, na <i>étagère</i> da sala de jantar [estante]	50.000
23/03/1923	Reforma nos móveis do meu toilet (estofado)	200.000
01/04/1923	Reforma na mobília do quarto de mamãe	660.000

Figura 55 - Excerto da Planilha de Levantamento dos Livros de Contas - 10/03/1923 a 01/04/1923.
Fonte: Acervo MB. Livro nº 8. MMPB nº 1730. Autoria: MONTONE; SILVA, 2016.

Nos anos seguintes, houve ainda várias intervenções para melhorias e embelezamento da propriedade, entre elas, a reforma da sala de almoço e colocação de azulejos, no início de 1929; a “instalação de água corrente na chácara”, em fevereiro de 1931; o pagamento da planta e ligação da Light, em janeiro de 1936. Mesmo quando a família estava fora, havia pagamentos de empregados, de serviços, de impostos, de água e de luz, ou compras destinadas a Pelotas.

Na análise das fotografias, das imagens do filme Ângela, das entrevistas e do prédio do museu, foi possível reconhecer os objetos ou espaços relacionados nos cadernos de contas. Para melhor visualização, organizou-se uma planta com a indicação dos locais citados por Sinhá e, na sequência, fez-se uma associação com as imagens e informações estudadas. A nomenclatura utilizada para os ambientes embasou-se, também, em um manuscrito produzido por ela, com os nomes e medidas dos mesmos (Figura 56).

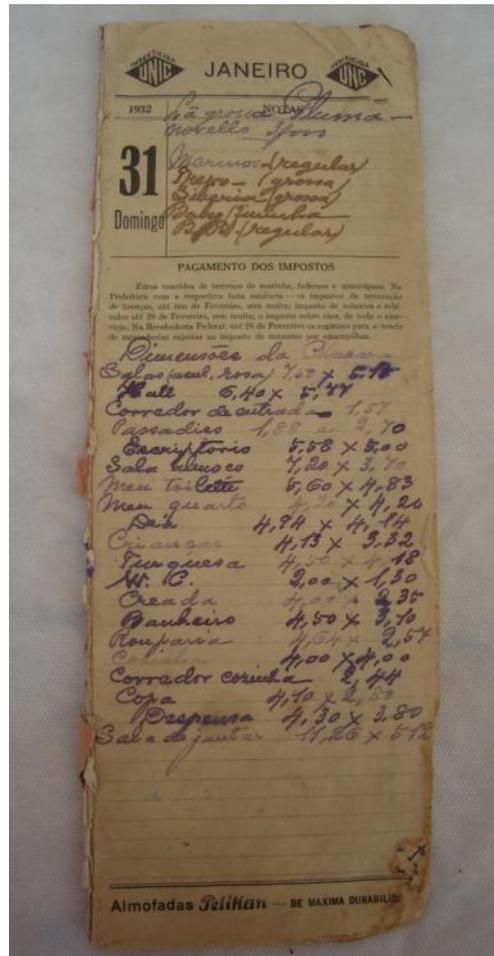


Figura 56 – Relação dos ambientes da residência, com medidas, feita por Dona Sinhá. Fonte: Acervo MMPB nº 1475.

- Com relação à compra de azulejos para o escritório, pelas medidas do cômodo e o revestimento remanescente, deduziu-se que o hall fosse usado como escritório. Sua proximidade com a entrada da casa pode ter propiciado este uso. Os painéis foram dispostos em meia-parede, decorados com a técnica de decalcomania. O conjunto floral formava-se com cinco peças, apresentando barra, friso e rodapé (Figura 58). A origem de sua produção não foi encontrada (YUNES,1995; BACHETTINI,1995).

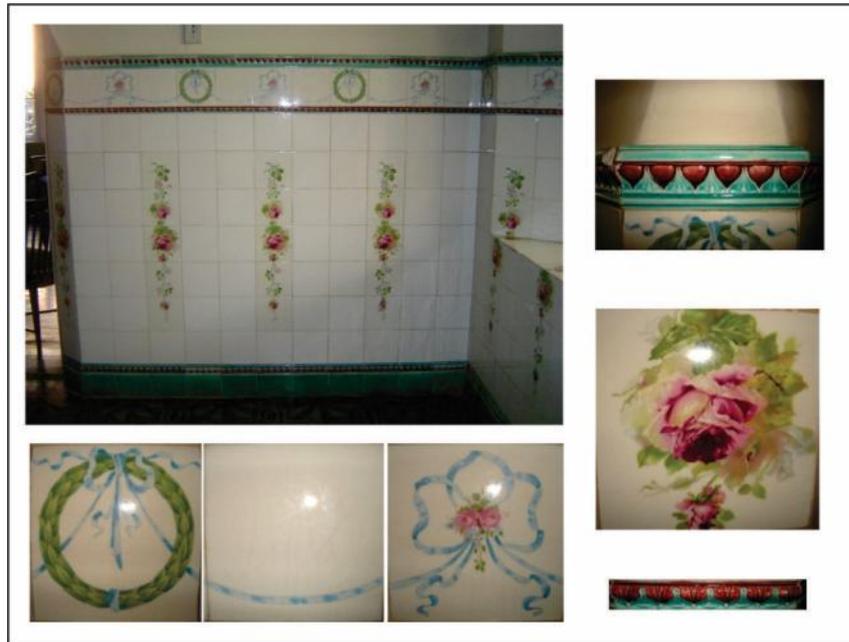


Figura 58 – Azulejos Escritório/Hall. Sem data. Acervo da autora.

- Os azulejos para o corredor de entrada formaram painéis em meia-parede com motivo floral, no estilo *art nouveau*. De origem inglesa, a peça era produzida em relevo prensado (Figura 59). Faziam conjunto a barra, o friso e o rodapé, na mesma técnica de produção (YUNES,1995; BACHETTINI,1995).

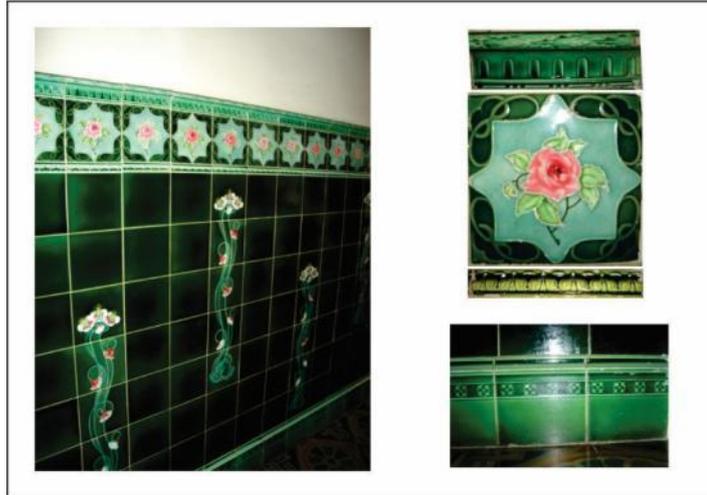


Figura 59 – Azulejos do corredor de entrada. Sem data. Acervo da autora.

- O para-vento estava localizado no corredor de entrada, bloqueando o acesso às salas de visita e oferecendo privacidade. Foi possível reconhecê-lo numa cena do filme *Ângela*. A imagem sugeriu uma ornamentação *art nouveau* e vidros quadriculados coloridos, com trabalho em relevo (Figura 60):



Figura 60 – Imagem do para-vento, no corredor de entrada da residência principal, da Chácara da Baronesa, Pelotas, RS. Fonte: Filme *Ângela*, 1951. Companhia Cinematográfica Vera Cruz

- A reforma da ala direita da casa compreendeu o setor íntimo da morada, onde se situavam os quartos, o toailete e a sala rosa. As portas entre os ambientes, retiradas para a transformação em museu, foram “recolocadas” na planta baixa.

Outra cena do mesmo filme mostrou o corredor/passadiço e a abertura do último quarto, com porta. Na mesma imagem identificou-se o ladrilho, ainda existente, e as paredes escarioladas, deterioradas com o tempo e a umidade (Figura 61).



Figura 61 – Fotografia de cena do filme *Ângela*. Detalhe do revestimento do piso – ladrilho hidráulico. Ano: 1951. Autor desconhecido. Fonte: Banco de Conteúdos Culturais da Cinemateca Brasileira - filme *Ângela*. Código FB_0562_029.

- As janelas do “passadiço” - referência de Sinhá ao corredor no entorno do algibe - com peitoris de mármore e vidros ingleses aparecem na foto de Magali A.M. Aranha, aproximadamente do final da década de 1950 (Figura 62):



Figura 62 – Detalhe das janelas do algibe. Autor: n/i. Ano: aprox. década de 1950. Fonte: acervo particular de Magali AM Aranha.

- A reforma da ala esquerda deve ter sido o momento em que, na cozinha, foram instaladas as pias de mármore, os ladrilhos hidráulicos e os azulejos brancos, ainda existentes (Figura 63); no quarto de banho, os únicos remanescentes foram os azulejos ingleses, em relevo prensado, com motivos florais, friso e barra superior, aplicados como arremate da meia-parede com azulejos brancos - na década de 1990, o espaço foi reformado (Figura 64):



Figura 63 – Azulejos do setor da cozinha e piso de ladrilho hidráulico. Sem data. Fonte Acervo da autora.



Figura 64 – Azulejos do quarto de banho. Sem data. Acervo da autora.

- Ainda na ala esquerda, houve a construção, ou reforma, de dois quartos para empregados nos fundos da chácara. Depois de transformada em museu, esta parte da casa foi dividida em duas grandes salas, que assumiram diferentes funções ao longo do tempo (Figura 65). Um dos depoimentos de Magali Aranha trouxe memórias associadas às pessoas que habitavam este setor da morada, entre 1950 e 1960 (informação verbal)⁷⁸:

[...] olhando da copa, os dois da esquerda eram do Sr. Henrique (que não trabalhava na chácara) e sua esposa, Helena Ludwig (os dois alemães de nascença), copeira, que fazia tortas e bolos maravilhosos. Mais à direita, o quarto de D. Arminda (cozinheira) e da neta, Yolanda (arrumadeira).

⁷⁸ Depoimento fornecido à pesquisadora por email, em 16 de setembro de 2015.

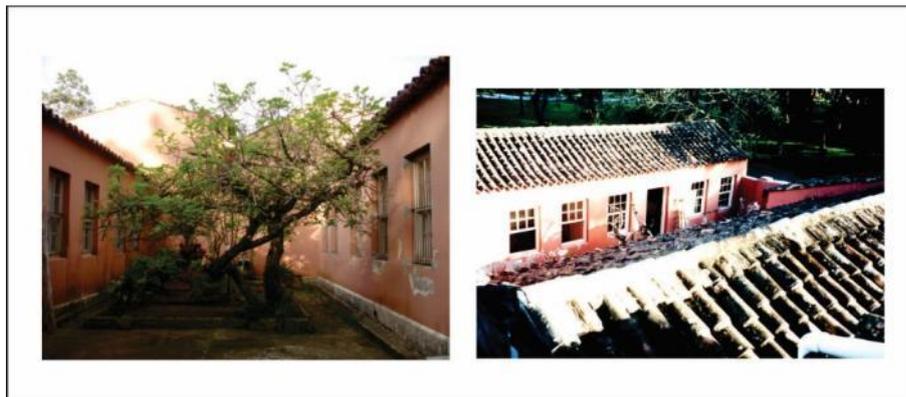


Figura 65 – À esquerda, vista atual do pátio dos fundos da casa, com os antigos quartos à direita; na foto à direita, vista superior do mesmo local. Ano: sem data. Autor: não identificado. Fonte: acervo administrativo do MB.

- Em 1928, foram comprados os azulejos da sala de almoço e, em 1929, a execução do trabalho de reforma ficou a cargo de João Rodrigues, ou Rodrigues & Cia. O revestimento também foi colocado em meia-parede, com barra, friso e rodapé, fabricado em relevo prensado (Figura 66). As peças, com holandesas e originárias da Alemanha, eram da marca Grohn (YUNES,1995; BACHETTINI,1995).

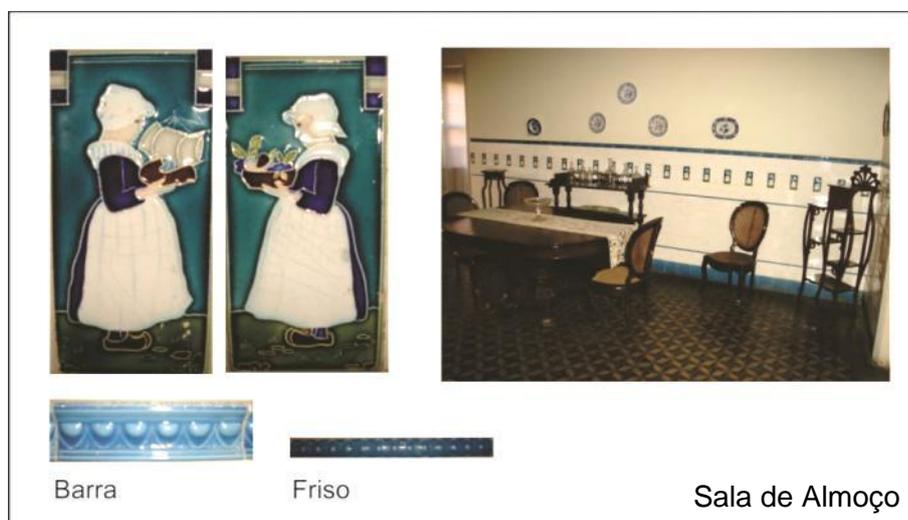


Figura 66 – Fotografia com detalhe dos azulejos da sala de almoço. Sem data. Acervo da autora.

Um dos acessos ao alpendre se dava através deste cômodo, por meio de uma porta. Era uma forma de atender mais facilmente a sala de jantar. As janelas apresentavam vidros pequenos, como aquelas do algibe. No lado esquerdo, da figura 67, notou-se uma das folhas da porta e as vidraças, ao fundo.



Figura 67 – Recorte de jornal, com detalhes das esquadrias da sala de almoço. Aprox. década de 1960. Fonte: documentos administrativos do MB.

Entre as fotografias do álbum de Zilda AM, uma guardou vários detalhes do alpendre, como a porta para a sala de almoço, o piso tomando a maior parte do pátio, a pintura mural ao fundo e uma grande hortênsia à esquerda (Figura 68).

Em torno dos anos 1950 e 1960, esta porta, segundo Magali Aranha, era a mais usada para entrar na morada (informação verbal)⁷⁹:

[...] na entrada entre a casa e o salão de jantar [...] Aquela era a entrada que todos nós usávamos [...] Nunca entendi o porquê de terem eliminado a porta que nós usávamos (e como não havia mais azulejos de holandesinhas, botaram um armário tapando [...]).

⁷⁹ Depoimento fornecido à pesquisadora por email, em 08 de outubro de 2015.



Figura 68 – Fotografia feita na entrada do alpendre da Chácara da Baronesa, Pelotas, RS. À esquerda, Zilda, D. Sinhá e Déa, duas pessoas não identificadas e Lourival AM, à direita. Fonte: acervo MMPB - álbum de fotografias de Zilda AM (Abreu e Silva). Autor: não identificado. Ano: 1917.

A planta anterior, figura 57, mostrou um compartimento que era o “quarto da Clara”, que depois se modificou. Clara foi babá de Déa, citada nos cadernos de contas - Pelotas, desde 1909, pelo menos uma centena de vezes. Em 1946, Gustavo Peters pintou o forro de seu quarto⁸⁰. Ela habitou o local até falecer, aproximadamente na década de 1960. Essa informação ficou bem nítida entre as memórias de Magali Aranha (informação verbal)⁸¹: “[...] não tive ocasião de perguntar como está o banheiro que foi feito depois que a babá da Déa faleceu (D. Clara, que chamávamos de Cacá); é a peça que está fechada, no sentido perpendicular aos quartos”.

As lembranças da neta de Sinhá e Lourival, vividas na Chácara da Baronesa, elencaram muitos trabalhadores que cuidaram da casa e da família AM. Ela também conheceu o “Seu João”, que havia trabalhado como jardineiro, mas já tinha muita idade. Ele se encarregava de encilhar os cavalos, que eram uma das diversões do lugar. Magali supôs que ele tivesse um quarto junto ao galpão, passando a sala de jantar. Mais adiante, era um rapaz, chamado Alencar, que auxiliava os jovens nesta tarefa⁸². Desses tempos, ficou uma recordação na forma

⁸⁰ Recibo manuscrito com especificação dos serviços executados. Acervo MMPB nº 2578.

⁸¹ Depoimento fornecido à pesquisadora por email, em 16 de setembro de 2015.

⁸² Depoimento fornecido à pesquisadora por email, em 08 de outubro de 2015.

de uma fotografia (Figura 69). Sobre o galpão, ou as cocheiras, Zilda também fez comentários na entrevista apresentada anteriormente no texto.



Figura 69 – Fotografia na Chácara da Baronesa, Pelotas, RS. Magali Antunes Maciel e o empregado Alencar. Ano: aprox. década de 1950. Fonte: acervo particular de Magali AM Aranha.

Os detalhes do prédio e do seu uso, elencados até o momento, responderam, no todo ou em parte, as perguntas biográficas propostas na pesquisa. Cada fonte percorreu um determinado tempo. O acervo de fotografias de Magali possibilitou a visualização de uma parte sua narrativa.

Pelo trecho da entrevista transcrita em 2001, quando ela visitou o Museu da Baronesa, observou-se a confusão que algumas das modificações causaram para o entendimento de como o antigo casarão funcionava:

Magali: É..., como a gente fica desorientada quando tiram as coisas.

Carla: Aqui é o salão, aqui são as casas dos empregados.

Magali: O galpão vinha para fora.

Geza: Era de madeira?

Magali: Não, o galpão era um negócio aberto, a gente chamava de galpão, tinha umas colunas e devia ter, por que o galpão, a gente só vinha mesmo para pegar os cavalos e tudo.

Carla: Vinha pegar os arreios?

Magali: É devia ter essas coisas, mas aqui tudo era aberto só tinha o lugar das colunas. Tinha uma sacadinha, eu não sei como é que está não reparei agora, ainda tem uma gradezinha assim?

Carla: Onde? Não, não tem, eu vi nas fotos de antes da restauração e existiu um gradil aqui na frente, mas isso já não existe mais.

Magali: Eu até tirei fotos com meus filhos defronte quando eu tirei com a minha irmã. Ali tinham dois banquinhos que vovô e vovó ficavam muito sentados, sabe.

A questão da identificação do galpão foi resolvida por fotografias do final da década de 1970, mas acessadas recentemente, como nesta vista aérea (Figura 70):



Figura 70 – Fotografia aérea da Chácara da Baronesa, Pelotas, RS. Ano: década de 1970. Fonte: documentos administrativos do MB.

A imagem da figura 71, mostrou a fachada principal da sala de jantar, onde existia uma escada com gradil, que dava acesso à entrada, por uma porta central:



Figura 71 – Frente da sala de jantar. Chácara da Baronesa. Ano: aprox. 1941. Fonte: acervo particular de Magali AM Aranha.

E os dois banquinhos foram registrados na frente da casa (Figura 72):

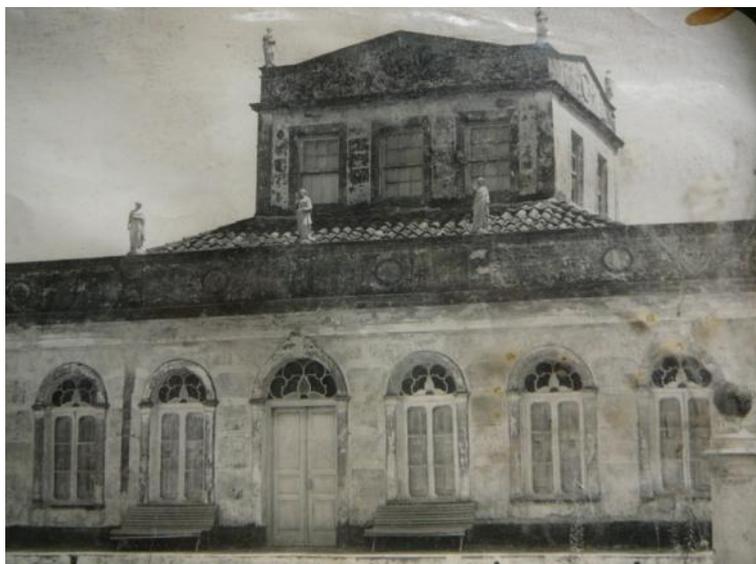


Figura 72 – Antiga fachada da residência principal da Chácara da Baronesa. Ano: aprox. 1941. Fonte: acervo particular de Magali AM Aranha.

A organização dos gastos, feita por Sinhá, deu conta de valiosas informações sobre o uso da chácara, mesmo que por vezes de forma resumida. Elas revelaram os nomes dos ambientes, os problemas recorrentes da edificação, a origem de alguns materiais utilizados, os custos, os móveis existentes e onde ficavam na distribuição da casa. Os quartos mudaram de dono, viraram salas, ou salas passaram a quartos, para receber os netos e bisnetos dos barões.

Da mesma importância, foi o conhecimento de nomes e/ou funções dos trabalhadores, tanto assalariados quanto autônomos, na sequência da vida do lugar, alguns elencados anteriormente no texto. O levantamento indicou, por exemplo, que o pintor Gustavo Adolpho Peters executou serviços onze vezes, entre 1918 e 1946; João Rodrigues, cinco vezes como carpinteiro e pedreiro, entre 1922 e 1937; e Eric Ludwig⁸³, também, em cinco ocasiões, realizou tarefas diversas, incluindo limpeza e instalação de um sanitário para os empregados, entre 1939 e 1946.

De 1921 a 1946, Sinhá e Lourival, sempre acompanhados pelo menos da filha mais moça, Déa, fizeram o trajeto Rio de Janeiro/Pelotas dezessete vezes. Até 1930, as viagens ao sul eram anuais e as estadas duravam de quatro a oito meses,

⁸³ Talvez, pelo sobrenome, este fosse o “Sr. Henrique”, marido de Helena, citada por Magali Aranha, que consta dos livros de despesa como caseira e copeira.

Esta data encerrou outra fase em que a “casa” cumpriu seu papel de objeto portador de memória, sobrevivendo aos seus moradores. A “velha senhora” ainda estava aos cuidados de sua terceira proprietária. Sinhá já contava com mais de oitenta anos, mas junto aos filhos e netos, as viagens ao sul possivelmente continuaram.

No acervo do MB, encontraram-se manuscritos, da década de 1960, que indicaram o prosseguimento de serviços de toda ordem para preservação da moradia, sobretudo instalações elétricas, de água, esgoto e consertos no telhado. Constavam, ainda, pagamentos de taxas e impostos. Conforme correspondências datilografadas, presentes no acervo do MB, entre 1964 e 1966, dois primos, residentes em Pelotas, auxiliavam a família na organização das contas da chácara⁸⁴.

Em 1966, fechou-se mais um ciclo, desta vez com a falta de Amélia Annibal, falecida em junho, no Rio de Janeiro, aos noventa e sete anos. A cada etapa, a casa definiu-se como objeto/espaco evocador de memórias conectadas às experiências ali vividas, “marco espacial familiar”, lembrando Halbwachs (2004). Até esta data, o contexto que mais influenciou a construção da biografia da forma de morar estudada foi a convivência familiar e de seus trabalhadores. O “objeto” atuou, de acordo com o que definiu Turgeon (2007), na criação desses vínculos sociais.

Neste mesmo ano, em setembro, Déa solicitava ao primo, Osmy Maciel Ribas⁸⁵, um orçamento para consertar a instalação de água da chácara, pois pretendiam estar em Pelotas no mês de novembro - ela e, provavelmente, a família de seu irmão Rubens, mencionado na missiva (Carta de Déa AM. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1966. MMPB nº 1386).

⁸⁴ Acervo do MB: MMPB nº 1346 a MMPB nº 1375.

⁸⁵ Osmy Maciel Ribas era filho de Alzira Maciel Ribas, irmã de Sinhá.

5 Do privado ao público, uma chácara que virou museu. 1966-1985

Após quase cinquenta anos, a Chácara da Baronesa estava, mais uma vez, passando por um estágio de “distribuição” e seu destino dependeria das decisões tomadas pelos seis herdeiros. Delmar, falecido em 1952, era representado por seus quatro filhos.

Por intermédio de cartas trocadas pelos filhos de Dona Sinhá, entre 1967 e 1971, percebeu-se o dilema que sua morte provocou. Este foi o momento em que a chácara se transformou em mercadoria, antevendo uma mudança de categoria e um novo significado. A questão da circulação ou movimento do objeto, colocado por Apaddurai (2008), poderia literalmente acontecer, na forma de um processo de mercantilização.

Neste ponto, uma das perguntas sugeridas por Kopytoff (2008, p. 92) fez muito sentido: “Como mudam os usos da coisa conforme ela fica mais velha, e o que lhe acontece quando a sua utilidade chega ao fim?”. No caso específico da biografia da chácara seria: Por que foi transformada em museu? Como e quando isso aconteceu? Com que intenção?

5.1 De herança a mercadoria. 1966-1978

Os irmãos e sobrinhos buscavam uma maneira de dispor da área em seis partes iguais, em um curto espaço de tempo, mas, pela leitura das missivas, notou-se que enfrentavam dificuldades para conciliar valores e possíveis compradores, em um mercado imobiliário pouco propício para um negócio do porte pretendido⁸⁶. Outro obstáculo para a venda tornar-se atrativa era a necessidade de desmembrar o terreno em lotes menores e urbanizá-los, por exemplo. Ao mesmo tempo, os

⁸⁶ Cartas trocadas entre os filhos e netos de Dona Sinhá. Acervo MB: MMPB nº 1376 a MMPB nº1391 e MMPB nº 1344.

vínculos afetivos, relacionados à casa e seu entorno imediato, tornavam mais difícil uma opção que levasse ao seu desaparecimento.

O jornal **Diário Popular**, de julho de 1968⁸⁷, trouxe uma reportagem intitulada “*Baronesa*”, *uma viagem ao passado* (Figura 74). Na introdução do texto surgiam as diferentes denominações do local, como Parque Annibal, Chácara da Baronesa (ou sítio) e Castelo da Baronesa. Com relação aos herdeiros, havia um depoimento de Déa AM: “[...] nós não nos desfizemos dele por uma questão de sentimentalismo. Tem valor histórico. É como um objeto de estimação”.

Ela achava que o casarão seria mantido, mas que a família ainda não tinha um ponto de vista formado sobre o assunto. Por outro lado, o texto do periódico chamava a atenção sobre rumores referentes ao loteamento da área e a consequente demolição do já considerado “monumento histórico”. Além de uma pequena história e descrição externa e interna do local, havia o posicionamento da Prefeitura:

Por seu turno, a Prefeitura de Pelotas enquadrou o Castelo da Baronesa como “equipamento social” dentro de seu Plano Diretor⁸⁸, a título de “recreação de valores culturais e relacionado também sob o aspecto paisagístico”.

No capítulo diz textualmente: “Recomenda-se o estabelecimento de convênio entre a Administração Municipal e seus proprietários, no sentido de proporcionar a estudantes e população em geral, a possibilidade de visita a este patrimônio artístico da cidade”.

⁸⁷ Jornal **Diário Popular**, de 07/07/1968, 2º caderno, p. 5. Acervo MB: MMPB nº 2164.

⁸⁸ O Plano Diretor de 1968 (Lei 1.672/1968) instituiu um zoneamento e distribuição de equipamentos sociais. Segundo a lei, em princípio a previsão para criação de museus se limitava ao centro da cidade e não ao centro dos bairros. Sobre o desenvolvimento do plano urbanístico de Pelotas na segunda metade do século XX, ver a dissertação da arquiteta Roberta Santa Catharina (2012): **Ordenanças urbanas e ideia de cidade**: o primeiro e o segundo plano diretor de Pelotas e os temas de urbanismo do século XX.



Figura 74– Recorte de jornal intitulado “Baronesa”, uma viagem ao passado, *Diário Popular*, Pelotas, 07/07/1968. Fonte: acervo MMPB nº 2164.

A reportagem também destacou que a chácara era conhecida “pelo povo de nossa época”, porque sua última “moradora”, além de ter ali vivido quase cem anos, se destacava por acontecimentos sociais e pela filantropia. No final de 1917, Sinhá foi escolhida presidente da Cruz Vermelha Pelotense e, em seu mandato, a cidade ganhou sua primeira ambulância, conforme atestaram documentos do MB e a pesquisa de Débora Clasen de Paula (2008).

Além de promover festas para caridade, segundo as entrevistas de Zilda e Magali, na própria chácara havia constante distribuição de alimentos e auxílios em dinheiro. Ações desse gênero eram frequentes nas anotações dos livros de contas. Da mesma forma, agia a baronesa Amélia. Ao estudar suas cartas, Paula (2008, p.64) tratou deste viés humanitário, como uma das características da família AM:

Estava assegurada, desta forma, a permanência, através das gerações, do prestígio familiar sustentado, localmente, não só através do envolvimento político dos homens da família, mas também pelas mulheres que participavam ativamente da vida social da cidade.

Optou-se por mostrar este aspecto da vida das antigas proprietárias da casa, neste contexto do trabalho, com intuito de reforçar e justificar a forte identificação do lugar com mãe e filha, a ponto de, ao longo do tempo, a denominação “Baronesa” se sobrepor àquela dos primeiros tempos, “Parque Annibal”⁸⁹.

A conjuntura em que a chácara estava inserida, no período em questão, levou ao debate proposto por Miller (2013), com relação às implicações criadas pelo objeto “casa”: interesses da municipalidade, plano de urbanização vigente, legislação preservacionista, opções e interesse do mercado imobiliário, diversos proprietários, etc.

Os herdeiros se comunicavam pessoalmente, em reuniões familiares, mas por motivos distintos muitas vezes suas deliberações foram definidas por meio de cartas. Uma delas, escrita por Mozart AM, em 1967, dirigida ao seu irmão, Rubens AM, demonstrou pontos de vista bem pragmáticos, referentes aos custos do inventário e respectivos impostos, à necessidade de projeto para um possível loteamento, à administração da venda dos terrenos resultantes do mesmo e à “Casa”, que restaria com uma pequena área na sua volta (de acordo com esboço da divisão em lotes citado na missiva).

Segundo ele, a residência não deveria ser posta à venda, mas entregue para Déa, que dentre os irmãos era a mais desimpedida de compromissos familiares e isto, igualmente, resolveria o lado afetivo da situação como um todo. A descrição, a seguir, confirmou o suposto estado de declínio do imóvel:

Devemos, então, cogitar da sua venda? Acho que não, pois a construção está visivelmente gasta, decrépita, demandando obras custosas para sua mera conservação - o que afastaria eventuais pretendentes.

Mas também, nós não estamos em condições de restaurá-la, mantê-la e nela morar, intermitentemente, para incutir-lhe vida.

Dada a afeição que nos prende a essa Casa, bêmço de nós todos, poderíamos entregá-la a Déa, que é a única livre de obrigações de filhos, e que tem tempo, gôsto e recursos para preservá-la. Financeiramente, estaríamos lhe dando mais despesas que vantágens; mas sentimentalmente todos lucramos, além de servirmos à tradição do nosso nome (Carta de Mozart A.M. dirigida a Rubens A.M. Rio de Janeiro, 25 de abril de 1967. MMPB nº 1391).

Tudo que sobrasse no interior da morada poderia, também, ser entregue à Déa, pois eram móveis muito usados e sem compatibilidade com “os reduzidos espaços das novas habitações”. Conforme o texto da carta, com exceção do busto

⁸⁹ Outros desdobramentos e análises sociológicas e antropológicas, que o tema da beneficência poderia suscitar, não foram alvo desta pesquisa.

do barão, que permanecia na casa, os objetos de valor foram partilhados em vida, por Dona Sinhá.

Buscava-se uma alternativa para a manutenção do significado e função da residência principal, mas, em 1970, a imprensa divulgou um texto quase nos mesmos termos daquele comentado anteriormente. O “Castelo da Baronesa” continuava à venda (Figura 75). A novidade era uma proposição do Conselho Municipal de Turismo à Prefeitura (Conturpel):

Além de ressaltar a importância histórica desse prédio secular que serve também de atração paisagística e cultural, sugere o Presidente do Conturpel a conveniência de naquele local ser instalado o Museu de Pelotas. Quanto ao sítio, através de cuidados especiais, poderia ser transformado num magnífico parque, que seria incluído no guia turístico da cidade.



Figura 75 – Recorte de jornal intitulado *Qual será o fim do Castelo da Baronesa?*, *Diário Popular*, Pelotas, 25/11/1970. Fonte: acervo MMPB nº 2163.

Em seis de maio de 1971, por meio de uma missiva, Déa pedia a Rubens, em memória de Sinhá Amelinha, que aceitasse sua ideia de abrir mão da propriedade, em favor dele e de Mozart. Segundo suas palavras, os dois irmãos eram aqueles que tinham “real amor” ao lugar. Mas havia a condição de que, enquanto ela vivesse, a chácara não fosse negociada. Supôs-se que a intenção não foi bem aceita, pois no texto ela explicou os seus motivos:

[...] A cláusula que pedi, que enquanto eu vivesse a casa não fosse vendida, é porque Filhinha contou-me, que mamãe havia dito a D. Eulália [costureira da baronesa e de Sinhá, por muitos anos] a chácara nunca deverá ser vendida, pois assim alguém da família que precise, nela encontrará um refúgio. [...]

Pelo conteúdo da mesma carta, entendeu-se que nenhuma negociação entre os familiares havia se efetivado, pois Déa ainda sugeria que Rubens comprasse as partes de Zilda, Lourival (Lóca) e dos filhos de Delmar (Carta de Déa A.M. Pelotas, 06 de maio de 1971. MMPB nº 1344).

Em meio às expectativas de solução para o impasse, em 1972, houve um pedido de tombamento da edificação junto ao IPHAN, identificando a chácara como “Casa à Av. Domingos de Almeida (Castelo da Baronesa)”⁹⁰.

Pelo que se pôde perceber, na leitura das correspondências deste período, para os três irmãos, pelo menos, a Chácara da Baronesa havia se transformado em objeto de memória, com sentido de continuidade, imortalidade, homenagem aos antepassados e, sobretudo, ainda num sentido de abrigo. A situação não mudou até a morte de Déa AM, em 1974.

No ano seguinte, Leopoldo AM, filho mais velho de Rubens, comprou a metade da chácara, referente aos quinhões de Zilda, Lourival e filhos de Delmar.

Depois disso, em 1976, na certidão do Registro de Imóveis⁹¹, constavam, como proprietários da chácara, o espólio de Déa AM (1/6), Rubens AM (1/6), Mozart AM e sua esposa (1/6) e Leopoldo AM (3/6). No mesmo documento, verificou-se que Rubens comprou o espólio. As três partes, compondo o total do Parque Annibal, foram incorporadas ao capital da empresa “*Chácara da Baroneza Empreendimentos Imobiliários Ltda.*”, associando-se a Oswaldo AM, também filho de Rubens, fato que sinalizou a intenção de explorar a área com a venda de lotes.

As tratativas com a Prefeitura deram frutos, pois, em dezembro de 1977, o então prefeito Irajá Andara Rodrigues foi autorizado, por lei, a receber a doação do terreno e das edificações nele existentes⁹².

⁹⁰ Informação localizada na “Lista de bens tombados e processos em andamento (1938-2018)”, disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_bens_tombados_processos_andamento_2018>. Acesso em: 15 abr.2018.

⁹¹ Foram consultadas as cópias dos documentos cartoriais disponíveis no MB.

⁹² O prefeito Irajá Andara Rodrigues, em seu mandato de 1977 a 1982, foi autorizado a receber a doação através das Leis 2.386 e 2.391, ambas de dezembro de 1977. Disponível em: <<http://www2.pelotas.com.br/transparencia/informacoespublicas/execucao/legislacao/index.php>>.

Este foi, também, o ano do tombamento pelo IPHAN, do conjunto arquitetônico formado por três palacetes localizados na Praça Coronel Pedro Osório⁹³, em Pelotas (Figura 76), que pertenceram aos primos do Barão de Três Serros: Conselheiro Francisco AM (casarão nº 8), Leopoldo AM – Barão de São Luís (casarão nº 6) e, o terceiro, da família Maciel Moreira (casarão nº 2)⁹⁴. O ambiente preservacionista, nos âmbitos federal e estadual, impactava, por sua vez, o municipal⁹⁵. No primeiro governo de Irajá Rodrigues, foi desapropriada a mencionada casa nº 2, da dita praça (DIAS, 2009).



Figura 76 – Imagem – em primeiro plano à direita, vista da fachada dos três palacetes tutelados pelo IPHAN, localizados na Praça Coronel Pedro Osório, Pelotas, RS. Aprox. década de 1880. Autor desconhecido. Fonte: acervo MMPB nº 2160.

Por fim, em julho de 1978, a empresa citada, representando os interesses da família AM, acordou a transferência de parte da chácara à Prefeitura de Pelotas. As condições para efetivação do ato foram registradas em Escritura Pública. O município deveria cumprir o seguinte, em relação à área e prédio: uso exclusivo

⁹³ Estes registros encontram-se nos livros Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sob o nº 070, e no Livro de Belas Artes, sob o nº 526. Tombamento do conjunto arquitetônico, em dezembro de 1977, processo 925. Disponível em: <portal.iphan.gov.br>.

⁹⁴ Foi propriedade de Alfredo Gonçalves Moreira, filho de José Antônio Moreira (Barão de Butuy) com sua segunda esposa Leonídia. Alfredo foi casado com Flora Mercedes Antunes Maciel, poeta e musicista, filha de Eliseu Antunes Maciel e Leopoldina da Rosa. Flora Mercedes era irmã de Francisco, Leopoldo e Lourival AM, esposo de Dona Sinhá (GUTIERREZ, 2010, p. 47-48).

⁹⁵ Neste contexto, o aparato legislativo do período foi amplamente analisado por Renato Duro Dias (2009), na dissertação intitulada **Um olhar jurídico-multidisciplinar sobre a preservação do patrimônio cultural edificado na cidade de Pelotas**.

como Parque Público; restauração do edifício principal; desapropriação de imóveis existentes na Av. Domingos de Almeida; afetação do imóvel, tornando-o de uso público, com a denominação de “*Parque da Baroneza de Três Serros*”, e esclarecia que os usos das edificações não fossem incompatíveis com a finalidade do local; eventuais tapumes não poderiam impedir a visibilidade do parque pela parte externa; abrir uma rua, urbanizada, na lateral e nos fundos do parque, de maneira a contorná-lo; o projeto, a contratação das obras e a conclusão das mesmas, deveriam ser concluídos em quatro anos.

O referido documento não mencionou a criação de um museu⁹⁶, contudo, a imprensa havia destacado esta ideia. Na esfera municipal, o prefeito Irajá aparelhava o setor cultural, com a criação, em 1977, da Fundação Municipal Museu de Pelotas (Lei nº 2.365), com a “finalidade de formar e preservar um acervo de bens de valor cultural, para exposição ao público”. Em 1980, a denominação passava para Fundação Cultural de Pelotas – FUNPEL (Lei nº 2602), com os mesmos objetivos, nesta ocasião, direcionados ao Museu Municipal Adail Bento Costa, na “casa nº 2”, e ao Museu Municipal do Parque da Baronesa (denominação dada por esta lei). A restauração, preservação e organização de atividades culturais do Teatro Sete de Abril e da Orquestra Sinfônica Municipal de Pelotas também eram responsabilidade da fundação. As duas iniciativas incluíram a participação de Adail Bento Costa⁹⁷ na sua diretoria, como cargo vitalício e sem remuneração, pois, além de atuar na preservação do patrimônio arquitetônico da cidade, pretendia organizar um museu com sua coleção de antiguidades.

Pelotas estava alinhada ao movimento cultural do estado. A partir dos anos 1980, no Rio Grande do Sul, especialmente em Porto Alegre, a cultura começou a ser tratada de maneira profissional e organizada. Até então, o trabalho nesta área era considerado um apêndice da educação. Nesse período, o setor deu os primeiros passos no sentido de institucionalizar-se, adquirindo autonomia jurídica, administrativa, financeira e recursos humanos para que pudesse cumprir seu papel (FRAGA, 2004).

⁹⁶ Esta informação foi incluída no Termo de Tombamento Municipal, de 1985: “urbanizar o parque e transformar a residência em museu”.

⁹⁷ Artista plástico e colecionador pelotense que atuou na preservação do patrimônio arquitetônico da cidade de Pelotas, falecido em 1980. Doou parte de sua coleção à Prefeitura de Pelotas, fato concretizado em 1982. Atualmente as peças estão em exposição no Museu da Baronesa e no Centro Cultural Adail Bento Costa, sede da Secretaria Municipal de Cultura (casa nº2).

Quanto à restauração do Parque da Baronesa de Três Serros, os recursos originaram-se do Projeto CURA (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada), lançado como uma expansão das atividades urbanas do Banco Nacional de Habitação (BNH), e era dirigido à ordenação do uso do solo urbano em uma área parcial das cidades, preenchendo vazios de sua ocupação, com a melhoria nos serviços de infraestrutura e alinhamento de possíveis desvios ocasionados pela especulação imobiliária (SANTA CATHARINA, 2012).

O **Diário Popular**, de 04 de julho de 1978, noticiou “*Baronesa*”, *recebida por doação, é agora, do patrimônio histórico*. A reportagem, entre outros detalhes, explicou como seria financiada a obra para recuperação da Chácara da Baronesa. A área enquadrada no CURA – Projeto Baronesa – seria o bairro Areal, com 784 hectares, e que na época apresentava potencial para dobrar a sua ocupação. Os recursos do BNH significariam melhoria e ampliação da infraestrutura e serviços básicos da região, estimulando o crescimento da construção. Neste projeto, que tornou viável a negociação como um todo, compreendiam-se os custos para revitalizar o novo parque do município e para aquisição do Teatro Sete de Abril, concretizada em 1979⁹⁸.

A área que permaneceu com a empresa da família AM foi acrescida de outros terrenos, loteada, comercializada e direcionada para construções de alto padrão (Figura 77).

⁹⁸ Recorte de página do jornal **Diário Popular**, Pelotas, 04 de julho de 1978, localizado no arquivo administrativo do MB.



Figura 77 – Fotografia do Residencial Chácara da Baronesa. Vista da esquina das Av. Ferreira Viana e Av. São Francisco de Paula, Pelotas, RS. Data aprox.: início da década de 1980. Fonte: Página Facebook - Pretérita Urbe: Pelotas, RS. Foto de Vitor Hugo Lautenschläger, postada em 08mai. 2016.

No Brasil, resumidamente, o caminho percorrido pelas políticas de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional se iniciou na década de 1930, alinhadas com interesses do Estado, em seus diferentes momentos. Nessa época, as políticas públicas se restringiam à proteção de bens de natureza material e que representavam a elite. De acordo com o amplo estudo de Maria Cecília Londres Fonseca (2005, p.105), essa mentalidade permeou a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1936/7, e do Decreto-lei nº 25/1937, que organizava a proteção do patrimônio histórico e artístico do país e garantia a atuação legal do Estado na questão da propriedade: “[...] O tombamento surgia, assim, como uma fórmula realista de compromisso entre o direito individual à propriedade e a defesa do interesse público pela preservação de valores culturais”.

Mário Chagas (2006, p.108) citou Joaquim de Arruda Falcão, advogado e doutor em educação, para esclarecer os critérios em processos de tombamento, entre 1938 e 1981, e seus componentes ideológicos:

A política federal de preservação do patrimônio histórico e artístico se reduziu praticamente à política da preservação arquitetônica do monumento de pedra e cal. O levantamento sobre a origem social do monumento tombado indica tratar-se de: a) monumento vinculado à experiência vitoriosa da etnia branca; b) monumento vinculado à experiência vitoriosa da religião católica; c) monumento vinculado à experiência vitoriosa do Estado

(palácios, fortes, fóruns, etc.) e na sociedade (sedes de grandes fazendas, sobrados urbanos, etc.) da elite política e econômica do país.

Nas décadas de 70 e 80, do século passado, vivia-se uma crise de legitimidade do regime militar, que levou à reformulação da política cultural vigente e à busca de novos sentidos para as noções de patrimônio e proteção, “[...] como *referência e bem cultural*. [...] Aos recortes clássicos da história e da arte preferiu-se a noção mais abrangente de *memória*” (FONSECA, 2005, p.215). Havia uma tendência em associar as questões culturais a áreas como o planejamento econômico, em que o governo se apresentava politicamente forte. Apesar das aparentes mudanças, a pesquisadora constatou que se mantinham as ideias nacionalistas dos anos 30 e 40:

Enfatizava-se o potencial dos bens culturais – noção considerada mais abrangente que a de patrimônio, identificada à cultura luso-brasileira e aos valores da classe dominante – como geradores de valor econômico e como indicadores para a elaboração de modelos de desenvolvimento adequados à realidade brasileira. Retomava-se, também, no contexto da política cultural, a temática do imperialismo e da dominação cultural dos países desenvolvidos [...] (FONSECA, 2005, p.215-216).

As mudanças foram gradativas e passaram por aprimoramento da legislação e de estruturas governamentais. Somente em 1988, com a Constituição Federal, se ampliaram os conceitos de patrimônio e de salvaguarda do mesmo, com a inclusão de termos como, por exemplo, “patrimônio cultural”, “material” e “imaterial”. Seu artigo 215 definiu que o Estado, além de garantir “a todos o pleno exercício dos direitos culturais”, passaria a incentivar “a valorização e a difusão das manifestações culturais”, com o dever de proteger “as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”. Sobre o que seria considerado “patrimônio cultural brasileiro”, a artigo 216 descreveu assim que

[...] constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
 I – as formas de expressão;
 II – os modos de criar, fazer e viver;
 III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
 IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
 V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Conforme se viu anteriormente por meio dos jornais, diversos setores da sociedade pelotense preocupavam-se com o destino da chácara e seus prédios, considerados “uma das grandes atrações da Pelotas dos tempos do Império e do início do século XX”, ou, ainda, “marcos na histórica viagem aos tempos imperiais”⁹⁹, imbuídos por um sentimento de exaltação a um passado glorioso. As expectativas se mostravam alinhadas às políticas patrimoniais da época, focadas na proteção da “pedra e cal”.

Segundo Dias (2009), a imprensa local noticiava, também, o temor de que o patrimônio cultural edificado fosse perdido em meio a espigões. Em 1978, estas preocupações, aliadas a um movimento organizado por professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) – Departamento do Rio Grande do Sul, resultaram na Carta de Pelotas¹⁰⁰. O principal objetivo do documento era chamar a atenção da coletividade e do Estado para a necessidade de um “sistema protetivo”, que resguardasse os bens culturais arquitetônicos.

O autor afirmou que a Carta de Pelotas foi uma “referência em termos de proteção e preservação ao patrimônio cultural edificado”. A partir dela, o Poder Público Municipal de Pelotas se mobilizou para criar, nesse mesmo ano, “uma norma específica sobre preservação patrimonial”, que, em 1980, influenciou o texto do II Plano Diretor de Pelotas¹⁰¹.

Este era o cenário. Desde então, as ações direcionadas à preservação patrimonial, que se desenvolveram ainda mais no início dos anos 2000, seriam um dos motes para alavancar as potencialidades turísticas do município.

A chácara vivenciou doze anos o estágio de “distribuição”, na condição de mercadoria. Foi realmente colocada à venda, mas por sua imponência e representação, nunca como um imóvel qualquer. Ainda enquanto um bem patrimonial privado agiu sobre seus proprietários ao gerar dúvidas, “reflexões, escolhas e disputas” (CANDAU, 2002).

O trecho da carta de Mozart AM, escrita em 1967, reproduzido anteriormente, talvez tenha definido, com grande clareza, todos os atributos do objeto já decadente,

⁹⁹ “*Baronesa*”, *uma viagem ao passado* – reportagem do jornal **Diário Popular**, Pelotas, 07/07/1968. Fonte: acervo Museu da Baronesa – nº MMPB 2164.

¹⁰⁰ Renato Duro Dias (2009) fez uma análise detalhada dos desdobramentos da Carta de Pelotas, em termos de instrumentos de proteção ao patrimônio histórico edificado do estado do Rio Grande do Sul.

¹⁰¹ Lei nº 2.565, de 01 de setembro de 1980.

no final de sua vida, e as opções que a “Casa” lhes dava. O imóvel não tinha valor como mercadoria, necessitava de um aporte financeiro muito grande para conservá-lo, para ter vida precisava ser habitado continuamente e, assim, cumprir sua função. Mas, quem sabe, a maior indecisão fosse causada pela memória afetiva ligada ao lugar e pela representação do objeto memorial de seus antepassados. Mesmo com a alternativa de que a morada ficasse nas mãos de Déa AM, a chácara, ou sua ruína, sobreviveria aos seus donos. De uma forma ou de outra, seu destino passaria a outras mãos.

As observações de Dannehl (2009) quanto aos estágios de vida das coisas, se encaixaram ao processo de mudança de função da chácara. As fases de uso, restauração, reparação e distribuição foram identificadas ao longo da biografia cultural do lugar. Nos anos 1970, restava a venda e/ou o sucateamento, com a consequente demolição. Contudo, ao se disponibilizar o “artefato” para outro uso, tomou-se uma “rota alternativa”, que levou à sua preservação, na forma de um museu.

5.2 Museu da Baronesa - patrimônio do município. 1978-1985

Para entender a chácara em sua nova categoria, procurou-se responder aos seguintes questionamentos: A edificação sofreu modificações? Qual era o contexto no campo da museologia? Que políticas de memória e patrimônio se envolveram neste processo?

Conforme apontado, o velho casarão foi salvo do desaparecimento por um “gesto patrimonial”. Um ato que envolveu o poder municipal, a influência da família AM e a conjuntura preservacionista existente naquele momento, ou seja, poder, prestígio e posse (CHAGAS, 2005). Estes foram os agentes que deflagraram as ferramentas necessárias para a conversão do lugar de morar em lugar de memória.

Outro fator, ponderado por Cuty (2010, p. 128), foi a ação da memória:

O monumento integrado às novas configurações urbanas é preservado pela ação da memória, ou seja, é renovado, legitimado, reconhecido e tornado acessível, cotidianamente, aos e pelos grupos humanos. [...] para [esses bens] serem alvos de preservação, é necessário que se mantenham inseridos no campo das transformações.

A preparação para a nova função demandou uma grande revitalização do local. O projeto de restauração, de 1979, foi elaborado pelo grupo de arquitetos que atuava na Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral. Devido à ausência de participantes na concorrência pública para os trabalhos na Chácara da Baronesa - integrantes do Projeto Baronesa -, o serviço foi executado pela Secretaria Municipal de Obras e Viação.

Há controvérsias sobre o desempenho do artista plástico Adail Bento Costa no projeto. De acordo com o ex-prefeito Irajá Andara Rodrigues, em virtude de uma doença, ele atuou somente na fase inicial e logo depois faleceu (informação verbal)¹⁰². Por outro lado, sua possível atuação nas duas fundações municipais, em 1977 e 1980, e a citação de seu nome pela imprensa, como coordenador da obra, levou a crer que Adail tenha participado de decisões do projeto.

As plantas da restauração e o memorial descritivo deixaram diversas lacunas, para uma leitura mais apurada do projeto que mudou a função da morada. Levou-se em consideração a conjuntura do período. Os procedimentos e registros utilizados naquele momento, não apresentavam o rigor de detalhamento exigido atualmente para trabalhos deste tipo. As especificações iniciais do memorial utilizavam expressões como “[...] dar um acabamento o mais aproximado possível da época em que foram construídas”, “[...] respeitando-se todos os detalhes que se encontram na mesma e imitando perfeitamente os novos a serem acrescentados”, e seguia indicando que, por isso, seriam substituídos “[...] rebocos, coberturas, forros, pisos, revestimentos, esquadrias e outros detalhes”¹⁰³.

O documento não deixou claro qual seria a linha de restauração empreendida, até porque se verificou uma série de alterações na construção como um todo. Em sua discussão em torno da preservação do patrimônio das cidades, Cuty (2010, p. 132) observou que “[...] os modos de preservar, conservar e restaurar são resultantes das contradições de cada época [...]”. Portanto, decisões e escolhas foram definidas no contexto das políticas públicas daquele momento, pela visão dos profissionais envolvidos, a mão-de-obra e recursos financeiros disponíveis.

Uma questão estava definida, haveria uma mudança de categoria, um novo uso, o prédio precisava ser adaptado. A planta baixa da restauração indicava o

¹⁰² O ex-prefeito se manifestou sobre o assunto em fala durante a solenidade de aniversário de trinta anos do museu.

¹⁰³ O caderno, intitulado “Parque da Baronesa – projeto de restauração”, faz parte da documentação administrativa do MB.

nome dos ambientes, o que tornou possível entender o uso pretendido para cada um, especialmente no que se referia à “sala de exposições” e à “sala de honra”. A tipologia de residência foi mantida, pois o mobiliário remanescente foi recuperado e transformado no acervo da instituição, compondo o espaço expositivo. O jornal **Correio do Povo**, de 27 de abril de 1982, identificou os marceneiros Paulo e Florentino Vaz como restauradores desses móveis. Também, informou que ambos trabalhavam há muitos anos com Adail Bento Costa.

De acordo com os estatutos do ICOM, de 1974, o museu era entendido como

[...] uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, e que realiza pesquisas sobre os testemunhos materiais do homem e seu meio, que ele adquire, conserva, investiga, comunica e expõe, com fins de estudo, educação e deleite (DESVALÉES; MAIRESSE, 2014, p.64).

Para o desempenho de todas as atividades que caracterizavam este tipo de instituição, seriam necessários diversos espaços de apoio, além daqueles de comunicação do acervo. Nas plantas, não se identificaram locais para trabalho administrativo ou técnico, nem qualquer previsão de área para abrigo e conservação de objetos que seriam recebidos, a partir da abertura do museu. Verificou-se que a principal função atendida dizia respeito à exposição.

De forma geral, os itens mais significativos previstos no projeto relacionavam-se à substituição da cobertura, do forro de madeira tipo saia e camisa, do reboco e do assoalho em tábuas corridas; à execução de cinta de amarração em todas as paredes existentes, para receber a cobertura, das instalações hidráulicas e elétricas; à recuperação das esquadrias e da escada de madeira (Figura 78); à pintura externa e interna; à colocação do chafariz em funcionamento (Figura 79); e à restauração das colunas de tijolos do caminho principal do parque (Figura 80).

Quanto às portas e janelas, o memorial indicava a manutenção das mesmas em seus locais de origem e que esses elementos fossem recuperados caso necessário, mas houve mudanças ao longo da obra. Também sugeria que as substituições atendessem às características originais. O modelo das janelas do entorno do algibe, da sala de almoço e da sala de jantar (salão de honra) foi modificado; as janelas do hall (internas) e o para-vento foram retirados.

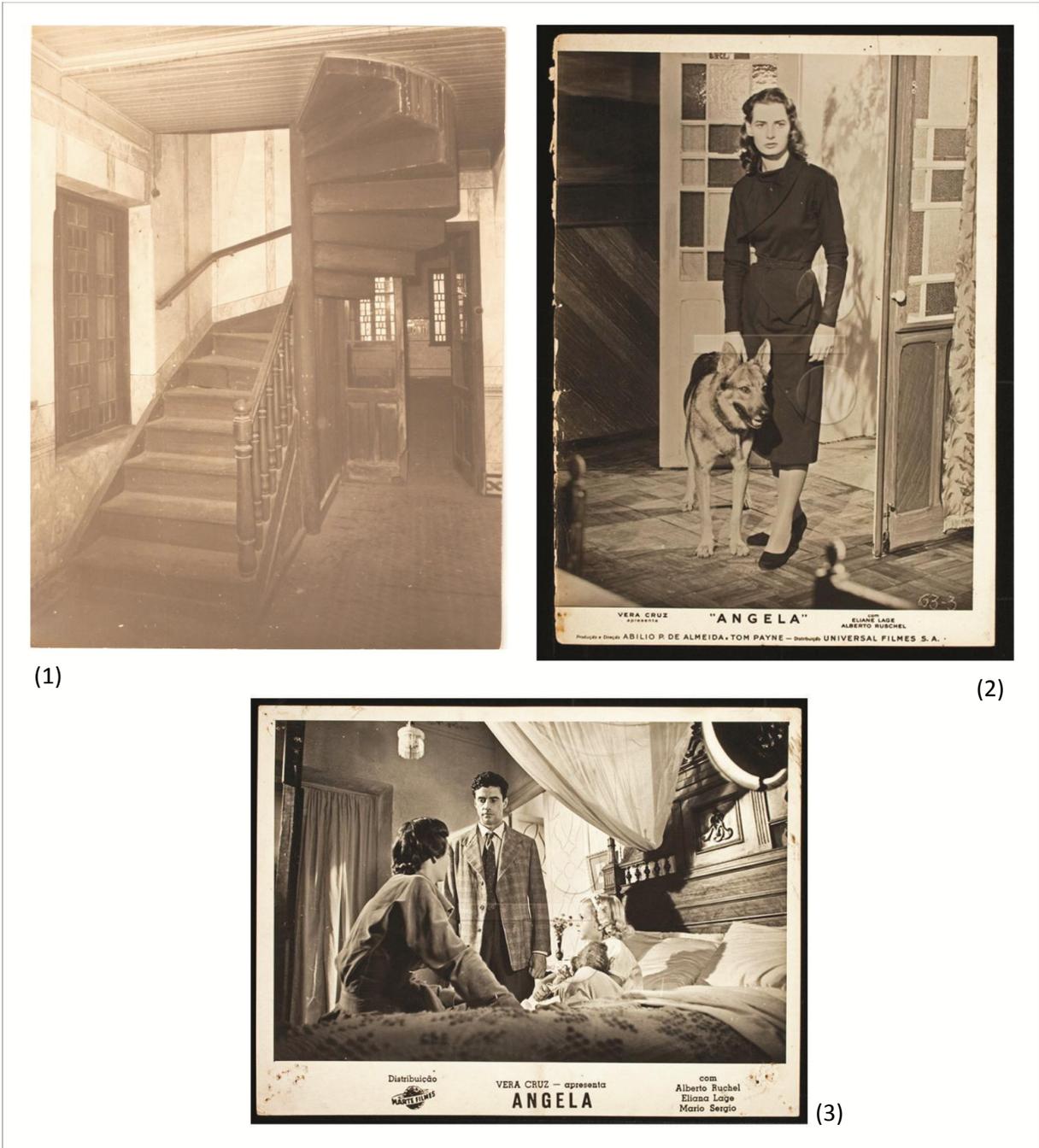


Figura 78 – Fotografias do interior Chácara da Baronesa, Pelotas, RS. (1) Detalhes: escada, porta, janelas internas e piso em ladrilho hidráulico, aprox.1980. Autor desconhecido. Fonte: acervo administrativo MB. (2) e (3) Detalhes: Porta e piso sala de jantar; porta entre os quartos, com vitrô desenhado. Ano: 1951. Autor desconhecido. Fonte: Banco de Conteúdos Culturais da Cinemateca Brasileira - filme *Ângela*. Código FB_0562_025 (2) e FB_0562_014 (3).



Figura 79 – Fotografias do chafariz. Área externa da Chácara da Baronesa, Pelotas, RS. À esquerda, chafariz com ornamento completo. Ano: 1917. Autor desconhecido. Fonte: acervo MB – Álbum Zilda AM. À direita, o chafariz em sua configuração atual. Ano: aprox. 2001. Autor: desconhecido. Fonte: acervo administrativo MB.



Figura 80 – Fotografia da entrada principal da Chácara da Baronesa, Pelotas, RS. Detalhe: caminho com colunas de tijolos rebocados, encimados por globos de cimento. Ano: aprox. 1982. Autor desconhecido. Fonte: acervo administrativo MB.

Anotações manuscritas, no memorial descritivo, revelaram que algumas intervenções programadas foram postergadas ou não aconteceram, como a execução de calhas; todos os ambientes com ladrilhos hidráulicos (tijoletas, no projeto) receberiam peças de mármore branco 30x30cm; as “tijoletas” retiradas seriam colocadas na área do algibe e no pátio de serviço (fundos); a construção de calçada com 2,10m de largura no entorno da edificação (ficou em um metro); as portas deveriam permanecer em seus locais originais e recuperadas, se necessário; a substituição de peças de louça e ferro; o fogão e o algibe restaurados e em

condições de funcionamento; as paredes com escariolas restauradas quando sem trincas - não foram recuperadas, o reboco foi trocado (Figuras 81, 82 e 83); a recomposição do “treliçado” do alpendre (lanternim) - feito posteriormente (Figura 84); o banheiro externo (casa de banho) e a instalação hidráulica que abasteceria a casa mais adiante foram tratados em projeto específico; a casa dos coelhos - castelinho (Figura 85), ponte e gruta, ali citados, também ficaram fora das obras naquele momento.



Figura 81 – Imagens do interior Chácara da Baronesa, Pelotas, RS. Detalhes: exemplo de pinturas existentes nas paredes internas, possivelmente escariolas. Fonte: Filme Ângela, 1951, Companhia Cinematográfica Vera Cruz.



Figura 82 – Imagens do interior Chácara da Baronesa, Pelotas, RS. (1) Detalhes: pinturas parietais existentes no salão de jantar. Fonte: Filme Ângela, 1951, Companhia Cinematográfica Vera Cruz.



Figura 83 – Fotografias do alpendre do Museu da Baronesa, Pelotas, RS. Detalhes: “janela” aberta na camada de tinta que cobre a parede inferior da pintura mural, por alunos da Profa. Andréa Bachettini, do Curso de Conservação e Restauro, ICH, UFPel, em 2017. Ano: 2018. Autoria: Marcelo Hansen Madail. Fonte: acervo da autora.

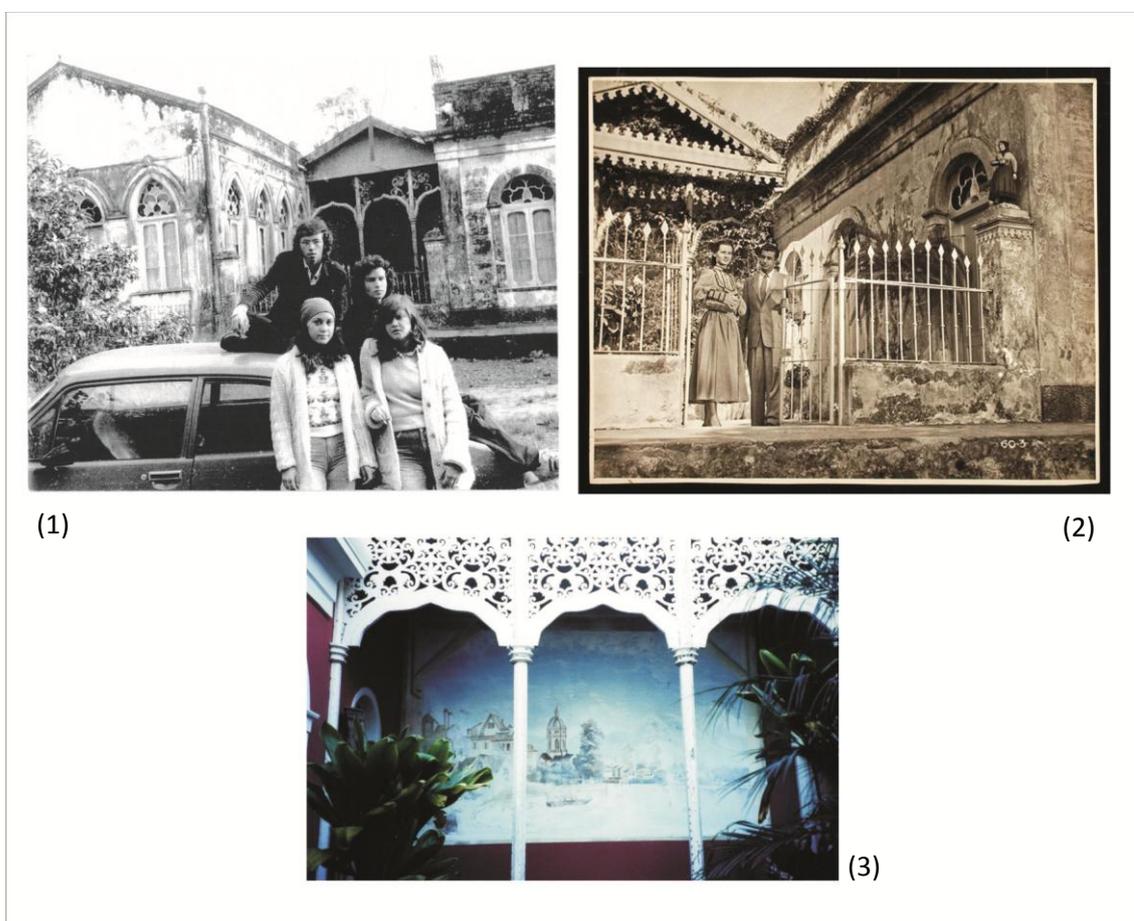


Figura 84 – Fotografias da fachada do alpendre da Chácara da Baronesa, Pelotas, RS. Detalhes: lanternim em três tempos. (1) Ano: aprox.1977. Autor desconhecido. Fonte: NEAB/FAURB/UFPel. (2) Ano: 1951. Autor: Companhia Cinematográfica Vera Cruz. Fonte: site da Cinemateca Brasileira – filme Ângela. (3) Alpendre do Museu da Baronesa, após 1982. Autor desconhecido. Fonte: acervo administrativo do MB.



Figura 85 – Fotografia do castelinho, ou casa dos coelhos. Área externa da Chácara da Baronesa, Pelotas, RS. Ano: aprox.1982. Autor desconhecido. Fonte: acervo administrativo do MB.

A análise, das plantas das figuras 86 e 87, observou que o projeto inicial pretendia manter as portas em seus vãos, inclusive aquela de acesso pelo alpendre (Figura 88); permaneceria o “banho 20”, construído pela família no antigo quarto de Clara (babá de Déa AM); no desenho das novas salas de exposições não se identificaram eventuais paredes que demarcassem os quartos dos empregados; chamou-se de “passadiço 16” a peça que fazia a ligação entre a circulação e a “varanda” junto à cozinha; o piso da “área 23”, ligada ao alpendre, seguiria o padrão pré-existente; a “copa 15” e a “despensa 13” continuariam com a denominação dada pelos relatos familiares, ao contrário do “comedor 12” e da “sala de jantar 9”; o “comedor 12” (sala de almoço) manteve o piso de ladrilho hidráulico; na lateral dos quartos, a platibanda se apresentava mais baixa a partir da quarta janela, da esquerda para a direita (Figura 89); e o “salão de honra 25” ficaria com a mesma área e fachada da antiga sala de jantar, sem o gradil e com acréscimo de janelas na parede que fazia limite com a garagem e cocheiras, eliminadas na proposta (Figura 90).

De acordo com as plantas do projeto de restauração, o segundo e o terceiro pavimentos receberam a denominação “quartos”.

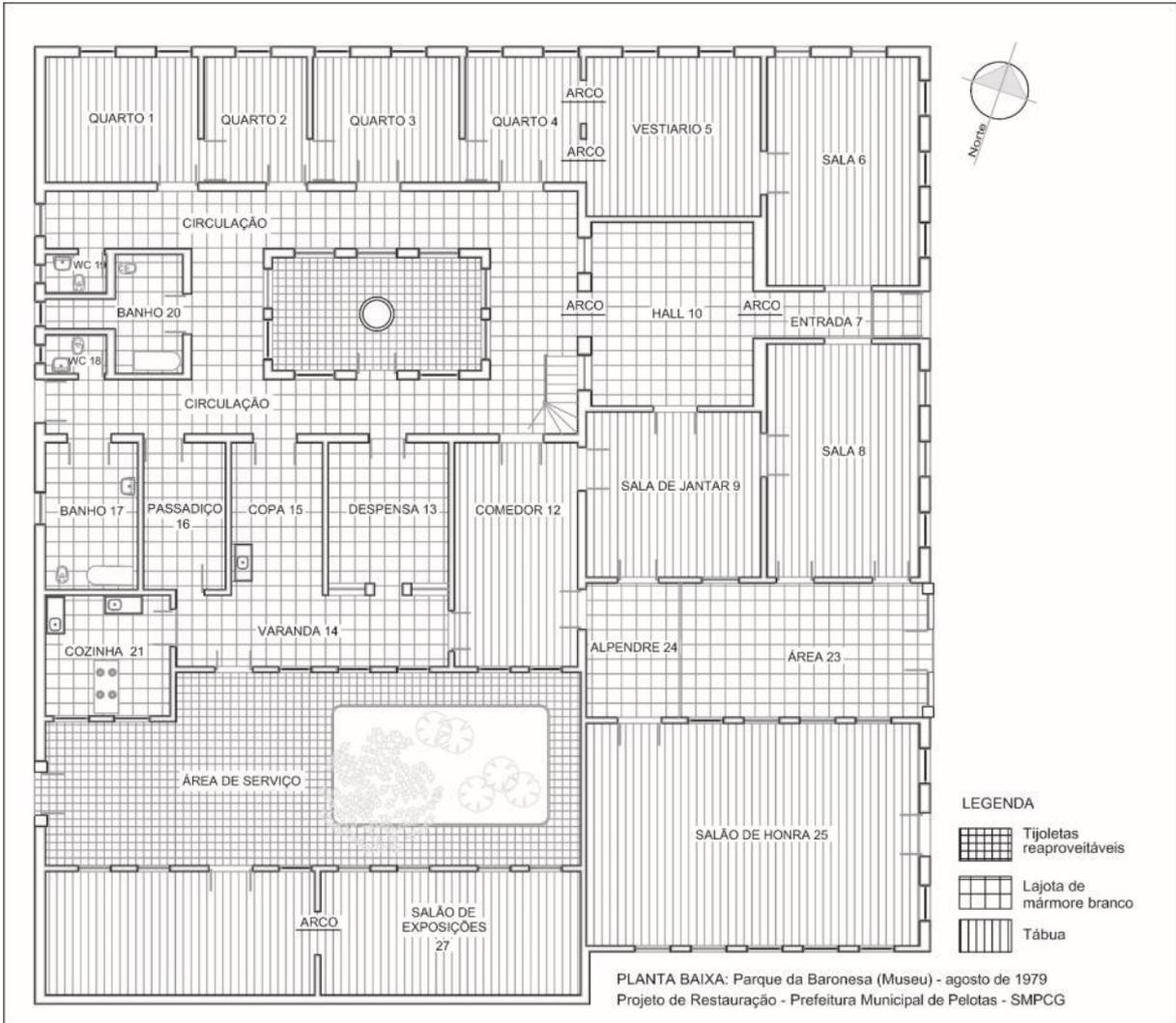


Figura 86 – Planta baixa pavimento térreo – projeto de restauração do Parque da Baronesa (Museu), Pelotas, RS, 1979. Arquivo digitalizado com base em cópia heliográfica. Fonte: acervo administrativo do MB/Secretaria Municipal de Cultura (SECULT). Alterações na planta: executadas pela autora.

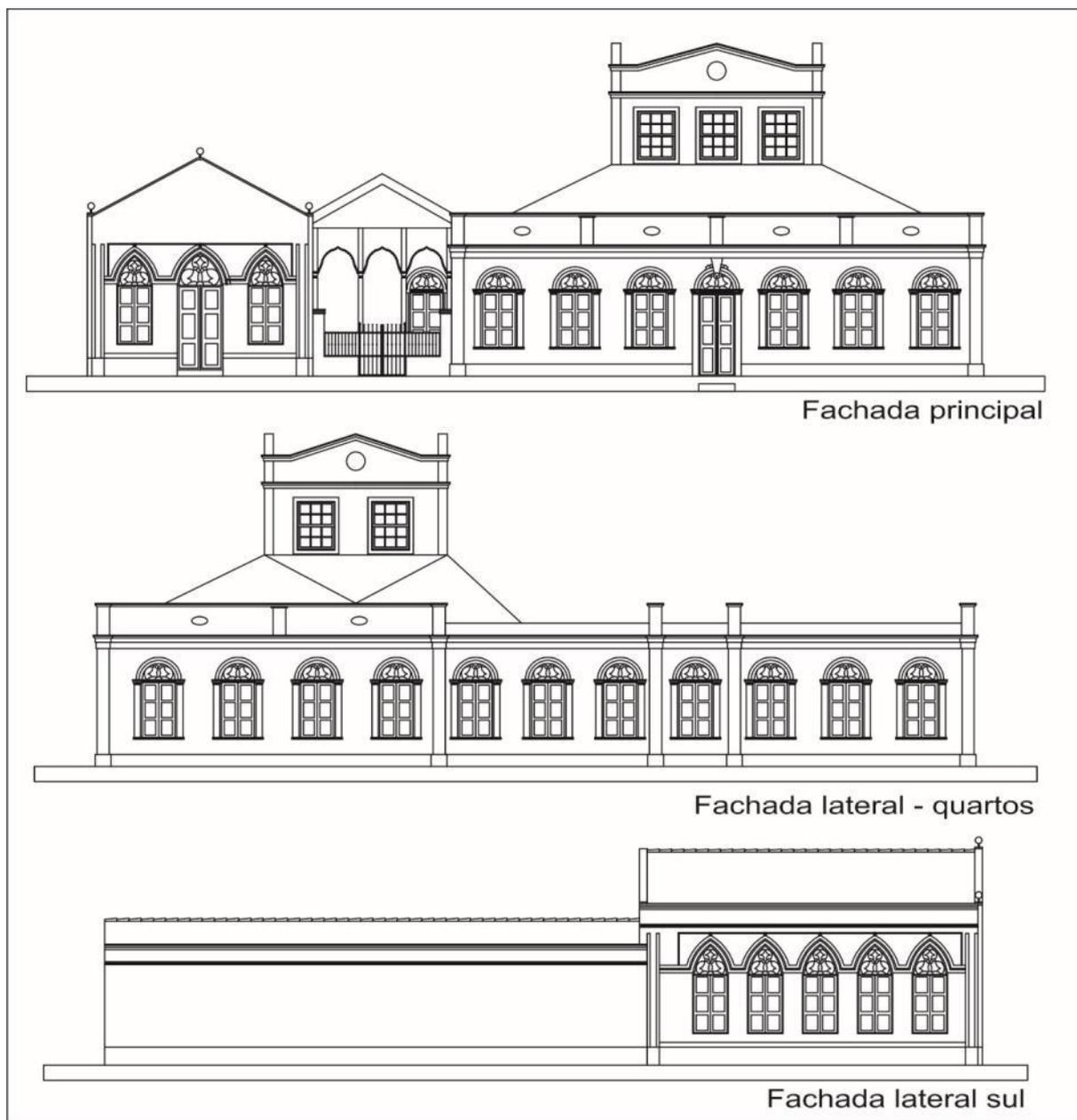


Figura 87 – Fachadas previstas – projeto de restauração do Parque da Baronesa (Museu), Pelotas, RS, 1979. Arquivo digitalizado com base em cópia heliográfica. Fonte: acervo administrativo do MB/Secretaria Municipal de Cultura (SECULT). Alterações na planta: executadas pela autora.

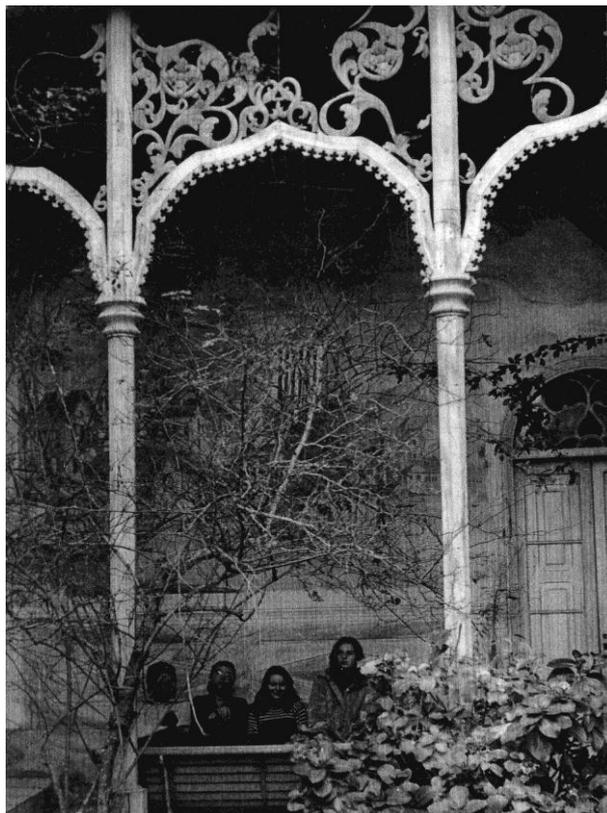


Figura 88 – Fotografia do alpendre. Entrada da Chácara da Baronesa, Pelotas, RS. Detalhe: à esquerda, porta que dava acesso à casa pela sala de almoço. Ano: aprox.1977. Autor desconhecido. Fonte: NEAB/FAURB/UFPel.

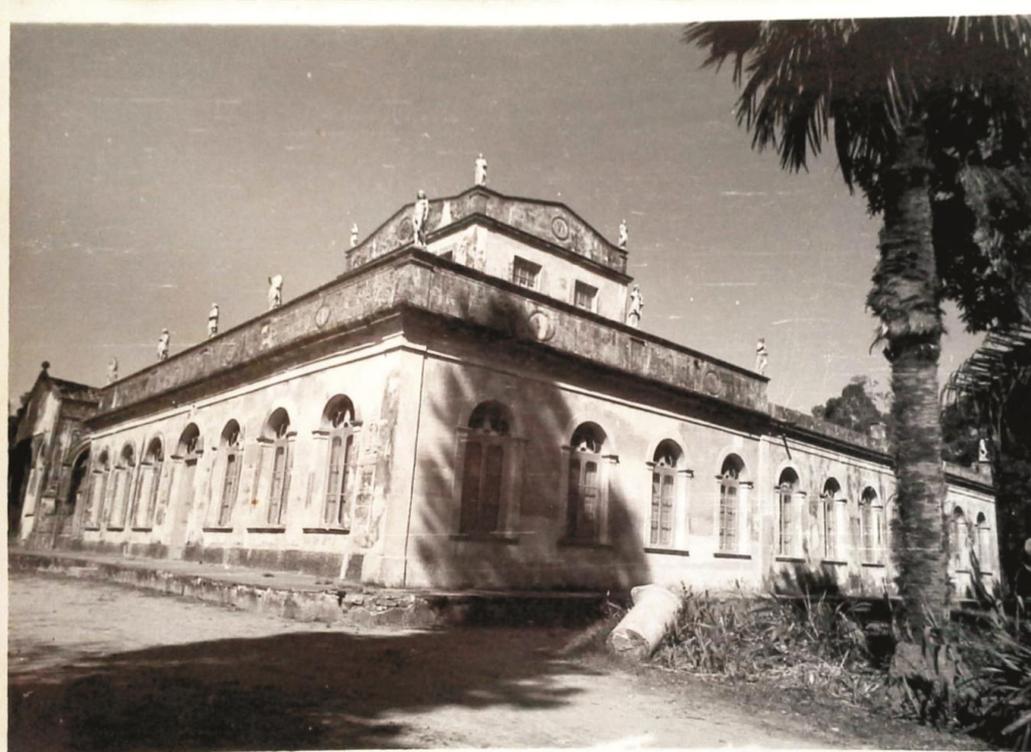


Figura 89 – Fotografia da fachada, lateral dos quartos, da Chácara da Baronesa, Pelotas, RS. Detalhe: a partir da quarta janela, da frente para os fundos, a platibanda era mais baixa. Ano: aprox.1980. Autor desconhecido. Fonte: acervo administrativo do MB.



Figura 90 – Fotografias da fachada, antes e depois da transformação em museu. Chácara da Baronesa, Pelotas, RS. Detalhe: à esquerda, em primeiro plano, a garagem, as cocheiras e dependências de serviço. Ao centro, a antiga fachada da sala de jantar. Ano: aprox.1980. Autor desconhecido. Fonte: acervo administrativo do MB. À direita, a atual fachada do Museu da Baronesa; em primeiro plano, a entrada da sala de jantar, hoje também chamado salão de festas. Ano: 2002. Autor desconhecido. Fonte: acervo administrativo do MB.

Memórias silenciadas

Constatou-se que a retirada das antigas cocheiras, garagem e possíveis aposentos de trabalhadores dos tempos dos barões, foi uma decisão do projeto de restauração, uma vez que não houve menção aos mesmos no memorial descritivo, nem faziam parte dos desenhos de 1979. As “vozes” destes restos não foram ouvidas. Entendeu-se que esse “apagamento” ocasionou a perda mais expressiva na fruição dos significados que o prédio poderia carregar.

Uma das fotografias aéreas (Figura 91), mostradas anteriormente, indicou que o colapso do telhado e das paredes laterais da sala de jantar ocorreu antes da demolição dos “pardieiros” - para usar a nomenclatura sugerida pelo Prof. Helder Carita (2016). A solução encontrada foi trabalhar a simetria da fachada. Abandonaram-se os arcos ogivais e as pinturas decorativas das paredes internas, como se verificou nas imagens das ruínas (Figura 92).



Figura 91 – Fotografia aérea do Parque da Baronesa, Pelotas, RS. No canto, à direita do prédio, se observa o galpão ainda com telhado e, acima, um espaço aberto. Ano: aprox. 1980. Autor desconhecido. Fonte: acervo administrativo do MB.

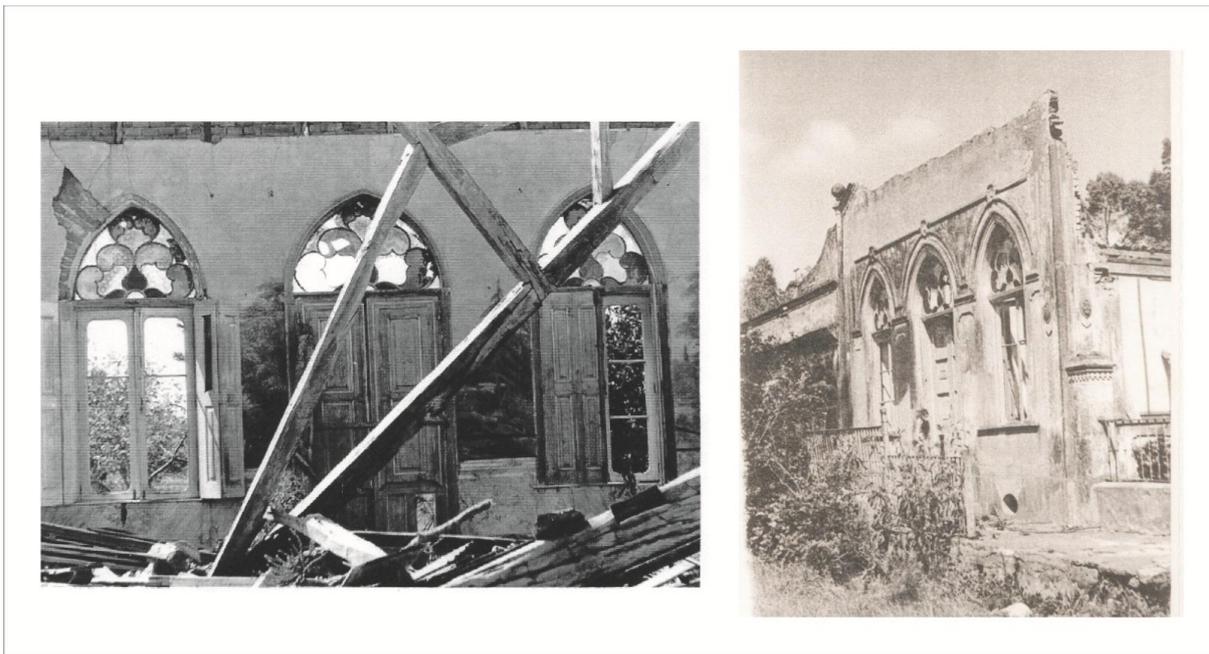


Figura 92 – Fotografias da ruína da sala de jantar da Chácara da Baronesa, Pelotas, RS. Detalhe: à esquerda, se identificam as pinturas parietais; à direita, se percebe o gradil e parte do telhado das cocheiras (à esquerda, da imagem). Ano: aprox.1980. Autor desconhecido. Fonte: acervo administrativo MB.

Mas independente disso, a remoção do “galpão” silenciou memórias, como a de seu João e outros tantos jardineiros que cuidaram da chácara, ou empregados que preparavam os cavalos que puxavam a “aranha” e, mais tarde, traziam os petiços para os netos de Sinhá Amelinha, como o Alencar. Do mesmo modo, isso ocorreu com os quartos de Helena e seu marido e de Dona Arminda e Yolanda, sua neta, de acordo com as lembranças de Magali, em sua entrevista. Legou ao esquecimento a caseira Ibrahina, o chacareiro Ladislau, os cocheiros Augusto, Octávio e Albino, ou, então, João, o cocheiro citado pelo Barão de Três Serros em seu testamento. Seria o mesmo João citado no catálogo “Cartas de Liberdade”, cuja alforria estava assim resumida:

João; preto; cocheiro, copeiro e engomador; Sr. Aníbal Antunes Maciel; dt. conc. 24-05-84; dt. reg. 26-05-84 (Livro 10, p. 95r). Desc.: A carta foi concedida “sem ônus algum”. O senhor pediu à sua mulher, Amélia H. Antunes Maciel, que a assinasse a rogo (RGS, 2006, p. 520).

Esse espaço dos quartos de empregados, talvez refeito mais vezes do que os livros de despesas registraram, provavelmente abrigou os trabalhadores domésticos escravizados da época do Império, como Tomas e Eusébia:

Tomas; pardo; desta Província; 48; cocheiro; Sr. Aníbal Antunes Maciel; dt. conc. 04-09-82; dt. reg. 05-07-83 (Livro 10, p. 77v). Desc.: A carta foi concedida “em atenção ao bem que me tem servido” (RGS, 2006, p. 517).

Eusébia; parda; desta Província; 22; mucama; Sr. Aníbal Antunes Maciel; dt. conc. 05-07-83; dt. reg. 05-07-83 (Livro 10, p. 77v). Desc.: A carta foi concedida mediante o pagamento de 800\$ pelo pardo Tomas. A escrava leva em sua companhia uma filha ingênua de 4 anos, chamada Geraldina (RGS, 2006, p. 517).

O valor simbólico destas perdas não foi avaliado pelos agentes envolvidos no projeto de intervenção. O contexto era outro, não valorizava outra classe, além daquela que dominava a economia e a política do país.

A ausência de janelas e portas internas atenderia ao novo uso do prédio, proporcionando um fluxo melhor para os futuros visitantes, porém foi uma referência que se perdeu para o entendimento do setor íntimo da casa, em seu tempo.

O banheiro construído pela família, onde era o quarto de Clara, foi desmanchado na década de 1990. Ali se instalou uma copa para os funcionários do museu. Clara foi babá de Déa AM, morou na chácara mais de quarenta anos, conforme observado anteriormente.

As memórias afetivas de Magali AM Aranha, referentes aos empregados da chácara, foram certas para se vislumbrar uma pequena fração da dinâmica das relações sociais que envolviam o funcionamento do casarão na metade do século XX.

Entre os elementos de decoração e revestimento, executados artesanalmente, as escariolas, perdidas com a retirada do reboco, representavam saberes e fazeres praticamente extintos nos dias de hoje, e os ladrilhos hidráulicos, estes sobreviveram à possibilidade de serem trocados por mármore branco.

Abertura do museu

Em 25 de abril de 1982, inaugurou-se o museu. O jornal **Correio do Povo**¹⁰⁴ destacava: “*Pelotas recupera parte essencial de sua história*”. Essa história, segundo o periódico, se vinculava aos personagens da família AM, o baronato de Annibal Jr., suas justificativas e a grandiosidade do “Castelo da Baronesa” e do conjunto da chácara. A introdução da matéria descrevia o interesse do prefeito Irajá

¹⁰⁴ Recorte do jornal **Correio do Povo**, de 27 de abril de 1982. Fonte: documentação administrativa do MB.

Rodrigues em desenvolver um trabalho “*vinculado diretamente com o passado cultural e tradicional da cidade*” e que havia se empenhado no “*tombamento de prédios considerados históricos*”, obtendo recursos para restauração e doação de imóveis. Na ocasião, foi afixada na fachada da casa uma placa de sua autoria, com os dizeres: “*Aqui a poesia se encontra com a história, para compor um hino à eterna Pelotas. Abril de 1982*”.

Na solenidade, o discurso de Gilda Maciel Alves, sobrinha de Sinhá, enalteceu a figura de sua tia, filha da baronesa, demonstrando quanto o passado mais recente se identificava com o recém-inaugurado Museu da Baronesa. Em sua fala justificava a denominação atribuída ao novo espaço público¹⁰⁵.

Desde os anos 1970, conforme divulgou a imprensa, existia a ideia de transformar o prédio principal da chácara em museu da cidade. Esta intenção, aliada ao texto da placa de inauguração, trouxe o entendimento de que o Museu da Baronesa surgiu para trabalhar com a história da cidade, sobretudo por ser o primeiro museu municipal¹⁰⁶. A observação, relativa à frase do prefeito, foi destacada pela historiadora Noris Leal (2007) em sua pesquisa sobre a construção da narrativa do MB. Pensar em museu de cidade, e colocá-lo em prática, seria bem mais complexo, como lembrou Meneses (2003, p.260): ele “[...] deve, pois, dar conta da cidade – o que não quer dizer, é óbvio, esgotar esse objeto de atenção [...]”, mas considerar seu passado, presente e abrir-se para o futuro. Qualquer tipo de museu pensado para o local demandaria um projeto específico, que não foi encontrado.

A propósito desta conjuntura, Leal (2007), destacou que nas décadas de 70 e 80 do século XX, no RS, houve a criação de vários museus, ligados aos governos estadual, municipal e a diversas instituições ou empresas, como forma de guardar sua memória e torná-la pública. A maioria mantinha atividades preservacionistas e contemplativas, com a exaltação de grandes vultos e datas comemorativas, espaços destinados à cultura das classes dominantes.

Segundo a museóloga, Maria Célia Santos (1996, p.24-25), o mote para este movimento sofria influência do início do século passado, precursor de um modelo de

¹⁰⁵ Acervo MMPB 2521. Gilda Maciel Alves era neta do Conselheiro Francisco AM, filha de Francisco AM Júnior.

¹⁰⁶ Na cidade de Pelotas havia o Museu Histórico da Biblioteca Pública Pelotense, fundado em 1904, e o Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter, que abriu ao público entre 1970 e 1978, vinculado à UFPel. Após este período, retornou a abrir na década de 1980. Fonte: <www.biblioteca.org.br/museu/> e <<https://wp.ufpel.edu.br/carlosritter/sobre-o-mcncr/>>. Acesso em: 21 abr.2018.

museu que presava o “culto à Nação e à Identidade Nacional”, “[...] uma ‘instituição das elites’, pois a elas era atribuído o papel de fundadoras da nação brasileira [...]”. A partir do final da década de 1960, o Rio de Janeiro e seus “Museus Nacionais” era um centro de referência neste campo, inspirando a instituição de museus nas outras esferas de poder, porém sem maiores reflexões. A diversidade e peculiaridades do país e de sua sociedade só entrariam na pauta anos depois.

Quanto à chácara, após a reforma e a inauguração do museu, estava concluída a mudança de categoria, o que era lugar de morar passou a lugar de memória. O espaço privado e doméstico perdeu a sua função utilitária e se abriu ao público. A decisão de salvá-la do desaparecimento a transformou em “peça de celebração”. Retirada do “circuito das atividades econômicas”, tornou-se *semióforo*, dotada de um significado (POMIAN, 1997, p. 71-72). A princípio, deveria cumprir a função de ser um local de encontro entre “poesia e história”, em homenagem “à eterna Pelotas”.

Se referindo ao Museu Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, primeiro museu-casa do país, a museóloga Aparecida Rangel (2007, p. 82) propôs uma reflexão que trouxe outro viés para pensar a casa dos barões. A pesquisadora observou que “[...] a residência que outrora abrigava [...] sua família, suas relações afetivas, seus problemas domésticos e cotidianos, passou a ser um espaço de exposição pública da vida privada”, e destacou a complexidade existente neste processo de transformação privado/público, uma “nova disposição simbólica do espaço”. Embora o “cenário” fosse o mesmo, a história seria outra. A família AM estava ausente, mas não havia como apagar sua presença.

As decisões sobre a restauração da casa estavam em sintonia com os contextos patrimonial e museológico correntes naquele período. A história de fausto e riqueza deveria ser aclamada, lembrava as origens heroicas da cidade e redimia seu passado.

Com relação à materialidade do monumento, não passou despercebida uma expressão recorrente no memorial do projeto, relativa às diferentes intervenções planejadas: “restaurado conforme o original”. Entretanto, se evidenciou um conjunto de alterações importantes, como aquelas indicadas no texto.

Os “adornos”, supostamente, em desacordo com as linhas gerais da edificação, com tendências classicizantes, foram retirados ou colocados em simetria. Aparentemente ficou melhor que o “original”. Arrisca-se a comparar a intervenção a

uma das doutrinas preservacionistas do século XIX, aquela do arquiteto Viollet-le Duc (1996, p.7), que definia: “Restaurar um edifício não é conservá-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restituí-lo a um estado de inteireza que pode jamais ter existido em um dado momento”. Porém, a pesquisa não se aprofundou na análise dos métodos “restaurativos”.

Neste lugar, a memória visível e invisível, associada aos significados de seu primeiro ciclo de vida, se sobrepôs e regeu uma fração do ato que levou à sua musealização e, conseqüente, patrimonialização. Houve um “trabalho da memória”, conectado à biografia da morada, conforme mostrou Candau (2002). A outra parte foi provocada por políticas públicas concebidas pelas diferentes esferas do poder que demonstraram, para usar uma expressão atual, “vontade política” para tal.

De maneira genérica, a preservação de prédios considerados patrimônio levou muitas dessas edificações a assumirem funções bem distintas de seus usos iniciais, como escolas, hospitais, asilos, clínicas e repartições públicas, entre outras, apagando marcas e memórias ligadas às primeiras fases de suas histórias de vida, de “produção” e “consumo” (DANNEHL, 2009).

No caso da antiga chácara, ocorreu o contrário. Entendeu-se que um dos motivos que a conservou foi a longa relação afetiva da família com o lugar, em torno de um século, compreendendo quatro gerações de intensos e numerosos vínculos sociais e memoriais. No âmbito da cultura material, lembrando Turgeon (2007), a morada permitiu sua leitura como “objeto social” e, ainda, como “objeto memória”, ao provocar lembranças e esquecimentos visíveis na materialidade conservada.

Presumiu-se que uma questão prática concorreu para sua continuidade: a oferta de alternativas proporcionadas pelo imóvel, que pôde ser desmembrado, satisfazendo às expectativas dos herdeiros, enquanto mercadoria, e àquelas do poder municipal, como bem público.

O raciocínio de Miller (2013) veio instigar as razões das transformações estudadas quando teorizou sobre a “agência das coisas”, como os objetos determinariam probabilidades, criariam cenários, de forma a assegurar um comportamento apropriado daqueles sob o seu jugo, mantendo-se na “invisibilidade” ou simplesmente presentes. Por meio da biografia estudada, viu-se o quanto o “elefante dos trecos”, impôs a sua vontade e salvou-se do desaparecimento.

Os restos estavam abrigados e conservados, protegidos por um ato de patrimonialização da família e do poder público, que, provavelmente, gerou certo

sentimento de dever cumprido. Segundo Nora (1993), este era o caminho para guardar sua memória. Porém, na visão de Debary (2017, p.71), coisas foram colocadas em museus, para não se pensar mais nelas. E, ao citar Tornatore, complementou a reflexão: o monumento assumiria a incumbência de pensar e lembrar no lugar do sujeito, tornando-se o agente ativo deste esquecimento. Para ele, estes lugares existiriam para o esquecimento e não para a lembrança. Em parte foi isso que aconteceu.

Depois de sua abertura, em 1982, o Museu Municipal do Parque da Baronesa (como era chamado oficialmente até 1992), ficou subordinado à Fundação Cultural de Pelotas - FUNPEL, e, em 1983, à Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo de Pelotas, criada pelo prefeito da época, Bernardo Olavo Gomes de Souza. No campo das políticas públicas, ainda na gestão de Irajá Rodrigues foi promulgada a Lei nº 2.708/1982, que instituía os dispositivos para proteção do patrimônio histórico e cultural do município e criava o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas - COMPHIC. Em 1985, este órgão colegiado foi responsável pelo tombamento municipal da Chácara da Baronesa, na primeira gestão do prefeito Bernardo de Souza.

O Termo de Tombamento descreveu as características marcantes do local:

A casa tradicional é composta de um andar e mirante, distribuído em dois picos, com fachada de arcos plenos e pátio interno. Além desta existe uma outra casa de construção mais recente localizada junto ao pórtico de entrada.

As duas residências e todo este conjunto inclusive o mobiliário original, foram doados pela família Maciel à Prefeitura Municipal de Pelotas, que se comprometeu em urbanizar o parque e transformar a residência em museu. O jardim é de traçado neoclássico com componentes formando um conjunto arbóreo exótico e nativo ímpar na cidade. Ainda é marcante o alinhamento de pilares encimados por globos ao longo do jardim, definindo o acesso principal. Também compõem o espaço da paisagem um chafariz, uma gruta de cimento, um castelinho, uma torre anexa à casa onde funcionava a banheira e a caixa d'água e dois lagos. Contorna a área, em parte, um muro com características neoclássicas, onde aparecem um portão pela Av. Domingos de Almeida e outro pela Av. São Francisco de Paula com gradil de ferro e pilares encimados por globos.

Este momento foi o marco final do recorte proposto à biografia da chácara dos Barões de Três Serros. O Museu Municipal Parque da Baronesa foi legalmente constituído pelo Decreto Municipal nº 3.069, de 15/04/1992, vinculado à Fundação de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Pelotas – FUNDAPEL, criada neste mesmo ano. Somente com esta legislação foi dado algum parâmetro para o funcionamento

do museu que teria como objetivo “a criação de um espaço cultural destinado a coletar, preservar e expor os bens que constituem o acervo do MUSEU, promovendo atividades com vistas à sua difusão, caracterizando-o como um espaço didático e com atração turística” (Art. 3º). O texto do decreto não indicava a missão do museu, nem sua tipologia (histórico, museu-casa, de costumes, etc.).

Finalizando, do ponto de vista empírico e do tempo presente, constatou-se que a instituição passou por distintas “atualizações”. A museóloga Manuelina Cândido (2013, p.42) trouxe a visão do poeta e também museólogo Mário Chagas, que disse: “[os museus] nascidos para serem pragmáticos, já surgem dialéticos, porque pretendem celebrar o passado, mas serão sempre interpretados por um olhar do presente”.

O mesmo ocorreu (e ocorre) com a memória, que perpassou a morada e depois se instalou no museu, “se recria a cada novo presente”, como bem lembrou Cuty (2010, p.128), inspirada por Halbwachs.

As materialidades e as invisibilidades da “Casa” foram ressignificadas e recontextualizadas nos diferentes ciclos de vida. Sua vocação nunca foi ser um espaço vazio. Permaneceu viva e ocupada com seus habitantes, exigindo atenção e cuidados. A longa biografia não terminou. Sobreviveu aos seus criadores e, carregada de lembranças, resolveu ser abrigo de memórias.

6 Conclusões

A Chácara da Baronesa, estudada sob o viés da cultura material, da memória e do patrimônio, foi um desses objetos retirados do circuito comercial “produção, distribuição e consumo”, selecionado para ser preservado e, depois, guindado ao patamar de monumento representativo, de um recorte da história, do município de Pelotas.

O prédio, testemunho da arquitetura da elite do século XIX, recebeu a importante responsabilidade de abrigar um museu e, passados mais de trinta anos de sua inauguração, surgiam muitas indagações em relação à sua história e narrativa. A casa, agora, “questionava” se existiam atores “esquecidos” reivindicando suas memórias, cumprindo o papel de ser reinterpretada pelos olhares do presente, mais uma vez. Sugeriu-se, então, desvendar mais detalhes da trajetória da antiga morada, cuja função primeira foi abrigar a família Antunes Maciel, durante aproximadamente cem anos.

Tratou-se a casa como um objeto de museu, inserido na interdisciplinaridade da cultura material, um campo de estudo da relação entre coisas e pessoas, que trouxe o método da “biografia cultural das coisas”. Essa história deveria ser contada por meio de perguntas feitas ao objeto, cujas respostas se encontravam na diversidade de documentos selecionados: livros de despesa, cartas, fotografias, entrevistas, entre outros - muitos deles guardados no acervo do Museu da Baronesa, graças à agência de duas personagens, a baronesa Amélia e sua filha, Amélia Annibal. Incluída neste campo de análise, percebeu-se a edificação como sujeito das relações sociais desenvolvidas em seu espaço.

As perguntas da tese direcionaram o caminho a ser percorrido na apreciação das fontes. De propriedade privada a espaço público, de chácara a museu, de ruína a patrimônio, como ocorreu essa mudança de categoria? Que marcas permaneceram de seu antigo uso? Que políticas de memória e patrimônio atuaram no processo de preservar esses restos? Como identificar as intencionalidades das políticas de memória e patrimônio que determinaram a preservação e a ausência das materialidades e imaterialidades hoje representadas pelo Museu da Baronesa?

Foi possível afirmar que as intervenções das políticas públicas municipais deixaram marcas, mutilações, ausências e acréscimos encontrados no estudo da chácara como artefato. Sua interpretação como objeto da cultura material, por intermédio da abordagem biográfica, trouxe sentido à construção de uma relação entre o tangível e o intangível de suas memórias, suas relações sociais e seu papel como patrimônio.

Os diferentes ciclos trilhados pela chácara foram reconhecidos por intermédio das relações com seus proprietários - o período de criação do local e depois diferentes momentos em que assumiu o papel de herança, em ordem cronológica: 1863 – 1887, relacionou-se à construção do Parque Annibal e aos Barões de Três Serros; 1887 – 1919, teve a baronesa como nova proprietária (herança) e a presença da segunda geração; 1919 – 1966, foi outro marco de “distribuição”(herança), proprietários, Amélia Annibal e Lourival; 1966 – 1978, após a morte de Sinhá, chácara em declínio, nove herdeiros, mudança de categoria - espaço público; 1978 – 1985, Museu Municipal Parque da Baronesa, patrimônio do município.

Definidas as fases, em cada uma delas trabalhou-se com três áreas de interesse, que forneceram parâmetros para estruturar a construção da biografia cultural da morada: o contexto que mais definiu o momento, a família em cada período e o lugar de morar, abarcando arquitetura, moradores e trabalhadores. Para o ciclo de mudança de categoria, o interesse se identificou com o lugar de memória.

Partiu-se, então, para as questões que deram corpo à história de vida da residência, com objetivo de conhecer esse tipo de habitação. Qual grupo familiar ela abrigava, quem eram essas pessoas, como viviam? Como era o funcionamento da casa, por quais mudanças passou e quando ficou velha, o que aconteceu?

O ciclo inicial teve foco no contexto de formação da família Antunes Maciel, a chegada ao Rio Grande do Sul e sua manutenção entre as elites de Pelotas e do Império como um todo. Os ascendentes de Amélia Fortunata de Brito Hartley, natural do Rio de Janeiro, também foram pesquisados. A certidão de casamento dos futuros barões, fotografias, elementos paisagísticos que restaram na propriedade e entrevista de uma neta que conviveu com a baronesa, foram as principais fontes de consulta. Evidenciou-se, ainda, um recorte da constituição de Pelotas, com suas charqueadas, baseadas no trabalhador escravizado, e sua urbanização.

A narrativa do museu esteve sempre muito ligada ao século XIX, com seus hábitos e costumes domésticos, histórias de barões, “príncipes e princesas” e um passado um tanto romantizado. “Dizia a lenda” que o local foi um presente de casamento dos pais de Annibal AM Jr., mas o inventário de sua mãe, Felisbina, o apontou como herdeiro de um terreno com as características do futuro Parque Annibal. Pela primeira vez, no âmbito da pesquisa, a chácara era colocada na condição de herança.

A viuvez da baronesa desencadeou a segunda etapa deste ciclo. Aqui os livros de contas e as cartas se mostraram fundamentais, principalmente, porque foram escritos por mãe e filha durante um mesmo período, em torno de vinte anos. Isto criou condições para confrontar registros e apurar, por exemplo, as idas e vindas da família, entre Pelotas e o Rio de Janeiro. Em solo carioca, a estada acontecia em imóveis alugados ou hotéis. Esta relação com a corte e, mais tarde, com a capital federal, marcou profundamente a vivência da morada.

Quanto à mudança de residência da baronesa, até dois anos antes de sua morte, a intermitência de endereços não indicou que Pelotas ou o Rio de Janeiro fosse seu endereço fixo. No sul, ela tinha o seu quarto, logo na entrada da casa, e o desejo de comprar uma casa, na capital do país, se concretizou somente em 1915.

Outro detalhe observado foi a divisão das despesas domésticas entre mãe e filha, sempre que estavam juntas, em qualquer uma das cidades. Quando a situação era outra, Sinhá listava todos os empregados que pagava mensalmente, e não eram poucos. Relacionava inclusive fornecedores de leite, pão, verduras, carne, o que levou à conclusão de que, naquela época, não havia produção de alimentos no interior da chácara. Neste ciclo, ainda foram levantadas aquisições de mobiliário, consertos e reformas na casa, demonstrando que a vida social era intensa e que o “velho casarão” sempre necessitava cuidados.

Mais uma vez o objeto de estudo adotou o papel de herança. Em 1931, o imóvel foi legalmente transferido de posse para Sinhá e Lourival, que moravam ali desde o seu casamento, em 1890. Até a década de 1930, foram identificadas as maiores reformas na residência, sobretudo aquelas que legaram um conjunto notável de azulejos bem preservados, apesar dos problemas construtivos relatados na documentação.

Os livros de despesa, as fotografias e a entrevista de Magali AM Aranha, neta de Sinhá, indicaram que, até 1966, continuaram as viagens, a manutenção do

casarão, filhos casaram e todos fixaram residência no Rio de Janeiro, netos nasceram e houve perdas. O falecimento de Lourival, em 1948, foi uma delas.

Notou-se que muitas informações sobre Pelotas constavam em registros feitos no Rio de Janeiro, pois mesmo de longe Sinhá comprava materiais para obras, pagava caseiros, jardineiros, serviços, taxas e impostos.

Em 1966, se encerrou o ciclo de Sinhá. Apesar da presença sazonal de alguns de seus filhos, como Rubens, Mozart e Déa, a construção declinava ao peso do tempo. A grande área do terreno se compatibilizava com a ideia de lotear o local, mas ficou clara a busca de uma solução que fosse compensadora aos herdeiros, tanto no campo afetivo, quanto financeiro. Após uma série de negociações, descritas em cartas e jornais localizados no acervo do Museu da Baronesa, foi encontrada uma solução junto à Prefeitura de Pelotas. O período, entre 1966 e 1978, definiu a mudança de categoria do lugar de morar, de espaço privado a público, transformado em lugar de memória para uns e esquecimento para outros.

No final da década de 1970, o município elaborou o Projeto CURA – Baronesa e tomou recursos junto ao BNH, para executar uma série de melhorias na urbanização do bairro Areal. As ações incluíram a revitalização do Parque da Baronesa e a “restauração” do prédio principal da antiga chácara. Com esses recursos a Prefeitura pôde assumir parte da propriedade transferida à sua tutela.

O novo projeto criou um museu que, inicialmente, teria que representar a história da cidade, no modelo corrente na época, para enaltecer os grandes feitos, os personagens ilustres, as classes dominantes, num edifício de linhas neoclássicas. No começo não foi bem assim, pois não havia um projeto específico para o museu, a não ser como espaço para acolher e abrigar objetos históricos e colocá-los em exposição. Inaugurado em 1982, o museu foi criado por decreto em 1992, sem deixar clara a sua missão. Um tema que não se enquadrou no recorte temporal, trabalhado nesta tese, foi a atuação da instituição, por isso restringiu-se a um contexto pontual. Na esfera do espaço público, a biografia se encerrou com o tombamento municipal do edifício.

Por outro lado, a associação e homenagem à figura da Baronesa de Três Serros e à sua filha, Sinhá Amelinha, a pessoa que vivenciou por mais tempo a chácara, marcou o nome do novo espaço: Museu Municipal Parque da Baronesa. A conexão entre a casa e seus moradores não se apagou, pelo contrário *a família AM estava ausente, mas não havia como apagar sua presença*. Bom lembrar que o

museu ficou com grande parte do mobiliário que existia na habitação. O ponto de partida de seu acervo.

A análise do projeto de restauração localizou e identificou as alterações propostas, e aquelas executadas, na obra que mudou a função da moradia. Não houve um aprofundamento teórico neste sentido. Mas o que se observou foi suficiente para elencar, pelo menos três modificações que se refletiram na fruição do que o museu passou a representar atualmente: a retirada da porta localizada no alpendre, que levava ao setor de serviço e atendia a sala de jantar; o apagamento do que teriam sido os quartos de empregados nos fundos da casa; e, o principal, a demolição de todo o conjunto lateral de garagens, cocheiras e dependências, que, na época, não era “esteticamente” digno de preservação, mas com certeza significava, e muito, para a vida do lugar. O restante foi uma consequência. Após o salão ruir, com suas janelas, que lembravam uma capela, e as paredes, tantas vezes pintadas e decoradas por profissionais que faziam a sua manutenção, uniformizar a fachada da edificação trouxe, naquele momento, o mesmo sentido de uma “limpeza”.

Essas mutilações apagaram parte do que a residência trazia de seu funcionamento, de sua vida para além dos personagens da família proprietária. Quem colocava a casa em movimento? Quem lhe inculcia vida? Aquilo que a “Casa” não conseguiu manter, as fontes se encarregaram de completar. A cada mês encerrado por Sinhá, em seus livros, e pela Baronesa, em poucas folhas avulsas “salvas de seu fim no acervo do museu”, nomes e funções brotavam do “bico da pena”. Somados às cartas, fotografias, entrevistas e jornais, foi possível dar sentido à presença de outros atores, também protagonistas desta biografia. Ao reivindicarem seu espaço, o casarão os acolheu, pois eles fizeram, e fazem, parte da sua trajetória. Assim, voltam a circular pela “Casa” e a contar sua história.

Quanto às perspectivas e desdobramentos possíveis da tese, considero que o ciclo iniciado pela antiga chácara, em 1982, mereça uma biografia própria. São trinta e seis anos de uma vida intensa, marcada, como não poderia deixar de ser, por um campo de disputas. Outras perguntas serão, então, formuladas.

Ao mesmo tempo, os documentos pesquisados provocam (sim, eles também têm vontade!) e se abrem a análises em diferentes campos do conhecimento, que devem ser explorados. Durante o estudo, muitas vezes percebi que um pequeno trecho de carta, ou mesmo a certidão de casamento dos barões, descortinava “um

mundo paralelo” ao foco que eu precisava manter. As opções de pesquisa, oferecidas por esse acervo, possuem potencial para gerar novas transformações no Museu da Baronesa.

Por último, não posso deixar de registrar e confirmar a poderosa e onipresente agência da “Casa” sobre a minha pessoa, como pesquisadora, sobre os trabalhadores do museu e seus gestores (entre os quais também me incluo). Assim como ela sobreviveu aos seus antigos moradores e carregou suas lembranças, nós já fomos incorporados às suas memórias.

Referências

ABUCHAIN, Vera Rheingantz; BETEMPS, Leandro Ramos (orgs.). **Cadernos do IHGPEL - A visita da Princesa - 1885**. Pelotas: UFPel, 2011.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 155-202.

ALENCASTRO, Luis Felipe de (org.). **História da Vida Privada no Brasil: Império**. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALVES, Fábio Galli. **Termos e modos de fazer relacionados ao estuque denominado de escaiola nos revestimentos de paredes no século XIX**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis) - Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: EdUFF, 2008.

_____. The thing itself. **Public Culture Winter**, v.1, n.18, p.15-22, 2006. Disponível em <http://www.arjunappadurai.org/articles/Appadurai_The_Thing_Itself.pdf>. Acesso em: 09 mar.2017.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 23-79.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BACHETTINI, Andréa Lacerda. **Análise das estampagens nos azulejos tradicionais de Pelotas e zona sul do Estado**. 1995. Monografia (Licenciatura em Artes) - Instituto de Letras e Artes, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 1995.

_____. **As reservas técnicas em museus:** um estudo sobre os espaços de guarda dos acervos. 2017. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

BERUTE, Gabriel Santos. **Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro:** negócios, mercadorias, e agentes mercantis (1808-1850). 2011. Tese (Doutorado em História, PPG - História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/39411/000824159.pdf?sequence=1> Acesso em: 15 nov.2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de museus, um desafio contemporâneo:** diagnóstico museológico e planejamento. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

CARITA, Helder. Das águas-furtadas às estrebarias: zonas de serviços na casa senhorial entre os séculos XV e XVIII. In: PESSOA, Ana; MALTA, Marize (orgs.). II Colóquio Internacional A Casa Senhorial: anatomia dos interiores. Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: FCRB, 2016, p. 12-36. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/Seminarios/anais_II_Coloquio_Casa_Senhorial.pdf>. Acesso em: 14 dez.2016.

_____. Do scriptorium ao gabinete e à casa da livraria. Espaços da escrita nos interiores da casa nobre em Portugal. II Colóquio Internacional A Casa Senhorial: anatomia dos interiores. Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: FCRB, p. 25-49, 2016. Disponível em: <<http://acasasenhorial.casaruibarbosa.gov.br/artigospaginainicial/452/02%20Helder%20Carita.pdf>>. Acesso em: 11 nov.2017.

CARVALHO, Mario Teixeira de. **Nobiliário Sul-Riograndense.** 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

CANDAU, Joël. **Antropologia de la memória.** Buenos Aires: Nueva Visión, 2002.

_____. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.1, n.1, p.43-58, dez. 2009/mar. Disponível em <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9564/6415>>. Acesso em 29 abr.2017.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 2 morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHAGAS, Mário. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005, p. 115-132.

_____. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Chapecó: Argos, 2006.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: EDART, 1972.

CUTY, Jeniffer. Revisando a dimensão conceitual e política da cultura de preservar cidades. In: FRANÇA, Maria Cristina C. de C.; LOPES, Cicero Galeno; BERND, Zilá. (orgs.). **Patrimônios memoriais: identidades, práticas sociais e cibercultura**. Porto Alegre: Movimento; Canoas: Unilasalle, 2010.

DANNEHL, Karin. Object biographies: from production to consumption. In: HARVEY, Karen (org.). **History and Material Culture: a student's guide to approaching alternative sources**. New York: Routledge, 2009, p. 123-138.

DEBARY, Octave. Segunda mão e segunda vida: Objetos, lembranças e fotografias. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.3, p. 26-44, ago./nov. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9547>>. Acesso em: 06 mai.2017.

_____. **Antropologia dos restos: da lixeira ao museu**. Pelotas: UM2 Comunicação, 2017. Disponível em: <wp.ufpel.edu.br/ppgmp/publicações>.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira: volume2: Império**. São Paulo: LeYa, 2016.

_____. **O Castelo de papel**: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Órleans, conde d'Eu. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de museologia**. Florianópolis: FCC, 2014.

DIAS, Renato Duro. **Um olhar jurídico-multidisciplinar sobre a preservação do patrimônio cultural edificado na cidade de Pelotas**. 2009. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

DOMINGUEZ, Andréa do Amaral. **Ladrilhos hidráulicos**: bens integrados aos prédios tombados de Pelotas-RS. 2016. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

DUBOIS, Philippe. **O Ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Editora Papirus, 2003.

EU, Luís Felipe Maria Fernando Gastão de Orléans, Conde d'. **Viagem Militar ao Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

FABRIS, Annateresa (org.). **Fotografia: usos e funções no século XIX**. São Paulo: EdUSP, 2008.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Presença, 1989.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

FRAGA, Thais Gomes. **Os subterrâneos emergem**: a institucionalização da cultura e a temporada de museus no Rio Grande do Sul (1987-1991). 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/11392>>. Acesso em: 11 jan.2010.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____ ; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto.** Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c.1790 - c.1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Ingleses no Brasil:** aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977.

_____. **Ordem e Progresso.** Processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

_____. **Sobrados e Mucambos:** decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 15.ed. São Paulo: Global, 2004.

FUNARI, Pedro P.; CARVALHO, Aline V. Cultura material e patrimônio científico: discussões atuais. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio (org.). **Cultura Material e Patrimônio de Ciência e Tecnologia.** Rio de Janeiro: MAST, 2009, p. 03-52.

FURTADO, Janaína Lacerda. Objetos, coleções e biografia: a história do laboratório de química do Imperial Observatório do Rio de Janeiro. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio (org.). **Cultura Material e Patrimônio de Ciência e Tecnologia.** Rio de Janeiro: MAST, 2009, p. 154-174.

GASTAUD, Carla Rodrigues. **De correspondências e correspondentes:** cultura escrita e práticas epistolares no Brasil entre 1880 e 1950. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria do pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005, p. 11-26.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Barro e Sangue:** mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas. (1777-1888). Pelotas: Universitária, 2004.

_____. **Negros, charqueadas e olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. 2 ed. Pelotas: Universitária, UFPel, 2001.

_____; GONSALES, Célia. Pelotas: arquitetura e cidade. In: RUBIRA, Luis (org.). **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**. Vol. 2: arte e cultura. Santa Maria/RS: Pró-Cultura-RS. Pallotti, 2014, p. 516-539.

GUTIERREZ, Ester J.B. “Casa nº 2”. In: LONER, Beatriz; GILL, Lorena Almeida e MAGALHÃES, Mário Osório. **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Ed. UFPel, 2010, p. 47-8.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. **Los marcos sociales de la memória**. Barcelona: Anthropos, 2004.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: UnB, 1996.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EdUFF, 2008, p. 89-121.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KUHN, Fábio. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – Século XVIII. 2006. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

LEAL, Noris Mara Pacheco Martins. **Museu da Baronesa**: acordos e conflitos na construção da narrativa de um museu municipal – 1982 a 2004. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **Enciclopédia Einaudi**. v. I. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, p. 95-106.

LEMOS, Carlos. **A casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989.

LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus. Musealização e cultura material da Ciência & Tecnologia. **Museologia e Patrimônio**, v.8, n.2, p. 09-28, 2015.

Disponível em :

<<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/438/412>> Acesso em: 19 abr.2017.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 111-153.

MAGALHÃES, Mário Osório. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Sul**. Um estudo sobre a história de Pelotas. Pelotas: UFPel, 1993.

MALERBA, Jurandir (org.). De homens e títulos: a lógica das interações sociais e a formação das elites no Brasil às vésperas da independência. In: **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.153-178.

MALTA, Marize. **O olhar decorativo: ambientes domésticos em fins do século XIX no Rio de Janeiro**: Mauad X: FAPERJ: 2011.

MALUF, Mariana; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**: República, vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 367-421.

MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritos da vida privada burguesa. In: PERROT, Michelle (org.). **História da Vida Privada**, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MAUAD, Ana Maria; MUAZE, Mariana. A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo. In: GOMES, Angela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 197-228.

MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. Os Corpos de Ordenanças e Auxiliares. Sobre as relações militares e políticas na América portuguesa. In: **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 45, p. 29-56, 2006. Disponível em <<http://revistas.ufpr.br/historia/article/viewFile/7944/5593>>. Acesso em: 23 nov.2017.

MENDES, Chico; VERÍSSIMO, Francisco; BITTAR, William. **Arquitetura no Brasil: de D. João VI a Deodoro**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-64.

_____. Memória e Cultura: documentos pessoais no espaço público. In: **Revista Estudos Históricos**, v.11, n.21, p.89-103, 1998. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2067>>. Acesso em: 01 jul.2010.

_____. O museu de cidade e a consciência da cidade. SANTOS, A.C.M. dos; GUIMARAENS, Cêça (Org.) **Museus & Cidades**: livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p. 255-282.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MOLES, Abraham A. **Teoria dos objetos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.

MONTONE, Annelise Costa. **Representações da vida feminina em um acervo de imagens fotográficas do Museu da Baronesa, Pelotas/RS: 1880 a 1950**. 2011. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

_____; GUTIERREZ, Ester J. B. La cueva de Amélia Antunes Maciel conservación de jardín histórico en el extremo sur de Brasil. In: V Congreso Chileno de Conservación Y Restauración: conservación e institucionalidade cultural em latinoamérica. Proyectos, experiencias y desafíos. Santiago de Chile. **Anais eletrônicos...** Santiago do Chile: Gráfica Metropolitana, 2015. Disponível em: <http://www.agcrchile.cl/wp-content/uploads/resumenes_5_Congreso_baja.pdf>.

MUAZE, Mariana. **As memórias da viscondessa**: família e poder no Brasil Império. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MÜLLER, Dalila. **“Feliz a população que tantas diversões e comodidades goza”**: espaços de sociabilidade em Pelotas (1840-1870). 2010

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v.10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em: <revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 05 dez. 2016.

NOVAIS, Fernando A. Condições de privacidade na colônia. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.) e MELLO, Laura de Sousa e (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 13-40.

PAULA, Débora Clasen de. **Da mãe e amiga Amélia: cartas de uma Baronesa para sua filha** (Rio de Janeiro – Pelotas, na virada do século XX). 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

PEARCE, Susan M. Pensando sobre os objetos. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos (orgs.). **Museus Instituições de Pesquisa**. Rio de Janeiro: MAST: 2005, p.11-21.

_____. Objects in structures. In: PEARCE, Susan M. **Museum studies in material culture**. London; New York: Leicester University, 1989, p. 47-59.

PEREIRA, Clarissa Hernandez. **Sistematização do Acervo Fotográfico do Museu Municipal Parque da Baronesa/Pelotas/RS**. 2008. Monografia (Especialização em Patrimônio Cultural – Conservação de Artefatos) - Instituto de Artes e Design, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

PERROT, Michelle. (org.) **História da Vida Privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PESSOA, Ana. Histórias de um jardim: de chácara a bem cultural. In: I Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, 2010, UFMG. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/o-z/FCRB_AnaPessoa_Historias_de_um_jardim.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2016.

_____; MALTA, Marize (orgs.). II Colóquio Internacional A Casa Senhorial: anatomia dos interiores. Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: FCRB, 2016. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/Seminarios/anais_II_Coloquio_Casa_Senhorial.pdf>. Acesso em: 14 dez.2016.

_____; SANTOS, Ana Lúcia Vieira dos. O inventário de Maria Tomásia: liberalismo e distinção. In: SANTOS, Amanda Basilio; AIRES, Anderson Pires; SANTOS, Carlos Alberto Ávila (orgs.) IV Colóquio Internacional A Casa Senhorial: anatomia de interiores. Pelotas. **Anais eletrônicos...** Pelotas: CLAEAC, p. 455-470, 2017. Disponível em:

<http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/Seminarios/anais_IV_Coloquio_Casa_Senhorial_2.pdf>.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**. v. I. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, p.51-86.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII-XIX: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RANGEL, Aparecida M.S. Vida e Morte no museu-casa. In: **MUSAS** – Revista Brasileira de Museus e Museologia, nº 3. Rio de Janeiro: IPHAN, DEMU, 2007.

RAPOPORT, Amos. Origens culturais da arquitetura. In: SNYDER, James; CATANESE, Anthony. **Introdução à arquitetura**. Rio de Janeiro: Campus, 1984, p. 26-42.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **O Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

RIBEIRO, Nelson Pôrto e CASER, Karla do Carmo. A 'reconstrução da natureza' nos jardins românticos cariocas do século XIX: história e tecnologia. In: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. **Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva. Anais eletrônicos...** São Paulo, 2014. Disponível em: <www.anparq.org.br_dvd-enanparq-3_hm_Artigos_ST_ST-PCI-007-1_RIBEIRO> Acesso em: 16 mar.2015.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. **Documentos da escravidão catálogo seletivo de cartas de liberdade** – acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2006.

RYBCZYNSKI, Witold. **Casa : pequena história de uma ideia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SAMPAIO, Maria da Luz Braga. **Da fábrica para o museu: identificação, patrimonialização e difusão da cultura técnico-industrial**. 2015. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Ciência) - Instituto de Investigação e Formação Avançada. Universidade de Évora, Évora, 2015. Disponível em: <<https://dspace.uevora.pt/rdpc/browse?type=author&order=ASC&rpp=20&value=Sampaio%2C+Maria+da+Luz+Braga>>. Acesso em: 30 mai.2017.

SANTA CATHARINA, Roberta Taborda. **Ordenanças urbanas e ideia de cidade: o primeiro e o segundo plano diretor de Pelotas e os temas de urbanismo do século XX**. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

SANTOS, Ana Lúcia Vieira dos. **A Casa Carioca - estudo sobre as formas de morar no Rio de Janeiro - 1750-1850**. 2005. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

SANTOS, Denise Ondina Marroni dos. **Estudo sobre vestuário e sociedade a partir do acervo têxtil do Museu da Baronesa (Pelotas/RS)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

SANTOS, I. F. de Assumpção. **Uma linhagem Sul Rio-grandense: os “Antunes Maciel”**. Rio de Janeiro: Instituto Genealógico Brasileiro, 1957.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. O papel dos museus na construção de uma “identidade nacional”. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Vol. 28, Rio de Janeiro, 1996, p. 21-36.

SCHWANZ, Jezuina Kohls. **A Chácara da Baronesa e o imaginário social pelotense**. 2011. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

SÉREN, Maria do Carmo. **Metáforas do sentir fotográfico**. Porto: CPF, 2002.

SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da Vida Privada no Brasil: República**. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 513-619.

_____. A capital radiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da Vida Privada no Brasil: República**. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Emily Ingrid N.; GUTIERREZ, Ester J. B. A chácara da baronesa nos tempos da Dona Sinhá. 1894-1946. Pelotas, RS. In: Congresso de iniciação científica Universidade Federal de Pelotas, 25., 2016, Pelotas. **Anais eletrônicos...** Pelotas: UFPel, 2016. Disponível em: <http://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2016/SA_00964.pdf>. Acesso em: 06 jul.2017.

SILVA, Olga Maria Almeida da. **Proposta de ampliação da informação em acervos mobiliários de museus aplicada no Museu Municipal Parque da Baronesa**. 2009. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

TERRA, Carlos Gonçalves. **Paisagens construídas: jardins, praças e parques do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013.

TURGEON, Laurier. La mémoire de la culture matérielle et la culture matérielle de la mémoire. In: DEBARY, Octave; TURGEON, Laurier. **Objets & mémoires**. Québec: Université Laval, 2007, p. 13-36.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Vice-Reitoria. Coordenação de Bibliotecas. **Manual de normas UFPel para trabalhos acadêmicos**. Pelotas, 2013. Revisão técnica de Aline Herbstrieth Batista, Carmen Lúcia Lobo Giusti e Elionara Giovana Rech. Disponível em: <<http://sisbi.ufpel.edu.br/?p=documentos&i=7>> Acesso em: 19 fev.2017.

VARGAS, Jonas. **Os barões do charque e suas fortunas: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX)**. São Leopoldo: Oikos, 2016.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauro**. Apresentação, tradução e comentários críticos por Odete Dourado. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. UFBA, 1996.

WEIMER, Günther. A fase historicista da arquitetura no Rio Grande do Sul. In: FABRIS, Anateresa (Org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobre, 1987.

YUNES, Gilberto Sarkis. **Azulejaria no Patrimônio Arquitetônico do Rio Grande do Sul**. Pesquisa desenvolvida com o apoio da FAPERGS, do CNPQ e do Programa Especial de Treinamento – PET/CAPES. Universidade Federal de Pelotas. Instituto de Letras e Artes. Pelotas, 1995.

ZEVI, Bruno. **Saber ver arquitetura**. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Documentação

Inventários do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

Inventário de Francisco Antunes Maciel, ano: 1832; Autos nº 159, Maço nº 12, Estante nº 25, 1º Cartório de Orphãos e Provedoria, Pelotas.

Inventário de Felisbina da Silva Antunes, ano: 1871; Autos nº 68, Maço nº 2, Estante nº 30; 1º Cartório Cível e Crime, Pelotas.

Inventário de Annibal Antunes Maciel, ano: 1875; Proc. Nº 815, Maço nº 48, Estante nº 06, 1º Cartório de Orphãos e Provedoria, Pelotas.

Inventário de José Annibal Antunes Maciel, ano: 1875; Autos nº 85, Maço nº 03, Estante nº 30, 1º Cartório Cível e Crime, Pelotas.

Inventário de Maria Augusta Resende Antunes e Francisco Annibal Antunes Maciel, ano 1877; Proc. nº 3063, Maço nº 108, Estante nº 26, 1º Cartório Órfãos, Pelotas.

Inventário do Barão de Três Serros, ano: 1887; Autos nº 1071, Maço nº 60, Estante nº 06 (cx. 443); 02 volumes, 1º Cartório de Orphãos e Provedoria, Pelotas.

Fontes escritas e orais do Museu Municipal Parque da Baronesa

Livros de contas

Livro nº 2 - 14/04/1894 a 31/10/1897 - MMPB 1398
 Livro nº 3 - 01/11/1897 a 31/12/1901 - MMPB 1399
 Livro nº 4 - 01/01/1902 a 31/12/1906 - MMPB 1400
 Livro nº 5 - 01/01/1907 a 31/03/1911 - MMPB 1453
 Livro nº 6 - 01/04/1911 a 30/09/1914 - MMPB 1452
 Livro nº 7 - 01/10/1914 a 31/12/1918 - MMPB 1731
 Livro nº 8 - 01/01/1919 a 31/07/1923 - MMPB 1730
 Livro nº 9 - 01/08/1923 a 31/01/1929 - MMPB 1330
 Livro nº10 - 01/02/1929 a 31/07/1935 - MMPB 1454
 Livro nº11 - 01/08/1935 a 30/09/1939 - MMPB 1333
 Livro nº12 - 01/10/1939 a 31/12/1942 - MMPB 1332
 Livro nº13 - 01/01/1943 a 30/04/1946 - MMPB 1331

Conjuntos de cartas manuscritas

151 cartas de Amélia Hartley Antunes Maciel, de 1885 a 1918
 02 cartas de Amélia Annibal Hartley Maciel, de 1897 e 1914
 55 cartas de Rubens Antunes Maciel, de 1914

Jornais (recortes)

Diário Popular, Pelotas, 07 jul.1968. 2º caderno, p. 5. MMPB 2164

Diário Popular, Pelotas, 25 nov. 1970. MMPB 2163

Diário Popular, Pelotas, 04 jul. 1978. Arquivo administrativo do MB

Entrevistas

Entrevista (transcrição). Zilda Maciel de Abreu e Silva, 2001.

Entrevista (transcrição). Magali Antunes Maciel Aranha, 2001.

Periódicos da Biblioteca Pública Pelotense

Opinião Pública, Pelotas, 29 mar. 1897. Ano II, nº 72, p.01, seção de “Reclames”

Diário de Pelotas, Pelotas, 22 mar.1887. Nº 217, p.01.

Fonte iconográfica - filme cinematográfico

PAYNE, Tom; ALMEIDA, Abilio P. de. **Ângela**. Rio de Janeiro: Companhia Cinematográfica Vera Cruz, 1951. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=DBIN6CXmzhY>>. Acesso em: 11 fev.2015.

CINEMATECA BRASILEIRA. **Banco de Conteúdos Culturais**. Disponível em:

<http://www.bcc.org.br/fotos?page=1&field_xmp_headline_value=Angela&field_xmp_scene_value=>>. Acesso em: 24 fev.2016.

Fonte iconográfica - reprodução digitalizada

DEBRET, Jean Baptiste. **Engenho de carne seca**. 1825. Fototipia e *pochoir*. Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli. Disponível em:

<<http://www.margs.rs.gov.br/catalogo-de-obras/A/16374/>>. Acesso em: 10 mai.2018.